

INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos África reemergiu como epicentro de mais um *scrumble* pelos recursos naturais. De facto, o *boom* das matérias-primas desmobilizou a velha imagem de um continente visto internacionalmente como o outro-distante (*distant other*) e no seu lugar espalhou a narrativa de África como a *nova fronteira* do mundo dos negócios (Bach 2013), para onde passaram a afluir desde empresas de países emergentes - responsáveis pela valorização desses recursos no mercado internacional - às grandes companhias historicamente estabelecidas no sector do petróleo, gás e minerais. É neste quadro que se insere Moçambique, conhecido no mundo académico e na indústria do desenvolvimento por *donor darling* (Hanlon 2004), cujo crescimento económico e a aliança com os doadores externos alimenta a ideia, por muitos autores considerada ingénua, segundo a qual o desenvolvimento pode ser promovido a partir da atracção de fluxos de Investimento Directo Estrangeiro [IDE] (Castel-Branco 2015, Söderbaum 2007). No entanto, a natureza de enclave própria da indústria extractiva, as persistentes desigualdades sociais resultantes da incapacidade do crescimento económico em reduzir a pobreza, o engajamento das elites no mundo dos negócios e ausência de transformação estrutural colocam em cheque toda esta diegese de prosperidade e desenvolvimento que o executivo e seus aliados externos insistem em difundir.

Efectivamente, esta narrativa de Moçambique como o novo *El Dorado* (Mosca e Selemene 2011) traz à tona questões muito anteriores à expansão do investimento estrangeiro no país, acentuando a dificuldade do executivo em gerar *spillover-effect* através de políticas públicas consistentes e coerentes com as possibilidades do país. Com efeito, o crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) - bandeira do governo e dos doadores na legitimação do modelo económico neoliberal – assenta essencialmente na escassa economia formal à volta dos megaprojectos e emergente sector privado dominado por político-empresários. Assim, as políticas públicas nacionais mostram forte continuidade com o período da modernização coerciva, no qual imperavam lógicas de governação *top-down* como o vanguardismo do partido Frelimo, preferência por grandes projectos como machambas estatais e um persistente autismo das lideranças em relação às populações que, por consequência disso, mostram-se cada vez alienadas da política nacional.

Visto sob este ponto de vista, e contrariamente ao que pareceria óbvio, as rupturas ao nível das instituições formais, garantidas pela independência nacional, passaram a coexistir com lógicas anteriores datadas da hegemonia colonial, assentes essencialmente em reformas como a do projecto de civilização dos colonizados através da política da assimilação, engenharia social posteriormente adoptada pela própria Frelimo, mas desta feita, sob o epíteto de *Homem Novo* (Cahen 1993, Macagno 2009, Sumich e Honwana 2007, Sumich 2008 e 2010). Efectivamente, no contexto colonial, toda a economia e política propunham-se somente satisfazer as necessidades da crescente população branca local e da metrópole, sendo que as infra-estruturas foram pensadas para realizar esse objectivo. Contudo, a recente corrida pelos recursos naturais veio perpetuar o padrão extravertido da economia nacional e as elites locais reajustaram os seus interesses económicos e objectivos de política, procurando cumprir as suas antigas aspirações de modernização da população moçambicana através dos parques dividendos gerados pela indústria extractiva. Portanto, o ideal de uma crescente convergência no sentido de produção de instituições económicas e políticas inclusivas (Acemoglu e Robinson 2012) no país parece constituir uma miragem e

as comunidades hospedeiras, começam a reagir ao abandono do governo e à ineficácia das suas políticas recorrendo a protestos populares.

É importante referir que paralelamente ao discurso de Moçambique como um Estado falido (Francisco 2010), caracterizado por debilidades estruturais e dirigido por uma elite rendeira da ajuda externa e dos grandes projectos, emergiram bolsas de eficiência, como é o caso do sector açucareiro (Buur et al. 2011) e como demonstraremos neste trabalho, o caso do Instituto Nacional de Petróleos, dirigido por agentes do Estado verdadeiramente engajados na causa pública, tanto a nível central, dos ministérios, assim como no distrital. Deste modo, a análise de todo o processo desde os protestos públicos de Cateme, ocorridos a 10 de Janeiro de 2012¹, até à aprovação do Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividade Económicas (Decreto nº 31/2012) e da Política de Responsabilidade Social Empresarial (Resolução nº 21/2014) para as indústrias extractivas em Moçambique realça essas dualidades e contradições próprias de um Estado em permanente construção, contrastando com interpretações unidireccionais e monocausais como parece ser o caso das abordagens neweberianas adeptas do neopatrimonialismo.

Com efeito, a literatura que procura analisar as dinâmicas da indústria extractiva no país vai buscar as suas fundações teóricas em abordagens como da *resource curse*, *rent seeking*, *Dutch disease* e tantas outras anomalias de que supostamente os Estados africanos enfermam, não se mostrando adequadas para compreender o diálogo entre as lógicas locais, as práticas das

¹ Langa e Massingue (2014) fizeram uma primeira sistematização do número de protestos populares levados a cabo pelas famílias reassentadas pela Vale em Tete. Para além das manifestações de 10 de Janeiro, envolvendo 700 famílias, ocorreram também protestos a 16 de Abril e 23 de Dezembro de 2013, envolvendo 1300 e 200 famílias respectivamente. De acordo com o Jornal Mulambe (2015) o mais recente protesto popular aconteceu a 19 de Novembro de 2015 e foi caracterizado por violenta repressão policial.

empresas e a natureza do Estado receptor desses investimento, incluindo o papel dos doadores externos na manutenção de uma correlação de forças que privilegia o deslocamento de um tipo de dependência sustentada nas rendas da ajuda para outro baseada na exportação de recursos naturais. A presente tese procura cobrir esta lacuna analítica fazendo interagir três áreas de conhecimento, nomeadamente a ciência política, a antropologia e a econometria.

Com base neste esforço de análise heterodoxa passamos a saber que os protestos populares recorrentes em Tete não representam um fenómeno de hoje, sendo possível localizar a sua herança genética na história de resistência contra a dominação colonial dos povos da alta Zambézia e na memória dos massacres perpetrados por militares ao serviço deste sistema. Portanto, a actual situação poderá ser vista como o prolongamento da luta contra as injustiças de que, historicamente, estas populações têm sido vítimas, mesmo no período após independência, com a distribuição desigual dos dividendos da libertação do jugo colonial. No entanto, quando contextualizadas na falência das políticas neoliberais nacionais, as manifestações, mais do que procurarem renegociar *livelihoods* e políticas públicas, simbolizam a rejeição da sabedoria convencional vista por alguns estudiosos como a continuação, por outros moldes, do sistema colonial (Peet 2009, Rist 2011).

De facto, toda a agenda governativa da Frelimo adoptada desde a adesão do país às instituições de *Bretton Woods*, em 1984, e a conseqüente implementação, a partir de 1987, de reformas consagradas nos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural - em Moçambique comumente conhecidos por Programa de Reajustamento Estrutural [PRE] e Programa de Reajustamento Estrutural e Social [PRES] (Oppenheimer 2006) - tem

mostrado grande dificuldade em garantir a mobilidade social da grande maioria das pessoas fora da cidade de Maputo e dos meandros de militância partidária (Sumich 2011). Portanto, a nossa análise providencia uma reflexão sobre como, à semelhança do PRE e dos *Poverty Reduction Strategic Papers* (PRSP), o discurso da responsabilidade social empresarial tem sido emulado pelo executivo nacional, mais uma vez, como factor demonstrativo da sua consonância com o capitalismo global, garantido o *status quo* do sistema económico internacional à custa da pobreza das populações menos escolarizadas e distantes dos centros de tomada de decisão.

É considerando toda a arquitectura acima descrita que o presente trabalho se centra na demonstração dos mecanismos causais e explicativos da influência das manifestações populares em Tete (dimensão micro) no reajustamento, nas margens, das instituições do sector mineiro (dimensão macro) e suas implicações ao nível da teoria e narrativas sobre Moçambique. Para o efeito, estabelecemos como marcos cronológicos os anos de 2007 a 2014. Com efeito, foi no ano de 2007 que a Vale Moçambique assinou com o governo de Moçambique o contrato de exploração das minas em Moatize e em 2009 foi a vez da Riversdale, empresa que posteriormente cedeu o lugar à Rio Tinto². Após os protestos de Janeiro de 2012, em Cateme, e a aprovação do decreto nº 31/2012 e a resolução nº 21/2014 para gerir a actuação social das empresas extractivas, diversos outros dispositivos foram criados no sentido de acautelar as questões de desenvolvimento comunitário sem, no entanto, atrapalhar as lógicas de acumulação primitiva estabelecidas.

² E esta, por sua vez, em 2014, à International Coal Ventures Limited (ICVL). Importa aqui referir que apesar desta mais recente mudança de titular da mina de Benga, neste trabalho continuaremos a fazer referência à Rio Tinto pelo facto de grande parte da pesquisa para a presente tese ter decorrido durante o período de vigência desta empresa.

A presente análise é norteada pelos seguintes objectivos: o objectivo geral visa compreender a influência dos protestos populares, recorrentes em Moatize, na renegociação das condições de vida dos reassentados pelas empresas extractivas e nos arranjos institucionais do sector mineiro em Moçambique. Os objectivos específicos são os seguintes: (1) descrever as percepções das famílias reassentadas sobre a eficácia dos programas de responsabilidade social empresarial, levadas a cabo pelas empresas Vale Moçambique e Rio Tinto, nas suas vidas; (2) verificar as interacções entre as organizações da sociedade civil, o governo e as empresas extractivas; (3) analisar a percepção das empresas mineiras (Vale Moçambique e Rio Tinto) sobre os seus programas de responsabilidade social nos reassentamentos e sua interacção com o governo; (4) discutir a política de responsabilidade social empresarial das indústrias extractivas, o papel do regulador do sector mineiro nas dinâmicas extractivas em Tete e desenvolvimento comunitário; e finalmente, (5) analisar a influência da capacitação institucional e das consultorias na estruturação das políticas do sector mineiro e nas respostas aos desafios de desenvolvimento do país.

Com base na análise da bibliografia disponível e na pesquisa exploratório do terreno em Tete, produzimos a seguinte hipótese de partida: (1) a extracção mineira em Tete tem sido acompanhada por um persistente empobrecimento, a médio prazo, das famílias directamente afectadas. Diante de tal desiderato e devido às lógicas *top-down* do governo e das empresas, as comunidades reassentadas vêm-se na contingência de recorrer a protestos populares como forma de negociar melhores condições de vida. Estas manifestações, cujos intentos prendem-se com a satisfação de necessidades básicas humanas, acabam por gerar efeitos ao nível das políticas do sector mineiro. No entanto, essas políticas não fazem mais do que reproduzir lógicas de emulação das narrativas da sabedoria convencional como

formas de garantir ao regime rendas da ajuda externa e do investimento estrangeiro na indústria extractiva.

Finalmente, saliente-se que na presente tese de doutoramento utilizamos as abordagens qualitativa e quantitativa, sendo que esta última serviu para testar, estatisticamente, a maior parte dos argumentos analisados através da análise de conteúdo, permitindo assim trazer novos elementos de reflexão para o debate. Deste modo, para além do presente capítulo introdutório, a estrutura do trabalho compreende mais cinco capítulos, nomeadamente o segundo, no qual procedemos à revisão e análise da literatura disponível sobre a economia política das indústrias extractivas em África, em particular Moçambique, incluindo as principais linhas de debate sobre responsabilidade social empresarial destas companhias transnacionais. O terceiro capítulo está consagrado aos quadros teóricos que orientam a nossa discussão, iniciando com uma reflexão sobre a inadequação de perspectivas argumentativas que compõem o debate sobre a *paradoxo of plenty* (Karl 1997), onde se incluem a abordagem da *resource curse, greed and grievance* e *Dutch disease*. Seguidamente, apresentamos instrumentos teóricos alternativos para uma adequada leitura dos Estados africanos, realçando a importância de abordagens como a do *negotiating statehood* e antropologia do Estado. O quarto representa o capítulo nuclear da tese pois é aqui onde para além de operacionalizarmos os nossos objectivos, explanados os argumentos e testamos a hipótese central do trabalho. Finalmente, a conclusão encontra-se no quinto e último capítulo.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA POLÍTICA DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: A EXPERIÊNCIA AFRICANA.

1. Indústrias extractivas e desenvolvimento em África

As exportações africanas são historicamente caracterizadas pelos produtos primários. De facto, uma grande proporção de recursos naturais disponível nos mercados internacionais provém daquele continente. No que concerne ao petróleo e o gás, o Golfo da Guiné é visto como possuindo uma das mais importantes reservas destes hidrocarbonetos. Não obstante, excluindo o Botswana, é consensual entre os pesquisadores, e academia em geral, a ideia de que a indústria extractiva não tem providenciado o tão almejado desenvolvimento económico. Alguns destes países têm estado a observar taxas de crescimento na ordem dos 7% a 14% mas esse aumento do produto não se traduz em benefícios sociais para as comunidades, muito menos proporcionado uma transformação das estruturas produtivas dessas economias através de ligações à montante e à jusante.

O baixíssimo contributo do sector extractivo para as economias dos países em desenvolvimento poderá ser explicado pela lógica por detrás da acumulação capitalista global. De acordo com Ferguson (2005), o investimento do capital global em África está territorializado, encontrando-se em certos países, grandemente concentrado na extracção de recursos minerais e localizados em enclaves seguros com poucos ou nenhuns benefícios económicos para a sociedade em geral. Nalguns casos, como o da República Democrática do Congo (RDC), esses enclaves territorializados de extracção mineira são protegidos por

exércitos e forças de segurança privada. Tem muito pouca utilidade o facto de o movimento de capital ligado a estas empresas ser global, no sentido de atravessar o globo, enquanto no fundo não cobre os espaços geograficamente contíguos. Quando o investimento é feito de forma espacialmente segregado, o fluxo de capital não cobre o globo mas apenas conecta seus pontos discretos. Assim, para o caso de África, o capitalismo global divide-a em duas: uma “África útil” - quando rica em recursos naturais – e “inútil” quando deles não dispõe. Deste modo, pode ver-se que formas específicas de integração “global” no continente coexistem com, igualmente “globais”, modos de exclusão e marginalização.

Para complementar o parágrafo anterior importa ir buscar a relação entre sector de enclave e capitalismo em África, apresentada por Bond (2007, *apud.* Mhone & Bond 2002) quando este afirma que o primeiro foi despoletado pelo capital estrangeiro e é ali onde o segundo se apresenta em altos níveis de intensidade. O sector de enclave usa os mecanismos de mercado para estabelecer controlo mas também recorre a meios extra-económicos, incluindo intervenção política, de modo a assegurar vantagens no mercado do exercício do monopólio ou exercer vantagens de oligopólio. O sector de enclave constitui o factor central na orientação externa das economias africanas. Neste processo os governos desempenham um papel fundamental. Segundo De Oliveira (2007), numa análise sobre política e petróleo no Golfo da Guiné em que desenvolve a noção do *successful failed state*, o Estado constitui o sítio institucional que permite uma certa forma de engajamento com a economia internacional – a extracção e venda do petróleo – e esta toma lugar de legal, sustentável e previsível. Por outro lado, este lugar institucional designado Estado permanece o espaço para *rent seeking* e troféu último da luta política doméstica.

Os aspectos que tornam os recursos naturais atractivos em África, sobretudo o petróleo, estão relacionados com o relativo baixo custo operacional e a qualidade dos hidrocarbonetos, incluindo vantagens em transporte. A narrativa convencional refere que o investimento no sector dos recursos naturais pode potencialmente estimular o desenvolvimento económico dos países através do emprego e cadeias de oferta, bem como através da sua contribuição nas finanças públicas. Uma das falsas premissas dessa narrativa está relacionada com a ideia de geração de emprego. A indústria extractiva, sobretudo o sector do petróleo, é altamente intensiva em capital, o que significa largos montantes de capital e equipamento mas poucos postos de trabalho necessários para as operações de produção.

Essas dinâmicas do capital estrangeiro centradas na indústria extractiva podem ser ilustradas por casos práticos de países exportadores de hidrocarbonetos e recursos minerais. Para o efeito, importa descrever nesta secção alguns dos seus aspectos centrais. Seguindo a clássica abordagem da *resource curse* e *rent seeking*, Matti (2010,405) analisa o caso da RDC e procura explicar a ausência de desenvolvimento colocando o ónus do problema nas elites. A autora explica que o declínio do Estado congolês encontra sua explicação nas redes de patrocínio que permeiam o sector da mineração artesanal. “Enquanto o sector mineiro formal permitiu a presença do governo através da regulação e colecta de imposto, o sector da mineração informal fugiu ao seu controlo”. Durante o período pós-conflito foram os altos fluxos de ajuda externa que minaram as perspectivas do crescimento do país, criando oportunidades para corrupção e neopatrimonialismo.

Angola e Nigéria constituem alguns dos casos mais estudados actualmente no que toca às questões de conteúdo local e o uso do sector extractivo pelas elites para se engajarem no processo de acumulação primitiva de capital. Para o caso Angolano, Ovardia (2013) refere que uma leitura cuidada da situação do país mostra haver uma mudança de uma economia periférica e rendeira desenvolvida desde a independência para um sistema de acumulação capitalista indígena. Dado o contexto de Angola, parece que o conteúdo local vai igualmente reforçar o poder e a riqueza da elite do MPLA e altos oficiais da *Sonangol*, o que levanta curiosidade sobre o tipo de sociedade que esta transformação poderá criar, ponderadas as actuais dinâmicas de poder neste país. Num artigo anterior, apesar de seguir a linha argumentativa característica da *resource curse* e do neopatrimonialismo, Ovardia (2012a) vai para além dessa abordagem referindo que os recursos naturais não determinam resultados históricos. As políticas do Estado têm um papel fundamental para evitar ou convidar essas dinâmicas. Para as evitar é crucial deixar de lado políticas particularistas. Infelizmente, enquanto a estratégia do conteúdo local em Angola parece indicar sucesso no encorajamento do crescimento pela promoção do sector privado no sector petrolífero, existe uma natureza dual nestas políticas em termos de efeito na distribuição de poder e riqueza. O conteúdo local Angolano, ou *angolanização*, tem estado em prática há décadas mas não consegue canalizar a riqueza proveniente dos recursos para a vasta maioria.

No caso da Nigéria a gestão dos recursos naturais está associada a várias contradições, priorizando-se os interesses pecuniários dos Estados e das companhias extractivas em detrimento das comunidades hospedeiras. Adeniyi (2014) continua argumentando que as corporações mineiras guiam-se por princípios neoliberais de orientação para o mercado, logo são centradas no negócio e orientadas para o lucro. Isto implica que as questões de desenvolvimento comunitário não constituem prioridade. Esta constatação vai ao encontro

da reflexão de Ovadia (2012b) quando se refere ao facto de interesses poderosos do país terem ajudado a assegurar que o principal beneficiário de mecanismos como conteúdo local seja a elite nacional nigeriana. Para a elite governante e as companhias petrolíferas internacionais o sucesso na implementação do conteúdo local envolve políticas que promovam o lucro, ficando para terceiro plano outras metas e objectivos. Neste país as elites também estão a mover-se da acumulação através da expropriação para a acumulação capitalista. Ainda a propósito do conteúdo local, Klueh et al. (2007) dizem que as firmas nigerianas e angolanos têm tido uma presença crescente no sector da actividade económica, nomeadamente primário, secundário e terciário. O seu universo de actividade vai desde a construção de estruturas no sector primário, provimento de *design* (serviços de engenharia e gestão de dados) no sector secundário até ao transporte marítimo e costeiro do petróleo e seus derivados no sector terciário.

Para Désilier (2004) a formação de tecnocratas capazes de gerir as questões complexas da economia do petróleo é importante mas não suficiente. Essas acções devem ser complementadas por uma liderança visionária e vontade política de mudar a abordagem do *business as usual* que muitas vezes comanda o comportamento das companhias transnacionais. Uma estrutura de incentivos correctos pode ajudar a mudar a actual lógica a tal ponto que os regimes se sintam recompensados pela transparência. Em consonância com alguns dos autores acima referidos, Désilier refere-se às experiências dos *petro-Estados* cujos contractos públicos são inflacionados para servir propósitos de patrocínio político. Pessoas próximas do círculo do poder podem criar empresas para ganhar contractos estabelecidos através da alocação da riqueza proveniente do petróleo.

A questão fundamental da dificuldade da indústria extractiva em gerar benefícios para os pobres nas comunidades hospedeiras está relacionada com a questão de saber-se se as grandes companhias extractivas estrangeiras devem financiar directamente projectos de desenvolvimento, tal como é colocado por Mavoungo e Mackosso (2004). Estes autores afirmam que os projectos serão levados a cabo pelas empresas apenas para satisfazer o governo e criar uma boa imagem na comunidade. Entretanto, existe o perigo destas companhias substituírem o governo, que deve ser o principal responsável pelo bem-estar das populações do Estado hospedeiro. A *Shell Petroleum Development Company of Nigeria Limited* (2004) apresenta um exemplo das suas actividades no Delta do Níger e mostra a mudança de abordagem focada na assistência comunitária para desenvolvimento comunitário. A última consiste em doações para projectos seleccionados, planeados e executados pela comunidade. A assistência comunitária era valorizada pela comunidade mas não tinha valor acrescentado para a sociedade e o negócio corria lentamente. O desenvolvimento comunitário dá ênfase à participação comunitária, parcerias e criação de capacidades locais.

Contrariamente ao que acontece no Delta do Níger, no Botswana não é a *De Beers* – a companhia que extrai e exporta diamantes – que lidera o processo de desenvolvimento nas comunidades mas sim o Estado. Pelo seu desenvolvimento económico relativamente sustentável este país é visto como exemplo de crescimento e desenvolvimento impulsionado pelos recursos naturais. Esse sucesso é referido como sendo resultante de condições institucionais pré-coloniais que perduraram ao longo do tempo (Acemoglu et al. 2003) e coligações políticas (Poteete 2009).

Ayelazuno (2014), antes de reflectir sobre a questão da *resource curse* no Ghana, critica esta ferramenta ortodoxa com recurso à perspectiva da economia política e refere que a ortodoxia neoliberal é por definição “umbilical” na discussão da crise do desenvolvimento na África Subsaariana. Ela fixa-se principalmente na política interna e causas económicas do problema e como impactam a gestão macroeconómica das economias ricas em recursos naturais. Com a sua óptica a-histórica muitos dos discursos do paradigma ortodoxo não cobrem suficientemente as dinâmicas globais da exploração dos recursos naturais e nem como elas tornaram, historicamente, países como o Ghana dependentes da exportação de matérias-primas, criando um sector de enclave que contribui muito pouco para o PIB. O autor aponta que apesar do Ghana possuir instituições acima da média africana (incluindo uma oposição, sociedade civil e os *media* que escrutinam o uso das rendas do petróleo) permanece o desafio de como gerir inteligentemente as receitas dos recursos de modo a que se traduzam em desenvolvimento económico.

Na verdade, este último aspecto parece ser um problema de todos os países africanos, tornando pertinente o papel das políticas e estratégias de desenvolvimento. Apesar de o Ghana ter criado políticas tais como conteúdo local e participação local nas actividades do sector do petróleo, as possibilidades de um maior aproveitamento dos benefícios da extracção de recursos encontra-se estrangida pelas dinâmicas do sistema de produção capitalista cuja característica crescente centra-se na acumulação infinita como objectivo em si. Assim, a forma como os recursos naturais da África Subsaariana são cruciais para os imperativos da acumulação do capital global e como a divisão internacional do trabalho entre a região e os principais países capitalistas é sistémico para as economias capitalistas globais e de interesse estratégico para estes países poderosos (*ibidem.*).

Ainda sobre o Ghana, Standing (2014) aponta que a indústria extractiva introduz várias formas de tensões sociais e custos ao nível local. A mineração tende a criar complexos, e às vezes contraditórios, resultados económicos e sociais ao nível local. Ela pode aumentar a média do rendimento *per capita* mas introduzir novas formas de desigualdade e insegurança. O país adoptou uma política de descentralização da riqueza mineral alocando parte desses recursos para as comunidades (exemplo de 20% para as autoridades locais) mas essa abordagem é ameaçada pela corrupção e captura por parte da elite, gerando a necessidade de expandir as iniciativas de transparência na indústria extractiva para os níveis da comunidade. Por outro lado, esse montante dado pelo Estado às comunidades pode ser muito pouco para ter impacto significativo em termos de desenvolvimento ou até mesmo para compensar as pessoas pelos custos associados às operações da mineração.

Seguindo a abordagem neoclássica da *Dutch disease*, Mainguy (2011) analisa a extracção do ouro no Mali mas salienta que os sintomas da doença não são explicados pelos mecanismos causais identificados pela literatura que se debruça sobre este aspecto teórico particular. Refere ainda que, se tradicionalmente as ligações a montante são as condições para o impacto positivo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nas economias hospedeiras, os esforços do Mali para diversificar não têm sido bem-sucedidos. Isto poderá ter a ver com o tamanho do país, a sua posição geográfica – situado no interior e submetido a instabilidade climática – e a alta competição da África do Sul. Argumenta também que a informação assimétrica entre as grandes firmas estrangeiras e governo pode reduzir o poder de negociação das autoridades. Para melhorar a transparência, em 2008 o governo decidiu abrir uma conta para o depósito de parte das receitas do ouro. Os objectivos desta conta prendem-se com a promoção do sector das minas de ouro e medidas locais e regionais para

o provimento de equipamento público, protecção ambiental, promoção cultural e desenvolvimento social.

A gestão da actividade extractiva no Uganda constitui outro caso a tomar em consideração. Efectivamente, Holterman (2014), utilizando a noção *foucaultiana* de biopolítica, afirma que neste país os recursos vem se tornando centrais na imaginação pública e no discurso do desenvolvimento veiculado pelo Estado. O discurso do “petróleo para o desenvolvimento” constitui uma estratégia de gestão da população com recurso a tecnologias particulares de *biopoder*, incluindo estimativas estatísticas, projectos de responsabilidade social empresarial e propaganda que difundem a ideia do petróleo como facilitadora de uma vida melhor. O governo ugandês aumentou drasticamente a militarização e segurança, numa consonância com a guerra internacional ao terrorismo, nas zonas de exploração petrolífera, sob a alegação de protecção desses investimentos contra possíveis atentados. O facto é que muitos membros da sociedade civil, incluindo jornalistas activistas dos direitos humanos e oficiais de ONG’s, enfrentam grandes dificuldades para aceder às zonas ricas em recursos naturais no país. Através do discurso e prática de segurança o regime ugandês está intrinsecamente envolvido na tentativa de administrar um tipo particular de vida que é consubstanciado no discurso do “petróleo para desenvolvimento”.

No que concerne às razões por que a sociedade civil não consegue aceder às comunidades locais Alstine et al. (2014) acrescentam que o governo ugandês lançou uma directiva que subordina o acesso às áreas de extracção a uma autorização do Ministério da Energia e Desenvolvimento Mineral. Os autores apontam para a pouca interacção existente entre as organizações da sociedade civil, organizações de base comunitária e funcionários públicos

locais com as comunidades locais nas questões da indústria extractiva. Esta desorganização é a tal ponto que as pessoas acreditam que as autoridades locais e o governo central não são o mesmo governo nas questões de gestão da indústria extractiva. As pessoas acham que, tal como as comunidades, o governo local está tão desinformado quanto desprovido de poder. A evidência sugere que apesar da retórica sobre participação na gestão dos recursos naturais, quando se trata das questões ligadas ao petróleo, incluindo informação, planificação e tomada de decisão, o processo é de facto altamente centralizado. Dada a falta de capacidade governamental e o aumento do controlo governamental, parece que a autoridade está a ser transferida, implícita (ou até mesmo explicitamente), para as companhias internacionais do petróleo através de projectos de responsabilidade social empresarial tais como infra-estruturas, construção e manutenção, e até mesmo saúde e educação.

Uma multiplicidade de factores limita os ganhos provenientes da indústria extractiva. Por exemplo, a competição pela atracção do IDE significa que frequentemente os governos oferecem incentivos fiscais aos investidores ao ponto de as receitas em impostos geradas por esse investimento se tornarem irrisórias. Esta situação ocorre principalmente nas Zonas de Processamento de Exportações onde os impostos e legislação são minimizados. As empresas multinacionais estão bem colocadas para minimizar a sua carga fiscal global. Através de paraísos fiscais e várias formas de transferência de preços conseguem fazer reduções nas declarações de lucros fornecidas às jurisdições em que operam. As grandes companhias dedicam recursos consideráveis para assegurar que pagam o menor imposto possível. Apesar de estas empresas distinguirem cuidadosamente entre evasão fiscal (que é ilegal) e *tax avoidance* (vista como legítima), as fronteiras entre os dois não são claras. A questão é que a globalização tornou mais difícil que os governos assegurem receitas de

impostos provenientes do capital internacionalmente móvel. Outro aspecto prende-se com a ambiguidade existente na relação entre IDE e crescimento, sendo que o primeiro depende das circunstâncias locais e com limitados impactos sobre os pobres (Jenkins 2005, Christensen e Murphy 2004).

Para Christensen e Murphy (2004) o pagamento de imposto constitui talvez a forma principal através da qual cidadãos privados e grandes empresas se engajam com a sociedade no geral. As receitas de impostos constituem o contrato social vital para o desenvolvimento e manutenção da sustentabilidade das infra-estruturas físicas e da justiça que garantem a liberdade e a economia de mercado. As práticas de *tax avoidance* permitem que as companhias se tornem *free riders* económicos gozando dos benefícios da cidadania empresarial sem internalizar os custos, causando desse modo devastadoras distorções de mercado e transferindo grande parte da sua carga fiscal para contribuintes e consumidores individuais. Esta actividade atingiu proporções tais que até pode ser descrita de economia de sombra³, operando na maioria dos sectores globalizados, especialmente o da indústria extractiva. Considerando a abundante evidência dando conta da irrelevância dos incentivos fiscais, coloca-se a questão de se saber qual é a razão que leva os governos a persistirem em oferecê-los às grandes empresas estrangeiras quando parece comprovado que são factores como infra-estrutura física, força de trabalho formada e condições sociais e económicas que constituem os mais importantes incentivos para os investidores.

³ *Shadow economy*.

2. Responsabilidade Social Empresarial das Indústrias Extractivas e desenvolvimento em África

A prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) pode ser situada no Século XVIII, quando as empresas construíam casas e escolas para os seus empregados (Luning 2012). Como conceito, RSE surge nos anos 1920 e desde então tem estado sujeito a um intenso debate, com alguns autores a olharem-no como um movimento ideológico para a legitimação do poder das grandes empresas. Entretanto, nos anos 1990 reemergem, com renovado vigor, os discursos sobre a responsabilidade social das firmas. Um crescente número de grandes empresas tem estado a aderir à agenda da RSE como resposta às mais variadas questões que vão desde expectativas morais das sociedades nas quais operam à má publicidade (Hond et al. 2007, Jenkins 2005). Não obstante, no contexto académico, continua a haver dificuldade quer em explicar a razão que leva as firmas a abraçarem e implementarem projectos de RSE, quer em propor uma definição clara do conceito.

Com efeito, autores como Blowfield e Frynas (2005) referem que o conceito de RSE não é homogéneo nem coerente tendo a sua utilização se tornado tão lata ao ponto de permitir que as pessoas a interpretem e adoptem para muitos e deferentes propósitos. Esta ambiguidade restringe a sua utilidade tanto analítica quanto como guia para decisores políticos. No entanto, Luning (2012) refere que RSE pode, por exemplo, ser definida como consistindo em projectos de construção de escolas ou melhoramento de modos de vida. Por seu turno, Crowson (2009) define-a como a capacidade de uma companhia comportar-se de forma ética, minimizando o seu impacto ambiental, definido da forma mais alargada possível, e tendo em conta os interesses de longo prazo e o bem-estar dos seus trabalhadores, compradores e a comunidade em geral na qual opera.

Contudo, é fundamental recordar que existem dois tipos de RSE, nomeadamente a interna (focada nos trabalhadores da empresa) e a externa (preocupada com o espaço social no qual a empresa está inserida). As análises apresentadas pela literatura sobre RSE das indústrias extractivas concentram-se no segundo tipo, abordando questões como poluição do meio, reassentamentos e reposição dos meios de subsistência, conflito de terra, etc. Esta forma de abordar responsabilidade social é consistente com o princípio da Organização Internacional de Normalização, ISO 26000, que define responsabilidade social como a responsabilidade de uma empresa perante os impactos das suas decisões e actividades na sociedade. Deste modo, ao se abordar a RSE desta forma abre-se uma lacuna que promove a fluidez de fronteiras entre a responsabilidade das empresas e a do Estado. Por conseguinte, a literatura indica a existência de uma diferença entre a RSE do sector mineiro-energético e aquela levada a cabo por empresas que operam em outros sectores, dado a actuação destas últimas assentar exclusivamente em doações e patrocínios nas áreas da cultura e do desporto.

Efectivamente, algumas convenções e ortodoxias na pesquisa sobre a relação entre RSE e desenvolvimento tendem a ser normativas, baseando-se em questões e abordagens que são tomadas como adquiridas. Assim, o que se pretenderá dizer sobre o conceito e as consequências da sua operacionalização na relação entre negócios e desenvolvimento irá diferir significativamente dependendo dos objectivos, instrumentos e agentes da RSE e a conformidade desta com, por exemplo, a democracia social e as agendas de desenvolvimento neoconservadoras ou libertadoras. Estas agendas diferentes irão afectar não só os valores promovidos mas também a forma como a RSE é implementada (Blowfield e Frynas 2005). Contudo, parece compreensível o facto de as organizações internacionais terem chamado a si a responsabilidade de criar normas internacionalmente

aplicáveis capazes de minorar os comportamentos danosos das empresas extractivas em contextos em que os Estados se debatem com poucos recursos financeiros e dificuldades estruturais na implementação de políticas públicas. Poderá, portanto, ser por esta razão que o conceito de responsabilidade social aparece muitas vezes associado ao de desenvolvimento sustentável, assumindo-se que o primeiro contribui grandemente para a concretização do segundo.

Apesar dos resultados mistos em torna das análises sobre RSE, o que também contribui para a dificuldade em defini-la, alguma literatura aponta cinco razões para a sua prática, nomeadamente: (1) as preferências do consumidor ficarão a favor de produtos e serviços providenciados por firmas transparentes e socialmente responsáveis; (2) os credores irão favorecer companhias socialmente responsáveis, sendo que as irresponsáveis verão os custos de obtenção de financiamento aumentar; (3) os potenciais empregados ficarão atraídos por companhias responsáveis; (4) o engajamento com os *stakeholders* encoraja a inovação e finalmente; (5) a confiança dos *stakeholders* e políticas socialmente responsáveis reduz os riscos que podem surgir de questões de segurança tais como potenciais boicotes e a deterioração de reputação empresarial. Alguns académicos da área classificam estes argumentos como sendo largamente anedóticos e altamente questionáveis pois se a responsabilidade RSE é voluntária ela reside dentro dos mecanismos de mercado e são necessários incentivos baseados no mercado para que as companhias invistam em tais programas (Hilson 2012, Prno e Slocombe 2012).

Blowfield e Frynas (2005) organizam o debate em torno da RSE agrupando as tendências de análise em duas escolas, nomeadamente a que olha para RSE como mau capitalismo e a

segunda que interpreta as fracas actividades de RSE como mau desenvolvimento. A primeira escola está associada à teoria tradicional de gestão de negócios e ecoa a famosa afirmação de Milton Friedman segundo a qual só há uma responsabilidade social das empresas: usar os seus recursos e engajar-se em actividades que permitem aumentar os lucros. De acordo com esta visão, ao incluírem objectivos sociais e ambientais as firmas podem lesar os accionistas gerando baixos lucros. Além do mais, as firmas não têm a expertise necessária para engajar-se na resolução de problemas sociais. A escola que olha para as fracas actividades de responsabilidade social como mau desenvolvimento está associada às organizações da sociedade civil e críticos de comportamento de empresas. Esta corrente argumenta que as companhias devem assumir as responsabilidades dos mais alargados impactos das suas actividades e que a actual prática é simplesmente inadequada para esse propósito pois o planeamento e implementação de programas sociais das firmas têm sido geralmente deficientes.

O facto de as iniciativas de RSE hoje serem largamente promovidas por actores do Norte tais como ONG's, associações de comércio, consumidores e accionistas tem implicações importantes na apresentação das questões centrais. As preocupações de tais grupos tendem a estar relacionadas com impactos ambientais, condições de trabalho e direitos humanos. As empresas estão preocupadas com os potenciais danos à sua reputação que podem advir da exposição pelos *media* das suas más práticas empresariais. Estas prioridades fazem com que se olhe para a RSE em termos negativos, por outras palavras, dá-se maior ênfase a coisas que a companhia não devia fazer do que à procura de resultados desenvolvimentistas positivos tais como a erradicação da pobreza. Uma das formas através das quais o negócio pode contribuir para a redução da pobreza é por via da criação de emprego. Entretanto,

nada na actual agenda da RSE encoraja a criação de mais emprego sustentável (Jenkins 2005).

Efectivamente, os detractores dos pacotes de RSE indicam que esta não é mais do que uma ofensiva de relações públicas para apoiar o comportamento *business as usual*. Em consonância com este argumento está a ideia de que os projectos de responsabilidade social empresarial têm apenas como função garantir às grandes companhias licença das comunidades para operarem. Para Crowson (2009), o investimento em RSE constitui um derivado de outros objectivos empresariais, em vez de uma política clara, separada e bem articulada. Os investimentos levados a cabo por grandes companhias extractivas na área da saúde, educação e outras infra-estruturas sociais, embora disponíveis para toda a gente, são em primeiro lugar para os seus trabalhadores e respectivos familiares, sendo de capital importância para o bom funcionamento do projecto mineiro. Portanto, para as comunidades resultantes dos grandes projectos, qualquer efeito benéfico em infra-estruturas, independentemente da sua natureza, está associado aos interesses primários da empresa e não a outro tipo de motivações.

No mesmo diapasão, Campbell (2012) ecoa os críticos da RSE quando estes dizem que essas actividades distraem o papel económico fundamental do negócio. No fundo, o engajamento das empresas em questões de desenvolvimento comunitário e social está destinado a ser superficial, de curto prazo, sem equidade nem sustentabilidade. O papel do Estado neste processo é explicado pelas reformas neoliberais levadas a cabo pelos governos africanos cujas ferramentas institucionais e legais foram ajustadas para a atracção do investimento estrangeiro mas reduzindo a capacidade dessas instituições e o papel dos

Estados em áreas tão vitais quanto a social e a do desenvolvimento económico. Esta liberalização do sector mineiro fez com que houvesse uma transferência efectiva da autoridade legal do Estado para as empresas no que concerne à gestão da mediação social. A falta de definição clara de fronteiras e a ambiguidade que tais situações criam explica o por que de as companhias extractivas verem-se cada vez mais a lidar com as reivindicações e expectativas das comunidades. Muitos dos problemas geralmente catalogados de fraca capacidade governativa dos países hospedeiros são problemas estruturais e historicamente enraizados. A questão é que os pacotes de responsabilidade social constituem soluções de curto prazo para resolver problemas de actores empresariais. A verdade é que os pacotes de responsabilidade social não podem resolver questões estruturais enraizadas e específicas de cada país. As actuais abordagens em relação à RSE reproduzem lógicas passadas e agendas externamente impostas em detrimento da apropriação de objectivos de desenvolvimento intersectorial implementados através de políticas públicas.

Na esteira da reflexão do parágrafo anterior, através de um interessante estudo etnográfico Kemp e Owen (2013) analisam as indústrias extractivas por dentro centrando-se nas relações comunitárias e desenvolvimento. O argumento que apresentam é o de que os grandes projectos extractivos ainda precisam de integrar as funções de relações comunitárias e desenvolvimento como questão central do seu negócio. Para os autores, apesar de as relações comunitárias providenciarem um interface entre a companhia e a comunidade, a organização das minas e o padrão industrial estão estruturados com base num modelo ocidental e não procuram reflectir ou espelhar os contextos culturais locais levando a uma abordagem etnocêntrica no engajamento com a comunidade. No argumento deste estudo etnográfico é reiterada a ideia de que os papéis dos agentes das relações comunitárias e desenvolvimento reflectem as necessidades imediatas do negócio e o

propósito geral da função de relações comunitárias e desenvolvimento é contribuir para a organização como um todo. O facto é que a responsabilidade social empresarial está relacionada com as práticas locais, mais do que muitas companhias desejam admitir. Por outro lado, o valor da função de relações comunitárias e desenvolvimento é pobremente compreendido no ramo de negócios e há a percepção de que essa função serve apenas para lidar com questões comunitárias, isto como resultado da incapacidade dos gestores em definir e articular o papel das relações comunitárias de forma operacional. Parece que para os gestores de topo essa função existe apenas para garantir o contexto operativo que permitirá a empresa atingir as suas metas e objectivos.

O aumento da retórica pública, por parte das companhias extractivas, sobre a responsabilidade social empresarial não tem sido acompanhado pela redução dos protestos, e nalguns casos oposição, das comunidades hospedeiras. Slack (2012) questiona o por que disto estar a acontecer se a maior parte destas grandes companhias está genuinamente comprometida em “fazer a coisa certa” nas questões sociais, económicas e ambientais, tal como a sua retórica indica? Uma das respostas avançadas pelo texto é a de que nos países em desenvolvimento, onde os governos são fracos, as companhias extractivas têm carta-branca para publicamente veicular seu compromisso com a responsabilidade social enquanto na prática viola os seus princípios. Isto constitui um paradoxo. Existe uma inerente tensão entre a natureza das indústrias de extracção de recursos e os compromissos com a RSE, situação que é intuitivamente captada pelas comunidades hospedeiras. Muitas companhias prometem benefícios em termos de empregos directos e indirectos que depois não se verificam. As expectativas das comunidades também são estruturadas pela falta de comunicação sobre os benefícios que a indústria extractiva não pode gerar. O consentimento das comunidades é uma questão crucial para a adopção de uma verdadeira

RSE baseada num modelo de negócios na indústria extractiva. As empresas têm de mover-se de compromettimentos vagos em torno das licenças para operar e adoptar princípios mais claramente definidos sobre o consentimento livre e informado. O estabelecimento de indicadores de performance para se medir a responsabilidade social pode ser útil.

Coincidindo com o autor anterior, a estrutura argumentativa de Luning (2012) constitui outro exemplo da literatura que afirma existirem factores enraizados no negócio para que as firmas se engajem na RSE. Este autor sublinha que as relações com a comunidade têm de ser criadas e negociadas. A RSE deve iniciar-se desde a fase de exploração, acautelando questões como licença para operar desde o princípio do projecto. Abordagens de negócios baseadas nas relações de parceria entre as corporações e as comunidades são apresentadas como meios para aumentar a reputação e o valor da companhia, ao mesmo tempo que validam a licença para operar. Esta licença deve ser conquistada e depois mantida. Adverte que o processo negocial com as comunidades não deve ser igualado ao de uma transacção económica.

A crítica de Crowson (2009) levanta a questão de saber-se até que ponto os gastos das grandes empresas em projectos locais ou regionais, como forma de ganhar os corações e as mentes, podem ser economicamente eficientes. É duvidoso que tais gastos possam substituir a alocação adequada e geograficamente balanceada das receitas dos recursos naturais nacionais feita através de uma política. Em termos ideais esta opção beneficiaria as comunidades locais e o país como um todo. Existe o risco de os gastos das empresas, mesmo que bem direccionados, apenas permitam que as empresas sejam respeitadas temporariamente, sendo que as comunidades locais irão sempre pressionar por mais,

independentemente das condições de mercado. Os países hospedeiros estão mais receptivos ao investimento nas capacidades do sector público, incluindo RSE, durante prolongados períodos de fracas condições de mercado e durante as fases iniciais do *boom* do que na altura em que as condições de mercado estejam melhores. Durante os períodos de *boom* os governos estarão menos receptivos a formas de investimento “leve” (*soft*) tais como projectos de RSE, procurando captar maiores benefícios económicos⁴. A afirmação seguinte mostra a importância que o autor dá à necessidade de deixar de lado as ilusões sobre o interesse central das empresas: o interesse principal das companhias extractivas irá inevitavelmente divergir daquele dos países hospedeiros. Estes até podem beneficiar do investimento de recursos na melhoria das capacidades do sector público mas isso não significa que as empresas façam tal investimento atendendo aos interesses de longo prazo desse país.

Christensen e Murphy (2004) afirmam que a agenda da RSE é conduzida pela procura de uma abordagem ética na forma de fazer negócios. O facto é que não é possível ser-se ético numa área de conduta de negócios e agir de outra forma noutra. As companhias que funcionam desta forma revelam uma grande incoerência sob o ponto de vista de valores orgânicos. O que as companhias extractivas precisam é adoptar padrões de RSE na área do imposto, incluindo publicação de toda a informação contabilística necessária. Os relatórios de RSE deviam listar os países com os quais as companhias fazem transacções comerciais e os lucros que obtêm desses países.

⁴ As grandes companhias extractivas estão preocupadas com os minerais que procuram e quase sempre indiferentes às comunidades hospedeiras. A RSE é útil durante os períodos em que as condições de lucratividade nos mercados internacionais são baixas. Nessas alturas, os governos competem para atrair o IDE e, como os retornos de receitas em impostos podem ser lentos, para evitar a emergência de desilusões por parte das populações as companhias podem devotar recursos para projectos comunitários. Durante o período de *boom*, quando os preços das matérias-primas são altos, as expectativas sobem mais ainda e o enfoque dos países hospedeiros muda no sentido de conseguir encaixar um maior bolo de lucros. Nesta fase os debates nacionais centram-se em considerações económicas do que em aspectos de responsabilidade social (*ibidem.*)

Apesar do tácito consenso sobre o facto de a RSE variar de região para região, e até mesmo dentro de regiões, a agenda da *mainstream* sobre o assunto não tem sido capaz de reflectir adequadamente esta diversidade. Como resultado, não obstante a importância de princípios universais tanto para negócios como *stakeholders*, existe uma tensão recorrente entre expectativas globais e desafios locais. A natureza Norte-centrada da agenda *mainstream* sobre a RSE significa que ela não é apenas insensível às prioridades locais mas que também potencialmente mina as perspectivas de desenvolvimento sustentável do Sul. A afirmação anterior poderá responder parcialmente à questão do por que, apesar do aumento significativo dos recursos para as relações comunitárias, as companhias extractivas continuarem incapazes de garantir a sua licença para operar (Idemudia 2007). Deste modo, a actual agenda de RSE pode não ser a mais apropriada para resolver problemas sociais nos países em desenvolvimento e poderá estar a desviar a atenção de soluções políticas, económicas e sociais mais abrangentes. Uma das questões centrais neste debate prende-se com o facto de os projectos de RSE das firmas serem de curto prazo e isso é exacerbado pelo facto de a maior parte dos gestores não serem especialistas em desenvolvimento, verificando-se assim uma contradição flagrante entre a primazia dos negócios centrados na maximização do lucro a curto prazo e objectivos desenvolvimentistas que normalmente requerem planos de longo prazo (Frynas 2005).

A fraqueza da prática de RSE advém do ênfase que coloca em atingir objectivos globais ou padrões empresariais de desempenho ocidentais sem atender às especificidades dos contextos locais nos quais essas estratégias são implementadas. Esta situação leva à concepção de programas inapropriados e que contribuem muito pouco para a segurança económica e social das comunidades locais. Assim, observa-se um conflito entre os

princípios de mercado que orientam as actividades de RSE e os princípios não ligados ao mercado que existem nas regiões hospedeiras da actividade extractiva. Por isso, ao ignorarem as especificidades dos contextos locais as empresas limitam a eficácia das suas iniciativas de RSE. Por outro lado, o enfoque nas variáveis sociais e políticas locais irão oferecer aos decisores políticos informação apropriada para lidar com os limites impostos pelo processo de desenvolvimento que continua a beneficiar apenas as multinacionais (Gilberthorpe e Banks 2012).

Os autores que, embora reconhecendo o seu insucesso, acreditam na possibilidade de os pacotes de RSE terem efeitos positivos no desenvolvimento das comunidades hospedeiras referem ser importante o papel dos governos. Por exemplo, Ackai-Baidoo (2012) acha que o Estado deve apoiar as iniciativas de RSE da indústria extractiva pois as operações em regiões como a África Subsaariana, culturalmente diversa e caracterizada por conflitos generalizados entre grupos indígenas, podem ver-se seriamente limitadas quando não se acautelam questões específicas desses locais. E, dado o carácter único desses ambientes, as estratégias de RSE devem ser dinâmicas para que sejam efectivas. Dar dinheiro a governos corruptos para construírem escolas, melhorarem serviços hospitalares, reabilitar estradas e estabelecer fundos educacionais sem estarem acompanhados da devida monitoria, essas iniciativas estarão votadas ao fracasso. Este argumento é consistente com a perspectiva de Alstine e Barkemeyer (2014) quando sustentam que a questão de desenvolvimento tem sido vista como importante desafio estratégico pela indústria extractiva mas só se reflecte parcialmente ao nível do discurso político.

Alstine et al. (2014) recorrem ao caso do Uganda para ilustrar como o impacto da actividade extractiva ao nível local não está sob controlo nem do governo nem das organizações da sociedade civil. As empresas engajam-se com as comunidades apenas para garantir acesso à terra e levar a cabo actividade extractiva, o que tem como consequência o fluxo de informação num sentido e ausência de um mecanismo de resolução de conflitos. Realmente, a incapacidade de engajar-se com as comunidades locais (que muitas vezes vêem as firmas extractivas de minérios, petróleo e gás como seus piores inimigos) parece constituir o problema central, levando muitas companhias a usarem a RSE para tentarem chegar a elas, através da publicitação pelos *media* do seu comprometimento com o desenvolvimento local, e nesse processo aumentam as expectativas das populações empobrecidas.

Outro facto relevante é que dado o tempo que o negócio leva a gerar retornos financeiros, os gestores das firmas extractivas usam a RSE como forma de fazer o compasso de espera, satisfazendo as exigências das comunidades e como estratégia pública. Todavia, para que os pacotes de RSE sejam eficientes é necessário fundações de legislação robusta a complementá-los. O problema é que nos países em desenvolvimento falta capacidade de legislar e regular (Hilson 2012). É precisamente esta espécie de vácuo que é necessário cobrir, sobretudo no que concerne aos acordos de desenvolvimento comunitário entre as populações e as companhias extractivas. Mas mesmo que se cubra esta lacuna levanta-se outro problema: as actividades de RSE são largamente consideradas como prioritariamente da responsabilidade do Estado.

Este problema leva-nos a reflectir sobre aqueles casos em que mesmo quando os efeitos ambientais e sociais são mitigados, e alguns projectos de desenvolvimento comunitário bem-sucedidos, a atenção é desviada dos efeitos políticos e económicos no Estado-nação. Assim, observa-se que a RSE não toma em conta questões de governação. Talvez por isso, quando os governos falham, as populações locais viram-se para as companhias extractivas exigindo que estas providenciem desenvolvimento através de projectos. Deste modo, pode-se argumentar que a RSE perpetua uma situação de perda para a governação do país: geralmente falhas na governação elevam o papel da RSE no desenvolvimento mas esta é incapaz de desempenhar tal papel. Entretanto, mesmo que esta pudesse desempenhar essa missão haveria o perigo de reduzir-se a pressão sobre o governo, figura que deve ser líder do processo de desenvolvimento (Frynas 2005).

A polarização do debate sobre a RSE, como promotora do desenvolvimento dos países hospedeiros e, por outro, a natureza maximizadora das companhias extractivas, deixa evidente a ausência de espaço para a reconciliação destes dois pólos. O facto é que a RSE terá sempre um efeito muito limitado tanto no que concerne ao combate à pobreza - devido à sua lógica capital intensivo e necessitar de força de trabalho altamente especializada - assim como na transformação substancial da estrutura económica dos países. Por outro lado, os projectos de desenvolvimento comunitário implementados nas comunidades hospedeiras - como estratégia de reposição dos estilos de vida abalados pelos reassentamentos ou outras actividades disruptivas - são de pouca sustentabilidade, nalguns casos agravando a situação de pobreza. Contudo, embora as práticas de RSE tenham pouca influência ao nível macro dos Estados, o conceito que os norteia revela-se pertinente para analisar como essas práticas das multinacionais afectam as representações, símbolos e percepções das pessoas sobre as capacidades do Estado ao nível local e como essa ideia de

Estado pode construir na longa duração narrativas e imaginários a respeito das instituições, sejam elas organizações ou políticas públicas, pois é a partir dessas representações que o comportamento das populações é moldado, transformando-as num determinado tipo de actores políticos e estruturando um determinado tipo de engajamento político.

3. Dinâmicas das Indústrias Extractivas em Moçambique

O debate sobre a indústria extractiva em Moçambique está focado na renegociação dos contratos, transparência e efeitos das actividades dos grandes projectos nas comunidades hospedeiras. De acordo com Selemane (2013), depois de muitos anos de discussão sobre a dependência de ajuda a tendência nos últimos anos é de mudança para a área dos recursos naturais. A sociedade civil e as instituições de pesquisa questionam a concessão de excessivos incentivos fiscais aos grandes projectos extractivos. A análise académica sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento varia desde a abordagem da *resource curse* à economia política. Por exemplo, para Bucuane e Mulder (2007) o facto de muitos dos recursos explorados em Moçambique não serem renováveis coloca o risco de o país poder sofrer da *Dutch disease*. Esta afirmação pode ser discutida em duas perspectivas: primeiro, se considerarmos a obsessão do governo Moçambicano pelas baixas taxas de inflação, sendo que esta tendência é consistente com o modelo neoliberal, o perigo pode ser real. De acordo com Saad-Filho e Weeks (2013) e Bebbington et al. (2008), a sabedoria convencional influencia os governos dos países em desenvolvimento a não intervirem muito na esfera económica. Lidando com as políticas fiscal e monetária, e concordando com o facto de a *resource curse* ser mais um problema de políticas do que propriamente dos recursos em si, existem poucas chances de o governo usar instrumentos de política que levem a um processo desenvolvimentista.

Segundo, Chang (2012) refere que, com a excepção da África do Sul e a República Democrática do Congo, poucos países africanos são dotados de mais do que um recurso natural, realidade que vai contra a percepção generalizada propalada pela sabedoria convencional. Antes das descobertas das reservas de gás na bacia do Rovuma o enfoque estava no alumínio, um dos maiores produtos de exportação do país, não obstante sua

matéria-prima ser importada e apenas processada no país para futura exportação. Actualmente, espera-se que Moçambique se torne no terceiro maior exportador de Gás Natural Liquefeito (GNL), depois do Qatar e Austrália.

Porém, apesar de discutir o impacto dos recursos naturais na economia utilizando a abordagem clássica da *Dutch disease* e *resource curse*, Biggs (2012) coloca uma questão interessante: que políticas podem ser implementadas para aumentar as perspectivas de gestão satisfatória do presente *boom* dos recursos naturais? A análise concentra-se nas vulnerabilidades através das quais as doenças acima apontadas podem afectar a economia. De facto, seu estudo sugere que a volatilidade da taxa de câmbio aumentou na última década, um incremento de 40% de uma média de 2.6% na primeira metade da década para 3.7% na segunda. Assim, colocando estas estimativas em perspectiva, a volatilidade da taxa de câmbio de Moçambique é quase duas vezes mais alta tal como em países desenvolvidos onde a média ronda entre os 2% e 2.5% em termos de exportações. Portanto, de acordo com o anteriormente referido, o país está a mover-se do alumínio para o gás e carvão e estas duas *commodities* são mais voláteis do que a primeira.

No que concerne à capacidade institucional do Estado, estudos recentes vem revelando o facto de Moçambique necessitar de mão-de-obra qualificada, sobretudo ao nível provincial e distrital, para lidar com as poderosas multinacionais que operam no sector mineiro e de hidrocarbonetos. O mesmo problema é também encontrado nos ministérios que gerem as questões de licenciamento, pesquisa, produção, comercialização e exportação das matérias-primas. O Estado moçambicano não possui um sistema de avaliação de recursos naturais nem um sistema autónomo de verificação das quantidades e qualidade exportada pelas

companhias, baseando-se apenas na informação providenciada pelas empresas (Seleman 2013).

Entretanto, quando visto no contexto dos indicadores de governação em África, Moçambique apresenta melhores instituições que Angola, Congo e Nigéria (Bucuanne e Mulder 2007). Não obstante, esta comparação pode induzir em erro na medida em que o país está a ser comparado com os piores, o que significa que está na 7ª posição contando do último para o primeiro num conjunto de 21 países. Efectivamente, Biggs (2012) afirma que Moçambique é uma democracia nascente, em que o governo central continua a ter um controlo frágil de todo o sistema e os governos locais têm capacidade limitada para gerir a qualidade das instituições e questões económicas. No conjunto, o país não está no ponto de partida ideal para lidar com o *boom* dos recursos naturais, particularmente se olharmos para a experiência de países semelhantes.

Apesar deste quadro, Moçambique tem mostrado alguns sinais de pretender ajustar os instrumentos legais e políticos às actuais dinâmicas, sendo o exemplo disso as mudanças efectuadas aos dispositivos legais relacionados com a indústria extractiva. Efectivamente, a lei do petróleo removeu o monopólio de pesquisa que a companhia Nacional de Hidrocarbonetos detinha, tornando-se apenas representante dos interesses do Estado no sector. Assim, em 2004 foi criado o Instituto Nacional do Petróleo (INP) para regular as operações da área dos hidrocarbonetos no país. Não obstante, estas iniciativas estão limitadas e mesmo este processo de reajustamento dos arranjos institucionais formais não é consensual pois as desarticulações sectoriais persistem. Por outro lado, estas iniciativas podem constituir o resultado da crescente pressão da sociedade civil, embora autores como

Augé (2014) argumentem que ela ainda é muito fraca e nalguns casos com alguma compreensão deturpada das questões ligadas à indústria extractiva. O autor dá o exemplo do Centro de Integridade Pública que procedeu a uma interpretação errada de alguns contratos assinados entre o governo e as multinacionais extractivas.

Todavia, uma das razões porque a economia não beneficia da extracção dos recursos naturais está relacionada com os incentivos fiscais e, de acordo com o CIP (2013), o mais problemático dos incentivos é o imposto de produção fixado em 3% enquanto noutros países está situado na ordem dos 5 a 7%. Adicionalmente, enquanto alguns incentivos duram entre 10 a 20 anos, outros subsistem para toda a vida útil do projecto. Assim, alguns projectos vão esgotar os recursos que exploram antes de a companhia começar a pagar impostos justos ao país, frustrando as expectativas dos cidadãos moçambicanos, verdadeiros donos dos recursos. Na mesma perspectiva, Castel-Branco (2011) já havia referido que a médio prazo as grandes empresas multinacionais no complexo mineral energético terão um potencial fiscal ocioso (devido aos benefícios fiscais de que gozam) que será superior ao orçamento geral do Estado concedido pelos doadores. A mobilização deste potencial fiscal ocioso poderia expandir a receita para 25%-30% enquanto ao mesmo tempo reduziria a dependência externa do orçamento geral do Estado de 48% para 37%.

No sentido contrário à argumentação geral acerca do crescimento impulsionado por megaprojectos com incentivos fiscais generosos, Sonne-Schmidt et al. (2009) apontam que estes investimentos não constituem a principal fonte do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) nem que todas as actividades estagnariam se fossem removidos os megaprojectos da equação. Contudo, os autores assumem que estes grandes projectos

podem contribuir em 12% para o crescimento. Assim, um dos maiores problemas desta estratégia de desenvolvimento ancorada na indústria extractiva é que, além de ser capital intensiva e não criar emprego, penaliza as pequenas e médias empresas e os cidadãos. Considere-se o exemplo da Mozal que consome cerca de 65% da electricidade produzida em Moçambique. Esta constitui uma taxa muito alta de consumo de recurso natural comparativamente ao retorno que a companhia dá ao país. Entretanto, o mais intrigante ainda é o facto de esta companhia beneficiar de redução na tarifa da energia enquanto os cidadãos moçambicanos com electricidade, incluindo as pequenas e médias empresas, pagam cinco vezes mais do que a Mozal. (Jubilee Debt Campaign 2012).

Na esteira do acima explicitado, Castel-Branco (2010) reitera que uma das características duma economia extractiva é a sua dependência numa classe capitalista nascente para o acesso às rendas dos recursos naturais e, conseqüentemente, a sua submissão às dinâmicas de acumulação capitalista global. Dado o facto de o acesso aos recursos naturais e as ligações com as multinacionais requerer, ou ser facilitada por, ligações políticas através do Estado, o processo de acumulação baseado nas rendas dos recursos naturais e numa economia extractiva tende a constituir a aliança directa entre acesso ao poder público e os recursos, tal como o desenvolvimento de um Estado focado na promoção nacional de oligarquias financeiras e na facilitação da sua aliança com o capital financeiro internacional.

Este argumento está em consonância com o estudo de Jubilee Debt Campaign (2012) pois os grandes projectos providenciam altas taxas de crescimento económico, lucros e oportunidades de receitas para as elites Moçambicanas. Deste modo, alguns destes projectos são financiados por governos e instituições comprometidas com a redução da

pobreza nos países em desenvolvimento, nomeadamente o Reino Unido, Alemanha, Canadá, Banco Mundial. No caso da Mozal estima-se que Moçambique receba apenas 15 milhões de dólares por ano em impostos e lucros. Enquanto isso, a BHP Billington, o principal parceiro, recebe 114 milhões de dólares.

Contrariamente ao que referem Rodo et al. (2012), o país possui programas de conteúdo local e existe um crescente indício de que a elite está a mover-se através aquelas programas para o sector extractivo. A questão que se coloca é: considerando a complexidade das operações na indústria extractiva, de que forma estas companhias nacionais se vão integrar e servir esta indústria? Resultados mistos começam a surgir. Por exemplo, Selemane (2009) argumenta que estes empresários irão manter o padrão de *rent seeking* que consiste basicamente na transacção de licenças de pesquisa de petróleo. Na mesma linha de raciocínio, um estudo mais elaborado, sobre as empresas que fornecem serviços à Mozal, apresentado por Langa e Mandlate (2013) mostra a existência de programas de conteúdo local desenvolvido pelo governo, através do Centro de Promoção de Investimentos, designado SMEELP. Este programa permitiu aumentar o conteúdo local de 4% para 14%. Algumas das empresas do estudo de caso são citadas como tendo ligações com a elite política.

Consentâneo com o argumento do parágrafo anterior, a pesquisa do CIP sobre a “Exportação do Gás de Pande Temane Para a África do Sul”, ao descrever os accionistas do projecto da SASOL, refere que “[o]s dividendos são repartidos de acordo com a parcela de propriedade da empresa: 70% para ENH, 20% para o Estado moçambicano e 10% para accionistas privados moçambicanos” (CIP 2013,5). O facto de não se saber quem são esses

accionistas individuais que beneficiam dos 10% poderá ser usado também como indicativo do facto de a indústria extractiva estar a ser usada para acumulação primitiva.

Outro estudo, neste caso sobre a Kenmare, refere que a obsessão de Moçambique por uma estratégia de crescimento económico ancorada na atracção do IDE, sem se preocupar com a forma como esse investimento é feito e a quem beneficia, resulta da esmagadora influência dos doadores (Brynildsen e Nombora 2013). Esta constatação parece reproduzir o padrão de desculpabilização muito comum no discurso oficial e revela-se inconsistente com algumas opções que o governo tomou mesmo com forte oposição dos parceiros internacionais, sobretudo o Banco Mundial. Neste sentido, a criação de um banco de desenvolvimento constitui um exemplo ilustrativo. O facto é que, se é verdade que a comunidade doadora exerce sua influência nas principais políticas nacionais, essas alternativas sugeridas ou impostas pela comunidade doadora são emuladas e ajustadas às estratégias de manutenção de poder e dos interesses económicos das elites ligadas ao Estado e à Frelimo.

Este estudo acrescenta que o domínio da Frelimo em todas as esferas acaba por tornar fluidas as fronteiras entres os três poderes e, sendo o presidente o principal interveniente do sistema político, essa situação acaba por ter reflexos nas relações comerciais onde a elite apresenta fortes interesses. E uma dessas influências nefastas está na forma como os megaprojectos são geridos. Por exemplo, *“a Kenmare, após seis anos de produção, os impostos pagos pelos funcionários excedem em muito a soma de impostos pagos pela própria empresa”*. Portanto, são situações como esta que explicam o facto de o sector extractivo em Moçambique ter

representado 10% das exportações em 2010, contribuindo com apenas 3,3% das receitas fiscais totais (Brynildsen e Nombora 2013,13).

Todo este quadro torna legítimos os temores relacionados com o aumento da corrupção e a deterioração da governação. Nesta perspectiva, Hofmann e Martins (2012) referem-se ao facto de as instituições estatais no país serem dominadas pela Frelimo, detentora do poder desde a independência, e membros do governo são accionistas de grandes empresas tanto do sector estatal quanto privado. Resultante da pressão de diferentes actores sociais, só recentemente é que foi aprovada a lei de probidade pública para lidar com as questões de conflitos de interesses mas ainda não são conhecidos os efeitos práticos deste dispositivo legal. Os autores frisam também o facto de não haver uma estratégia de desenvolvimento estatal para a utilização das receitas do sector extractivo.

Efectivamente, apesar do crescimento impulsionado e concentrado na extracção dos recursos naturais e a descoberta de reservas de gás na bacia do Rovuma, o país ainda não conseguiu conceber uma estratégia de desenvolvimento nacional assente numa forte visão de futuras necessidades e prioridades políticas que não sejam determinadas por forças externas (Hofmann 2013). Até ao presente, a estratégia de desenvolvimento económico limita-se aos PARP's. Por isso, apesar de o país poder se tornar no terceiro maior exportador de gás no mundo, as possibilidades de alteração da estrutura produtiva são limitadas.

4. Responsabilidade Social Empresarial em Moçambique

O texto *Corporate Social Responsibility in Southern Africa, the Case of Mozambique*, de Carlos Fumo (2005) constitui uma das primeiras tentativas de discussão crítica da questão de responsabilidade social empresarial no país. Enquadrado na corrente que advoga o *business case* para a responsabilidade social, o autor argumenta que o aumento do investimento externo nos anos 1990, incluindo seu maior enfoque no investimento social das empresas, foi acompanhado pela marginalização das empresas privadas locais devido aos seus limitados recursos. Após as privatizações, muitas das empresas que eram anteriormente estatais faliram, sobrevivendo apenas oligopólios naturais, hoje empresas públicas, tais como a Electricidade de Moçambique, Telecomunicações de Moçambique e Companhia Ferroviária de Moçambique. Por isso, a noção de responsabilidade social destas companhias é conduzida pelo sentido de prestígio nacional. Deste modo, fazem doações em situações de grandes desastres naturais e providenciam creches e outras facilidades de educação para os seus trabalhadores.

A situação anteriormente descrita fez com que o ambiente corporativo fosse dominado por investidores estrangeiros, tendo estes se transformado nos maiores contribuintes para o investimento social, seguidos das empresas públicas e empresas privadas locais. Os grandes investidores estrangeiros muitas vezes possuem políticas de investimento social específicas que constituem parte do seu marketing e estratégia de protecção de imagem. Empresas como a Mozal, Coca-Cola, Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SASOL, Banco Internacional de Moçambique, etc. providenciam fundos para a construção de escolas comunitárias, postos de saúde, assistência técnica às pequenas empresas e fazem grandes doações em situações de desastres naturais.

Na mesma tónica, e concentrando a sua análise na questão dos incentivos e pressões, Lourenço (2007,5) argumenta que a fraca sindicalização dos trabalhadores, corrupção, desemprego e a complexidade da cadeia produtiva estruturam o contexto e ambiente institucionais e legal do país, sendo que no caso de Moçambique são fracos. *“A postura das empresas em relação a RSE é função do meio em que elas estão inseridas. Quando a execução da lei é fraca consequentemente o cumprimento da legislação ganhará um carácter voluntário. Assim, nem a legislação nem a sua execução constituem incentivo ou pressão para práticas socialmente responsáveis do sector privado no país”*. Já nesta altura o autor falava da necessidade de existência de capacidade humanas e institucionais para a implementação de práticas de negócios responsáveis através da criação de códigos de conduta, directrizes e guiões para relatórios das empresas em matérias de RSC, indicadores, esquemas de certificação e sistemas de premiação.

Sobre o mesmo assunto, em 2009 a embaixada da Noruega publicou um documento a informar as empresas deste país a operarem em Moçambique sobre o lançamento do *White Paper on Corporate Responsibility*, reafirmando que estas companhias devem seguir as leis e regulamentos do país hospedeiro. O documento indica o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social como a instituição responsável pelas actividades de responsabilidade social empresarial e reitera o facto de este não possuir os recursos necessários, autoridade e nem perfil para lidar com a cidadania empresarial em Moçambique. Tal como o autor anterior, aponta que apesar de as ferramentas legais para fazer negócios no país obedecerem os padrões internacionais, falta capacidade de monitoria e mecanismos para garantir o seu cumprimento (Royal Norwegian Embassy 2009).

O recente *boom* dos recursos naturais colocou a questão da responsabilidade social empresarial no epicentro do debate público. Actualmente, os *media* têm desempenhado um papel fundamental nesses debates através da divulgação de abusos e más práticas das companhias e discussão de medidas de políticas. Não obstante, de acordo com Hofmann (2013), as comunidades têm muito pouca influência no processo. Elas até podem estar informadas dos efeitos dos megaprojectos mas não têm como se tornarem parte do processo de tomada de decisão. A resistência pública é muitas vezes reprimida pelas forças governamentais. Os reassentamentos das populações levaram com frequência a uma situação de vida pior, com limitados acessos a infra-estruturas e possibilidades de rendimento (Hofmann e Martins 2012).

Uma das principais expectativas das comunidades tem a ver com o emprego. A análise de Brynildsen e Nombora (2013) sobre a Kenmare mostra haver divergência de opiniões relativamente ao esforço desta empresa em recrutar pessoal local pois os líderes locais referem haver recrutamento apenas em Maputo e na capital provincial, Nampula, quando a empresa insiste no facto de absorver membros da comunidade. O relatório explica estas divergências apontando para a deficiente gestão de expectativas e má comunicação. Por outro lado, o fundo de responsabilidade social da Kenmare está corporizado na KMAD (Kenmare Development Association), sendo que em 2009 esta empresa gastou 264.000 USD em responsabilidade social, correspondentes a 0,6% das receitas do grupo, nomeadamente 42.300 mil USD. A comunidade hospedeira reclama maior apoio do projecto. No que se refere à governação os autores avançam a possibilidade de se terem esbatido as fronteiras entre as responsabilidades do Estado e da empresa. Entretanto, os pesquisadores não explicam como essa fluidez de fronteiras se manifesta.

No que concerne às actividades da Vale Moçambique e da Riversdale, actualmente Rio Tinto, Mosca e Selemane (2011) argumentam que os reassentamentos constituíram a reprodução dos erros cometidos durante o período da modernização coerciva no qual a implantação das aldeias comunais afastou as pessoas das terras férteis, das instituições e dos seus modos de vida, empurrando-as para uma situação pior, com limitações na colocação dos seus problemas.

Apesar de constituir um ponto de partida interessante, a incipiente literatura sobre responsabilidade social empresarial em Moçambique enferma de dois problemas fundamentais: (1) apresenta-nos uma espécie de fotografia do que está a acontecer, com principal incidência nos efeitos das causas em vez de uma discussão da causa dos efeitos; (2) esta primeira deficiência constitui uma das principais razões por que essas análises não tiram conclusões gerais e alargadas sobre esses efeitos nas políticas e na natureza do Estado, assentando em asserções tomadas como dadas sobre a demissão do papel do Estado e reprodução de erros do passado sem, no entanto, procederem a uma demonstração empírica. A fraqueza do Estado e sua capacidade de produzir políticas públicas não são dadas, é necessário uma demonstração sobre a forma como estas duas variáveis interagem. Por exemplo, enquanto muitos autores assumem que as privatizações enfraqueceram o Estado, Pitcher (2003, 2012) argumenta que estas fortaleceram o poder da Frelimo. No que concerne às políticas, só o PARP é que foi objecto de análise sistematizada. Portanto, a aprovação da Política de Responsabilidade Social Empresarial (PRSE) das indústrias extractivas constitui uma oportunidade para discutir as motivações do executivo e dos agentes intermédios do Estado e os interesses específicos que determinaram a escolha desta opção de política.

CAPÍTULO II

POR LEITURAS ALTERNATIVAS DOS ESTADOS AFRICANOS

1. Leituras da sabedoria convencional sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento.

1.1. “Doenças” dos recursos naturais e suas implicações para o desenvolvimento em África.

A África subsaariana tem sido hoje vista pelos investidores estrangeiros como a “nova fronteira”. Atraídas pelas matérias – primas, isenções fiscais e expectativas de grandes lucros, as companhias extractivas têm estado a lançar-se para esta região, gerando uma série de questões nos países hospedeiros. Efectivamente, de acordo com Hilson (2014) a ênfase na expansão da indústria extractiva em muitos casos não tem sido acompanhada pelo desenvolvimento. Existe um largo consenso na literatura segundo o qual os governos hospedeiros estão mal equipados para lidar com este nível de expansão industrial e que o aparecimento das rendas de minerais ou petróleo simplesmente exacerbou as desigualdades sociais pré-existentes, alimentando políticos rendeiros ou dividindo as sociedades.

Entretanto, antes de apresentarmos os casos ilustrativos sobre o papel da indústria extractiva no desenvolvimento económico, importa lembrar o debate existente ao nível teórico. De facto, na discussão sobre a influência dos recursos naturais no desenvolvimento económico podem ser encontradas três abordagens fundamentais, nomeadamente a da *resource curse*, *Dutch disease* e *greed and grievance*. Fora desta linha de pesquisa é possível encontrar investigadores que procuram estabelecer conexões entre recursos naturais e ditaduras ou autoritarismo, recursos naturais e desenvolvimento humano e, mais

recentemente, a predominância da análise sobre o papel das instituições. Todas estas reflexões têm como guarda-chuva a noção de *paradox of plenty* sugerida por Karl (1997).

Antes dos anos 1980 os recursos naturais eram tendencialmente vistos como benéficos para o desenvolvimento económico. Este entendimento mudou com o artigo seminal de Sachs e Warner (1995) que, usando regressões econométricas, concluem haver uma correlação negativa entre recursos naturais e crescimento económico, fenómeno que passou a ser designado na academia por *resource curse*. Desde então, um número interminável de trabalhos tem sido publicado, apresentando resultados mistos e nalgumas situações contraditórios. Nesta linha de pesquisa encontramos os trabalhos de Auty (1997), Ross (1999,2001), Collier e Hoeffler (2005), Torvik (2002), Sachs e Warner (2001), apenas para mencionar alguns.

Procurando aprofundar o debate sobre o papel dos recursos naturais no desenvolvimento, Stiglitz (2005) argumenta que a sua extracção diminui a riqueza do país, a menos que os fundos gerados sejam investidos de outra forma. A extracção por si torna o país pobre no sentido em que recursos tais como petróleo, gás ou minérios não são renováveis, ou por outra, uma vez extraídos e vendidos não podem ser repostos. Apenas o reinvestimento em capital (natural ou físico) pode compensar a perda da riqueza na forma desse recurso e tornar o país rico. Outra questão apontada pelo autor é a facilidade com que os países ricos em recursos naturais conseguem financiamento, principalmente quando o preço das matérias-primas está em alta. Aqui levanta-se o problema de tais empréstimos não serem aplicados pelos governos em investimentos de alto retorno. Pelo contrário, os fundos são usados para financiar as despesas das famílias e podem contribuir para a supervalorização

da taxa de câmbio através do aumento das exportações, criando o efeito conhecido como *Dutch disease*. Segundo Bulte et al. (2005,1030) a hipótese clássica da *Dutch disease* postula que “o boom das matérias-primas vai afastar os recursos dos países das actividades mais conducentes ao crescimento a longo prazo. Esse boom causa a apreciação da taxa de câmbio do país, o que por sua vez induz a contracção das exportações manufactureiras, ou retira o capital e o trabalho do sector manufactureiro, e como resultando aumento os seus custos”.

Relativamente à *greed and grievance*, no seu estudo, Collier e Hoeffler (2005) apresentam dois modelos, nomeadamente o de “greed-rebellion” e “grievance-rebellion”. No “greed-rebellion”, os autores estão preocupados com aquelas rebeliões que são suficientemente largas e sustentadas, capazes de entrar em conflito com as forças governamentais e gerar pelo menos 1000 mortos em batalhas relacionadas. Neste estudo as rebeliões são distintas de outros crimes organizados dado o objecto de extorsão ser diferente e centrado na exportação de produtos primários. No modelo *grievance-rebellion* o objectivo não é a predação mas sim mitigar injustiça. Na interacção entre os dois, o modelo de “greed” postula que a causa inicial de conflitos é o cálculo económico de relativa vantagem militar, a habilidade do governo para financiar as despesas, a escala de exportação de produtos primários e o custo de recrutamento de rebeldes. Por seu turno, o modelo de “grievance” postula que a causa inicial de conflitos não é o cálculo económico mas sim protestos capazes de gerar conflitos étnicos ou religiosos, desigualdade, opressão ou vingança histórica.

Dentre alguns autores que contestam as hipóteses da *resource-curse-Dutch-disease-greed and grievance* encontramos o trabalho de Pineda e Rodrigues (2010) o qual, sob a perspectiva de

desenvolvimento humano, vai contra o argumento da *resource curse*, não só no que concerne às questões ligadas ao crescimento do PIB, incluindo as outras dimensões de desenvolvimento humano. Curiosamente, Saad-Filho e Weeks (2013) rejeitam a existência de maldições e doenças, apontando que os problemas são resultantes de decisões de política do que manifestação de fraquezas estruturais profundas. Atribuindo grande dose de responsabilidade às políticas neoliberais por tais desideratos, os autores apontam que a análise feita sobre os países ricos em recursos naturais devia focar-se em mediações específicas entre instituições, classes e desempenho económico. Nesta mesma perspectiva, Orihuela (2013) refere que décadas de estudos quantitativos mostram como a existência da *resource curse* é um facto questionável. Além disso, existe um vazio no corpo de conhecimento disponível exprimido pelo facto de continuar a haver uma necessidade de explicar por que os *policy makers* não são capazes de resolver o problema relacionado com este fenómeno.

De facto, Brunnschweiler (2008) já antes tinha mostrado dúvidas, no que concerne aos canais de transmissão que procuram demonstrar o efeito dos recursos naturais no crescimento económico, referindo que os resultados são ambíguos. As regressões cross-country ainda não mostraram evidência suficientemente robusta sobre o efeito negativo da abundância de recursos no crescimento e os resultados que esta autora apresenta sugerem a existência de *resource blessing*.

No entanto, a discussão sobre a relação entre abundância em recursos naturais e instituições foi apresentada pela primeira vez por Karl (1997) quando examinou a natureza das instituições dos *petro-Estados*. Os seus resultados mostraram que as rendas dos recursos

vão directamente para o Estado como primeiro receptor, o que diminui a necessidade de colecta de imposto, sem o qual o contrato social entre o governo e os cidadãos sofre erosão. O Estado começa a gastar em vez de investir e o sucesso dos negócios, das organizações laborais e a classe média é redefinido como a habilidade de ganhar influência política.

A ideia acima mencionada foi muito reproduzida pelos investigadores sem que contudo, fosse questionada. Por exemplo, Basedau (2005), centrando a questão nas elites, argumenta que a qualidade de instituições políticas tais como arranjos de direitos de propriedade e qualidade das burocracias dos Estados determina até que ponto a gestão das rendas dos recursos naturais irão beneficiar a economia. Visto numa perspectiva histórica, em algumas partes o sistema colonial ancorou nas instituições extractivas. Os novos Estados surgidos após as independências não tiveram incentivos para mudar estas instituições herdadas do colonialismo na medida em que elas iriam reduzir as rendas que o próprio sistema garantia às novas elites.

Numa clara desvalorização desta linha argumentativa, Saad-Filho e Weeks (2013) referem ser muitas vezes assumido que as receitas públicas em países ricos em recursos naturais resultarem maioritariamente das rendas dessas *commodities* em vez dos impostos cobrados aos cidadãos, dando maior autonomia ao governo sobre as pressões para reformas políticas e económicas. Não há motivos para que a ausência de cobranças de imposto reduza as pressões sociais sobre o governo, principalmente no que concerne à alocação de receitas de *royalties* e impostos de exportação de recursos naturais. Também parece contraditório argumentar que as rendas dos recursos naturais reduzem a transparência dos governos e

que tais governos são vulneráveis a pressões populistas para a redistribuição através de despesas sociais excessivas.

Todavia, Chang (2012), analisando a política industrial no contexto africano, chama atenção para a tendência de culpar as elites nacionais pelos problemas africanos. O autor apresenta três níveis de argumentação para explicar o papel-chave da liderança no processo do desenvolvimento económico. Primeiro, aponta para a importância da liderança na determinação da natureza das políticas. Mesmo que se ignorem os extremos casos em que as lideranças estão apenas interessadas no enriquecimento pessoal, os líderes podem adoptar políticas erradas, podem estar mais fixados no passado do que no futuro. Segundo, mesmo quando a liderança esteja interessada em promover o desenvolvimento económico através de políticas claras ela precisa de impor a sua visão ao resto do aparato estatal. Enquanto em teoria o Estado é uma organização hierárquica na prática as intenções do topo não são sempre entendidas ou assimiladas ao longo da estrutura hierárquica. Haverá sempre um grau de *rent seeking* e interesse pessoal por parte dos funcionários públicos, apesar de muito menos do que a teoria da *Public Choice* assume. Haverá também problemas ligados à colisão de visões, guerras dentro do aparelho do Estado e falhas internas de coordenação. Terceiro, mesmo que a liderança tenha a visão correcta e mesmo que exista consistência interna dentro do Estado, ela deverá ser capaz de impor a sua vontade perante outros actores da sociedade. Em alguns casos extremos, o Estado pode não ter o controlo total do seu território. Nalguns países o Estado pode não implementar efectivamente as suas políticas devido à falta de recursos e mão-de-obra. Mesmo quando o Estado tem capacidade suficiente haverá tentativas, por parte de alguns actores do sector privado, de neutralizar ou até mesmo perverter políticas através do *lobbying* e suborno. Apesar destes problemas de economia política serem assumidos como sérios no contexto africano, estas

assunções não têm fundamentação empírica. Além do mais, os países hoje desenvolvidos experimentaram os mesmos problemas no passado.

Assim, tem sido consensual que as instituições são importantes mas a demonstração das relações causais continua a ser um campo de debate. Por exemplo, Orihuela (2013) argumenta que as instituições têm uma importância subtil, formando escolhas através do aumento e limitação da imaginação e possibilidades políticas. Apesar de o ambiente institucional em si não ser suficiente para explicar resultados de política, ou determiná-los, ele estrutura o fluxo de ideias e o choque de interesses de modo a ter impacto significativos resultados. Para o autor, a *resource curse* não devia ser vista como um destino mas sim como temporário, independentemente do seu período de permanência. A dependência em minérios pode criar o desenvolvimento de uma cultura e incentivos de economia política que favorecem o *status quo* de um Estado-mineral, apologista de objectivos de curto prazo, *rent-seeking* e corrupção. Ao longo do tempo este padrão poderá transformar-se numa armadilha institucional.

Efectivamente, para Bebbington et al. (2008), a expansão da indústria extractiva, especialmente do sector mineiro, abriu uma questão teórica urgente acerca da neoliberalização (com as instituições internacionais como difusoras da ideologia), democracia e o Estado. O conflito entre estes diferentes actores pode constituir um caminho político para a construção de instituições capazes de forçar uma maior inclusão económica e social da expansão mineira. Em vez de olhar-se para tais tensões como problema é possível vê-las como potencialmente construtivas. Nesta reflexão, parece que os autores não consideram as diferenças de poder entre os principais *stakeholders* o que,

aliado às assimetrias de informação, tem um efeito devastador no processo negocial, com o prejuízo das comunidades e dos países em geral.

Por outro lado, Haber e Menaldo (2011) procurando os canais de transmissão entre recursos naturais e autoritarismo postulam a ideia segundo a qual os governantes que terão herdado Estados fracos tendem a enfrentar necessidades fiscais prementes e horizontes temporais curtos, obrigando-os a imprimir taxas de extracção de recursos muito altas hoje de modo a obterem as necessárias rendas para a sobrevivência política em vez de poupá-las para o futuro. Não obstante, os resultados da análise providenciada por estes autores são contra-intuitivos e vão na contra corrente das teorias da *resource curse - Dutch disease - greed and grievance*. As conclusões apontam para o facto de o aumento em recursos naturais estar associado ao aumento na democracia.

Outra dimensão que também importa sublinhar é a fornecida por Azarvan (2010) cujo enfoque centra-se na relação entre IDE e repressão. Refere haver a tendência de caracterizar os governos hospedeiros como vítimas benevolentes do capital estrangeiro e que estes, no afã de obter IDE como alternativa para alavancar o desenvolvimento económico e aliviar a pobreza, são conduzidos contra a sua vontade a aceitar uma situação *sub-ótima*. Entretanto, um olhar cauteloso à realidade revela a ingenuidade de tal assunção, muitas vezes encoberta pela ideia de que os governantes têm em mente os interesses do seu povo.

Não obstante, conforme se realçou em parágrafos acima, estes estudos assentes em regressões econométricas têm demonstrado inúmeros problemas, não sendo por isso

persuasivos. De acordo com Ross (2006) há quatro razões fundamentais para essa falta de persuasão: primeiro, os estudos tipicamente usam medidas imprecisas de recursos naturais e assentam em bases de dados incompletas e com erros de medição. Segundo, muitos estudos usam variáveis de recursos naturais que podem ser endógenas ao conflito. Os investigadores medem a riqueza de um país dividindo as suas exportações em petróleo (ou minerais) pelo seu PIB. Esta medida problemática foi desenvolvida por Sachs e Warner (1995) e adoptada por Collier e Hoeffler (1998). Infelizmente essas variáveis abrem a porta para dois problemas: (1) a causalidade pode ser reversa (as guerras civis podem causar dependência em recursos naturais através da redução do tamanho do sector do país não baseado nos recursos); (2) pode existir uma variável espúria (tanto a guerra civil e a dependência em recursos podem ser causados independentemente por uma terceira variável não medida). A terceira razão para a falta de persuasão destes estudos é a falta de robustez. Muitos resultados de estudos econométricos que utilizam medida de riqueza em petróleo e diamantes podem ser ligados à duração da guerra civil mas outros encontraram uma fraca correlação ou até mesmo sua inexistência. O quarto problema é a incapacidade de determinar mecanismos causais que ligam riqueza mineral à guerra.

Com efeito, grande parte desta literatura que assenta nas ferramentas da *resource curse*, *greed and grievance* e *rent seeking* é demasiado limitada para explicar os reais problemas em torno da gestão dos recursos naturais em África, o que as torna propensas a reproduzir lógicas analíticas de ferramentas teóricas tais como o neopatrimonialismo, caracterizado pelo essencialismo e limitações metodológicas diversas. Parte do problema, no caso das três abordagens anteriormente referidas, está relacionado com o facto de os pesquisadores tenderem a ignorar aspectos contextuais e muito raramente incluem medidas aproximativas para captar os reais efeitos das políticas públicas ao nível das comunidades.

Assim, a nossa análise propõe a utilização de ferramentas teóricas que procuram escapar às abordagens universalistas, tendentes a atribuir a todos os países a inevitabilidade de trajectória históricas comuns, assentes nas narrativas institucionais europeias.

2. Leituras alternativas sobre os Estados africanos.

2.1. *Negotiating Statehood*⁵

Muitos académicos tendem a descrever os Estados africanos pós-coloniais usando categorias patológicas. A difusão global de um conjunto de ideias normativas sobre o Estado que derivam da experiência histórica europeia explica a razão por que os Estados africanos são identificados como falhados não pelo que eles são mas pelo que não são, nomeadamente bem-sucedidos em comparação com os Estados ocidentais. Esta abordagem patológica sobre as instituições dos Estados africanos é baseada em concepções de Estado e autoridade política altamente essencialistas e instrumentais. Os proponentes do Estado falhado tendem a reificar os Estados africanos como “objectos” a-históricos, como um conjunto de instituições fixas em vez de assumirem-nas como processos políticos. No entanto, os Estados africanos deviam ser entendidos como a emanação de tipos históricos particulares de modos de governação africana.

Leituras contemporâneas sobre os Estados africanos pós-coloniais começam a abandonar o enfoque estreito do Estado e das instituições formais, abraçando uma perspectiva mais sociológica dos múltiplos pólos de poder que existem no interface e fora do aparato burocrático. Muitos actores, desde os estatais aos não estatais, estão envolvidos na construção do Estado, cooperando ou competindo com este. Por isso, os Estados não são apenas o produto dos burocratas, políticas e instituições mas também imaginários, símbolos e discursos. Os governos não existem apenas como o resultado de práticas

⁵ Esta subsecção é baseada nos textos de Hagmann e Péclard (2011) e Doornbos (2011). Por outro lado, é importante referir que Roll (2014) aponta uma diferença fundamental entre *statehood* e *stateness*. O primeiro é utilizado em referência a Estados soberanos, distinguindo-os de outros Estados e possui uma perspectiva externa em relação a este. O segundo, tem uma perspectiva interna e olha para a natureza, capacidade e qualidade das instituições do Estado. Entretanto, dada a dificuldade em traduzir estas especificidades para a língua portuguesa usa-se ao longo desta tese o conceito de Estado, cobrindo as características dos dois conceitos mas com um enfoque particular nas funções do conceito de *stateness*.

administrativas rotinizadas mas também porque as pessoas comuns imaginam e representam o Estado no seu dia-a-dia. As instituições em si, incorporam numerosas representações políticas, culturais, discursos e actividades que dão sentido às suas práticas. Por outro lado, as instituições do Estado nunca estão definitivamente formadas, estando em constante processo de formação.

A ferramenta analítica assente no conceito de *negotiating statehood* tem como objectivo entender melhor como os actores locais, nacionais e transnacionais forjam e refazem o Estado através de processos de negociação, contestação e bricolagem. O propósito deste instrumento analítico é explorar o *como* e *por quem* a dominação do Estado é caracterizada (actores, recursos e representações), *onde* estes tomam lugar (arenas e “mesas” de negociação) e que resultados e questões estão em causa (objectos da negociação). Relativamente a actores, recursos e reportórios importa antes de mais referir que um leque de actores locais e nacionais participam no processo de negociação do Estado contemporâneo em África. A visão segundo a qual apenas actores estatais tais como agentes do Estado, políticos e líderes militares é que corporizam e definem o Estado já não é suficiente, há que incluir os actores que não fazem parte da estrutura político-administrativa formal. No que se refere aos recursos, os autores consideram tudo que constitua a base material para a acção colectiva. Eles incluem activos tangíveis e intangíveis tais como capacidades burocráticas, capacidades organizacionais, finanças e capacidades para mobilizar fundos, conhecimento técnico, controlo sobre a violência física, redes internacionais, alianças políticas e, o mais importante, acesso aos recursos do Estado. A importância deste recursos varia de acordo com o tempo, espaço e contexto político e são distribuídos de forma desigual entre os actores em competição, o que explica a capacidade de alguns actores dominarem os outros em termos políticos.

Em paralelo com os recursos materiais, os actores devem manejar os reportórios simbólicos para alargar os seus interesses, mobilizar apoio popular e dar sentido às suas acções. Actualmente, os reportórios mais salientes sobre os Estados africanos incluem referências à boa governação, direitos humanos, democracia, desenvolvimento, nacionalismo, ideologias antiocidentais, cidadania definida em termos étnicos, políticos e religiosos, etc. Relativamente às arenas, a negociação do Estado ocorre de forma mais ou menos formalizada e rotinizada. Enquanto algumas arenas de negociação são dominadas por convenções sobre como e por quem o Estado é definido, outras não têm modalidades procedimentais pré-definidas ou comumente reconhecidas para a tomada de decisão. As arenas de negociação são difíceis de localizar geograficamente dado estarem encrustadas nas relações sociais entre grupos contendores e são caracterizadas por dinâmicas espaço-temporais e certa informalidade. A diferença entre “mesas” de negociação e arenas de negociação tem a ver com o facto de as “mesas” de negociação representarem o *locus* no qual aspectos seleccionados sobre o Estado são decididas em termos formais enquanto as arenas de negociação representam o espaço político mais lato no qual as relações de poder e autoridade são reconhecidas.

As vantagens desta abordagem centrada na negociação prendem-se com o facto de prestar atenção às diferentes forças votantes, *stakeholders* e recursos envolvidos nessas dinâmicas, em vez de concentrar-se no Estado como único actor chave, entidade ou enfoque. A justaposição e confrontação destas forças coloca no centro ideias sobre formas possíveis de Estado. Para evitar confusão entre o conceito de construção de nação⁶, muito usado pela elite no período pós independência dos países africanos, e *negotiating statehood* é fundamental dizer que enquanto o termo construção da nação remete para objectivos políticos e

⁶ *Nation building*

paradigma intelectual, o conceito de *negotiating statehood* não constitui um objectivo político mas sim um esforço académico de focar-se na compreensão de certas tendências emergentes, ancoradas na complexa realidade empírica da África pós colonial.

Deste modo, o enfoque muda para os elementos envolvidos na contestação ou negociação, tanto como sujeitos assim como objectos, incluindo forças que outrora eram consideradas como menos relevantes ou que tivessem sido excluídas. A expressão *negotiating statehood* traz consigo a vantagem de fugir ao normativismo comum quando se analisam fenómenos políticos, económicos e sociais em África, passando a olhar para as dinâmicas que ocorrem no continente tal e qual elas funcionam. Efectivamente, os processos e acções concernentes à negociação do Estado podem ser observados a dois níveis: micro e macro ou local e que abrangem todo o Estado. Ao nível local ou regional pode haver tentativas de negociar, por exemplo, novos arranjos para a ordem e segurança locais e nesse processo as iniciativas podem ser tomadas genuinamente de baixo para cima respondendo às exigências de sobrevivência locais. Dependendo das circunstâncias e recursos institucionais disponíveis tais arranjos institucionais podem perpetuar instrumentos de políticas fragmentárias, institucionalizadas em novas formas. Estes processos podem ocorrer de forma “invisível”.

Em muitas partes da África contemporânea os movimentos populares que se misturam ou se confrontam com as políticas do Estado ilustram as várias dinâmicas em curso no processo de redefinição da natureza e âmbito do Estado. Todas estas são essencialmente dinâmicas fluídas e que não oferecem muita clareza sobre os seus resultados. Não obstante, tanto no nível micro assim como no macro terceiras partes procuram sempre facilitar,

mediar ou influência estes processos, o que pode avançar para situações de reconstrução do Estado (no caso de conflitos violentos). Para concluir esta secção é fundamental dizer que existe uma crescente tendência entre as elites governantes, de alguns sistemas estatais africanos, de restringir o seu engajamento ao *core business*: consolidar o seu poder, consolidar o controlo sobre recursos-chave e o seu acesso e apertar a segurança no centro do Estado, deixando a periferia à sua sorte. Na perspectiva dos interesses-chave da elite focalizada na captura de renda e na *auto-preservação*, a periferia é demasiado remota e extensa para ser controlada de forma efectiva.

Dentre várias análises, o *negotiating statehood* como ferramenta teórica foi operacionalizada por Raeymaekers (2011) quando aborda a situação de colapso institucional no Congo e o aumento dos serviços de protecção privada (maioritariamente oferecidos por rebeldes) a empresários, administração estatal e vice governadores. Outro texto interessante é o de Metsola (2011) pois este, ao falar da memória política na Namíbia, argumenta que a narrativa da libertação constitui um instrumento poderoso para criar distinções com recurso a utilização de categorias tais como “nós” e “eles” na arena sociopolítica. Por seu turno, Kefale (2011) discute a renegociação de identidades e fronteiras entre somalis e oromos. No mesmo diapasão, Ruigrok (2011), ao abordar a emergência de associações de elites regionais no processo de transição política em Angola, reforça o argumento segundo o qual a competição pelo controlo dos recursos naturais influencia a natureza do regime e as instituições do Estado. Assim, Angola parece ser um dos poucos países, senão o único, que se pode dar ao luxo de reconstruir as suas instituições e infra-estruturas sem recorrer ao auxílio externo. Não obstante, apesar do controlo que o MPLA exerce sobre os desenvolvimentos políticos em Angola, existe um conjunto de actores que procuram renegociar o Estado. Ainda sobre a operacionalização do conceito de *negotiating statehood*

encontramos o artigo de Schroven (2011) que discute o papel de uma greve geral na Guiné, em 2007, e as percepções que os funcionários públicos têm sobre o Estado e o governo. Finalmente, o artigo de Sumich (2011) refere que a mobilidade social em Moçambique está refém do reconhecimento e aceitação do partido Frelimo como a única arena de negociação, ou seja, essa mobilidade acabou por ficar restrita aos membros da Frelimo.

2.2. Antropologia do Estado

Esta subsecção foi inteiramente elaborada com base nos artigos constantes do livro *State at Work* editado por Bierschenk e Sardan (2014a). Os autores retomam o quadro conceptual proposto por Hangmann e Péclard (2011) sobre a natureza do Estado, caracterizado por uma contínua formação, incluindo processos de *bricolage*, significando que este é heterogéneo e não o contrário como muitos estudiosos tendem a assumir, sobretudo os da tradição neweberiana adepta do neopatrimonialismo. Sublinham que os debates contemporâneos sobre os Estados africanos deixam de lado o facto de mesmo até as teorias mais gerais sobre o Estado emergirem num local e contexto histórico específicos. Nesta perspectiva, os Estados africanos são ao mesmo tempo similares e diferentes dos europeus. Contrariamente ao que muitos analistas pensam, as práticas do Estado em África e na Europa não são opostas nem enfermam de uma incompatibilidade assente nas diferenças culturais. Portanto, independentemente da sua localização, todas as práticas dos Estados modernos trazem consigo disparidades permanentes e multifacetadas entre o modelo oficial, o qual os actores devem seguir, e o comportamento que acabam por desenvolver. Assim, o Estado não deve ser visto como uma entidade mas sim como um conjunto de práticas e processos num campo de poderes complexos. Tais processos podem correr em várias direcções com efeitos diversos.

Noutro texto do mesmo volume os autores argumentam que apesar da existência pontual de burocracias patrimoniais nos Estados pré-coloniais como Danxome e Buganda, o Estado burocrático moderno foi introduzido na África Subsaariana no período colonial e este não constituía uma cópia do Estado burocrático europeu mas sim a combinação de modos de operação burocrática e despóticos, incluindo os intermediários. Naturalmente, o Estado colonial providenciou bens públicos e serviços, apesar de limitados e selectivos - sobretudo em infra-estruturas mas também em educação e serviços de saúde. Entretanto,

dada a condição espacial da dominação colonial, estes bens públicos eram fornecidos de uma forma especial, acompanhados por práticas de patrocínio, *privilegismo*, corrupção, etc. – comportamento que diferia significativamente do tipo ideal da burocracia weberiana, o que estabeleceu uma rotina e estilo de vida dos oficiais cujos efeitos virulentos prevalecem nos dias de hoje (Bierschenk e Sardan 2014b).

Os autores referem ainda que a principal porta de entrada do patrimonialismo no modo de governação burocrático ocorreu através da institucionalização das lideranças tradicionais. Com efeito, estes líderes representavam os agentes de baixo nível⁷ da administração colonial. A sua incorporação se deveu principalmente à fraqueza da burocracia colonial e esta teria enfrentado fortes dificuldades para governar na ausência desta estrutura formada pelos líderes autóctones. Assim, estes são oficialmente autorizados a seguir uma lógica patrimonial, caracterizando as lideranças comunitárias até aos dias de hoje. Num outro ponto do seu argumento, Bierschenk e Sardan (2014b) referem haver questões fundamentais a considerar, nomeadamente que as acções informais do Estado são sempre baseadas na combinação de práticas formais e informais; que existem diferenças entre formulação de políticas e sua implementação; os agentes estatais interpretam novas regras à luz das suas experiências profissionais e interesses corporativos. Portanto, ao se ignorar aspectos como estes, aliada à comparação com práticas dos Estados ocidentais, tende-se a transformar os Estados do Sul como entidades exóticas.

Outro artigo interessante no conjunto de textos que compõem o livro *State at Work* é o de Therkildsen (2014) e versa sobre as percepções do sector público na Tanzânia e no Uganda. O autor reitera mais uma vez a incapacidade do neopatrimonialismo, como

⁷ *Street level-agentes*.

ferramenta teórica, de permitir uma melhor compreensão da administração e política em África pois os proponentes da corrente tendem a assumir como adquirido justamente o que devia ser empiricamente investigado. Efectivamente, a fundação legal para o comportamento racional-legal é fraca e por isso é conceptual e analiticamente difícil distinguir que práticas são conduzidas por princípios meritocráticos, patrocínio ou clientelismo. Deste modo, um dos argumentos do autor aponta para o cenário segundo o qual o neopatrimonial alimenta variações no desempenho organizacional ao longo do sector público pois as organizações que funcionam comparativamente bem coexistem com outras menos eficazes. Quando as organizações públicas são fracamente institucionalizadas e as ferramentas legais para a tomada de decisão são conflituais, vagas ou com fracos mecanismos externos para garantir a sua execução, existe um espaço considerável para acções e decisões internas da organização e ambiente para que os gestores influenciem os processos, podendo assim melhorar a sua eficiência e eficácia.

Na lógica do parágrafo anterior, Bierschenk (2014) argumenta que a “informalidade ordenada” dos processos burocráticos é tanto um produto que surge dentro do Estado em si quanto uma expressão das lógicas culturais do contexto africano e qualquer tentativa de uniformização das lógicas dos Estados africanos revelar-se-á infrutífera. Micro diferenças ao longo do globo não devem ser *essencializadas* mas entendidas como produtos acumulados de numerosos micro-processos. Consistentemente, com o estabelecimento do regime colonial, a forma europeia de Estado foi projectada nas sociedades africanas. Contudo, o que estava envolvido aqui não era apenas uma questão do Estado europeu mas o facto de a administração colonial ter poucos dos atributos necessários ao Estado africano hoje e em relação ao qual mostrou-se ser deficiente. Neste sentido, pode dizer-se que o Estado colonial era autista pois não se encontrava encrustado na sociedade, não respondia perante

suas populações e também o era muito escassamente perante o público da metrópole. Deste modo, a sua principal função assentava na exploração e controlo político, sendo seus métodos preferidos o uso ou ameaça de violência física, o que fez com que os poderes executivo, legislativo e judicial estivessem intrincados uns nos outros.

Acrescente-se que este Estado era fraco em termos de regulação e políticas. Como resultado, ao nível local ancorou fundamentalmente em estruturas⁸ difíceis de controlar e cujas práticas eram vistas pela maioria da população como sendo arbitrárias. As características de uma burocracia do tipo ideal weberiano eram apenas encontradas nos níveis mais altos da administração. Foi exactamente este modelo de Estado que foi implementado depois das independências em África. No início apenas o pessoal europeu foi substituído pelo nacional. O facto de o *staff* africano não ter as qualificações para o trabalho constituiu um dos resultados da política educacional colonial altamente selectiva, o que tornou os africanos com formação os verdadeiros vencedores do processo de descolonização. Esta elite burocrática passou a dominar o poder e via-se a si própria como a vanguarda do processo de construção do Estado e da nação, desenvolvendo assim um “paternalismo arrogante” em relação aos seus concidadãos. No entanto, a enorme ênfase nas normas e práticas informais nas burocracias africanas é sempre interpretada como uma adaptação aos contextos locais, tal como a substituição de normas burocráticas por sociais. Na sua forma mais simplista é considerada a expressão da mentalidade africana. O autor acredita que tais interpretações deixam de lado o facto de as normas informais serem produzidas dentro dos aparatos em si. O que explica as características dos Estados africanos é mais a histórica do que questões culturais. Dois factores são importantes: falta

⁸ O autor fala de *middle men*.

de capacidade ao nível das burocracias africanas de topo e as numerosas intervenções desorganizadas dos doadores (Bierschenk 2014).

Bergamaschi (2014), centrando a sua análise nas reformas propostas pelos parceiros de ajuda aos Estados africanos, argumenta que os projectos de capacitação institucional⁹ assentam numa grande ambiguidade e forte paradoxo. Por exemplo, como forma de permitir que os governos desenvolvam processos de tomada de decisão autónoma e implementação de políticas, apesar de os governos supostamente receberem maior autonomia no controlo e uso da ajuda, o facto é que a falta de capacidade dos Estados receptores serve para legitimar a intervenção externa e a colocação dos assistentes técnicos dos doadores em posições estratégicas no coração da administração dos Estados africanos, incluindo as áreas de planificação, orçamento e despesas. Os projectos de capacitação institucional fazem parte das estratégias de extravasão e fonte de renda para as elites africanas, mais especificamente os altos quadros da função pública. Assim, o excessivo recrutamento de consultores estrangeiros para a produção de documentos de políticas e relatórios acaba por levar à privatização e extravasão das políticas públicas.

Por seu turno, Roll (2014) afirma ser importante inverter a perspectiva analítica sobre o Estado nos países em desenvolvimento, passando-se de um enfoque na deficiência (por que o Estado não funciona?) para uma perspectiva mais heterodoxo (o que funciona e por que?). O conceito de *pockets of effectiveness* é um dos que permite discutir a questão nesta última abordagem. Em consonância com o parágrafo anterior, a análise deste autor infere que, em algumas circunstâncias, os mesmos factores que explicam a ineficiência do Estado – sejam elas a personalização e politização – podem levar a um desempenho excepcional

⁹ Para refirmo-nos a *capacity building*.

do sector público. Interesses políticos e outras motivações podem levar políticos e funcionários públicos de topo a encontrarem racionalidade no bom funcionamento das organizações públicas em vez de explorarem ganhos pessoais. Para além disso, apesar de ser difícil encontrar a eficiência em todos os sistemas da administração pública dos países em vias de desenvolvimento, os funcionários públicos respondem às mesmas técnicas de gestão e incentivos tal como a sua contraparte no mundo da OCDE. Portanto, não é a cultura, estritamente definida, mas o contexto institucional que explica as diferenças de desempenho.

Um dos argumentos interessantes deste autor aponta para o facto de as *pockets of effectiveness* irem muito para além de pontos de partida para as reformas administrativas, constituindo elementos para a reconstrução dos Estados, incluindo maior transparência e democracia nas relações entre Estado e sociedade em países onde a governação é fraca. Adiante, afirma que num determinado contexto político, um actor político – ou grupo de actores – pode ter interesse em providenciar de forma efectiva um serviço público particular. Quando a organização pública em questão é dotada de um alto grau de autonomia, poder de enfoque e protecção política, incluindo uma liderança pioneira, motivada, inclusiva e qualificada, pode deste modo emergir uma “bolsa de eficiência”. Isso só é possível na interacção entre os mecanismos políticos que estruturam interesses políticos e a função dessa organização (Roll 2014).

A abordagem da antropologia do Estado, em combinação com a da renegociação do Estado, traz consigo a vantagem de reduzir a carga normativa com que se tem analisado os Estados africanos, colocando a tónica do debate na forma como o Estado chega às pessoas

e como estas o percebem, o representam e os símbolos que evocam para o materializar. Este enfoque traz à tona experiências que contrariam muitas das teorias neoliberais como a do *rent-seeking*, da racionalidade baseada no individualismo metodológico e do neopatrimonialismo. Não obstante, a diversidade das realidades africanas também introduz graus em termos de intensidade com que essas experiências reforçam ou minam a construção do Estado. Em Moçambique, a estreita ligação entre as elites locais e as centrais, a dependência entre as duas para sobrevivência mútua, incluindo o histórico domínio da Frelimo na arena política do país desde a independência, fazem com que muito facilmente as práticas do topo sejam mimetizadas de forma acrítica pelas clientelas da base, sempre respondendo aos interesses de mobilidade social e preservação do poder.

CAPÍTULO III

ANÁLISE EMPÍRICA: A EXPERIÊNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E DA RENEGOCIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO ATRAVÉS DE PROTESTOS POPULARES

A. A voz dos actores e observadores privilegiados: descrição e análise das entrevistas.

1. Metodologia

A presente secção do capítulo referente aos resultados da pesquisa foi integralmente elaborada apenas com recurso a entrevistas semiestruturadas, cujas narrativas são confrontadas com a literatura disponível sobre a matéria e as anotações do pesquisador feitas durante o período da observação em Tete e Maputo. As entrevistas têm um tempo médio de duração de aproximadamente 55 minutos, tendo a mais curta próximo de 35 minutos e a mais longa 3 horas e 20 minutos. Todo o material colectado foi tratado com recurso à análise de conteúdo nas modalidades de análise temática, de oposições e da enunciação propostas por Bardin (2013 [1977]). Através do primeiro tipo de análise, em cada entrevista, são seleccionados os extractos com os temas que procuram responder aos objectivos, hipóteses e pergunta de partida da presente pesquisa. Seguidamente, recorrendo à descrição analítica, evidenciamos as contradições que os interlocutores deixam transparecer no seu discurso e, onde se propicia, fazemos análise de enunciação. Os aspectos essenciais da descrição analítica são objecto de confronto com a bibliografia, artigos de jornal e documentação que versam sobre o assunto.

Adicionalmente, usamos a técnica do *process tracing*, abordagem de análise que visa reconstituir os eventos que levaram a um determinado resultado (Engel e Nicolai 2012), listando e explicando, no caso do nosso objecto, a sequência de eventos que deram origem à criação de dispositivos legais focados na minoração dos impactos socioeconómicos da extracção mineira no país, com particular destaque para a política de responsabilidade social empresarial para as indústrias extractivas e o regulamento de reassentamento resultante de actividades económicas. A opacidade que envolve a actuação das grandes empresas em Tete, e o facto de optarem pela centralização em Maputo de todos os *dossiers* relevantes, fez com que os relatos recolhidos junto aos principais actores no terreno fossem considerados os pontos de partida para explicar a trajectória das comunidades, das empresas e do governo desde o início do processo de reassentamento até ao ponto de viragem que ocorre com o primeiro grande protesto popular organizado pelos reassentados da Vale Moçambique em Cateme, ocorridos a 10 de Janeiro de 2012. Tomando de empréstimo um termo da análise histórica comparada, consideramos estas manifestações uma *critical juncture*, ou ponto de viragem que determinará a trajectória dos arranjos institucionais do sector extractivo. Com efeito, o processo de negociação que resultou do movimento de reivindicação pela melhoria das condições de vida acabou por gerar efeitos de reverberação transformando as manifestações de protesto numa questão política para os actores estatais e um problema de exposição pública da imagem das empresas Vale Moçambique e Rio Tinto.

Foram recolhidos 44 depoimentos, 27 dos quais obtidos das famílias reassentadas, incluindo líderes comunitários de cada bairro. As entrevistas estão distribuídas proporcionalmente entre os bairros 25 de Setembro, Cateme e Mualadzi. No grupo das 27 famílias, 8 eram lideradas por mulheres viúvas ou separadas e as restantes por membros do

sexo masculino. Todos os reassentados pertencem ao grupo étnico Nyúngue e nos casos de informantes que não falavam português recorreu-se a um tradutor, natural da província de Tete, com experiência de assistência a agência internacionais de pesquisa. Como forma de proteger a identidade dos nossos entrevistados, as citações directas no texto são feitas com recurso a pseudónimos. Nas estórias de vida recolhidas na comunidade estão presentes narrativas de professores, ex. microempresários, ex. operadores informais dos mais variados segmentos, pedreiros e, sobretudo, camponeses sem nível de escolaridade alguma. As famílias reassentadas foram por nós consideradas fonte relevante para análise da actuação das empresas extractivas no âmbito social pelo facto de serem estas as que de forma mais directa sofrem o impacto da extracção mineira. E, como tal, é nelas que, de momento, se concentra toda a atenção das empresas por ser aqui que a sua imagem está susceptível à exposição pública. Os nossos informantes são pessoas deslocadas de Capanga, Chipanga, Mithethe, Malábue e Bagamoyo, bairros circunvizinhos da sede do distrito de Moatize. Por outro lado, foram seleccionadas duas organizações da sociedade civil actuantes em Tete, nomeadamente o Fórum Provincial das ONG's e Associação para a Sanidade Ambiental que nos relataram a sua experiência de interacção com as comunidades, o governo e as empresas extractivas na província.

No que concerne a estes depoimentos recolhidos junto das comunidades reassentadas importa referir que factores contextuais limitaram o processo de recolha de informação. Com efeito, o facto de as populações que participaram nos protestos populares sofrerem forte perseguição policial e a tensão político militar caracterizada pelo recente ataque da Renamo a um dos comboios da Vale Moçambique em Tete, gerou um forte clima de suspeição por parte dos informantes, tendo-se reflectido na sua disponibilidade em responder a algumas das perguntas colocadas. São precisamente estes aspectos que

explicam a ausência, nas histórias de vida oferecidas no trabalho, de descrições pormenorizadas sobre os protestos populares e, sobretudo, a necessidade da administração de um inquérito por questionário, pois este permitiu-nos captar informação adicional.

Para podermos captar a percepção das autoridades locais sobre as dinâmicas extractivas e seu impacto social em Tete contactamos a administração do distrito de Moatize. No entanto, não tendo sido possível falar com a administradora, foi-nos indicado o director de um dos serviços distritais, conhecedor do assunto, do qual obtivemos informações fundamentais para a compreensão do papel do governo no processo. Para complementar a perspectiva do governo falamos também com um funcionário do Estado destacado em Cateme para participar na gestão dos programas de desenvolvimento social da Vale Moçambique.

Do lado das empresas, entrevistamos um dos responsáveis pela área de relações com a comunidades da Rio Tinto, em Tete, e seu superior hierárquico em Maputo. No caso da Vale, conversamos com um dos gerentes para a área de desenvolvimento social, baseado em Tete. Contudo, desta companhia não foi possível obter qualquer informação adicional a partir do pessoal da sua sede em Maputo. Importa referir que tivemos considerável dificuldade em conseguir que fossemos recebidos na Vale e mesmo a entrevista que nos foi concedida em Tete resumiu-se à apresentação dos diapositivos institucionais da mineradora, tendo ficado por responder quase todas as questões relevantes para a análise do nosso objecto de pesquisa. Para cobrir esta lacuna recorreremos aos relatórios de sustentabilidade da empresa e confrontamo-los com as entrevistas e documentos académicos que analisam a actuação das empresas na área social em Moçambique. Por

outro lado, sendo a Vale pioneira em Tete, recolhemos material relevante de um dos ex-trabalhadores da Diagonal, uma empresa subcontratada para efectuar as negociações, o reassentamento e lidar com o pós-reassentamento das comunidades.

Em Maputo foram entrevistados membros relevantes de duas organizações da sociedade civil, nomeadamente o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Observatório do Meio Rural (OMR), duas organizações atentas não só à dimensão macro do debate sobre a indústria extractiva e desenvolvimento em Moçambique mas que também contêm uma forte componente de engajamento e diálogo com as comunidades afectadas pela indústria extractiva.

Importa referir que o trabalho de campo foi realizado em dois momentos. A primeira etapa ocorreu entre os meses de Fevereiro a Junho de 2014, tendo a recolha de dados sido efectuada em Maputo e Tete. Depois de analisado o material recolhido e produzido um primeiro *draft* da tese, retornamos a Moçambique em Março de 2015 para uma segunda abordagem de campo, quer em Maputo, quer em Tete, e o lançamento da pesquisa em Nampula, com o intuito de avaliar os impactos sociais da actividade da Kenmare. Em Maputo procedemos à observação directa durante uma semana no Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), da qual resultaram 6 entrevistas em profundidade a funcionários intermédios e de topo envolvidos na pesquisa e produção da política de responsabilidade social e regulamento de reassentamento. Nestas seis incluem-se conversas com um consultor pertencente a uma agência alemã de desenvolvimento afecto ao ministério e com dois funcionários intermédios do Instituto Nacional de Petróleos (INP).

Em Tete, administramos um inquérito por questionário, baseado em amostragem aleatória, que suporta a parte quantitativa desta tese.

Ainda em Maputo, identificamos diversas embaixadas que concedem ajuda financeira para a capacitação institucional do MIREME. Contudo, das três contactadas só foi possível obter informações por parte da embaixada do Canadá, directamente envolvida na capacitação para a produção da política de responsabilidade social empresarial para as indústrias extractivas. As entrevistas aos funcionários do INP, incluindo a que fizemos a um gestor de projectos sociais da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, permitiram compreender e comparar as dinâmicas em curso no sector do gás, sobretudo o que os principais actores têm estado a aprender com a experiência de Tete.

A pesquisa efectuada em Nampula foi fortemente condicionada por problemas como transporte, alojamento e domínio da língua, o que nos forçou a usar os serviços colocados à disposição pela empresa, incluindo o de tradução. A nossa percepção é de que estas contingências contextuais poderão ter influenciado em grande medida o processo de recolha de material, dado que as associações a serem entrevistadas, os tradutores e os locais foi tudo determinado pela empresa. Foi considerando todos estes aspectos que decidimos não incluir na análise o caso da Kenmare. Não obstante, pontualmente usamos algumas das conclusões preliminares desta pesquisa para realçar, em nota de rodapé, aspectos que julgamos serem fundamentais para a compreensão do grau de generalidade de determinado argumento.

2. Tete, Província do Alto Zambeze, 2007-2014: a pertinência da leitura do contexto actual à luz de uma história de abertura, conflito e resistência de longa duração.

A província de Tete, inscrita na zona central do país, território drenado pelo rio Zambeze, alimenta hoje um dos muitos mitos do *Eldorado* em que se transformou Moçambique no contexto da corrida aos recursos naturais. Não deixa, contudo, de causar perplexidade que esta região do Alto Zambeze, cuja história de abertura ao mundo remonta ao primeiro milénio AD, consagrada na interacção económica e cultural que o dinamismo mercantil do oceano Índico proporcionou aos povos africanos, fosse até há aproximadamente cinco anos atrás, mais conhecida pela abundância de cabritos e batata de Angónia do que propriamente pela extracção minera.

No período anterior à ocupação portuguesa a cidade de Tete era um importante entreposto comercial graças ao dinamismo de mercadores arabo-swahili e também asiáticos, em busca das riquezas minerais africanas. Posteriormente, os portugueses, atraídos pelo famoso ouro do reino do Monomotapa, uma vez fixados em Sofala (1505) estabeleceram-se em *Tete e Sena* nos anos de 1531 (1530), e posteriormente em Quelimane (1544) entrepostos estratégicos para o domínio do comércio que o Zambeze permitia escoar. Nessa época estas posições na África oriental eram parte integrante do Estado da Índia, e governadas a partir de *Goa*. Em meados do século XVIII, quando Portugal se empenhava sobretudo a consolidar no Brasil o seu *Império Sulatlântico*, e a partir do momento em que no contexto da gestão Pombalina a *África Oriental portuguesa* se autonomizara administrativamente de *Goa* (1752), Tete viria a ganhar o estatuto de região administrativa em 1769 (Newitt 1995).

No entanto, é a partir de 1513 que os portugueses iniciam sua incursão pelo interior do Zambeze com o objectivo de chegar às minas de Monomotapa, de onde são expulsos em finais do século XVII, passando no século seguinte a efectuar prospecção de ouro a norte do Zambeze, nas terras maraves. É, porém, durante esse período que Portugal institui o sistema de *Prazos* - extensões de terras arrendadas a súbditos da corôa portuguesa - como estratégia de garantir a sua ocupação sem necessitar de recorrer à administração directa. No entanto, esta pretensão da coroa fracassou, sendo que para além de se tornarem pequenos Estados com direito a colectar imposto e possuir um exército (os *chicundas*), conhecem a partir de meados de setecentos um processo inédito de africanização (Isaacman 1972). Os Prazeiros acabaram por se virar contra os poderes imperiais no intuito de garantir a manutenção do comércio de escravos, “produto” que se havia tornado crucial à sua sobrevivência após o esgotamento do ouro. A confrontação agudizou-se a partir de meados do século XIX quando, no contexto do *abolicionismo* o tráfico negreiro no Atlântico, uma vez interditado a sul do equador a partir de 1830, se viria a transferir clandestinamente para a África Oriental (M’bokolo 2007, Curtin et al. 1992). É assim que o Alto Zambeze e a costa Swahili de Moçambique, do Quitangonha a Angoche, se tornam um verdadeiro *eldorado* para o comércio negreiro (Rocha 1989, Capela 2002). Neste contexto se inscreve a resistência de Bonga, chefe de Massangano, que beneficiando da desorganização e desejo de galardões por parte dos oficiais e governadores portugueses, derrotou 4 expedições sem aparentemente ter grande conhecimento em estratégia militar, usando forte campanha psicológica contra seus inimigos. Com estas vitórias, de 1867 a 1869, Massangano tornou-se um *super-Praço* e passou a cobrar taxas a mercadores que utilizavam o rio para fazer comércio e viria ainda a opôr uma resistência feroz aos portugueses em finais do século XIX quando, a partir da Conferência de Berlim (1885/86) as ditas campanhas de “pacificação” abrem a via à ocupação colonial de Moçambique (Pélissier 2000, Capela 2002).

Como se pode observar, Tete possui uma longa história de administração concessionada, originalmente através dos *Praços*, conforme já referimos, e a partir dos primórdios do Século XX, pela intervenção de grandes companhias concessionárias estabelecidas na região do Zambeze, consagradas quer à exploração agrícola, nomeadamente à plantação de açúcar - Sena Sugar - quer à exploração mineira (Newitt 1995). É provável, a avaliar pelas fontes disponíveis, que a extracção de carvão mineral tenha iniciado nos finais de 1895 com a concessão para fins de pesquisa e prospecção atribuída à *Companhia Hulheira da Zambézia*. Por volta de 1923, devido à baixa rentabilidade imediata da exploração, a *Zambeze Mining Development Ltd.* vendeu a sua exploração a uma sociedade Belga denominada *Société Minière et Géologique do Zambeze*¹⁰. Controladas pelos britânicos, como foi o caso da poderosa British South Africa Ca, e outros interesses europeus, estas companhias traduzem a estratégia do governo português que, incapaz de garantir a ocupação efectiva em toda a extensão territorial de Moçambique, opta por manter dessa forma controlo político do território e impulsionar algum desenvolvimento económico na colónia. Neste quadro se enquadra também a concessão, desta vez de poderes Majestáticos, a duas grandes companhias que terão a seu cargo a gestão de todo o território de Manica e Sofala - a (Companhia de Moçambique, 1891-1941) e a vasta região a norte do rio Lúrio até Rovuma [Companhia do Niassa, 1893-1928] (Newitt 1995, Pélissier 2000).

Com a governação do *Estado Novo* de Salazar em Portugal, inicia-se entre 1929 e 1942, um processo de integração efectiva dessas regiões na administração colonial e é nesse período em que as companhias perdem sua influência e decaem (Newitt 1995, Pélissier 2000). No contexto colonial a actividade económica da província de Tete beneficia do dinamismo das

¹⁰ Veja-se o texto disponível em http://www.eleicoes.org.mz/pt/2013/xray_tete/152/Vila-de-Moatize.htm, acessado a 04-10-2015; Expresso (2011).

minas de carvão de Moatize, bem como da proximidade com a Rodésia do Sul, sob administração britânica e posteriormente, sob gestão independente do regime de hegemonia branca de Ian Smith.

Nos anos de 1960, especificamente durante a luta de libertação nacional, o regime colonial estabeleceu nesta província os designados *aldeamentos*, construídos estrategicamente para conter a luta levada a cabo pela Frente de Libertação Nacional, utilizando assim as populações como escudo. Neste período as populações de Tete são vítimas de massacres por parte do exército Colonial (Massacres de Wiriamuri e Mocumbura)¹¹. Estes massacres foram denunciados pela igreja Católica, porta-voz das populações, padres brancos na Beira, padres de Burgos em Mocumbura, e deu origem a um importante processo judicial em que os padres e alguns moçambicanos foram presos e julgados pelo tribunal militar da colónia, acusados de crime de alta traição. Este julgamento teve grande repercussão local e internacional, traduzindo-se na condenação ao regime (Newitt 1995, dos Santos et al. 1973).

Após a independência do país, tal como noutras províncias, a governação socialista da Frelimo instituiu as aldeias comunais, machambas estatais e cooperativas de consumo, no âmbito da sua estratégia de modernização coerciva do campo. As aldeias comunais são vistas, no mundo académico, como uma reprodução dos aldeamentos do período colonial (Sumich e Honwana 2007). Nesta altura a Frelimo procurou transformar as relações de género, abolir a liderança tradicional e construir, por decreto, um *Homem Novo* (Sumich 2010, 2008). Esta engenharia social assente na expansão das cidades ao campo (Cahen

¹¹ Para aprofundamento veja-se também o artigo de Reis e Oliveira (2012).

1993) é vista pelos estudiosos como estando na origem da *guerra dos 16 anos*¹² no país. Com efeito, o combate às lideranças tradicionais e às práticas mágico-religiosas, sustentáculos da legitimidade dos poderes locais, culminou com o distanciamento entre governantes e governados, oportunidade capitalizada pela Renamo que, desse modo, alargou à quase toda extensão territorial a sua base social e a guerra (Geffrey 1990). Essa fragmentação da aliança entre a Frelimo e o campesinato também condicionou em Tete o avanço das forças governamentais e os resultados da própria guerra.

Efectivamente, a independência e os primeiros indícios do início da *guerra dos 16 anos* tiveram forte impacto nas dinâmicas de extracção mineira em Tete, altura em que as minas eram geridas por uma das empresas do grupo português *Entrepосто*, nomeadamente pela *Companhia Carbonífera de Moçambique*. Uma reportagem inédita publicada em Portugal pelo jornal *Expresso* (2011) indica que em 1976 e 1977 ocorreram duas grandes explosões, tendo a primeira resultado em 98 mortos e a segunda em mais de 60, entre negros e brancos. A explosão de 1977 suscitou, por parte dos mineiros e da população local, traumatizados pela tragédia anterior, a revolta imediata contra a direcção da Mina, composta por engenheiros e funcionários brancos, e que não sobreviveu ao tumulto popular. Consta que o massacre foi aparentemente liderado por um descendente de Mucumbura e com contornos que evocavam o ressentimento dos anos de colonização, criando uma tensão diplomática entre as autoridades moçambicanas e portuguesas. A resposta do governo da Frelimo aos protestos violentos foi dúbia na medida em que, se por um lado o então governador de

¹² A guerra em Moçambique, no período pós-independência, começou por ser de desestabilização. Na sua fase inicial foi caracterizada pela invasão do regime de Ian Smith ao território moçambicano e, posteriormente, tomada pelo regime do *apartheid* na África do Sul. No entanto, devido ao insucesso das políticas de modernização coerciva da Frelimo, esse conflito perdeu as características de uma *proxy war*, ganhando dinâmicas fortemente internas com a sua consequente expansão pelo território nacional. Esta característica particular do conflito gera debate, até aos dias que correm, relativamente à forma como deve ser designado. Assim, para evitarmos essa discussão preferimos usar o termo *guerra dos 16 anos* pois parece-nos neutro.

Tete, António Hama Thay, mobilizou o exército para conter a “carnificina”, por outro, altos dirigentes como Marcelino dos Santos e Joaquim Chissano culpavam a direcção da mina pelo sucedido.

Importa salientar que, no rescaldo da tragédia, circulavam duas explicações para o acidente. Por um lado, atribuíam-se a explosão às más condições de trabalho existentes na época, por outro, a teorias de conspiração que ganhavam valor explicativo ao nível do governo. As primeiras penalizavam a empresa por perpetuar na época práticas de gestão e exploração da mão-de-obra próprias do período colonial, e assim não atenderem à necessária minimização dos riscos inerentes à actividade mineira (falta de equipamentos e materiais básicos tais como capacetes, botas e aparelhos que permitissem medir substâncias altamente inflamáveis como é o caso do grisú). A Frelimo advogava por seu turno que o desastre só poderia estar associado às incursões no território nacional levadas a cabo pelos regimes minoritários brancos de Ian Smith, na Rodésia, e do apartheid, na África do Sul, uma vez que durante todo o período colonial nunca se haviam registado acidentes nas minas de Moatize.

Independente do apuramento das causas do desastre o facto é que após esta tragédia, em 1978 a Frelimo nacionalizou as minas, passando a Carbonífera a designar-se por Empresa Nacional de Carvão de Moçambique, Carbomoc. Contudo, o alastramento da guerra tornou a extracção inviável e em 1993 pára completamente, para ser reaberta em 2007 com a chegada da companhia brasileira Vale do Rio Doce (Expresso 2011). Portanto, a descrição oferecida nesta secção revela-se de grande pertinência pois, contrariamente ao que parece ser a interpretação do governo e das empresas, os protestos populares

recorrentes em Tete não ocorrem no vazio, inscrevendo-se num percurso de longa duração caracterizado por resistência à ocupação colonial e suas injustiças. Assim, as manifestações só poderão ser cabalmente compreendidas dentro desta trajectória história, o que traz à tona a temeridade de se aplicar neste território do Alto Zambeze políticas de natureza experimental, como parece ser o caso da política de responsabilidade social para as indústrias extractiva.

3. Programas de desenvolvimento social, reassentamento e renegociação dos meios de subsistência através de protestos populares.

De entre as actividades no âmbito social levadas a cabo pelas principais empresas extractivas em Tete podem ser destacadas as seguintes: fomento de gado, horticultura, cultura de rendimento e avicultura, sendo este último o mais emblemático de todos, pois pode garantir um rendimento até 7.400 meticais, valor duas vezes acima do salário mínimo nacional. No entanto, as famílias directamente afectadas pela Vale Moçambique e Rio Tinto contestam as metodologias usadas e a limitada abrangência destes pacotes quando considerado o universo total de aproximadamente 2044 famílias (1365 da Vale e 679 da Rio Tinto). Por exemplo, a Vale previa que a criação de galinhas chegasse até 150 família¹³. Os beneficiários deste pacote específico mostraram alguma incerteza relativamente à sustentabilidade desta actividade, sobretudo depois de a empresa retirar o seu suporte logístico.

A empresa Vale Moçambique foi a pioneira em Tete e tudo indica que muitos dos seus modelos de desenvolvimento para a área social estão neste momento a ser reproduzidos por outras empresas, com destaque para a Rio Tinto. As entrevistas efectuadas permitiram apurar a existência de factores sócio demográficos e de género que pesam fortemente na decisão das pessoas em inscrever-se. Por exemplo, algumas mulheres chefe de família com idades acima de 35 anos referiram não se terem inscrito no programa de avicultura por não confiarem na sua capacidade de gerir um projecto daquela natureza e não acreditarem na sua sustentabilidade a longo prazo. *“Não aderi a nenhum projecto da Vale porque acho que não posso conseguir...porque para arranjar material para fazer aviário é difícil...onde se arranja esse material*

¹³ Para mais detalhes veja-se a tabela na secção 5.1.

*é muito longe. É preciso ter dinheiro para transporte e pagar a pessoa que corta as estacas*¹⁴, conta-nos Joana, reassentada em Cateme, denotando uma atitude de resignação¹⁵.

Embora a grande maioria dos nossos informantes tenha mostrado interesse pelos programas de desenvolvimento social – que ao mesmo tempo constituem reposição dos meios de subsistência - oferecidos pelas empresas, foi notório o desânimo entre os idosos que evocaram amiúde a sua fraca predisposição em aprender novas formas de obtenção de rendimento devido à idade avançada. Em Mualadzi, onde os programas de reposição de meios de subsistência parecem concentrados na agricultura e fomento de gado, as famílias reclamam acompanhamento veterinário, à semelhança do que acontece em Cateme. Aqui, muitos sentem que projectos como o de avicultura entram em conflito com actividades historicamente estabelecidas na família e questionam quem vai cuidar das suas *machambas*¹⁶ caso se dedicassem à produção de frangos.

De micro-empendedor bem-sucedido à incerteza da pobreza

No bairro 25 de Setembro conversamos com Afonso, 37 anos de idade, antes microempresário informal, hoje beneficiário do projecto de avicultura e dependente dos rendimentos da sua actividade de pedreiro. Pai de sete filhos, por causa do reassentamento perdeu os rendimentos que tinha e acabou abandonado por uma das suas duas mulheres por já não a poder sustentar. Apesar de reconhecer o potencial dos pacotes sociais das

¹⁴ Entrevista a Joana, em Tete, Maio de 2014.

¹⁵ Estas reservas não são de todo infundadas. Na pesquisa exploratória efectuada em Topuito, para avaliar o impacto dos pacotes de desenvolvimento social da Kenmare constatou-se que a avicultura é o projecto com a mais baixa taxa de sucesso, resultante dos mesmos problemas logísticos apresentados pelas comunidades hospedeiras de Tete: a aquisição da matéria-prima, nomeadamente pintos de um dia, ração e medicamento implica percorrer longas distâncias em condições de acessibilidade condicionada pela natureza das vias e escassez de transporte.

¹⁶ Designação que em Moçambique respeita às pequenas ou grandes extensões de terra consagradas à prática da agricultura.

indústrias extractivas em gerar benefícios numa extensão limitada, Afonso contou-nos revoltado que nada do que foi feito até ao momento para compensá-lo por perdas resultantes do deslocamento, o devolve à sua relativamente confortável situação anterior.

“Eu era empresário e tinha muitos trabalhadores. Tive 12 trabalhadores na minha cerâmica. Eu como empresário já não fazia este trabalho de construir casas porque tinha dinheiro. Dispensava biscates aos meus amigos porque eu tinha dinheiro. Os meus filhos estudavam bem, comiam bem, vestiam bem porque eu tinha dinheiro. A minha casa estava bem rebocada, só não estava pintada. Era uma casa de três quartos, uma sala e uma varanda por fora, com energia e tudo. Aqui estou a sofrer. Dão-nos galinhas e este é o único desenvolvimento que estamos a ver agora. Mas estão a enganar-nos. Aquilo é para nos calarem a boca.”¹⁷

Para o nosso interlocutor, as actividades sociais da Vale não estão a ter nenhuma influência positiva nas vidas das pessoas directamente afectadas pela empresa. Afonso lembra que antes de ser reassentado prometeram-lhe emprego durante 35 anos, o que não foi cumprido. Aponta que na sua comunidade muito poucos foram abrangidos pelo recrutamento da empresa. Na sua óptica, a haver desenvolvimento, esses benefícios só estão acessíveis às elites locais que lidam institucionalmente com as empresas extractivas, incluindo pessoas de outros lados do país, sobretudo os *changanas*¹⁸ provenientes de Maputo. Recordando os protestos populares levados a cabo por ele e seus outros colegas oleiros, insinua ser esta a única forma disponível para reivindicar melhores condições de vida. A actuação governamental é ambígua e tendenciosa na medida em que defende apenas os interesses das empresas. As manifestações constituem o principal mecanismo que os permite conquistar pequenos benefícios. É a única forma de conseguirem que as suas vozes sejam ouvidas. Fala da paralisação da linha férrea da Vale em Moatize e dos 119 mil meticais¹⁹ que vai receber como compensação pelas *machambas* que tiveram que abandonar. Coloca grande esperança nesse dinheiro, referindo que em paralelo com o projecto de frangos vai tentar reiniciar com a sua actividade de olaria e comprar uma pequena extensão de terra. *“Mas este dinheiro não vai devolver tudo o que eu construí e perdi ao longo*

¹⁷ Entrevista feita a Afonso a 06 de Maio de 2014.

¹⁸ Membros de um dos grupos étnicos da zona sul do país.

¹⁹ Aproximadamente 2975 euros, convertidos a uma taxa de câmbio de 1 euro = 40 meticais.

*deste tempo*²⁰, termina em tom de desabafo. Em consonância com o discurso dos outros membros da comunidade discorre sobre o papel do governo na mediação dos interesses do povo e das empresas. Mostra certo ressentimento em relação à abordagem *top-down* adoptada pelas autoridades públicas. Revela-nos que nunca foi concedido à comunidade verdadeiras oportunidades de participar no processo de mudança e na escolha do tipo de vida que queriam ter depois do deslocamento.

“Isto está a ser mal feito desde o princípio mas nunca tivemos hipótese... Já nessa altura o governo disse que não tínhamos alternativa. O ex governador, Idelfonso Muanatbatha, reuniu-se connosco em 2008 ou 2009, em Chipanga, e chegou ao ponto de insultar-nos. Disse que nós estávamos sentados em cima do dinheiro...que estávamos a cagar em cima do dinheiro e que tínhamos de sair dali. Isso é um insulto. Um governador não pode fazer aquilo à população. Disse que as nossas casas de banho estavam à frente das nossas portas. Tínhamos de ir viver num outro ambiente para que ele nos visitasse e comesse da nossa xima²¹. Ali onde vivíamos ele não podia comer por causa do cheiro e que nós estávamos a comer lixo.”²²

Embora sem aprofundar, reitera que em diversos momentos históricos a actuação do governo esteve sempre assente na subalternização da população. Com efeito, durante o período da modernização coerciva ocorreu em Tete, como em todo o país, um fenómeno similar ao reassentamento, comumente conhecido como aldeias comunais. Tratou-se de uma tentativa de eliminar a dispersão característica das famílias rurais de modo a facilitar o provimento de serviços básicos como saneamento, educação e saúde. Esta iniciativa foi acompanhada pela instituição das cooperativas de consumo e pelas machambas estatais. E foi justamente a actuação compulsória das entidades públicas que acabou por determinar o seu fracasso, sendo apontada inclusivamente como uma das principais variáveis explicativas da expansão da *guerra dos 16 anos* no país²³. Mosca e Selemane (2011) asseguram que a forma como as autoridades têm estado a gerir os problemas que as companhias extractivas têm causado à população em Tete reproduzem dinâmicas do período “socialista” no país.

²⁰ Entrevista feita a Afonso a 06 de Maio de 2014.

²¹ Massa feita de farinha de milho.

²² Entrevista feita a Afonso a 06 de Maio de 2014.

²³ Para mais detalhes veja-se Mosca e Selemane (2011), Geoffrey (1990), Coelho (1988).

Apesar de tudo, Afonso parece reconhecer o facto de haver pessoas cujas vidas estão a mudar como consequência destes projectos sociais, sobretudo os muito pobres, aqueles que viviam em cabanas, dispersos pelo interior rural e que dependiam apenas da agricultura para sobreviverem. No entanto, essa não é a sorte da maioria que vivia nas proximidades da Vila de Moatize. Este grupo não está satisfeito com estes projectos sociais dado não permitirem obter os mesmos níveis de rendimentos proporcionados pelas diversas fontes de subsistência que anteriormente levavam a cabo em simultâneo, beneficiando da proximidade com os mercados e das redes estabelecidas ao longo do tempo.

O fim da olaria e a dura realidade do desemprego.

Ainda no reassentamento de Cateme falamos com João, casado pela Igreja Católica e pai de cinco filhos. Proveniente de Capanga, é o informante com o maior nível de escolaridade, 12^a classe. A sua formação proporciona-lhe um estatuto importante na comunidade, sendo um dos membros mais influentes da Comissão de Reassentamento. Com 42 anos de idade, sonha em formar-se e ver os seus filhos formados. Embora não o aceite, João é um dos pouquíssimos reassentados em melhores condições socioeconómicas. É proprietário de um quiosque construído nas adjacências da sua casa. Apesar da escolaridade, acima da média no reassentamento, e a habilitação para conduzir, encontra-se desempregado. No período da instalação da mina e da construção das habitações para os deslocados trabalhou na Odebrecht e fez, inclusive, amigos brasileiros entre os seus superiores hierárquicos, sendo que um deles o ajudou a encontrar um nome para a sua pequena mercearia: *Banca Deus Proverá*. Paralelamente à venda de produtos de primeira necessidade cria frangos, enquadrado no projecto de avicultura da Vale Moçambique. Tem no curral 12 bois e no entanto sente-se pobre. Contudo, o seu relato permite-nos captar a contradição entre a narrativa de pobreza que nos pretende transmitir e os retornos financeiros, acima da média

do salário mínimo nacional, que obtém das suas duas actividades de subsistência. O seu discurso parece indicar que essa pobreza não está intrinsecamente ligada à falta de recursos mas ao facto de, com o reassentamento, já não poder desenvolver a actividade que constitui desde sempre tradição na família: a olaria. Apesar disso, essa contradição é matizada pelo facto de os rendimentos das actividades que exerce actualmente serem inferiores aos dividendos anteriormente proporcionados pela olaria.

Sobre a situação geral de vida na sua comunidade é peremptório: *“aqui cada um está a tentar reinventar-se à sua maneira.”*²⁴ Estende enfaticamente as mãos e mostra-nos como o seu quintal não tem nada. Fala-nos de como as despesas são repartidas entre a escola dos filhos, o arrendamento da barraca, transporte e alimentação. Os rendimentos deste negócio e o das galinhas são insuficientes. Descreve-nos a natureza da actividade de avicultura e os seus receios relativamente à sua sustentabilidade. No geral, pensa que caso não venha a sofrer *quebras*, dadas as altas taxas de mortalidade dos pintos, os 7400 meticais estipulados como lucro representam um salário que vale a pena manter. No entanto, estava ainda numa fase incipiente e ainda era difícil falar com clareza sobre seu impacto. O futuro, após a empresa retirar o seu apoio logístico, apresenta-se como o mais importante. Conta-nos que esteve entre os negociadores de uma das manifestações organizadas pelos oleiros, por sinal a mais curta e menos turbulenta. *“Nós nunca paramos o comboio da Vale. Ficamos na entrada de Chipanga e na de Capanga, por umas horas. Vieram homens do governo e disseram-nos para sair e nós como cidadãos honestos obedecemos, não quisemos desprezar o nosso governo, embora este não nos olhe como seus filhos.”*²⁵ Tudo indica que uma das razões por detrás dos protestos é o sentimento geral de que a empresa dá um tratamento diferenciado aos reassentados. A desigual distribuição de benefícios é assim interpretada como discriminação pelas populações visadas.

²⁴ Entrevista feita a João a 06 de Maio de 2014.

²⁵ Ibidem.

Na tarde em que o entrevistamos, João ia receber 119 mil meticais de compensação por perda de culturas. Realça que o valor é muito pouco mas que mesmo assim ele e sua família já tinham planos: vão tentar melhorar o projecto de galinhas expandindo o aviário de modo a aumentar a escala de produção. Mas, aparentemente, nada disto lhe proporciona grande felicidade pois o que realmente gostaria era voltar a fazer olaria. Nas actuais condições e sem apoio parece-lhe impossível. *“Fazer tijolos é uma arte. Se a empresa permitisse, isso é que seria uma grande felicidade”*²⁶. Informa-nos que em termos comparativos a venda de frangos proporciona menor rendibilidade em relação ao negócio de tijolos. E confessa não ter ainda assimilado a mudança que sua vida sofreu e o quanto lhe custa ter passado de oleiro para vendedor de frangos. Interpreta esta mudança de actividade como uma perda de estatuto social, o que para ele é inconcebível se se considerar a grandeza das empresas mineiras. Assim, sente que o reassentamento retirou-lhe a possibilidade de deixar um legado para os seus filhos, de fazer a história da sua vida através da olaria, como tinha acontecido com os seus pais e avós.

Da sua militância em protestos públicos partilha o seu entendimento sobre a capacidade de resposta das empresas e do governo. Revela que a Vale é uma companhia muito fechada e com muita *burocracia*²⁷, contrastando com a sua congénere, Rio Tinto. Estabelece um paralelismo entre a empresa e o governo moçambicano e destaca o comportamento da administradora do distrito: *“eu não quero falar mal da liderança mas quero parabenizar esta administradora. Eu não sei como ela foi nascida. É uma senhora máquina, uma senhora que pensa...mas pensar mesmo. Eu nunca vi um administrador que talvez se possa igualar a ela. Esta senhora mexe-se*

²⁶ Entrevista feita a João a 06 de Maio de 2014.

²⁷ Designação que no período da modernização coerciva, em Moçambique, significava lentidão na capacidade de resposta da função pública.

*mesmo.*²⁸ Acrescenta que o dinheiro que vai receber naquela tarde deve-se ao esforço abnegado que ela tem feito para resolver os problemas dos populares. Lamenta o facto de ela não ter estado presente no início do processo de reassentamento. Acredita que se ela já fosse administradora na altura em que as casas estavam a ser construídas, o governo local não teria aceite que a empresa distribuísse *alpendres* ou *tendas melhoradas* às famílias directamente afectadas pela indústria extractiva. Reafirma que aquelas casas a qualquer momento podem desabar, o que não seria de todo um inconveniente para a empresa, pois o local de reassentamento urbano fazia parte da concessão mineira da Vale. É por isso que, com uma parte do salário que recebeu como funcionário da *Odebrecht* construiu um anexo como medida de segurança. De facto, observamos que em todos os reassentamentos da Vale, as famílias usaram parte do dinheiro das compensações para construir pequenas dependências, tudo isto inserido na estratégia de dispersão do risco de um dia as casas atribuídas pela empresa desabarem.

O desespero do retorno às origens.

No reassentamento rural de Cateme conversámos com Ricardo, 44 anos, com três mulheres e pai de oito filhos. Antes do reassentamento era oleiro e agora produz frangos, seu único meio de sobrevivência. Já vai no terceiro lote e argumenta que devido à taxa de mortalidade dos pintos não obtêm retorno financeiro com a prática da avicultura. Quando questionado sobre os benefícios mais gerais da extracção mineira a sua resposta é contundente e remete para um processo de fragmentação da sua identidade como moçambicano: *“a actividade de extracção do carvão melhora a vida de algumas pessoas, os de Maputo. Aqui não. Os de Maputo vêm trabalhar aqui, nós não. Estamos a ser prejudicados. Parece que não somos*

²⁸ Entrevista feita a João a 06 de Maio de 2014.

*moçambicanos*²⁹. Para Ricardo estes pacotes de desenvolvimento social só o distraem do essencial: a *machamba*. É assim que o retorno às origens parece surgir como a única via de superar o sentido profundo de marginalização que o atravessa. No entanto, mesmo que o destino fosse recomeçar a sua vida na agricultura, as terras rochosas que lhes foram atribuídas como compensação são impróprias para cultivar. Em consonância com os nossos entrevistados do bairro 25 de Setembro, Ricardo reproduz a ideia de que só os protestos populares podem alterar o actual cenário que se vive nas comunidades. No seu entender, as autoridades públicas e as empresas só prestam atenção às suas reclamações quando estas são apresentadas em forma de manifestações populares. Sente haver uma grande falta de consideração pelas comunidades hospedeiras e cada vez maior confusão entre o papel da empresa e do governo, segundo ilustram as suas próprias palavras:

“a administradora ajuda mas os líderes daqui, como somos reassentados, quando falamos com eles até parece que somos lixo. Se Maputo nos considerasse como pessoas penso que a Vale não faria isto. A Vale não é o governo, é empresa, é um projecto. O governo é que pode esticar o braço e dizer como se deve trabalhar mas, as vezes, o que nós estamos a ver é que quando se faz uma manifestação manda-se a polícia. A Vale é um governo ou projecto? Nós queremos saber bem isso para estarmos claros sobre esta situação. Se a Vale é o Estado então nós vamos passar a respeitar como governo e obedecer.”³⁰

A assimetria de poder entre as autoridades locais e centrais parece constituir, no imaginário dos reassentados, um dos principais factores de bloqueio na resolução dos problemas que os afectam. De facto, para o nosso informante as lideranças da sua comunidade transmitem as preocupações da população à administradora mas esta não consegue fazer muito mais porque não tem o mesmo poder que os dirigentes em Maputo, muitos deles também accionistas destas empresas. Os relatos sobre o Estado vão desde o reconhecimento da sua fraqueza material e institucional à valorização de pequenas iniciativas de algumas autoridades cujo engajamento é visível na resolução das questões mais importantes para as populações. À semelhança de João, Ricardo também procura destacar a acção da

²⁹ Entrevista feita a Ricardo a 07 de Maio de 2014.

³⁰ *Ibidem*.

administradora de todo o aparato burocrático e não estabelece uma relação causal entre o seu empenho e suas atribuições como chefe de governo do distrito. O relativamente bem-sucedido trabalho que faz é interpretado como sendo resultante do seu bom carácter, faculdades que o governo como um todo não possui, imperando sobre ele uma intensa desconfiança e descrédito. Esta dualidade é notória na sua seguinte frase: “*neste processo todo o governo está do lado da Vale, com estes problemas todos já teríamos tido uma reunião com o governo. Mas nem governo, nem Vale*”³¹. É interessante notar que Ricardo é uma das pessoas que teve o privilégio de participar numa reunião com a administradora quando os oleiros pretendiam reclamar a compensação pelas *machambas*.

Ricardo relata-nos, nostálgico, sobre a altura em que tinha um contrato de fornecimento de tijolos a uma escola técnica local. Como não tivesse capacidade e escala para responder às quantidades que lhe demandavam passou a incluir outros oleiros. Fornecia 24 mil tijolos a escola. Era um operador licenciado. Com a chegada da Vale para além de ter perdido tudo sente-se injustiçado com relação aos valores das compensações. Antes de ser reassentado tinha duas casas, uma da machamba – onde ficava durante a época de colheita - e a principal em Chipanga, onde vivia com a família. Hoje só tem uma, a do reassentamento, muito pequena e com problemas de infiltração. Considerando a sua condição de polígamo refere que devia ter três casas para poder acomodar as suas três mulheres e respectivos filhos. Para ele os processos que antecederam a preparação dos deslocamentos foram politizados e dado que as pessoas não sabiam o que as esperava aceitaram incondicionalmente. A deterioração do seu estatuto e condição sociais fazem-no encarar a actividade mineira, desenvolvida nos actuais moldes, como um retorno à colonização e seu *modus operandi* extractivo, acrescentando que o governo os abandonou.

³¹ Entrevista feita a Ricardo a 07 de Maio de 2014.

“Na minha opinião a Vale só veio para nos prejudicar. Aquilo é uma exploração. Só que é uma exploração um pouco diferente daquela do colonialismo. O colonialismo veio à força. A Vale veio autorizada. Eles estão a levar as nossas riquezas e nós vamos ficar pobres. O comboio da Vale está 24h a carregar carvão. A vantagem é para a própria Vale e não para nós. Eles só vieram levar o que a gente tem porque a gente não consegue tirar sozinho e vender. Se fosse uma coisa feita como tijolos era preferível dizer a Vale para ir-se embora e nós iríamos tirar sozinho e vender. Agora, no caso do carvão não temos máquinas... eles é que têm. E nisto tudo o governo está com a Vale. É difícil eles falarem com a Vale e obrigarem a fazer coisas para a população porque uma pessoa que come consigo à mesa é difícil deixar de lado. É por isso que nós estamos separados, sem o apoio nem do governo nem da Vale. Nós estamos sozinho e abandonados. A Vale não nos quer, o governo não nos quer.”³²

Neste processo, o governo é encarrado como um estorvo, sendo que a situação ideal para eles seria a interacção directa entre os *brancos da Vale* e a comunidade. Há o sentimento generalizado de que o governo está a prejudicar a relação entre a comunidade e as empresas. Na óptica de Ricardo as pessoas deviam ser livres de manifestar-se e não ter de levar *chambocadas*³³ e serem detidas pela polícia sempre que o fizessem. Considera que a paralisação das actividades da Vale geraria efeitos muito mais visíveis nos seus pacotes de desenvolvimento social e na melhoria da vida das pessoas por ela afectadas. Estas, por sua vez, só sentiriam melhorias se as casas tivessem sido construídas ao gosto de cada pessoa e, sobretudo, se cumprissem com a promessa de emprego. *“A Vale e a comunidade deviam ser amigas. Será que temos de recorrer sempre a manifestações para nos ouvirem? Tudo o que conquistamos depois do reassentamento foi por via das manifestações.”³⁴* Não obstante esta constatação, reconhece que a indústria extractiva constitui um dividendo da paz e que houve pessoas que pegaram em armas para torna-la possível. Por isso, as relações entre a comunidade, empresa e governo não deviam ser permeadas pela tensão que as caracteriza mas sim por um clima de concórdia e auscultação mútua.

³² Entrevista a Ricardo em Maio de 2014.

³³ Cacetadas.

³⁴ Ibidem.

A curandeira abandonada pelos espíritos.

Em Mualadzi, Rosa começa por falar-nos da vida que tinha antes de ser deslocada e como através da sua profissão de curandeira ganhava a vida. Em paralelo fazia *machamba*, vendia lenha e maçonica. É assim que conseguia comprar comida e material para os netos poderem estudar. Aos 54 anos sente-se revoltada com a sua qualidade de vida. “*Aqui estou a sofrer*”³⁵. E na mesma lógica de raciocínio dos outros informantes descreve-nos como tem sido difícil recomeçar a sua vida.

*“Eu era curandeira e onde vivia tinha uma casa de espíritos para atender os meus doentes. Exigi que repusessem a minha casa mas negaram. Eu insisti porque não queria um mau entendimento com os meus espíritos. Lá, como curandeira, tinha muitos clientes. Aqui nada. Você já sabe como são os espíritos. Lá os espíritos eram os donos da terra. Quando a empresa chegou lá fizeram festa para os espíritos mas quando saímos não fizeram nada para despedir. Foi só sair para um local de que não estávamos à espera. Os doentes de longe ficaram perdidos, como é que me vão localizar? Lá as pessoas já sabiam como me encontrar. Aqui não vão conseguir localizar porque nem sequer estou perto da estrada”*³⁶.

Hoje, já não acredita que os seus espíritos possam ser recuperados. Nem mesmo que se faça uma grande festa, pois estes a abandonaram. O sofrimento será a sua sina. Na casa em que vivia tinha o celeiro quase sempre cheio de milho vindo de Angónia e hoje não tem nada. Por isso, as actividades de extracção do carvão não estão a melhorar a vida das pessoas. Lembra-se como antes até havia visitas às minas. Ver os trabalhadores e a mina em produção foi uma das coisas de que ela mais gostou. E agora como as companhias já estão a produzir lucros e a tirar benefícios da extracção essas visitas acabaram. E o responsável por este quadro negro é o governo. “*Este governo não está a fazer nada. Aqui vive gente, não estão a ver?*”³⁷ Afirma que as autoridades públicas desprezam a sua própria população e fala-nos, também, do memorável discurso do ex. governador Muanathatha. Ela até hoje sente-se ofendida pelo discurso deste governante pois, se por um lado os “acusou” de estarem a defecar por cima do dinheiro, por outro mentiu ao prometer que as suas vidas melhorariam

³⁵ Entrevista feita a Rosa a 11 de Maio de 2014.

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

com o deslocamento. Rosa vai começar a criar frangos em breve mas mesmo antes da experiência mostra-se bastante céptica sobre a capacidade deste projecto mudarem a sua vida. Na zona de proveniência tinha uma multiplicidade de opções para a obtenção de rendimento, em Mualadzi não tem nada. Denotando uma frustração imensa, a nossa informante encerrou com as seguintes palavras: *“nós fomos removidos por questões económicas por isso que melhorem as nossas vidas, caso contrário que fechem as minas.”*³⁸

Uma professora confiante no futuro.

No entanto, nem todas as pessoas reassentadas nutrem uma visão negativa sobre os reassentamentos, os programas de desenvolvimento social e os impactos da extracção mineira no geral. Artemisa, 55 anos, professora na Escola Secundária de Cateme, é um desses casos. Para esta professora o país está a crescer e desenvolver-se e não consegue compreender a insatisfação generalizada das comunidades porque tudo foi feito em consenso entre o governo e as populações afectadas. Aponta-nos para as casas de alvenaria construídas em Cateme e nos diz que tudo está bem. *“Algumas destas pessoas viviam em condições precárias. Aqui têm água canalizada, energia, têm tudo. E é diferente do que tinham onde estavam a viver. Foi muito louvável por parte do governo pensar junto com a Vale Moçambique e ter este tipo de consideração com a população.”*³⁹ Na óptica de Artemisa as populações têm tudo o que precisam para reiniciarem as suas vidas, desde escola primária, secundária, formações profissionais na área de carpintaria, electricidade, empreendedorismo e fundos de poupança. Por isso, as manifestações recorrentes não fazem sentido porque o governo têm estado a defender eficazmente os interesses das comunidades afectadas.

³⁸ Entrevista feita a Rosa a 11 de Maio de 2014.

³⁹ Entrevista a Artemisa, em Tete, Maio de 2014.

No seu entender, as infiltrações nas casas constituem um problema pequeno se comparado com as habitações de *pau-a-pique*⁴⁰ em que as pessoas viviam antes do reassentamento. As reclamações sobre o emprego nas minas é outro ponto com o qual também discorda e refere que em nenhum lado do mundo todas as pessoas têm emprego. Sendo assim, *“cada um deve preocupar-se em procurar emprego. Se fica parada à espera que o Estado lhe dê emprego por causa do reassentamento essa pessoa não quer trabalhar. A mineração é bem-vinda porque ajuda a desenvolver o país.”*⁴¹ Contudo, visões como a desta professora parecem ser comuns dentro de um determinado extracto social, normalmente pessoas com certo grau de escolaridade, com emprego na função pública, geralmente militantes nas células do partido governante, cujo discurso mostra forte contiguidade com a narrativa da liderança, marcadamente assente (sobretudo na governação de Armando Guebuza) na ideia de que os pobres são-no por culpa própria e que o empreendedorismo constituía o principal motor da mobilidade social⁴². É neste substrato onde se encontram os líderes locais (da comunidade, distritais e provinciais) e altos agentes do Estado baseados nos ministérios em Maputo.

As trajectórias e histórias de vidas oferecidas pelos nossos informantes mostram, em síntese, três aspectos fundamentais: (1) percepção dúbia relativamente à acção do governo, evidenciando-se, por um lado, sentimento de abandono por parte do governo e, por outro, o reconhecimento do engajamento de determinadas figuras governativas locais; (2) incerteza e cepticismo no concernente aos programas de desenvolvimento social e (3) a centralidade das manifestações na renegociação das suas condições de vida.

⁴⁰ Casas feitas de caniço e maticadas em adobe ou argila.

⁴¹ Entrevista a Artemisa, em Tete, Maio de 2014.

⁴² Para mais sobre a questão veja-se De Brito (2012).

Parte dos problemas enunciados pelos informantes das duas principais comunidades afectadas pela Vale Moçambique e Rio Tinto tem sido objecto de denúncia através de relatórios de pesquisa de organizações não-governamentais, *media* e agências internacionais de direitos humanos. Um dos estudos pioneiros sobre a relação entre os megaprojectos e as comunidades hospedeiras foi apresentado por Mosca e Selemane (2011) no qual já indicavam os riscos de empobrecimento, resposta deficiente por parte dos organismos locais do Estado, relações perigosas entre estes mesmos organismos e as empresas extractivas e, sobretudo, o facto de o padrão de reassentamentos constituir uma reprodução das aldeias comunais. O carácter panorâmico da análise não permite olhar para as especificidades dos problemas levantados, deixando de lado mecanismos causais importantes tais como o impacto dos programas de desenvolvimento social na vida das pessoas e o tipo de respostas por estas estruturadas, como é o caso dos protestos populares.

O estudo da Human Rights Watch (2013) complementa a análise anterior e levanta os problemas de comunicação entre os reassentamentos, governo e empresas, concretamente a ausência de estratégias de disseminação de informação, as reclamações sobre privação relativa por que muitas famílias estavam a passar, promessas não cumpridas, a frustração relativamente à perda das suas fontes de subsistência, compensações, incerteza em relação ao futuro e os limites, sob o ponto de vista de recursos materiais, para a fiscalização e monitoria. Este relatório, embora discuta alguns dos pacotes de desenvolvimento social, principalmente os que se inscrevem na agricultura, aflora apenas de leve a questão das manifestações como uma resposta à insatisfação generalizada e nem sequer toma em consideração o esforço abnegado de algumas figuras públicas, claramente identificadas pelas comunidades como pessoas verdadeiramente engajadas pela causa das comunidades

hospedeiras, tal é o caso da administradora do Distrito de Moatize. Os relatos dos nossos informantes, acima descritos, mostram a necessidade de se recorrer a uma espécie de “desagregação” da estrutura que compõe o Estado ou governo pois as pessoas podem não se rever no Estado ou governo como uma entidade “homogénea” mas conseguir identificar e aplaudir a actuação de agentes públicos singulares comprometidos com a causa pública.

Nielsen (2007) explica esta aparente “inconsistência discursiva” ao indicar que as narrativas sobre o Estado, comuns entre os cidadãos locais, são geralmente fragmentadas. Tal argumento faz sentido sobretudo quando reflectimos nas abordagens analíticas de matriz neoweberiana, sendo o neopatrimonialismo⁴³ um dos casos mais emblemáticos, que virtualmente tendem a desligar os contextos específicos e as dinâmicas dialécticas entre estes e o aparato estatal herdado do período colonial. Por isso, ao se explorar as economias políticas africanas é necessário captar analiticamente as dinâmicas socioculturais através das quais as ideias do Estado são apropriadas e reproduzidas. No caso da nossa pesquisa, desagregar as estruturas do Estado até ao nível dos indivíduos que interagem diariamente com as famílias reassentadas permitiu-nos perceber, por um lado, as *nuances* entre a ideia abstracta do Estado como uma entidade homogénea e, por outro, a forma como os agentes que corporizam esse mesmo Estado são vistos pelas pessoas.

Assim, a fim de apurarmos com rigor o nível de influência do governo na mediação dos diversos interesses prevalecentes na extracção mineira, optamos por questionar as pessoas sobre agentes públicos específicos, sobretudo os que lidam directamente com as empresas e as comunidades, em vez de indagar apenas acerca da acção do governo no geral. De

⁴³ Chabal e Daloz (1999), Bratton e Van de Valle (1994), Erdmann e Engel (2007). Para uma crítica desta literatura veja-se Mkandawire (2001, 2013), De Grassi (2008), Erdmann (2012), Kalsell (2013), Bach (2011, 2012).

facto, tal como oportunamente demonstraremos pela análise quantitativa, os resultados do inquérito foram surpreendentes na medida em que, se a avaliação do governo oscila entre péssimo e medíocre, com grande prevalência para este último (61.8%), quando especificadas as figuras de que se está a falar, 51.6% dos inquiridos indicou o líder comunitário como a entidade mais interventiva, seguindo-se o actual governador com 34.0% e finalmente a administradora com 21.2%. O resto da percentagem distribui-se entre chefe de localidade, secretário do bairro, director provincial de recursos naturais e energia e as organizações não-governamentais locais, sendo que aproximadamente 50.7% destas pessoas já esteve presente em pelo menos uma reunião com alguma destas figuras.

Esta relativa proximidade entre agentes concretos do Estado e as famílias é confirmada pelo facto de a maioria conseguir identificar pelo menos um mecanismo para a canalização dos seus problemas. Esta constatação é contrária à que nos é oferecida pelo relatório da Human Rights Watch (2013), segundo o qual nos reassentamentos não existem mecanismos de comunicação, seja na forma de estratégias de disseminação de informação assim como plataformas claras através das quais as preocupações possam ser colocadas. Com efeito, neste aspecto observamos a existência de um problema de eficácia e incapacidade de resposta dos arranjos institucionais disponíveis. Portanto, as pessoas conhecem algum tipo de canal de comunicação, seja na forma de lideranças e estruturas locais de bairro ou, no caso das companhias extractivas, assistentes comunitários.

Este tipo de resultado, revelador de uma fragmentação social entre actores estatais locais e centrais, já tem sido objecto de estudo na literatura da antropologia do Estado e das burocracias de interface. De facto, no caso de Tete, a simbologia do Estado e do governo

para as comunidades das zonas de extracção mineira está directamente ligada à elite dos altos funcionários estabelecidos na Cidade de Maputo, indo desde o Presidente da República, ministros e directores nacionais. No entanto, apesar de as lideranças de base reproduzirem os discursos concebidos em Maputo, tudo indica que não correspondem à imagem que os populares têm do Estado – muitas vezes associado ao domínio do Sul e à hegemonia da etnia *changana* - quando se trata das questões ligadas à extracção mineira. Parte da explicação para esta inconsistência poderá estar ligada ao facto de essas lideranças de base serem elementos da comunidade, partilhando juntos o desiderato do reassentamento. De acordo com a explicação de Nielsen (2007), esta visão sobre o Estado teria que ver com a percepção segundo a qual a riqueza tem estado a concentrar-se em Maputo e nos arredores do extremo Sul do país, onde coincidentemente a sua presença é mais pronunciada.

Consistentemente, e de acordo com Lund (2006), as formas práticas de autoridade pública são compósitas e quiméricas, sendo que não se circunscrevem apenas às instituições de autoridade pública que providenciam representações do Estado. Assim, a ideia de Estado é formada pela combinação dos encontros diários das pessoas que o representam e, dentre outras coisas, estórias de crime, corrupção, incompetência, bravura e os debates privados sobre estes assunto. Nesta óptica, situações da vida privada podem ser politizadas tornando-se objectivos para garantir interesses. Por aqui percebe-se que o Estado não é somente uma organização abstracta que se representa a si própria em termos territoriais, fronteiras e mapas administrativos mas sim uma confluência de lógicas dinâmicas ao longo do tempo.

Esta visão sobre o Estado, e a ideia de associar a imagem do Sul do país ao acesso às oportunidades de emprego e à riqueza, tem raízes na história do país desde o período colonial, ao favorecer o acesso ao ensino aos assimilados no Sul. Tal fractura, agravou-se durante o período inicial da luta de libertação do país em que os conflitos étnicos estiveram no centro das disputas pelo poder na Frelimo⁴⁴. Por isso, estudar os reassentamento sem ter em conta toda esta trajectória da história impossibilita a compreensão de uma série de respostas que estas comunidades desenvolvem para fazer face às dinâmicas extractivas. É precisamente nesse quadro em que se insere a asserção de Kirshner e Power (2015) dando conta do facto de a chegada de força de trabalho externa à província de Tete não só elevar as disparidades de rendimento mas também incutir nas comunidades a ideia de que só as pessoas do Sul, com maiores habilitações literárias, é que desfrutam das oportunidades de emprego geradas pela indústria extractiva. Assim, tensões étnicas latentes reemergem colocando aos decisores políticos desafios sob o ponto de vista de redistribuição dos dividendos do actual *boom* dos recursos naturais.

Os argumentos acima apontados são virtualmente ignorados pela literatura, sobre responsabilidade social das empresas extractivas, produzida pelos académicos locais. Não obstante, o recente relatório da Oxfam (Lillywhite et al. 2015) sobre mineração, reassentamento e perda de meios de subsistência procura fazer um estudo profundo sobre o reassentamento da Rio Tinto, em Mualadzi, demonstrando que as pessoas se sentem mais empobrecidas apesar de as companhias mineiras estarem a aplicar padrões internacionais. Aborda ainda as diferenças de ritmo entre a acção dos órgãos regulatórios e da indústria extractiva, as lacunas por parte das empresas no tratamento dos riscos do reassentamento e os custos que as comunidades estão a assumir devido ao isolamento, a incerteza

⁴⁴ Para maior aprofundamento deste período veja-se Opello Jr. (1975), Meyns (1981), O’Laughlin (2000), Cahen (2000, 2006, 2010 e 2014), Panzer (2009), Thompson (2013).

relativamente às novas técnicas de produção de comida e, ainda, a confusão existente no que toca à elegibilidade das pessoas para os programas de desenvolvimento social. O relatório parece reproduzir o mesmo problema dos estudos anteriores ao referir que os reassentados não confiam nas companhias extractivas, no governo, nem nas autoridades locais. Enquanto a relação entre as empresas e as comunidades pode ser correctamente referida como tensa, o mesmo já não é assim tão evidente quando se trata da percepção sobre o desempenho do governo, se foram apontadas figuras ou cargos públicos, conforme argumentado em parágrafos anteriores.

Note-se que, em relação aos líderes locais, a nossa evidência é diferente da que nos é apresentada neste relatório. De facto, as comunidades mostraram ter capacidade para *forçar* mudança de lideranças de base, nos casos de manifesta incompetência, tal como ocorreu no Bairro 25 de Setembro onde um secretário foi destituído e outro eleito no seu lugar a pedido dos residentes. Em Cateme, uma das mais importantes manifestações contra as condições de vida no reassentamento foi mobilizada e dirigida pelos próprios líderes locais. Em Mualadzi, as populações referiram-se aos líderes locais como companheiros de sofrimento e esmagados pelo poder de Maputo. Nesta última situação, verifica-se uma espécie de “antropofagia institucional” na medida em que uma extensão do poder do Estado acaba por liderar os protestos em vez de constituir plataforma negocial para a resolução dos problemas.

Por outro lado, a leitura que este relatório da Oxfam (Lillywhite 2015) oferece sobre a forma como está organizado o acesso aos pacotes de desenvolvimento social não é confirmada pela nossa pesquisa. Nenhum dos nossos entrevistados ou inquiridos em

Mualadzi referiu pertencer a uma associação ou grupo, sendo que este tipo de organização é incipiente porque ainda emergente em locais como Cateme, onde a GAPI, instituição de crédito rotativo, procura organizar os seus beneficiários em pequenas associações de agricultores. De facto, não era este, pelo menos até a altura em que levamos a cabo a nossa pesquisa, o modelo que a Rio Tinto estava a desenvolver⁴⁵. Por exemplo, no bairro 25 de Setembro, quando as pessoas eram questionadas se pertenciam a algum tipo de associação muitas indicavam a comissão de reassentamento, uma plataforma criada pelos próprios reassentados para comunicarem com a empresa e o governo.

A Vale Moçambique é apontada por Kabemba e Nhancale (2012) como tendo propositadamente dividido as comunidades entre os que tinham emprego formal e os que exerciam actividades informais, colocando os desempregados longe dos locais onde as empresas operam. Este modelo de reassentamento sugere que as populações sem educação podem ser despejadas em qualquer lado, não permitindo a estas pessoas e seus filhos acederem ao emprego formal. No caso da Rio Tinto, embora esta ainda não tenha feito reassentamento urbano, os autores revelam que o deslocamento dos que já estão em Mualadzi não foi de comum acordo e citam a rainha de Capanga que resistiu à mudança. Em sintonia com os vários estudos feitos aos reassentamentos, os autores indicam que sem uma abordagem cuidadosamente desenhada para estimular o investimento, projectos económicos e emprego produtivo é expectável que estas comunidades remotas definhem na pobreza. Este tipo de reassentamento tem como objectivo assegurar que as famílias não exerçam pressão sobre as empresas exigindo maiores benefícios sociais da extracção mineira.

⁴⁵ A Kenmare constitui um exemplo muito claro e bem desenvolvido de promoção de associativismo. Estar organizado em grupo constitui uma das condições para a obtenção de financiamento da KEMAD. Mas mesmo aqui, na pesquisa exploratória efectuada em Topuito e arredores notou-se que este modelo não era rígido, havendo casos de singulares que também eram financiados, tais são os casos de projectos como padaria, loja de peixe, mercearias etc.

É assim que a referência feita por um dos informantes, indicando a Vale Moçambique como uma empresa fechada, é consistente com os resultados do estudo apresentado por Marshall (2012,8-23) quando analisa a responsabilidade social interna da empresa no Canadá, Brasil e Moçambique, com enfoque nos sindicatos dos trabalhadores. Estes, mencionam a Vale como a pior empresa do mundo, sendo anti-sindical, com práticas de assédio moral, criando atmosfera de stresse permanente e ameaças constantes de despedimento. No caso de Moçambique, os trabalhadores indicam que a Vale nem aparece nas negociações com a massa laboral moçambicana, nem aceita o diálogo, “*apresenta um comportamento ditador*”, faz falsas promessas, a política de trabalho é confusa e não respeita as leis nem a cultura do país. No fundo, este estudo acaba por refutar algumas das questões sobre a visão estratégica da empresa apresentadas no seu Relatório de Sustentabilidade (2013). Este relatório anuncia a realização de actividades como

“promoção de desenvolvimento social e económico, destacando-se formação profissional de cerca de 200 pessoas nas áreas de carpintaria, electricista, construção civil, corte e costura e serviços domésticos; execução de mais de U\$S 1,4 bilhão, com 75% para empresas locais; culturas agrícolas de rendimento para 1.050 famílias, com plantio de gergelim, feijão e frutas e doação de mais de U\$S 491 mil para as vítimas de enchentes” (Relatório de Sustentabilidade, 2013:2).

O extracto acima sintetiza os pacotes de desenvolvimento social da empresa mas, no entanto, como iremos discutir em secções subsequentes, uma das questões que nem a empresa nem o governo conseguem responder plausivelmente é justamente o porquê da insatisfação generalizada quando a empresa está a investir muitos milhões em pacotes de desenvolvimento social. E de acordo com o *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*, produzido pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (2012), em todos os locais aonde esta empresa tem operações observam-se altos índices de descontentamento no seio da sua massa laboral e das comunidades afectadas. Na nossa amostra, feita aleatoriamente, apenas 5.6% é que beneficiou de algum tipo de formação oferecida por uma destas companhias extractivas e só 5.6% é que indicou possuir emprego numa destas

mineradoras. O mesmo sucede relativamente à abrangência dos pacotes de desenvolvimento social das duas empresas, dado apenas 12.1% ter indicado que beneficia de algum tipo de projecto, com maior incidência para o programa de avicultura.

As vozes destas pessoas vêm efectivamente contradizer as narrativas de Tete como pólo de desenvolvimento através da extracção do carvão e, neste aspecto, concorda-se com Kirshner e Power (2015) quando sublinham a necessidade de confrontar essas narrativas com a pobreza dos bairros de lata fora dos enclaves criados por estas empresas. Esta advertência é consistente com os dados recolhidos pela nossa pesquisa na medida em que 95.7% das pessoas inquiridas indicou ser muito pobre ou apenas pobre. Curiosamente, quando os inquiridos e entrevistados eram confrontados com a existência de pessoas na comunidade que referiam ter melhorado de vida, a tendência generalizada era de indicar que essas eram os *machanganas* que tinham arrendado as suas casas e que trabalhavam na Vale Moçambique ou Rio Tinto.

A percepção de existência de uma aliança entre os megaprojectos e algumas elites nacionais politicamente bem colocadas não constitui apanágio destas comunidades. Na verdade constitui uma noção partilhada desde os meios menos informados ao domínio académico, onde neste último caso, foram produzidos inclusive modelos estilizados para ilustrar com clareza essas ligações e os fundamentos por detrás da interacção entre o grande capital internacional e as elites locais. Para além dos estudos produzidos por Castel-Branco (2015, 2010a e 2010b), a análise de Ana Ribeiro (2014), ao abordar Tete como um local de encontro histórico entre as elites brasileiras e moçambicanas, mostra como o Brasil já desde os anos 1970 tem interesses no carvão de Moatize e as autoridades moçambicanas, ainda

imbuídas pela ideologia da modernização, têm esperança que este sirva de motor para o desenvolvimento do país.

Note-se que a Vale possui numa das rádios de Tete um programa denominado *Carvão e Desenvolvimento* que, mais do que fazer parte das estratégias de aquisição de licença das comunidades para operar, de certa forma parece reproduzir este paradigma de modernização que partilha com as elites do governo junto das comunidades. Sem negligenciar todo o aprendizado histórico que vem sendo feito em Moçambique desde o período da socialização do campo⁴⁶, esta afinidade em torno da modernidade ocidental poderá explicar a tendência para a estreita sintonia entre as narrativas de desenvolvimento dos substratos mais informados, e privilegiados, dessas comunidades hospedeiras e as das autoridades governamentais simbolizadas no acesso a uma casa de alvenaria, estradas, electricidade, água canalizada, casa de banho convencional⁴⁷, etc., tal como referido por um dos nossos informantes. A partilha deste ideal de progresso torna pertinente todo o debate animado pelos pós-desenvolvimentistas⁴⁸ e que na área da responsabilidade social empresarial está condensado na questão colocada por Gilberthorpe e Banks (2012): *“development on whose terms?”*

⁴⁶ Para mais sobre este período veja-se: De Brito (1988), Isaacman e Isaacman (1983, 1984), Cahen (1993), Dinarmen (2006), Macagno (2009),

⁴⁷ O actual Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural tem sido indicado pelo *stuff* da indústria extractiva como um forte entusiasta da modernização destas comunidades. Se em Tete as casas dos reassentamentos não incluíam as casas de banho no interior, refere-se que o ministro tem estado a dar indicações para que nos próximos reassentamentos as casas de banho sejam interiores. Alguns gestores de programas de desenvolvimento social destas empresas indicam a possibilidade de observarem-se conflitos com as práticas locais. É comum em algumas comunidades ser desrespeitoso ver-se o patriarca a ir ou a sair do local onde se satisfazem as necessidades fisiológicas.

⁴⁸ Veja-se Escobar (1991, 2007), Ziai (2007), Pieterse (1998, 2000), Nustad (2001), Robins (2003), Curry (2003).

No entanto, a contínua rejeição que os reassentados dos substratos sociais mais baixo demonstram em relação à vivência nas vilas modernas, criadas por estas duas empresas extractivas, mostrando uma preferência pelas suas casas de adobe nas proximidades dos rios, pela prática das actividades que exerciam antes do deslocamento parece desafiar os padrões internacionais e nacionais que alimentam a ideia de desenvolvimento operacionalizada pelas empresas e o governo. Os protestos populares que têm sido realizados e a propensão para passarem a ser usados como plataforma de renegociação de condições de vida constituem um forte indicativo do nosso argumento. Aliás, estas manifestações, mais do que permitirem renegociação acabam por ter um impacto positivo ao nível dos arranjos institucionais que gerem o sector extractivo, iniciando assim uma incipiente renegociação do próprio Estado⁴⁹. Efectivamente, o padrão observado em Tete é consistente com o entendimento de Lund (2006) segundo o qual associações ou organizações que à primeira não parecem ter natureza política podem acabar por exercer poder político e possuir autoridade pública. Deste modo, situações não políticas poderão revelar-se espaços activos de negociação política e mediação no que concerne à implementação de objectivos de políticas públicas ou distribuição de autoridade pública nos quais identidades locais e regionais e relações de poder são reestruturadas e refundidas.

⁴⁹ Este argumento é desenvolvido na secção consagrada ao papel do Estado.

4. Organizações da Sociedade Civil (OSC's), indústrias extractivas e governo

O *boom* dos recursos naturais em Moçambique gerou também um aumento no número de organizações da sociedade civil nas províncias de extracção e Tete não constitui uma excepção. Para o presente estudo seleccionamos quatro das mais interventivas organizações, duas locais, nomeadamente o Fórum Provincial das ONG's e Associação para a Sanidade Ambiental (ASA) e duas baseadas em Maputo mas cujo âmbito de operação é nacional. No que concerne à interacção das OSC's locais, tanto com o governo assim como com a indústria extractiva, a percepção do Fórum é de que o diálogo tem vindo a melhorar. Este não é o mesmo entendimento que a ASA tem pois, para esta persiste uma atitude negativa por parte do governo, caracterizada por grande tensão, suspeição e bloqueio de comunicação. Esta postura é também evidente do lado das empresas, sobretudo da Vale Moçambique. O papel destas OSC's locais centra-se essencialmente na intermediação entre as comunidades hospedeiras dos grandes projectos, as empresas e o governo. Um dos dirigentes do Fórum referiu que a tensão, por exemplo, com a Vale arrastou-se até a altura em que ocorreram os protestos populares de Cateme. De facto, estas organizações, pela sua aproximação às comunidades, detinham informação de que nem a empresa Vale nem o governo dispunham, sobretudo no tocante à preparação das manifestações que acabaram por acontecer.

“Nós trabalhamos com aquelas comunidades de Cateme como organizações da sociedade civil. E no nosso trabalho, no dia-a-dia, já tínhamos conhecimento de que aquela situação iria ocorrer...aquela manifestação que houve. E tivemos a oportunidade de informar o governo, a empresa e outros órgãos, outras instituições. E de facto nunca nos levaram a sério até aquela situação ocorrer. E quando ocorreu aquela situação, os únicos que estiveram no terreno fomos, de facto, nós. O próprio governo esteve ausente, a empresa esteve ausente, durante provavelmente duas semanas. E o estado só se fez presente através da Polícia de Intervenção Rápida, o que criou um mal-estar na população porque esta só queria interagir com a empresa e não com a força policial que estava ali.”⁵⁰

⁵⁰ Entrevista feita a Mário a 10 de Maio de 2014.

Para o Fórum as manifestações é que tornaram possível uma aproximação tanto da empresa Vale quanto do governo junto das comunidades, iniciando-se a tentativa de correcção de alguns dos problemas que motivaram os protestos populares. Os eventos de Cateme expuseram publicamente a empresa Vale e o governo, com repercussões ao nível da imprensa internacional. O Fórum entende as manifestações como o resultado de uma deficiente consulta comunitária, pois houve pouco envolvimento da população directamente atingida e de outros actores da sociedade. Tudo indica que a empresa Vale, em algum momento, agiu sozinha no processo de consulta às comunidades, podendo inclusive ter havido infracção de importantes preceitos legais. Mário, dá-nos o exemplo da lei de terras e diz-nos que esta *“determina como devem ser conduzidas as consultas às comunidades e, sobretudo, que o administrador é que dirige as consultas comunitárias e, no final, o documento deve ser assinado por todos os intervenientes e uma cópia deve ficar na comunidade. Mas se vai a Cateme, Mualadzi e muitos outros sítios não vai encontrar nenhuma cópia. Não há nada escrito que confirme as promessas da Vale e da Rio Tinto”*⁵¹.

O depoimento de Mário remete-nos para a ideia de que antes das manifestações a actuação de algumas empresas e, em certa medida, do governo era caracterizada por alguma informalidade que acabou por ser danosa relativamente à salvaguarda dos interesses das comunidades. Efectivamente, com excepção da lei de minas de 2007, ora revogada, muitos dos dispositivos legais só foram produzidos, actualizados e aprovados a partir de 2012, incluindo o *Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas*⁵², momento posterior às manifestações de Cateme. No entanto, a fraca disponibilização de documentação torna difícil às organizações da sociedade civil conhecer o contributo das empresas no concernente à sua responsabilidade social empresarial. Aquelas sentem haver

⁵¹ Entrevista feita a Mário a 10 de Maio de 2014.

⁵² Decreto n° 31/2012 de 8 de Agosto.

alguma confusão nesse aspecto e sentem que qualquer acção de responsabilidade social deve envolver as pessoas directa e indirectamente impactadas pelas actividades das empresas. “*O reassentamento não é responsabilidade social, é obrigação da empresa.*”⁵³ A dificuldade apontada pelo nosso informante é compreensível, sobretudo se considerarmos o facto de empresas como a Vale Moçambique, nos seus relatórios (de sustentabilidade⁵⁴), misturarem actividades obrigatórias relacionadas com o deslocamento das populações – que vão desde a correcção dos erros cometidos na construção das casas, compensações até à reposição dos meios de subsistência - e as de carácter voluntário como doações.

A Rio Tinto, por seu turno, é indicada como sendo mais proactiva, considerando-se que aprendeu com os erros da Vale Moçambique. Esta empresa é bem vista, sobretudo na abertura ao diálogo com os vários agentes da sociedade. Não obstante, no quadro do reassentamento e realização dos seus projectos de desenvolvimento social as comunidades por esta deslocadas enfrentam situações relacionadas com terras improdutivas, falta de água, de locais de pasto e exclusão dos mercados. Com a excepção das compensações e dos problemas de distribuição da água – tendo este último constituído uma das causas dos protestos populares levados a cabo pela comunidade em Mualadzi – muitos destas dificuldades são mais da responsabilidade do governo do que propriamente da empresa, pois as autoridades públicas é que decidem o local do reassentamento. Um dos aspectos que tem reduzido a propensão para a exposição pública da empresa tem a ver com o facto de as casas serem muito melhores que as da Vale Moçambique.

⁵³ Entrevista feita a Mário a 10 de Maio de 2014.

⁵⁴ Veja-se o *Relatório de Sustentabilidade 2013*, Vale Moçambique.

Apesar disso, conforme apontado pelos nossos informantes, coincidindo com os resultados do relatório da Oxfam (Lillywhite et al. 2015), a empresa é indicada como não estando a cumprir com as promessas de concessão de emprego a elementos da comunidade. O relatório da Oxfam fala da perda de oportunidades económicas, referindo que já mesmo no Plano de Acção de Reassentamento de Benga havia poucos detalhes sobre a abordagem dos mecanismos de restauração das fontes de subsistência, segurança alimentar e geração de rendimento. Embora estejam a decorrer os projectos de criação e venda de frangos, criação de porcos, novas técnicas de produção e treinamento da comunidade, os dois primeiros projectos parecem não satisfazer às expectativas das comunidades, não sendo ainda bem sucedidos como estratégia de obtenção de rendimento. Aliás, também em Mualadzi colocam-se os mesmos problemas de incerteza relativamente ao futuro e cepticismo sobre a capacidade destes programas poderem ajudar as pessoas a melhorarem as suas vidas.

Quando questionado, em termos gerais, sobre o impacto da indústria extractiva no desenvolvimento do país, Mário referiu que embora problemas graves persistam na relação entre o governo, as empresas e as comunidades directamente afectadas *“é importante realçar que já há alguns benefícios para a receita do Estado e emprego, não obstante tudo ainda ser dúbio”*⁵⁵. Por outro lado, o nosso interlocutor entende que a relação das ONG’s locais com o governo provincial passou de muito má para boa, sendo que o governo entendeu que o papel destas organizações é ajudar a promover uma governação responsável.

Relativamente à Associação Para a Sanidade Ambiental, o depoimento de Sofia é, em parte, consistente com o relato transmitido por Mário. Esta agente para-legal da associação

⁵⁵ Entrevista feita a Mário a 10 de Maio de 2014.

destacou o facto de só após as manifestações terem tido o privilégio de entrar na Vale Moçambique e beneficiar de uma visita guiada na mina, coisa impossível antes dos protestos das populações. Para Sofia, as manifestações resultam da fraca comunicação entre governo e a população, no geral. E este distanciamento do governo acaba também por se reflectir na forma como as empresas tratam as comunidades. Suspeita inclusive que as consultas comunitárias tenham sido caracterizadas por imposição e decisões verticais do que negociação. E os resultados disso estão hoje à vista: insatisfação e protestos.

“Antes de a comunidade fazer uma manifestação ela reúne e apresenta uma carta reivindicativa ao governo. Por exemplo, as manifestações de Cateme tinham 12 pontos, aos quais tivemos acesso, e sabemos que entraram no Gabinete do Administrador. Nessa altura, em 2011, o administrador era o Guimarães. Esses 12 pontos entraram a tempo de o governo reagir. Eles receberam a carta e guardaram. A comunidade tinha inclusive colocado a data em que se iria manifestar. Passados 10 dias sem resposta a comunidade barricou a linha férrea colocando paus e pedras. Esse documento também entrou no governo provincial mas o governador Vaquina não reagiu. Quando as manifestações eclodiram mandaram a polícia. Vimos feridas monstruosas. Disseram que a polícia tinha usado balas de borracha mas fomos ver que eram balas verdadeiras. Foi uma confusão grande”⁵⁶.

Sofia reafirma a ideia de que os protestos públicos geraram mudanças na postura da empresa. À semelhança das diferentes vozes da sociedade moçambicana, também ela entende existir uma aliança entre as companhias extractivas e o governo, percepção essa que ancora no facto de sentir que as autoridades têm capacidade para gerir o expediente da indústria extractiva, desde que seguisse as leis, o que nem sempre acontece. Na sua óptica *“o governo devia ter amor ao seu povo mas não é isso que acontece. Prefere fazer o que estão a fazer. Não sei se essa economia é só para uns. E se o dinheiro está a sair por que não nos podem dar uma vida melhorada?”⁵⁷* Esta pergunta está aliada ao entendimento de que a exploração do carvão não é algo recente, podendo ser localizada no período colonial e nessa altura não se procedia a nenhuma espécie de reassentamento. As associações locais da sociedade civil não compreendem as razões por que a extracção mineira está a ser feita a céu aberto, pois quando ela decorria no subterrâneo não se observava o tipo de confusões que se

⁵⁶ Entrevista a Sofia, em Tete, a 10 de Maio de 2014.

⁵⁷ Ibidem.

vislumbram hoje. Ao falar do seu cepticismo sobre o propalado desenvolvimento gerado pela indústria extractiva em Tete, Sofia acaba por reproduzir um raciocínio que já nos tinha sido referido por um dos reassentados beneficiário dos programas de desenvolvimento social da Vale.

“Eu reparo à minha volta e não vejo nenhum desenvolvimento. Nos seminários organizados pelas empresas e o governo só oiço propaganda sobre responsabilidade social mas não vejo nada. Se calhar é por isso que há quem diga que era preferível termos mantido o português do que estes... O português não tinha esta ambição, embora congelasse tudo. E se levava os nossos recursos, levava em poucas quantidades e não isto que está a acontecer...estão a tirar as riquezas de Moçambique. É este o tal desenvolvimento? Deve ser para os que estão lá em Maputo, os donos do país.”⁵⁸

Conforme indica o extracto acima, o discurso de Sofia contraria o optimismo de Mário quando aborda as questões de desenvolvimento e a relação entre as OSC's locais e o governo. Para ilustrar esta última, deu-nos um exemplo de um *workshop* organizado pela sua associação em que um dos oradores seria o Presidente do Conselho Municipal de Tete mas que este não se fez presente e nem sequer enviou um substituto ou uma nota a dar conta da sua ausência. Nesse evento, nenhum dos representantes do governo convidados compareceu. A percepção de Sofia é de que o governo ainda mantém uma certa atitude de suspeição e hostilidade em relação às organizações da sociedade civil, considerando-as de oposição em vez de parceiras.

Enquanto as OSC's locais abordam as dinâmicas extractivas e seu impacto nas comunidades recorrendo à sua experiência de engajamento comunitário, as OSC's baseadas em Maputo discutem o problema a um nível macro, indo desde as questões relacionadas com os arranjos institucionais até às implicações da extracção mineira na economia como um todo. Por exemplo, o Centro de Integridade Pública (CIP) coloca a questão de saber-se como é que o sector extractivo em Moçambique pode assumir a liderança e puxar os

⁵⁸ Ibidem.

outros sectores. No seu entender, é aqui onde se deve centrar o grande debate. No entanto, Moçambique não está a pensar nas potencialidades deste sector de forma holista mas sim de forma individual, resolvendo questões pontuais ligadas a infra-estruturas. E neste processo todo há uma gestão das expectativas pois enquanto as pessoas querem ver seus problemas resolvidos hoje, o governo não providencia informação adequada sobre o que está a acontecer no sector⁵⁹.

Uma das pesquisadoras do CIP falou-nos da percentagem em acções que estava reservada aos empresários nacionais referindo-a nos seguintes termos:

“os nacionais que fazem parte destes grandes projectos não são pessoas de Tete ou Cabo Delgado, são pessoas que possuem informação privilegiada e que, em vez de financiamento, usam apenas a influência que têm para entrar nos projectos. A nossa classe empresarial vive na boleia destes grandes projectos. Isso só existe para decoração, só para se dizer que há parceiros nacionais, uma parceria de circuitos e facilitações, etc. Daí questionar-se a quem mais beneficiam as concessões fiscais que são dadas às multinacionais. Quem negociou, como e quem são esses parceiros é justamente a informação de que não dispomos.”⁶⁰

O CIP entende que não há nenhuma pertinência em o país ter uma política de responsabilidade social. Para além de ser inútil, não há clareza sobre o que ela trata. Considerando as definições apresentadas pela União Europeia - que define responsabilidade social como sendo voluntária - o CIP coloca uma série de questões nomeadamente como se pode reger um processo de natureza voluntária? O que está a tentar regular, a acção voluntária da companhia ou a sua acção obrigatória? O que significa uma política que consagra que a responsabilidade social na indústria extractiva em Moçambique passa a ser obrigatória? A clareza sobre estas questões significaria a construção de uma estrutura de incentivos que influenciariam as empresas a fazer as coisas de forma responsável e com considerável impacto. Para esta organização há uma confusão

⁵⁹ Entrevista a Francelina, em Maputo, a 06 de Junho de 2014.

⁶⁰ Ibidem.

no tocante aos interesses do governo com esta política. Com efeito, aquando dos protestos populares em Cateme o governo argumentou que iria resolver o problema através da elaboração da recém-aprovada política de responsabilidade social e já nessa altura se passou a intuir que o reassentamento é responsabilidade social. No entanto, o reassentamento está previsto por lei e quando se analisa o documento sobre responsabilidade social não se encontra nada sobre reassentamento nem sobre a responsabilidade social do Estado.

Na perspectiva da organização, o governo está a lançar todas as responsabilidades relativas ao desenvolvimento das comunidades para as companhias extractivas. Para o CIP, em vez de se falar de responsabilidade social é mais importante que as empresas paguem impostos justos ao Estado e este os aplique no desenvolvimento do país. Em vez disso, a estratégia do governo tem consistido na produção de políticas com efeitos localizados, tal é o caso do dispositivo legal que preconiza a devolução de 2,75% das receitas de extracção mineira às comunidades hospedeiras. Já beneficiaram deste mecanismo as comunidades de Moma, Moatize e Pande-Temane. Entretanto, persistem problemas na forma como o dinheiro está a ser aplicado e as comunidades desconhecem a existência destes recursos financeiros, o que gera dificuldades na sua apropriação. O CIP afirma ser necessário fortalecer o papel do Estado clarificando as suas atribuições e dos organismos paraestatais.

“É preciso reduzir as responsabilidades de regulação do governo e devolver ao Estado. Por exemplo, o INP é uma instituição do Estado e não do governo, apesar de esta subordinar-se ao governo, o sistema, o jogo deve estar correctamente estabelecido. Agora, a forma como ele funciona é outro problema. Mas se um dia tivermos governantes que estejam dispostos a servir e não servir-se, podem exigir contas em relação àqueles que não agiram dentro da legalidade.”⁶¹

Por outro lado, se alguns grupos politicamente bem posicionados estão a procurar tirar partida do *boom* dos recursos naturais, por outro houve oportunismo por parte de algumas

⁶¹ Entrevista a Francelina, em Maputo, a 06 de Junho de 2014.

empresas quando foram negociar a terra com as comunidades para extrair o carvão, havendo assim irregularidades. Por exemplo *“pedi à Vale Moçambique as actas das consultas públicas, documentos que deviam ser de acesso público, e nunca ninguém me deu. Isso significa que ou eles não as têm porque nunca fizeram consultas públicas ou então têm mas não estão a cumprir com o que prometeram em sede das consultas públicas.”*⁶² As empresas usam muito a tática de *encher os olhos* com os valores das compensações e promessas de emprego, o que em comunidades geralmente pobres é eficaz para desbloquearem impasses e avançarem com o projecto de extracção. Assim, as manifestações recorrentes constituem uma resposta ao comportamento não completamente limpo das empresas quando foram negociar com elas. As manifestações são uma forma de chantagem e enquanto as comunidades não forem vistas e abordadas como parceiras dos projectos as empresas continuarão a ter problemas na manutenção da sua licença para operar.

Neste sentido, a ideia de que o desenvolvimento consiste essencialmente em, através do reassentamento, urbanizar certas zonas sem acautelar a característica rural das populações é uma abordagem errónea que vai resultar na persistente exclusão das pessoas aumentando a sua frustração e propensão para se manifestarem. O CIP salienta que o que importa é saber como integrar estas pessoas na cadeia de produção e benefícios, não bastando apenas canalizar receitas. O principal problema é que se usa a responsabilidade social para pagar menos imposto. Uma das questões centrais que se coloca é que a responsabilidade social é um custo e quem é que suporta esse custo no caso das companhias extractivas em Moçambique?

⁶² Ibidem.

As reservas avançadas pelo CIP sobre responsabilidade social e sua influência nas populações directamente afectadas pela indústria extractiva são partilhadas pelo Observatório do Meio Rural (OMR) que refere haver uma mistura de conceitos quando se aborda a responsabilidade social em Moçambique. Esta organização entende que a responsabilidade social é vista no país como a contribuição das empresas para um conjunto de actividades que constituem função do Estado e não das empresas, o que origina uma desresponsabilização do Estado. Assim, as empresas assumem esse papel como estratégia de mostrar certa visibilidade junto da população, passando a ilusão de estas estarem a ter benefícios com a operação das empresas. No entanto, as empresas não estão a cumprir com a sua principal responsabilidade perante o país pois beneficiam de isenções fiscais generosas. *“A grande responsabilidade das empresas seria pagarem os impostos que deviam pagar, não só nas condições em que o empresariado nacional o faz, mas também impostos comparáveis aos que esse tipo de empresas paga noutros países.”*⁶³

Não obstante, a tendência para responsabilizar directamente as empresas não é, no entender do observatório, correcta na medida em que a responsabilidade principal está do lado do governo pois é ele que negocia os contratos e aceita os condicionalismos e facilidades exigidas pelas multinacionais. A generosidade para com os investidores vai ao ponto de em situações de reclamações dos reassentados por causa das condições de produção, habitação, acesso a mercados e centros de consumo o governo se posicionar do lado das empresas e não das populações, configurando-se deste modo uma aliança entre as autoridades nacionais e o capital estrangeiro em desfavor das comunidades negativamente impactadas pela extracção mineira. Neste sentido não há, dos dois lados, responsabilidade social alguma. Tudo isto é agravado pelo facto de os acordos entre as comunidades e as

⁶³ Entrevista a José, em Maputo, Junho de 2014.

empresas serem feitos, até há pouco tempo, informalmente, culminado com os níveis baixíssimos de indemnização do património tangível e não-tangível e a consequente resistência das populações.

“Sempre que há necessidade de reassentar pessoas é preciso ter cuidado. Uma pessoa de 50-60 anos como vai reconstruir a sua vida? As relações sociais, o seu capital de relacionamento, os seus hábitos, um conjunto de aspectos que não tem como serem reconstruídos e quanto mais a idade aumenta esses aspectos têm mais peso. Elas teriam de empregar-se, esforçar-se para fazer novos ambientes em novos contextos de produção. Mesmo essa questão da casa ser melhor, se perguntar as pessoas elas se calhar preferem a casa que tinham antes, tradicional, já perfeitamente adaptada ao clima, o modo da própria família se organizar internamente, os seus membros, onde fica a galinha, o gado, etc. A casa não é casa, é um espaço onde a família se organiza social e produtivamente.”⁶⁴

Este último extracto sintetiza grandemente a complexidade por detrás, não só dos deslocamentos e da suspeição das pessoas relativamente aos pacotes de desenvolvimento social mas também, e sobretudo, a propensão para as pessoas se manifestarem. É de notar que embora na nossa amostra seja relativamente baixo o número de pessoas que percebem melhorias das condições gerais de vida nos reassentamentos depois dos protestos populares de Cateme (11.1%), o número dos que consideram participar numa próxima manifestação que venha a ser convocada é significativamente superior (49.3%) comparativamente ao dos que confirmaram ter participado no bloqueio à estrada e linha férrea em Cateme (44.1%). Assim, conforme já indicamos na secção anterior, as manifestações constituem a mesa de negociações destas comunidades directamente afectadas pelas companhias extractivas.

No entanto, alguma literatura tende a desvalorizar o criticismo das OSC's alegando que estas estão mal equipadas para constituírem um verdadeiro grupo de pressão e monitoria do sector extractivo devido ao seu carácter muito técnico. Para alguns, as organizações são acusadas de basear o seu criticismo em falsidades porque não conseguem compreender este

⁶⁴ Entrevista a José, em Maputo, Junho de 2014.

sector complexo, com seus códigos e lógicas. Para outros, dificilmente estão em condições de desempenharem o papel de oposição porque nem sempre têm acesso à informação e quando a tem enfrentam dificuldades em analisá-la (Augé 2014). Apesar de alguns destes argumentos serem válidos, é inegável que os protestos e cepticismos em torno da indústria extractiva em Moçambique têm uma razão de ser e, em termos mais gerais, estão associados à questão da partilha dos dividendos da extracção mineira. Trata-se do problema da própria opção de crescimento económico de Moçambique, incapaz de gerar nem transformação estrutural da economia nem tão pouco redução de pobreza. De facto, alguns estudos comprovam que em paralelo com o crescimento, centrado na indústria extractiva, a pobreza tem aumentado (Cunguara e Hanlon 2010), sendo que entre 2001 a 2010 a economia moçambicana foi caracterizada por uma mistura de populismo económico e mercado selvagem (Mosca 2012).

A aliança entre as elites locais e o capital estrangeiro é tida como estando por detrás de um processo de acumulação primitiva das elites dos países hospedeiros e do capitalismo global sob a égide do neoliberalismo económico (Castel-Branco 2015). A desconfiança em torno da natureza desta aliança é consubstanciada pelo facto de alguma legislação indicar expressamente que 10% das acções desses projectos é reservado a indivíduos nacionais havendo, no entanto, secretismo sobre quem são essas pessoas (Mosca e Selemane 2012). Contudo, como revela toda a literatura sobre o *crony capitalism* e as mais recentes variantes do neopatrimonialismo⁶⁵, o verdadeiro problema não está propriamente nas alianças em si mas na sua natureza, no sentido de saber-se se elas são simplesmente *rent seekers*, predatórias ou de verdadeiro espírito empreendedor, associado a objectivos de criação de lucros através de investimento na economia, com consequências ao nível de emprego,

⁶⁵ Bach (2011, 2012); Taylor (2012); Kelsall (2013).

redução de pobreza e, finalmente, transformação estrutural. Em Moçambique, nenhum destes aspectos está claro, embora tudo indique ter-se observado desde a governação de Guebuza uma tendência de alteração de padrão, estando-se a abondar as práticas de puro *rentismo*, como acontecia com a ajuda externa na governação de Chissano (Chivangue 2015, Chivangue e Cortez 2015).

Só quando elevada a discussão ao nível macro, atendendo à estrutura da economia e política do país, é que se compreendem as recorrentes comparações feitas pelos nossos informantes entre empresas como a Vale Moçambique e o colonialismo português. A alusão ao retorno à colonização através da extracção mineira por um lado simboliza a exclusão própria aos dois sistemas e por outro reforça a urgência do debate sobre o padrão de extraversão que as empresas extractivas perpetuam. Com efeito, no período colonial, para além das articulações económicas com a economia portuguesa no quadro do pacto colonial (produção de algodão para o têxtil metropolitano) e a sua específica internacionalização, nomeadamente no contexto do oceano Índico (exportação de oleaginosas e sobretudo do caju para a Índia), Moçambique era uma espécie de colónia de serviços para a África do Sul e outros países do *hinterland* como o Zimbabwe e Malawi (Abrahamsson e Nilsson 1992, Pereira-Leite 2000), sendo que muitas das ligações viárias e ferroviárias disponíveis hoje são herança desse período. O *boom* das matérias-primas poderia *per se* constituir um ponto de viragem – o que, embora não sendo a mesma coisa, muitos chamariam de janela de oportunidade – se houvesse consonância entre os interesses das elites económicas, governantes e políticas inclusivas assentes numa estratégia de desenvolvimento comprometida com a mudança estrutural. De resto, como Saad-Filho e Weeks (2013) já deixaram claro, a relação negativa entre dotação em recursos naturais e

desenvolvimento pode ser invertida através de políticas públicas, o caso de Moçambique não é excepção.

Efectivamente, e como deixa claro a narrativa das organizações da sociedade civil, no caso das práticas de responsabilidade social das empresas mineiras em Tete, observa-se que nem mesmo considerando o facto de *“as despesas, encargos, custos e perdas incorridos pela[s] empresa[s] na implementação do plano de reassentamento, plano de desenvolvimento social, plano de gestão ambiental e as operações do contrato, [...] ser[em] dedutíveis para os efeitos do cálculo da matéria colectável da empresa sujeita ao IRPC”* (Contrato Mineiro entre o Governo da República de Moçambique e Riversdale Moçambique Limitada, 2009⁶⁶) este incentivo redundante não gera os efeitos desejáveis no sentido de garantir qualidade e melhor resposta às expectativas das pessoas. No fundo, este tipo de isenção fiscal pode ser visto como uma espécie de *tax avoidance* (Jenkins e Newell 2013, Christensen e Murphy 2004), proporcionado pelo próprio governo através de celebração contratual.

⁶⁶ Dispositivo fiscal repetido no contrato com a Rio Tinto Zambeze Limitada, assinado com o governo em 2013.

5. Empresas mineiras e sua percepção sobre responsabilidade social e reassentamento: os casos da Vale Moçambique e Rio Tinto.

5.1. Vale Moçambique.

A Vale Moçambique, multinacional de origem brasileira, foi a vencedora do concurso internacional, lançado pelo Governo de Moçambique, cujo objectivo prendia-se com a reactivação da mina de Moatize. O acordo de exploração mineira, com duração de 35 anos, é assinado em 2007, entre a Vale e o governo, e este representou o primeiro investimento da mineradora em Tete. A estrutura accionista deste grande projecto é composta por: Vale Moçambique (81%), Mitsui Group (14%) e a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira S. A. (EMEM) [5%]. Na primeira fase, denominada Moatize I, com capacidade instalada de 11 milhões de toneladas por ano, esta empresa investiu cerca de 1,9 milhões de dólares em infra-estruturas de viabilização do projecto, nomeadamente reabilitação da linha de Sena, terminal de carvão e cais do porto da Beira. Assim, as suas operações iniciaram em 2011, sendo que neste mesmo ano a empresa iniciou o projecto Moatize II, com o objectivo de duplicar a sua capacidade para 22 milhões de toneladas por ano, o que corresponde a um investimento de 2,1 mil milhões de dólares. Ainda no quadro da viabilização do negócio a empresa construiu a linha férrea entre Tete e Nacala, num investimento avaliado em 4,3 mil milhões de dólares (Langa 2015).

No contexto da implantação do projecto a empresa deslocou, em 2010, 1.365 famílias das comunidades de Chipanga, Malabue e Bagamoio. As populações foram agrupadas em rural (Cateme) e urbano (Bairro 25 de Setembro). Para o reassentamento dessas comunidades foram construídas ou reabilitadas as seguintes infra-estruturas: escola primária, biblioteca, casas de professores, casa para director, escola secundária, sala de informática, laboratório,

posto de saúde e maternidade, posto policial e instalação de energia eléctrica nas principais ruas. A empresa refere ter criado soluções de apoio ao transporte público e alternativas de geração de renda tais como aviários, criação de abelhas, capacitações agrícolas e cursos de formação profissional (Vale Moçambique – Relatório de Sustentabilidade 2011).

Por conseguinte, relativamente à contratação local, a empresa refere estar a desenvolver programas de qualificação na comunidade local, tendo em 2011 contratado na região empregados locais numa cifra de 80.6% e 27.4% de membros da alta gerência provenientes das comunidades locais. Em 2012 a contratação local foi de 82.1%, sendo que a percentagem de membros de alta gerência provenientes da comunidade foi de 28.6%. Por outro lado, O Relatório de Sustentabilidade de 2012 reconhece os problemas derivados dos deslocamentos forçados e os seus pacotes de desenvolvimento social. Este documento tem como uma das suas ideias centrais o diálogo com as comunidades, pois este constitui um dos pilares chaves da política de desenvolvimento sustentável da empresa.



Mapa 1: In Human Rights Watch (2013)

No entanto, antes do processo de reassentamento, a empresa refere ter levado a cabo vários estudos para compreender o perfil das populações que seriam objecto da mudança, havendo um grupo com características rurais - por depender essencialmente da agricultura para a sua sobrevivência - e outro urbano constituído por assalariados com emprego na vila. O início dos projectos sociais foi antecedido pela assinatura de um memorando de entendimento com a comissão de reassentamento, por iniciativa da empresa. Foi apresentado às famílias o modelo de casa em que viveriam, participaram em reuniões e procurou-se garantir que estas não perdessem os laços sociais que já tinham construído. Ao nível das estruturas da comunidade, houve reuniões com autoridades tradicionais. A escolha de Cateme como local para o reassentamento rural prendeu-se com critérios tais como habitabilidade, condições para a produção e existência de água. A empresa refere que *“as famílias transferiram tudo o que tinham, incluindo paus e pedras que precisariam na nova área”*⁶⁷, tendo feito conjuntamente com o governo todo o acompanhamento.

No momento posterior ao deslocamento a Vale deu início a um projecto de reposição dos meios de subsistência das famílias. Sobre este ponto Bartolomeu esclarece que,

*“as acções que fizemos para os dois reassentamentos, no quadro do Plano de Acção de Reassentamento (PAR) nós não consideramos totalmente como acções de responsabilidade social, muitas delas estão enquadradas no PAR e constituem nossa responsabilidade e não uma situação de responsabilidade social pois esta seria voluntária. Em relação às acções de responsabilidade social como tal contratamos recentemente uma empresa para olhar para o que fizemos até hoje porque fizemos em simultâneo acções de responsabilidade social, fora do compromisso do plano de reassentamento. Mas o que era o compromisso do PAR esse foi cumprido.”*⁶⁸

Quanto à reabilitação das casas, resultantes das reclamações das famílias, a empresa não a considera parte da sua actividade de desenvolvimento social. Foi-nos explicado que as casas dos reassentados foram feitas em base *radier*, método com o qual as pessoas não

⁶⁷ Entrevista a Bartolomeu, funcionário da Vale Moçambique, em Tete. Maio de 2014.

⁶⁸ *Ibidem*.

concordaram porque não é muito comum naquele contexto. A empresa explica a generalização da contestação em relação às casas com o facto de aquelas famílias terem sofrido uma grande transformação ao saírem de um tipo de casa para outro.

Dos vários programas de desenvolvimento social, conforme ilustra a tabela abaixo, a empresa destacou o de avicultura e de produção de culturas de rendimento. No primeiro estão envolvidas 70-100 famílias que considera estarem perfeitamente integradas na cadeia de valor, estando-se nesta fase no processo de retirada da empresa como forma de incentivar os produtores e evitar a dependência. A Vale considera que o mercado para a sua venda não será problema e que a construção de um *abatedouro* aumentará o potencial de vendas. O programa de culturas de rendimento abrange 200 famílias e constitui uma forma de geração de rendimento. A empresa afirma estar ciente do desafio que significa fazer com que as comunidades superem o receio relacionado com a efectividade destas actividades quando ela se retirar. O objectivo dos programas de desenvolvimento social é permitir desenvolvimento, não só ao nível individual mas também, no país como um todo.

“Nós estamos a lidar com pessoas que vem duma pobreza extrema e o nosso desafio é transformar um pouco a forma de ser das pessoas. Nós entramos com uma agenda de desenvolvimento para tentar mostrar que elas podem ir para além do que sabem ou conhecem. O nosso projecto representa um espelho da mudança que se está a operar nacionalmente. Se olhares para todas as comunidades do país, hoje elas começam a ser chamadas a terem iniciativas e ideias para elas produzirem e sobreviverem. O nosso país está a passar por transformações sérias, não são só os reassentamentos. Os reassentamentos têm sido grandes alvos de pressão porque as pessoas sofrem este impacto, não por uma situação de calamidade natural ou guerra mas por causa de uma actividade económica. E há muitas pessoas que entram nas comunidades e dizem que elas poderiam ter muito mais do que estão a receber. Conseguem subir as expectativas das comunidades acima daquilo que elas teriam em condições normais.”⁶⁹

Resumo das acções sociais da Vale Moçambique em Tete.

Infra-estruturas	Agro-pecuária	Saúde	Geração de Emprego e Renda	Comunidades
------------------	---------------	-------	----------------------------	-------------

⁶⁹ Entrevista a Bartolomeu, funcionário da Vale Moçambique, em Tete. Maio de 2014.

Reestruturação e manutenção do sistema de abastecimento de água em Cateme.	Aquisição de sementes de milho, feijão <i>nbemba</i> , mapira e abóbora para todas as famílias de Cateme como apoio ao plantio da safra 2012/2013.	Construção de um posto de saúde em 25 de Setembro e uma Clínica da Noite.	Financiamento do recenseamento da mão-de-obra disponível em Cateme, com o objectivo de identificar profissionais, e reabilitação do Centro de Emprego de Moatize.	Entre os meses de Agosto e Outubro, realização de Campanha de Segurança e Prevenção de Acidentes nas vias rodoviárias, ferroviárias e locais com obras, em escolas, mercados e outros aglomerados populacionais
Disponibilização de um autocarro para transporte dos moradores entre Moatize e Cateme, duas vezes por dia, com subsídio das passagens pela Vale no período de dois anos. A gestão do transporte cabe à administração local.	Mais de 14 mil mudas de fruteiras produzidas na Fazenda Modelo de Cateme foram doadas às comunidades.	Construção de um centro de atendimento à mulher grávida.	Desenvolvimento da Cadeia de Valor do frango, com 16 aviários construídos, produtores formados e suporte técnico disponibilizado.	Realização do programa radiofónico “Carvão e Desenvolvimento”, em língua local (Nyúngwe), na Rádio Moçambique.
Obras de reestruturação das zonas alagadiças em Cateme para evitar a entrada de água nas residências.	A Vale prestou apoio alimentar, com doação de cestas básicas para 839 famílias de Cateme, para compensar a perda da safra 2011/2012, em parceria com o governo do Distrito de Moatize e o INGC.	Inauguração de uma clínica nocturna para atendimento e aconselhamento de grupos vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis e HIV/SIDA.	Constituição de grupos de poupança e crédito, com o objectivo de suportar o programa de finanças rurais.	Abertura da Vale(empresa) para visitação, ocasião em que vários grupos da sociedade puderam conhecer a empresa, expor preocupações e obter esclarecimentos.
Reabilitação de estrada e respectiva drenagem em Cateme.	Instalação de 22 <i>kíts</i> de sistema de irrigação para melhoria da produção e posterior comercialização de vegetais.	Doação de uma ambulância para o centro de saúde de Cateme.	108 pessoas treinadas em cursos profissionalizantes de pedreiro, corte e costura e mesa e bar.	Introdução da figura do Agente Comunitário nas comunidades, reforçando o diálogo e garantindo a fidelidade do processo comunicativo.
Reparação da rede de energia eléctrica, com reforço e melhoria dos	Beneficiamento de 200 famílias na plantação de culturas de rendimento,	Implantação de uma farmácia pública no centro de saúde de	Capacitação profissional de aproximadamente 90 estudantes e 20	Realização do Programa Social de Desporto com envolvimento de 400

cabos entre Tete, Moatize e Cateme. Aumento da rede de distribuição nas ruas de Cateme, facilitando a ligação entre as residências e o aumento da iluminação pública.	envolvendo cultura de gergelim e feijão bóer.	Cateme, cabendo ao governo a responsabilidade de fornecer os medicamentos.	professores das escolas de Moatize em cursos básicos de carpintaria, electricidade básica e construção civil.	crianças entre os 9 e 14 anos com prática contínua de actividades desportivas em 10 escolas do distrito, além de cursos para árbitros e treinadores de futebol.
Foram reparadas 59% das casas em Cateme, totalizando cerca de 400, com previsão de término para 2014.	Beneficiamento de 50 famílias com entrega de 150 animais (100 machos e 50 fêmeas) para tração e 30 touros, em Cateme.		Capacitação em pedagogia para 120 professores do ensino básico de Moatize.	Doação de 18.050 mudas de fruteiras para plantio em residências, escolas e comunidades vizinhas de Cateme.
Compensação monetária paga a 532 moradores locais do total de 760 previstos	Construção de duas represas ao longo do rio Mualadzi para desenvolvimento da agricultura local.		Capacitação de empregados domésticos feminino para 200 jovens e adultos no distrito de Moatize.	Instalação da rádio comunitária em Cateme.

In: Vale Moçambique, Relatórios de Sustentabilidade de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Um dos mecanismos encontrados pela empresa para gerir as expectativas foi a alteração do modelo de comunicação, retirando da dianteira pessoal técnico e substituindo-o por membros das comunidades, os agentes comunitários que *“levam a empresa à comunidade e a comunidade à empresa. Nós hoje conversamos cada vez mais próximo deles.”*⁷⁰ A Vale considera que alguns dos problemas prevaletentes resultam de falhas de comunicação, pois há um esforço do lado desta em discutir antes, selar os compromissos em memorandos de entendimento, criar fóruns para alcançar-se consensos, tudo isto no âmbito da gestão das expectativas. A falha no tripé de diálogo entre a empresa, as comunidades e o governo está na origem dos desentendimentos mútuos. Ultimamente há a preocupação de envolver também as OSC

⁷⁰ Ibidem.

locais. E a actuação da empresa junto das comunidades está em sintonia com os programas do governo, abraçando e implementando aqueles projectos em que o governo do distrito não tem capacidade financeira nem logística para executar. Por isso, a interacção com o governo é satisfatória, sendo que naqueles casos em que as normas nacionais são fracas em relação às internacionais a empresa aplica as de fora e no caso contrário são aplicadas as de Moçambique.

O representante da Vale revelou dificuldades em abordar a génese dos protestos populares atendendo aos grandes investimentos que a empresa tem feito nos reassentamentos e em Tete no geral.

“Não sei como te responder o por que de as pessoas reclamarem apesar de tudo o que temos feito. É uma questão sobre a qual temos de reflectir, ela faz parte das nossas reflexões diárias. O que nós temos de fazer juntos, a Vale, o governo e as comunidades, é trabalharmos no sentido de irmos buscar soluções para estarmos próximos. Tenbo de reconbercer que nos dois últimos anos tivemos de alinhar expectativas.”⁷¹

Em virtude dos reassentamentos e os programas de desenvolvimento social da Vale Moçambique serem os mais problemáticos e a fim de aprofundar a nossa compreensão sobre a génese do actualmente generalizado descontentamento, procuramos ouvir um ex-funcionário da Diagonal, empresa subcontratada para negociar com a comunidade. Esta empresa foi precedida por uma outra, designada Austral, que efectuou o cadastro das casas, comércio, machambas, lugares sagrados, etc. Posteriormente, foi contratada a Diagonal que pegou nos instrumentos já produzidos pela anterior e deu continuidade ao trabalho. Não foi possível descortinar o motivo da mudança de empresa a meio do processo. Albino trabalhou na Diagonal desde 2007 até o momento imediatamente anterior ao deslocamento. Informa-nos que a presença do governo na fase inicial foi esporádica e a

⁷¹ Entrevista a Bartolomeu, funcionário da Vale Moçambique, em Tete. Maio de 2014.

empresa é que esteve em frente das auscultações. Contrariamente ao que acontece hoje, em que o distrito já tem poder decisório, nessa altura o governo fazia-se representar pelas direcções provinciais. As autoridades provinciais até destacaram funcionários públicos para acompanhar o processo de perto mas estes depois de algum tempo começaram a exigir *per diem* e como a empresa não respondesse positivamente, começaram a faltar às reuniões com as comunidades. E foi a partir dessa altura em que a empresa passou a estar sozinha nos encontros com as comunidades. O facto de as expectativas de retorno financeiro não terem sido satisfeitas fez com que muitos dos arranjos criados ao nível da base para intervir no processo deixassem de funcionar.

“Pela minha experiência, o governo é culpado neste processo todo. As empresas aparecem com algumas ideias boas. Olha, no princípio tudo o que a Vale apresentava nas reuniões como benefícios para as comunidades eram coisas muito boas mas o que falávamos nesses encontros depois não era o que acontecia no terreno. As coisas eram alteradas. Eu sinto que ao nível mais alto a Vale recebia pressão para reduzir os benefícios que a população teria. Não sei por quê.”⁷²

Como forma de ilustrar o seu ponto de vista Albino refere-se às infiltrações nas casas e salienta que um representante do governo descobriu que estas estavam a ser feitas sem alicerces mas, mesmo assim, o problema não foi corrigido. Até hoje não consegue compreender como é que uma empresa nacional como a CETA, supervisionada pela Odebrecht, fizeram casas de tão má qualidade como aquelas. Desconfia que nos reassentamentos se tenham reproduzido as lógicas rendeiças que dominam o sector da construção civil em Moçambique. Essa fase inicial do deslocamento foi caracterizada pela marginalização das autoridades distritais pois o governo provincial e central não davam informação, não os envolviam e nem sequer os deixavam decidir. Era muito comum os consultores da empresa apresentarem-se ao governador, ignorarem todos os outros organismos locais do Estado e depois actuarem sozinhos junto das comunidades, sem a presença das autoridades.

⁷² Entrevista a Albino, em Tete, a 09 de Maio de 2014.

Dessa forma, a actuação do governo é por ele comparada a de alguém que se torna hóspede na sua própria terra, na medida em que os investimentos estrangeiros passaram a estabelecer as regras do jogo. O governo não impôs as condições de trabalho nem ao nível dos contratos nem mesmo na sua malha legislativa. Esta falta de preparação traduziu-se em custos reais e dolorosos para as famílias directamente afectadas. A Diagonal procedeu a um pós-reassentamento das famílias e o objectivo era dar-lhes conta do quão as suas vivências iriam mudar. Mas nem mesmo este programa conseguiu minorar algumas das graves falhas cometidas antes. Felizmente, os problemas que estão a ocorrer em Tete transformaram o reassentamento da Vale numa escola tanto para as outras companhias que vieram depois quanto para o governo. Mas é inegável que as autoridades, pela falta de experiência ou vontade política, acabaram por reduzir os benefícios que estas comunidades afectadas teriam. Por exemplo, no campo das compensações aos oleiros, depois de uma proposta de 250 mil apresentada pela empresa, o governo reavaliou em baixa, passando para 60 mil meticais por oleiro. Esta é uma das várias questões que explicam as manifestações que têm estado a acontecer ciclicamente.

“Nós dissemos que as pessoas sairiam dali, receberiam o seu dinheiro e que iriam fazer as suas vidas. Depois de termos andado a fazer promessas voltamos atrás. A Diagonal e a Vale fizeram cálculos para que as famílias beneficiassem e não tivessem de andar atrás de nós no futuro. Mas o governo rejeitou os valores que propusemos. Deu no que deu. O mundo não tem segredo. Depois de receberem as coisas explodiram até hoje. Essas manifestações constantes são o resultado disso. As populações têm razão em manifestar-se. As coisas foram mal feitas. E nós temos de assumir isso. Há quem diga que a população está a fazer um aproveitamento da situação mas não, elas têm razão porque foi isso que nós dissemos quando íamos às comunidades e dávamos reuniões debaixo das árvores, eu ali de pé, a explicar, a reproduzir o que me era dito pela empresa.”⁷³

É provável que muitas das questões que preocupavam estas comunidades não tenham sido levantadas na altura adequada porque elas não tinham uma noção clara do que as reservava o futuro. Com o fim do contrato da Diagonal deixou de haver monitoria das famílias, deixando-as abandonadas, o que despoletou a vaga de descontentamento prevalente.

⁷³ Entrevista a Albino, em Tete, a 09 de Maio de 2014.

Nem mesmo a crescente aposta da empresa no discurso da responsabilidade social consegue reduzir a intensidade crescente dos protestos populares dos reassentados. Aliás, para Albino, responsabilidade social não consiste na reabilitação do que já existe mas sim em criar o que não existe de modo a que se promova o desenvolvimento socioeconómico das pessoas. É na mesma esteira de raciocínio que considera os pacotes de desenvolvimento social das empresas pouco sustentáveis dado resultarem da imposição das empresas e não algo que tenha surgido das próprias comunidades e, sobretudo, por as obrigar a ter de reaprender novas formas de subsistir. Por isso, no geral, a actuação social das empresas não ajuda a desenvolver nem as comunidades e nem o país. *“As empresas ainda não conseguiram assumir a sua responsabilidade social como factor importante. Dá a impressão de a fazerem por pressão como estratégia para iludir os nacionais e, enquanto isso, cumprem com os seus objectivos.”*⁷⁴

Nos dois relatos apresentados nesta secção há várias questões interessantes. Começamos pelo que nos é dito pelo representante da empresa Vale Moçambique. Curiosamente, apesar de em alguns casos optar pelos padrões mais altos na sua actuação, os resultados continuam a ser objecto de contestação, tanto no tocante à sua responsabilidade interna quanto na externa. Assim, como veremos adiante, os protestos populares não só têm efeitos ao nível da reestruturação das instituições do Estado que zelam pela área da mineração e desenvolvimento mas também constituem uma rejeição de toda a ideologia por detrás da expansão do grande capital, nomeadamente o neoliberalismo económico e sua plêiade de organizações facilitadoras de tal penetração no mundo em desenvolvimento.

⁷⁴ Entrevista a Albino, em Tete, a 09 de Maio de 2014.

Não obstante as alterações no campo da estratégia de comunicação, a relação entre a empresa e a comunidade parece ensombrada pelo evidente paradoxo assente, por um lado, na maximização do lucro própria deste tipo de empresas, e por outro, levar a cabo projectos de desenvolvimento que implicam investimento sem retorno financeiro. A figura de assistente comunitário, introduzida pela Vale nos seus reassentamentos, é contestada em surdina e a relação das pessoas com esta revela grande ambiguidade porque apesar de recorrerem aos seus préstimos muitos consideram-na um espião da empresa, cuja missão é prevenir a ocorrência de actos passíveis de prejudicar a imagem pública daquela. Efectivamente, a ideia de proximidade com as comunidades que a empresa procura deixar transparecer parece ser desmentida pelo seu próprio discurso estruturado com base na dicotomia “nós” e “eles”.

Acresce-se a isso o facto de a imagem que a empresa tem de si própria – enraizada na ideia de que constitui um espelho da mudança que está a ocorrer ao nível de todo país – levantar sérias dúvidas sobre a sua generalização, sobretudo quando considerado o descontentamento nos reassentamentos, o debate sobre o contributo das empresas para o desenvolvimento do país (Hanlon e Nuvunga 2015, Castel-Branco 2015, 2012, 2011a, 2011b, 2010) e o padrão historicamente estabelecido sobre o impacto do investimento directo estrangeiro nos países hospedeiros (Bond 2007, Fegurson 2005).

Assim, embora a empresa evidencie clareza relativamente às suas obrigações e o que faz como responsabilidade social, acaba por admitir que, na prática, essa fronteira não é rígida. Aliás, a questão da reabilitação das casas, não considerada pela empresa como desenvolvimento social, nos seus *Relatórios de Sustentabilidade de 2012 e 2013* tais acções estão

presentes como parte do seu contributo para o desenvolvimento dos reassentamentos. Todas estas contradições apresentadas podem ser sintomáticas de um jogo permanente de minimização de danos públicos de imagem e o cumprimento dos objectivos de rápido aumento dos lucros dos accionistas da empresa.

O relato do ex-funcionário da Diagonal confirma a existência de promessas feitas que não estão a ser cumpridas. E a ideia de se estar a reduzir os benefícios das comunidades reassentadas não é assim tão absurda como poderá parecer à primeira vista. De facto, fomos repetidamente referido em conversas informais que depois das mortes resultantes de excessos como abuso do álcool e assassinatos entre pessoas das comunidades, depois da primeira vaga de compensações, o ex. governador Vaquina decidiu restringir o acesso ao dinheiro vivo, obrigando as empresas a usarem contas bancárias para depositarem os valores de futuras compensações, incluindo a redução dos benefícios financeiros que estas famílias deviam ter. Embora não tenha sido possível confirmar este último aspecto, a verdade é que esta informação é consistente com uma das preocupações que nos é apresentada na narrativa de um dos representantes da Rio Tinto, como veremos na secção a seguir.

Tudo indica que a realocação das comunidades não só as empobreceu economicamente. Dada a forma como foi conduzida acabou por desestabilizar as suas estruturas de autoridade e destruir a sua orgânica social. Tudo isto decorre do facto de o governo central controlar todas as actividades mineiras em vez de descentralizar e conferir cada vez maior poder aos níveis provincial e local, sempre sob a desculpa de ausência de capacidades e, sobretudo, pelo medo de perder controlo e as províncias acabarem por ser financeiramente

autónomas. Do lado das empresas, o argumento das boas práticas internacionais (através da utilização dos guiões do Banco Mundial para garantir requisitos mínimos) parece ser desmentido pela realidade e tudo indica que estas encurtaram caminho ou então que esses requisitos mínimos não são suficientes para as comunidades africanas (Kabemba e Nhancale 2012).

5.2. Rio Tinto⁷⁵

A Rio Tinto constitui o segundo maior investimento em Tete. A primeira licença da Mina de Benga foi concedida à Riversdale Moçambique, em 2009, com investimento previsto na ordem dos 850 milhões de dólares. No entanto, antes de iniciar com a produção vendeu a totalidade dos seus activos em Moçambique à multinacional Rio Tinto por quatro mil milhões de dólares. Em 2012 a Rio Tinto fez a sua primeira exportação de carvão. Entretanto, em 2013 reavaliou os seus activos em Moçambique em três mil milhões de dólares e, em 2014 vendeu-os à *International Coal Ventures* (ICVL), uma empresa indiana (Langa 2015).

A Rio Tinto tinha no seu Plano de Acção de Reassentamento um total de 700 famílias para deslocar. A empresa reassentou 450, com perfil rural, para Mualadzi (nas proximidades do reassentamento da Vale em Cateme), tendo 250 famílias de perfil urbano permanecido nas imediações da zona de extracção, em situação indefinida. Não obstante, decorrem presentemente concertações com o governo para se decidir aonde este grupo será colocado. Os critérios utilizados para a mudança são os mesmos que nortearam o reassentamento da Vale Moçambique, com a excepção da indemnização assistida. Para além de conversações com o governo, outro factor que determinará a deslocação ou não das pessoas destinadas ao reassentamento urbano é a possibilidade (ou não) da expansão da mina.

⁷⁵ Para mais detalhes sobre os pacotes de desenvolvimento social da empresa veja-se as tabelas em apêndices.

Para Daniel⁷⁶, funcionário da Rio Tinto, baseado em Maputo, a responsabilidade social incorpora desde elementos de desempenho social até desenvolvimento social, ou seja, tudo o que tem a ver com a área social da empresa. Revela que embora o governo não diferencie responsabilidade social de actividades de natureza obrigatória, a empresa, internamente faz essa distinção através do estabelecimento de rubricas para patrocínios e doações – com carácter filantrópico e voluntário - e as de desenvolvimento social que são de natureza obrigatória porque constam dos contratos mineiros. A responsabilidade social deve começar de dentro para fora e no caso de Moçambique esta ainda não faz parte da forma de fazer negócio. Salienta, contudo, que o melhoramento das posturas social e ambiental das empresas deve gerar lucros, daí a necessidade de existência de pressões e incentivos. O nosso interlocutor é de opinião que a política de responsabilidade social empresarial para a indústria extractiva recentemente aprovada poderá dar cobro a esta lacuna⁷⁷.

“Nenbuma empresa é bom samaritano. Não nos enganemos. É uma ilusão pensar-se assim. As empresas têm como fim maximizar os lucros. Uma empresa só investe na área social se esta for um veículo para maximizar o lucro. Então, por exemplo, na minha área, tenho de justificar a empresa por que é que eu preciso de uma escola melhor... por que é que a Rio Tinto vai reabilitar o centro de saúde de Moatize se essa é a função do governo? A minha tarefa como empresa é pagar impostos e investir nas condições infra-estruturais físicas e humanas para a empresa operar em segurança. E a questão que se coloca é: por que eu, em adição aos impostos que pago, que são elevadíssimos, tenho ainda que gastar dinheiro para a área social?”⁷⁸

Daniel explica que o dinheiro para as doações e patrocínios não é garantido, é preciso justifica-lo através de uma ligação com o negócio. É aqui onde se centra a diferença com o investimento feito no âmbito do plano de desenvolvimento social, cujos montantes estão estipulados para um período de 5 anos, renováveis. Por isso, a racionalidade por detrás das reabilitações que a empresa faz ao nível da Cidade de Tete e distrito de Moatize prende-se

⁷⁶ Entrevista a Daniel, em Maputo, a 05 de Junho de 2014.

⁷⁷ É curioso notar que neste aspecto não há consenso entre as companhias extractivas que operam em Moçambique. Por exemplo, a Kenmare afirma que esta legislação não veio acrescentar nada ao que já tem sido a prática das empresas, daí a empresa continuar a usar os principais instrumentos de política nacional e do distrito, nomeadamente o Plano Económico e Social (PES) e o Plano Económico e Social do Distrito (PESOD) como documentos orientadores da sua actuação na área social.

⁷⁸ Entrevista a Daniel, em Maputo, a 05 de Junho de 2014.

com o facto de ser lá onde está grande parte da sua força de trabalho e esta usa os hospitais, as estradas e todo o conjunto de infra-estruturas que a empresa constrói de raiz ou reabilita.

O nosso informante confessa que a empresa acaba por concentrar quase todo o seu esforço nos reassentamentos porque é justamente neste local onde a companhia está exposta sob o ponto de vista de imagem pública. Com efeito, reconhece que apesar de tudo o que tem sido feito persiste grande insatisfação nas comunidades deslocadas. Sucede que apesar de as pessoas terem passado a viver em casas melhores continuam a mostrar preferência pelos seus locais de origem e o estilo de vida que tinham. E é nesta sequência que Daniel se questiona retoricamente sobre o próprio conceito de desenvolvimento, introduzindo uma pergunta aqui já levantada:

“desenvolvimento na perspectiva de quem? Eu e meu colega quando entremos na empresa aquelas casas já tinham sido construídas e uma das questões que colocamos foi por que as casas estão em fila? Nas suas aldeias as pessoas tinham as suas casas dispersas. Na minha opinião não havia a necessidade de fazer as casas tão bonitas e organizadas em fila. Aquele é um conceito de pessoas informadas e cidadinas sobre como uma vila fica arrumada e não o conceito que as pessoas lá têm. Por isso volto a questionar: desenvolvimento sob o ponto de vista de quem? O que é desenvolvimento para uns pode não ser para outros.”

Na óptica de Daniel, o que está a ser feito pela Rio Tinto no seu reassentamento, em Mualadzi, é sustentável. No entanto o deslocamento de populações desestabiliza o seu *modus vivendi*. Neste momento a empresa está no processo de restabelecimento dos meios de subsistência. Concentrados basicamente na agricultura e actividades de geração de rendimento, conforme ilustra a tabela abaixo, estes fazem parte do plano de desenvolvimento social, o que é comumente designado no sector extractivo nacional de responsabilidade social. Entende que o reassentamento deve ser evitado porque não é possível restabelecer na globalidade todos os aspectos, sobretudo os de carácter cultural. Nesta questão o governo tem de pensar como um actor macro, numa perspectiva de longo

prazo e inter-geracional, pesando os custos e benefícios nacionais da actividade mineira e os custos residuais do reassentamento.

Resumo das actividades sociais da Rio Tinto em Tete.

Pilar	Projecto	Orçamento USD	Local de implementação	Período de implementação	
				Início	Fim
Apoio institucional	Aquisição de equipamento informático para o Governo Distrital	25,000,00	Moatize	2013	-
	Aquisição de uma câmara para a conservação de vacinas	7.500,00	Distrito de Moatize	2013	-
	Aquisição de um gerador para o centro de saúde de Moatize	30.000,00	Moatize	2013	-
	Aquisição de 6 motorizadas (Apoio ao programa de extensão)	45.600,00	Distrito de Moatize	2013	-
	Construção e apetrechamento de uma esquadra policial na vila de Benga	100.000,00	Benga Sede	2014	-
	Beneficiação do escritório do SDAE	25.000,00	Distrito de Moatize	2014	-
	Programa de combate ao HIV & SIDA	250,000.00	Cidade de Tete	Junho de 2013	Junho de 2016
Programa de controlo da malária	500,000.00	Cidade de Tete	Junho de 2013	Junho de 2016	

Saúde e Nutrição	Promoção da saúde pública (promoção da saúde e prevenção de doenças)	75.000,00	Moatize	2014	-
	Desenvolvimento de um programa de nutrição	30.000,00	Distrito de Moatize	2014	-
	Desenvolvimento de um programa de HIV e SIDA	100.000,00	Benga Sede e Mualadzi	2014	
	Apoio nos cuidados básicos de saúde às comunidades. E apoio logístico às brigadas móveis de saúde	861,765.00	Caphaya e Canjanda	Julho de 2012	Julho de 2016
Água e Saneamento	Promoção de latrinas melhoradas (incentivar a construção de latrinas nos bairros)	288,461.54	Cidade de Tete	Setembro 2013	Setembro 2015
	Campanha de sensibilização sobre o saneamento do meio (tratamento do lixo e águas negras)	150,000.00	Cidade de Tete (bairros periféricos)	Mai 2013	Setembro 2015
Educação	Apoio no estabelecimento da biblioteca municipal	125,000.00	Cidade de Tete	Mai 2013	Julho 2015
	Construção e apetrechamento	400,000.00	Cidade de Tete	Junho de 2013	Junho de 2015

	da casa provincial				
	de cultura				
	Fomento de	350,000.00	Cidade de Tete,	Julho de	Julho de
	actividades		Degue, Caphaya,	2013	2015
	culturais e		Nhanzirre		
	desportivas ao				
	nível dos bairros				
	Promoção de	1,250,000.00	Vale de	Junho de	Junho de
	actividades agro-		Nyarutanda, Degue,	2013	2016
	pecuárias		Caphaya, Mádue		
	Melhoramento	70.000,00	Mualadzi e Benga Sede	2014	-
Agro- pecuária	genético das				
	espécies de				
	bovinos e caprinos				
	Construção de um	60.000,00	Mualadzi	2014	-
	tanque carracida				

Adaptada da informação disponível no contrato mineiro entre Estado e a Rio Tinto, Zambeze Limitada (2013) e documentos internos da empresa.

Relativamente às manifestações ocorridas em Mualadzi, indica que estas resultaram de problemas na distribuição da água. E argumenta haver dois aspectos que não devem ser negligenciados quando se interage com pessoas: água e comida. A contestação consistiu no bloqueio à principal entrada da vila, sem nenhum impacto na produção da empresa, embora podendo expor consideravelmente a empresa perante os *media*. O nosso interlocutor resumiu o episódio a falhas de comunicação entre a empresa e a comunidade.

Armando, baseado em Tete, é também funcionário da Rio Tinto e relata-nos as questões do dia-a-dia na interacção entre a empresa e as comunidades. Diz-nos que o reassentamento é feito com base nas normas do Banco Mundial e consiste no engajamento

e consultas públicas junto das comunidades, que infelizmente no imaginário dos afectados acabam por se transformar em promessas. A preocupação da empresa neste aspecto está na construção de uma relação com as pessoas directamente impactadas: confiança, proximidade e diálogo. Para o nosso entrevistado, a concepção do plano de acção do reassentamento devia ser liderada pelo governo mas não é isto o que acontece. E essa liderança poderá tardar dada a sua falta de capacidade. No entanto, a empresa procura sempre envolver o governo apesar deste, quando produziu o regulamento de reassentamento, não ter tomado em consideração aspectos-chave colocados pelas empresas mineiras.

Armando argumenta que o governo só está preocupado com a elevação do estatuto social dos reassentados – com grande enfoque nas casas – e negligencia as componentes sociais, económicos, políticas e históricas que devem ser incorporadas no processo para daí resultar uma vila como a de Mualadzi. Neste ponto reproduz as dúvidas levantadas pelo seu colega: *“será que a comunidade quer efectivamente uma casa de alvenaria, luz eléctrica e água canalizada?”*⁷⁹. Reafirma que na interacção com as empresas o governo constitui o elo mais fraco, fazendo das mais variadas concessões sem antes reflectir sobre seu impacto, o que em muitos casos o obriga a recuar e corrigir quando as coisas correm mal. Reconhece que este está a aprender com a prática mas não deixa de repisar o custo que essa aprendizagem tem para a empresa e as comunidades.

Armando é crítico em relação à segregação das populações com base nos seus perfis sintetizados na ideia de população urbana e rural.

⁷⁹ Entrevista a Armando, em Tete, Maio de 2014.

“Esta foi a pior coisa que se fez. A Vale já tinha tido esse precedente e os nossos consultores fizeram tudo às pressas e definiram que devia haver o mesmo connosco também. A única diferença entre os dois grupos é que um tinha emprego na cidade e o outro vivia da agricultura. Isto não é verdade. Toda esta gente, vivendo na mesma zona, tem um aspecto em comum: vivem e sobrevivem da mesma forma. Todos eles fazem um pouco de agricultura e biscate. Todos.”⁸⁰

A Rio Tinto beneficiou grandemente da experiência da Vale Moçambique em diferentes aspectos. Não obstante, a empresa procura resistir para não reproduzir alguns dos erros cometidos pela Vale, mesmo diante da intensa pressão política que recai sobre si. Alcatroar a estrada entre o reassentamento de Mualadzi e o de Cateme, à semelhança do que a Vale fez entre Cateme e a estrada nacional que dá acesso a este reassentamento, é uma das questões que o governo tem persistentemente colocado na mesa. Na óptica deste informante, os 5 milhões de dólares que o projecto custaria podem ser perfeitamente utilizados em programas mais produtivos. Por isso a empresa vai apenas melhorar a estrada sem a alcatroar. Para Armando tudo isto *“tornou-se um ciclo tão dependente⁸¹ que a comunidade tornou-se nosso filho.”⁸²*

O plano de desenvolvimento social da empresa é desenhado em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Millennium, consistentes com as necessidades do governo. É produzido depois de concertação com o governo nos fóruns para a formulação dos planos de desenvolvimento do distrito. Contrariando o seu colega baseado em Maputo, Armando informa-nos que o alinhamento entre os planos de desenvolvimento sociais das empresas entre si ainda é muito frágil. Não existe um fórum para permitir a concertação

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Acrescente-se que o problema da dependência também é apontado por empresas como a Kenmare, pois as incapacidades estruturais das instituições do Estado acabam por fazer com que a empresa intervenha naqueles casos em que a operação da empresa poderá ser posta em causa, gerando confusão na comunidade.

⁸² Entrevista a Armando, em Tete, Maio de 2014.

entre os diversos actores, sendo que as empresas discutem individualmente. Por isso, um alinhamento do lado das empresas é de capital importância.

Apesar de, na percepção deste entrevistado, estar tudo a ser mal gerido desde a forma como os projectos sociais são definidos até à própria *liderança* do governo, a indústria extractiva tem estado a gerar desenvolvimento, sobretudo no tocante ao emprego. No entanto, o país tem de investir na educação e treinamento para que as empresas possam contratar mais. E é justamente evocando a educação que procura responder à questão das manifestações.

“A educação é tudo. Não dêem dinheiro às pessoas, dêem-lhes educação para fazerem dinheiro. O governo tem de incentivar as comunidades a elevar a sua capacidade mental. Quando estas vêem um grande projecto esperam muito dinheiro. [...] Eu paguei aquela gente, receberam 119 mil meticais⁸³ para iniciarem negócios mas depois de seis meses já não tinham um tostão. E hoje querem mais. É o mesmo que está a acontecer com os reassentados da Vale. Receberam dinheiro, viram uma oportunidade de ter mais, querem mais...vão pedir mais e as empresas vão se transformar numa vaca leiteira autêntica. É isso que eles vêem. Então, como tu mudas isso? Há uma dependência absoluta instalada aqui.⁸⁴”

Armando argumenta haver muita diferença entre os projectos que estão a ser implementados pela Vale em Cateme e os que são propostos pela sua empresa para Mualadzi. Não faz sentido separar as duas comunidades. Tanto mais que à medida que for ocorrendo a expansão dos dois bairros de reassentamento vai eliminar-se a extensão de 5 km que os separa. A Rio Tinto já iniciou um processo de alinhamento com a Vale Moçambique, cujo objectivo centra-se na harmonização das suas estratégias relativamente aos planos de desenvolvimento social. No entanto, o governo é que deve criar esse fórum de discussão de modo a garantir abrangência das outras empresas do ramo.

⁸³ Facto interessante é que, salvaguardadas todas as diferenças de contexto e magnitude das empresas, as dinâmicas de Tete quando comparadas com as de outros locais onde ocorre extracção mineira revelam discrepâncias curiosas. Por exemplo, em Topuito onde a Kenmare extrai areias minerais, as compensações por perdas de culturas variam de 30 mil a 100 mil. Aqui não houve pagamentos em montantes uniformes, sendo que tal como em Tete, foi com base na avaliação das benfeitorias.

⁸⁴ Entrevista a Armando, em Tete, Maio de 2014.

Da análise dos dois relatos fornecidos pelos representantes da Rio Tinto podem ser destacados quatro aspectos fundamentais. O primeiro tem a ver com o facto de confirmar-se a noção apresentada pela literatura sobre responsabilidade social, segundo a qual as actividades sociais da empresa devem ter uma ligação com o negócio, devem estar em harmonia com o objectivo geral de maximização de lucro (Alstine et al. 2014, Crowson 2009, Frynas 2005, Blowfield e Frynas 2005, Fumo 2005). O segundo ponto tem a ver com os limites, e ausência de objectos de desenvolvimento concretos na estratégia de desenvolvimento do governo (De Renzio e Hanlon 2007, Macamo 2006), o que se reflecte nos reassentamentos e nas regiões de mineração como um todo. O terceiro aspecto prende-se com a diferença entre discurso e prática relativamente à responsabilidades social no geral e suas obrigações perante os reassentamentos, pois embora os actores saibam claramente das suas obrigações, por conveniência, e incentivados pelas lacunas na legislação, concentram as suas acções sociais corporativas nas vilas criadas para os deslocados. Quarto, embora haja uma tentativa de alinhamento entre as empresas e os planos do governo, seria proveitoso se este ocorresse também do lado das empresas do sector. Esta questão, como veremos adiante, está em consonância com a perspectiva defendida por um consultor de uma organização de desenvolvimento estrangeira.

As empresas parecem convergir com as OSC's no que concerne ao facto de a obrigação do capital estrangeiro ser a de pagar imposto e, com esses recursos financeiros, ser o governo a implementar os seus objectivos de desenvolvimento. Assim, tudo indica que a actuação da mineradoras no presente formato é determinada por factores contextuais, sendo que mesmo a legislação nacional do sector empurra o maior número de responsabilidades do governo para as empresas: o regulamento de reassentamento constitui um exemplo inequívoco de processo de desresponsabilização.

Neste quadro, empresas como a Kenmare mostram dúvidas sobre o tipo de desenvolvimento consagrado nos instrumentos de governação nacional e internacional, sobretudo os do Banco Mundial. Em algum momento, a posição de um dos nossos informantes revela-se extremada, aproximando-se da perspectiva dos pós-desenvolvimentistas sobre o desenvolvimento indígena. Portanto, as narrativas de progresso entre os diversos actores em Tete não é convergente e mais do que uma *buzzword* (Rist 2007) o conceito de desenvolvimento expressa-se no terreno pela sua profunda relatividade mas sempre circunscrito aos indivíduos, em oposição às noções de transformação estrutural. Mas mesmo aí, os relatos evidenciam o facto de as empresas não estarem a conseguir responder ao que na literatura é conhecido como *capability approach* (Sen 1999) no sentido de dotar as comunidades de informação, recursos financeiros e infra-estruturas para que estas possam exercer as suas liberdades escolhendo o que melhor as convém.

A Vale e a Rio Tinto parecem reproduzir as conclusões do relatório da Human Rights Watch (2013) segundo o qual os protestos populares são o resultado de falhas de comunicação. No entanto, o problema pode ser muito mais profundo do que isso pois, como revela o relatório da Oxfam (Lillywhite et al. 2015), o Plano de Reassentamento da Rio Tinto foi aprovado na sua forma incompleta, o que na nossa óptica – como a secção seguinte o demonstra – poderá ser o resultado de lutas dentro do aparelho do Estado, por um lado pelo controlo do sector, por outro, pela falta de clareza sobre as atribuições de cada ministério na sua actuação com as multinacionais.

6. Autoridades e as dinâmicas extractivas em Tete

6.1. Autoridades distritais.

Em Cateme conversamos com Marta, líder daquela região, cuja visão relativamente ao impacto das indústrias extractivas nas comunidades é bastante optimista. Afirmar que embora tenha havido falhas no início hoje a vida das pessoas melhorou bastante. Os constrangimentos iniciais deveram-se à falta de experiência tanto do governo quanto das empresas. Com a reabilitação das casas, para minimizar as infiltrações, e o desenvolvimento de projectos sociais, as pessoas estão actualmente em melhores condições sociais. Reconhece haver casos dentro das comunidades de reassentados que poderão estar em situação de vida precária mas remete para elas mesma a responsabilidade de tal desiderato na medida em que diante de várias ofertas proporcionadas pelas empresas e pelo governo, só a preguiça e falta de vontade pode explicar tal cenário. Outra questão que ela coloca tem a ver com os limites, em termos de capacidade de absorção, das empresas e apela para a criatividade e empenho das pessoas.

“Eu posso dizer que aquela pessoa que mesmo quando estava lá não conseguia fazer nada, aqui também não há-de fazer nada...se conseguia fazer alguma coisa lá também aqui há-de fazer. Não vamos só reparar para a empresa. Afinal de contas antes de a empresa vir como é que nós vivíamos? Nós temos que ter essa consciência na cabeça...embora sim, fomos tirados de lá para quê...mas como nós vivíamos? Há outros que não têm...ideia na cabeça: apanhou dinheiro e só passa a vida a beber, não querem construir. Há bocado pagou-se...no ano passado...receberam dinheiro de machambas, 119 mil meticais cada pessoa. Imagina-lá 119 uma machamba cada casa. Quanto custa uma machamba? Outros conseguiram comprar carros...conseguiram comprar isto...conseguiram mobilar as suas casas...comprar colchões, camas, cadeiras. Imagina-lá 119! Sabe quanto custa uma machamba? A partir de 4 a 5 mil meticais. Esse outro valor...quem tiver cabeça...pode fazer alguma coisa! É preciso iniciativa na cabeça. Se não tiver iniciativa a pessoa não pode fazer nada mesmo que tenha tantos milhões, biliões. Não é só acordar e comer dinheiro...é preciso ter iniciativa na cabeça. E são esses que dizem que estão a sofrer...que foram tirados de lá...como é que vivia lá? Água temos, energia temos. Como a pessoa vivia lá?”⁸⁵

Refere que o governo está a fazer tudo ao seu alcance para defender os interesses das pessoas. O governo central e distrital pressionam persistentemente as empresas para

⁸⁵ Entrevista a Marta, em Tete, Maio 2014.

resolverem os problemas que surgem nas comunidades. Para exemplificar indica que os reassentamentos de Cateme e Mualadzi têm melhores condições que muitos bairros do distrito de Moatize. Não obstante as rachas e infiltrações que deram origem às manifestações as casas são muito boas. Por isso ela não compreende a onda de descontentamento instalada em determinados segmentos da comunidade.

Tiago é outro líder baseado em Cateme e partilha das opiniões da sua superiora hierárquica. Em dissonância com a comunidade que chefia realça não ter perdido absolutamente nada ao mudar-se para Cateme. Nem mesmo os argumentos assentes na perda do património intangível como memórias e práticas centenárias no local de onde saíram são para ele justificação convincente para a generalizada onda de contestação nos reassentamentos. No entanto, reforça que se as empresas pagassem mais impostos ao Estado haveria grandes benefícios ao nível dos trabalhadores da função pública e a sociedade como um todo. É no respeitante à participação e actividade partidária nos reassentamentos que a sua opinião difere, pelo menos ao nível formal, dos demais líderes locais. *“Estamos numa democracia. Os partidos estão livres de operarem onde quiserem. Até mesmo nos reassentamentos.”*⁸⁶

No distrito de Moatize, o director de um dos serviços distritais narrou-nos a experiência do seu sector com as multinacionais em Tete. Revelou-nos ser difícil abordar a responsabilidade social empresarial de forma individual, ou seja, de empresa para empresa. As razões para tal dificuldade prendem-se com o facto de os contratos e toda a documentação relevante ter sido assinada em Maputo e nunca se ter mandado cópias para o distrito. O aprendizado sobre responsabilidade social tem sido feito com a prática. Destaca as rondas que as instituições públicas do distrito fazem com as empresas no

⁸⁶ Entrevista a Tiago, em Tete, Maio de 2014.

sentido de consertarem sobre as áreas em que as companhias podem investir. Numa das últimas sessões o seu sector contribuiu com a ideia de se montar um sistema de irrigação que melhore os problemas de produtividade nas *machambas* de Cateme.

Centrado nos afectados, o processo consiste na elaboração de uma lista de necessidades que podem ser cobertas através da responsabilidade social. As empresas exigem que os reassentados sejam os primeiros beneficiários e só depois o distrito. É assim que na opinião de Mateus os programas de desenvolvimento social estão a mudar a vida das pessoas.

“Na semana passada fui a Cateme com a senhora administradora e ela comprou 30 frangos. As pessoas que nunca tinham conseguido algo, quando vendem frango, no fim do mês têm alguma coisa para meter no bolso, entre 8 mil a dez mil meticais, em Cateme. Então, esta é uma das coisas que achamos que é muito positiva porque tem um impacto positivo imediato. Todas as pessoas que vendem frangos já estão estabilizadas. Há-de ver que é com esse dinheiro que compram congeladores, camas, geleiras, etc.”⁸⁷

Na óptica das autoridades locais a criação de frangos é uma das actividades mais importantes e sustentáveis. Outros pacotes sociais como culturas de rendimento e fomento pecuário não terão efeitos a curto prazo. Os benefícios que os avicultores nas comunidades estão a ter constituem uma amostra dos efeitos mais abrangentes da indústria extractiva na província, tanto em termos de receitas assim como emprego. Não obstante, sente ser inegável o facto de muitas pessoas das comunidades estarem a ser excluídas sob o ponto de vista de acesso ao emprego por causa das suas baixas qualificações. É no aumento das qualificações onde o governo e a empresa devem trabalhar mais.

No entanto, manifesta dúvidas sobre quem deve liderar o processo de implementação da política de responsabilidade social. Entretanto, enfatiza que as autoridades distritais se

⁸⁷ Entrevista a Mateus, em Tete, a 06 de Maio de 2014.

empenham em indicar ao governo quais são as áreas em que há interesse em investir esses recursos, nomeadamente reabilitação de infra-estruturas e equipamento de instituições públicas. No geral, entende que as coisas no início foram mal feitas. Fala-nos da má imagem pública que a empresa Vale Moçambique tem hoje, explicando que resulta dos maus gestores que tem e, sobretudo, da arrogância no início do processo. Dá o exemplo dos protestos relacionados com as casas em Cateme. *“Quando a administradora foi lá, na altura em que as casas estavam a ser construídas, para questionar sobre o modelo que estava a ser implementado, ela foi simplesmente ignorada.”*⁸⁸ Revela-nos que foram dadas ordens a partir de Maputo a indicar que a construção das casas não devia ser interrompida. E hoje as autoridades do distrito transformaram-se em bombeiros, estando constantemente a tentar apaziguar as populações. *“Nós não participamos directamente na construção daquelas casas. Se o governo distrital tivesse participado... nós somos supervisores... se o assunto tivesse iniciado aqui no distrito aquilo não teria acontecido.”*⁸⁹ Em contradição com a informação prestada pelo representante da Vale, argumenta que inicialmente foi tudo feito informalmente e que as promessas feitas pela empresa às comunidades não estão escritas. Não há documentos sobre esses compromissos. *“O que sabemos é que houve uma empresa chamada Diagonal que tratou de tudo com as comunidades antes do deslocamento. Ouvimos inclusive que nessa altura, uma Brasileira chamada Sónia é que andava a fazer promessas. Soubemos inclusive que houve uma altura em que a Vale ia às comunidades distribuir bebidas. Mas é o que digo, agora o governo acordou”*⁹⁰. Hoje tudo deve obrigatoriamente ser feito por escrito. O que está a ser implementado em Catem e Mualadzi nos últimos tempos resulta dos acordos feitos depois dos protestos populares.

⁸⁸ Entrevista a Mateus, em Tete, a 06 de Maio de 2014.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

A visão de Mateus no respeitante às reivindicações dos oleiros parece ambígua pois, se por um lado as vê como sendo justas devido ao tratamento informal ao qual todo o expediente do reassentamento esteve sujeito inicialmente, por outro é justamente essa natureza informal que tem hoje originado certo oportunismo por parte das famílias, por sistematicamente negociarem compensações. Este é, no seu entender, só um exemplo dos tantos problemas que existem resultantes do conflito entre as lógicas formais que orientam a actuação das empresas e a informalidade própria das dinâmicas locais. Mateus considera que os estudos feitos pela empresa Vale no início não acautelaram estes aspectos, não correspondendo por isso à realidade local. E uma das principais causas dos actuais problemas tem a ver com o facto de a empresa Vale Moçambique ter feito tudo sem a participação do governo.

Para Mateus as manifestações constituíram o elemento de aproximação entre a empresa e o governo. É assim que, desde então, o distrito procura manter a sua posição de líder proibindo o contacto das empresas junto das comunidades sem a prévia informação às autoridades relevantes. Salienta ainda, e em benefício de causa, que mesmo sem condições materiais nem recursos financeiros as autoridades locais estão empenhadas em trabalhar.

“Estou aqui há três anos e esta direcção nunca teve carro mas nós trabalhamos seriamente aqui. E isso é complicado. Mas trabalhamos seriamente. A comunidade conota-nos e diz que nós recebemos dinheiro mas pelo menos eu nunca recebi dinheiro de nenhuma empresa. Nunca. Nós não pegamos dinheiro vivo das empresas. A situação da empresa Vale serviu de lição para todos. Nós costumamos dizer, nos bastidores, que a Vale não vale.”⁹¹

Este último estrato mostra que também a relação entre as empresas e as autoridades locais é nalguns casos ambivalente, trazendo à tona características concretas de empresas como a Vale, legitimando a suspeição das comunidades a respeito das verdadeiras pretensões

⁹¹ Entrevista a Mateus, em Tete, a 06 de Maio de 2014.

desenvolvimentistas que esta empresa leva por detrás do seu discurso. Note-se que apesar da dissonância de percepções, entre os líderes locais e as famílias reassentadas, sobre melhoria das condições de vida, estas autoridades de base mantêm a sua forte legitimidade perante estes grupos. Este paradoxo poderá ser explicado pelo facto de as famílias identificarem Maputo como o principal centro decisório, de onde emerge o fluxo de poder, sendo aí o local onde a solução para as actuais injustiças em Tete pode ser produzida.

Contudo, a nosso ver, algumas destas lideranças locais, embora reconheçam falhas iniciais, tendem a exagerar as experiências positivas sobre o impacto da indústria extractiva nas comunidades, desvalorizando o descontentamento das pessoas afectadas. Saliente-se porém que contrariamente ao que alguns relatórios, como o da Oxfam (Lillywhite et al. 2015) e Human Rights Watch (2013) tendem a retratar, o optimismo por parte de muitos destes líderes, incluindo a tendência para colorir a actuação das empresas, poderá não ter a ver necessariamente com eventual cooptação destes pelas multinacionais mas porque efectivamente acreditam que houve transformação. A sua avaliação é sempre feita em comparação com o que a região tinha antes da avalanche dos actuais fluxos de investimento estrangeiro em Tete. Aliás, só a ideia de cooptação em si é problemática porque para tal estes líderes teriam de fazer parte da folha de salários das empresas ou receber benefícios permanentes fora dos contextos das compensações, o que nenhum estudo ainda o veio demonstrar.

6.2. Política de responsabilidade social empresarial e o papel do regulador nas dinâmicas extractivas e desenvolvimento comunitário.

Arlete, uma das responsáveis pelo departamento do meio ambiente no Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), argumenta que a produção da Política de Responsabilidade Social Empresarial (PRSE) está inserida na revisão de todo o quadro legal para adequá-lo ao *boom* dos recursos naturais no país. A primeira motivação essencial tem a ver com a necessidade de se proceder a um alinhamento entre as questões económicas, ambientais e sociais consubstanciadas nos instrumentos de planificação do país, de modo a ser alterado o enfoque apenas na viabilidade económica dos projectos, passando a integrar os aspectos de desenvolvimento social. A segunda motivação está relacionada com a inclusão dos investidores estrangeiros na sociedade moçambicana. Todo o exercício de revisão foi feito considerando experiências de outros países tais como Canadá, África do Sul e Índia.⁹² O que a política acrescenta é a retenção dos ganhos das empresas a nível local, através da participação na planificação e investimento locais. Trata-se, no fundo, de uma estratégia para inserir o sector privado ao nível da planificação. O objectivo é conseguir que esta metodologia de trabalho chegue ao nível da planificação de instrumentos macro como o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP).

Para esta directora há programas de desenvolvimento social que estão a produzir resultados, o reassentamento de Topuito, em Nampula, constitui um exemplo de

⁹² Note-se que a actuação de algumas empresas indianas em Tete não é famosa. A Jindhal é um dos exemplos. Largamente contestada pelas organizações da sociedade civil, esta empresa já está na fase de extracção do carvão sem, no entanto, ter reassentado as populações que estão nas proximidades da mina. Há indicações segundo as quais altos interesses, corporizados por indivíduos que ocuparam altos cargos ao nível da província e do país, estarem a proteger a empresa. As populações por ela afectadas reclamam de problemas de poluição do ar, movimentação condicionada na zona e restrições à entrada de pessoas externas à comunidade. Para mais veja-se a pesquisa publicada no jornal Savana do dia 06-02-2015 (disponível em anexos).

responsabilidade social a ser seguido, pois os projectos sociais de criação de frangos e confecção de saquetas de amostra para a mina estão a *empoderar* as comunidades.

“As empresas já trazem uma cultura de responsabilidade social. São empresas multinacionais e se formos a ver ao fundo cada uma delas já tem aquilo que se chama fundo social. Mas nós queremos com esta política fazer muito mais do que aquilo que é o fundo social...que é consenso dos accionistas...nós queremos trazer muito mais sobre isso...trazê-los à planificação e com vontade própria inserirmos a empresa dentro da comunidade e caminhar juntos.”⁹³

Sobre Tete informa-nos que, à semelhança do que acontece com a PRSE, ela esteve activamente envolvida desde a identificação da área até ao processo de aprovação do plano de acção de reassentamento. Contrastando com os seus colegas em Tete, argumenta que a construção das casas do reassentamento de Cateme foi monitorizada desde o princípio e insiste que as infra-estruturas são de qualidade superior a de algumas disponíveis na cidade de Maputo. Refere que o ministério fez o trabalho de base mas a natureza intrínseca do reassentamento acaba sempre por gerar descontentamento. Ao contrário dos relatos obtidos nas comunidades dos deslocados e das organizações da sociedade civil, para Arlete o património intangível não é problema nenhum e justifica que em nenhum dos protestos públicos em Tete essa questão foi colocada. Portanto, não são os mortos, as memórias nem os hábitos e costumes que estão na raiz das reclamações mas sim actores externos à comunidade que procedem à desestabilização, de forma voluntária ou não, incluindo o próprio governo.

“Se for a ver a questão de Cateme, as pessoas de fora vêem as coisas de um lado e eu cá vejo doutro lado. O que eu sinto muitas vezes é aquilo que é um conjunto de agitações ... porque quando eu vou a comunidade hoje não encontro reassentados, pelo menos aqueles que eu reassentei. Hoje, se for lá, há-de ver que são trabalhadores que estão indo a Tete e que não têm onde viver e vão lá alugar as casas. Alguém que sai de uma vivenda em Maputo e vai alugar casa em Cateme chega lá com um tipo de necessidades diferente. Essa questão de insatisfação não é criada só pela sociedade civil, até nós próprios governo criamos agitação. Por quê? Porque não passamos o testemunho. O administrador de Moatize que trabalhou connosco desde o princípio do processo, quando cessou as funções não passou o testemunho, em termos de entrega de toda a documentação, à nova administradora.”⁹⁴

⁹³ Entrevista a Arlete, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

⁹⁴ Ibidem.

Considera infundada a informação segundo a qual a Vale Moçambique não tem um plano de acção de reassentamento e a concepção desse plano incluiu a sociedade civil, embora na altura não tão bem estruturada quanto actualmente. Aceita que a actuação inicial do governo foi hesitante mas que mesmo essa atitude fazia parte de um processo de aprendizagem. Para ela as OSC's geram confusão porque daí advém vantagens financeiras, individuais e colectivas. Rejeita a noção de que as recentes revisões institucionais resultem das manifestações ocorridas em Cateme, tratando-se apenas de uma coincidência. Com entusiasmo, descreve-nos os contributos que a política poderá ajudar a alcançar, destacando os pilares de sustentabilidade. *“Estes são os ganhos que eu digo: ai meu Deus, isto é muito bom.”*⁹⁵ Entretanto, apressa-se a indicar o quão complicado poderá ser a implementação da política devido à ausência dos mecanismos de implementação. A sua esperança é de que a capacitação técnico-institucional, ao abrigo de um apoio que está a ser prestado pelo Banco Mundial, permita ir reduzindo esta lacuna. *“Precisamos de muito apoio...de quadros, começando pela instituição, para fazer face a esta demanda dos grandes projectos. E essa capacitação institucional vai para além dos intervenientes, vai até a base.”*⁹⁶

Tudo indica que a recente experiência na elaboração do estudo de base e produção da política de responsabilidade social marcou os dirigentes do MIREME, a tal ponto que parecem inclinados a reproduzir as metodologias de participação e auscultação públicas aprendidas durante o processo. O estudo foi levado a cabo por uma empresa canadiana designada *Interpraxis*, em parceria com uma agência moçambicana denominada *Do It*, com fundos da embaixada do Canadá. Apesar de todo este investimento em *expertise*, recursos financeiros e boa vontade persistem problemas sérios que reverberam até às comunidades. Arlete confessa-nos a existência de contradições intra e interministeriais, sobretudo entre as

⁹⁵ Entrevista a Arlete, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

⁹⁶ *Ibidem*.

altas hierarquias, em que ministros de outros pelouros, como por exemplo o que zela pelos reassentamentos, mesmo depois de terem sido eles a aprovarem o plano de acção de reassentamento da Vale Moçambique, quando iniciaram os protestos populares imputaram as responsabilidades ao MIREME. *“Isso para mim é fuga de responsabilidades. Queremos fazer o que não devíamos fazer. Todo o mundo quer estar aqui [no MIREME] mas não é bem assim. Cada um tem o seu papel e o ministério para mim está a avançar muito. É verdade que estamos muito atrasados e que cometemos falhas mas é no processo de aprendizagem.”*⁹⁷

Na sua óptica, alguns ministérios, tais como o do Género, da Criança e da Acção Social, procuram ganhar protagonismo na implementação da política e afirma haver uma diferença clara entre assistência social – que lida essencialmente com grupos vulneráveis – e responsabilidade social das empresas, embora ao nível conceptual nem mesmo dentro do MIREME haja consensos sobre o seu exacto significado. Estas são algumas das *guerras* existentes no aparelho estatal nacional, tudo na tentativa de exercer influência, por parte dos diferentes organismos do Estado, sobre o sector extractivo, resultado da percepção largamente difundida segundo a qual existem rendas económicas no sector de fácil apropriação pelos actores estatais e pela sociedade civil. A avalanche de grandes projectos que o MIREME está a receber fez com que esta chamasse a si a iniciativa de regulação.

Para Arlete, e outros dos seus colegas, responsabilidade social empresarial e reassentamento não são a mesma coisa, embora uma empresa responsável seja aquela que faz um reassentamento responsável. O reassentamento é obrigatório. No entanto, não deixa de ser notória a falta de clareza quando ela explica mais detalhadamente o seu entendimento de responsabilidade social. E aqui é evidente o quão mesmo dentro do próprio ministério os

⁹⁷ Entrevista a Arlete, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

policy makers não partiram de uma plataforma conceptual comum sobre a finalidade da política, nem mesmo sobre a sua definição.

“As empresas têm um plano de assistência social, o que elas chamam de plano de desenvolvimento social. Na responsabilidade social elas não têm um plano, elas têm um compromisso, não sei se me percebe? Têm um compromisso de fazer parte do desenvolvimento local, do desenvolvimento de Moçambique. ‘Eu vou instalar uma empresa em Moçambique e vou participar na planificação e desenvolvimento de Moçambique’. Esta é a responsabilidade social. Mas aquilo que eu trago no meu pacote de marketing – seja uma fundação com, por exemplo três milhões de dólares – não é desenvolvimento social, é uma decisão entre accionistas que têm dinheiro, que indica a dedo o que quer fazer com esse dinheiro. Está a perceber? A legislação não vem para obrigar, vem para harmonizar. O processo continua voluntário mas o processo é harmonizado. Está a perceber? Não tem um carácter vinculativo mas tem um carácter de chamariz para a planificação e contribuição para o desenvolvimento. Eu as vezes fico assim...quando muitos colegas dizem que não é obrigatório. Não é obrigatório em função daquela política que eu estou a estabelecer mas a partir do momento em que eu estabeleço uma política eu estou a obrigar. Ela não é obrigatória quando se usa soft, o princípio das boas práticas. Agora, quando você faz uma política e chega a público e depois diz que não é obrigatório é contraditório.”⁹⁸

Curiosamente, todos exemplos dados pelos informantes afectos ao MIREME sobre responsabilidade social reportam sempre para os reassentamentos. É nesse contexto que a nossa entrevistada referiu não haver desonestidade por parte das empresas. E para explicar os problemas relacionados com as queixas, por causa das casas, a nossa entrevistada pediu-nos que desligássemos o gravador. Pela elucidação que nos foi dada em *off* depreende-se a existência de uma explicação formal que as autoridades dão para justificar o descontentamento generalizado – assente basicamente em teorias de conspiração – e um outro entendimento pouco evocado devido ao seu carácter politicamente comprometedor relacionado com interesses económicos de altas autoridades do Estado. Segundo Arlete, no caso das casas de Cateme, uma figura importante da elite governante adquiriu uma empresa falida (ou que propositadamente a fizeram falir) e a construção das casas foi a esta adjudicada. Os gestores desta minimizarem os custos de implantação das casas na tentativa de garantir que o máximo de recursos financeiros ficasse na empresa como uma estratégia de fazê-la recuperar da crise.

⁹⁸ Entrevista a Arlete, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

Gonçalves, também alto funcionário do MIREME, afirma que a política foi criada para harmonizar a acção desestruturada e desalinhada das empresas na área de exploração mineira e de hidrocarbonetos. Adensando ainda mais as contradições apresentadas por Arlete, realça que no enquadramento jurídico moçambicano não é obrigatório fazer responsabilidade social, no entanto quem quiser implementar esse tipo de acções deve realizá-lo como o governo entende. Releva-nos que a grande novidade da política são os acordos de desenvolvimento local. A ideia por detrás dos acordos é que a actuação das empresas passe a considerar as prioridades das comunidades hospedeiras e do governo. *“Nós estamos a fazer isto de uma maneira experimental. A nossa lei, a nossa política contém uma pequena salada, deve ter visto, com o conteúdo local. Mas é tudo propositado.”*⁹⁹ A ausência de uma lei de conteúdo local levou o ministério a ensaiar uma resposta para as questões do emprego, fornecimento de bens e serviços através da política de responsabilidade social.

*“Nem podemos dizer que a política é obrigatória porque já dissemos que não o é mas na verdade, na prática, acaba sendo. Aliás, o primeiro aspecto que é preconizado na política é justamente esse, que as empresas devem ter instrumentos de gestão destas acções de responsabilidade social empresarial que podem ser políticas, programas, procedimentos, o nome não interessa. Essas políticas ou procedimentos devem estar alinhadas com as políticas do governo.”*¹⁰⁰

A ideia é alterar o padrão de investimento social das empresas de modo a que se deixe de incidir em áreas menos estruturantes da actividade económica do país - como por exemplo o futebol – e passar-se a questões importantes como infra-estruturas e capital humano. No fundo, segundo argumenta Gonçalves, trata-se de um adiantamento que as empresas fazem ao Estado, pois a responsabilidade social primária é do Estado. Daí, para ele, fazer sentido que posteriormente o financiamento em responsabilidade social seja devolvido às empresas. Mas deixa claro que mesmo dentro do ministério esta é uma questão controversa, não havendo acordo sobre o assunto. O facto é que as empresas têm interesse

⁹⁹ Entrevista a Gonçalves, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

¹⁰⁰ Ibidem.

em desenvolver actividades de responsabilidade social para garantir a sua licença para operar. Os aspectos apresentados na política incluem esta necessidade do lado das companhias.

Apesar disto, há no ministério o entendimento de que as acções de responsabilidade social empresarial não resolvem os problemas de desenvolvimento do país. Olham-na apenas como uma pequena contribuição que as empresas dão para o desenvolvimento local e o Estado continua a ser o líder, por excelência, desse processo. Por isso, a questão da responsabilidade social não deve ser visto como sendo de grande importância. Contribui mas numa extensão limitada. E é mesmo nesse contexto que o Estado, consciente do seu papel, desde 2013 incrementou em 2,75% o orçamento das províncias de exploração mineira e de hidrocarbonetos como forma de redistribuir os proventos da indústria extractiva e permitir que essas regiões desenvolvam.

“Desenvolvimento, como sabe, é um conceito muito vasto. Mas podemos falar de desenvolvimento quando as populações lá mesmo nessas zonas de... têm água, clínica, hospital, dependendo do nome que quisermos dar, têm serviços prestados com qualidade, podem ir à escola, não sofrem de malárias de forma endémica. Isto é desenvolvimento. Nós, repara... é preciso crescer economicamente para depois... ninguém até hoje conseguiu demonstrar o contrário. Falam muito mas ainda não há uma alternativa credível ao crescimento económico para se ter desenvolvimento. Você tem que crescer. Agora, a transformação económica, não sei quê, tudo isto concorre para o objectivo final que é o tal desenvolvimento, não é verdade? Então, quando eu faço uma estrada concorre também para o desenvolvimento porque eu vou permitir negócio ali dos camponeses, vão vender o seu milho, vão vender seja lá o que for, não é? Se eu coloco luz num bairro que estava às escuras vai haver negócio neste bairro, vai haver mais actividade económica, vai gerar emprego, vai gerar mais rendimento, etc., etc.”¹⁰¹

Para além da problemática percepção que apresenta sobre desenvolvimento (discutida em detalhe na conclusão desta subsecção), a alocação de Gonçalves acaba por demonstrar contradição relativamente ao reassentamento e responsabilidade social pois, se por um lado acha não haver problema em as companhias investirem em responsabilidade social nos

¹⁰¹ Entrevista a Gonçalves, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

reassentamentos, por outro refere ser importante que o Estado esteja de olho aberto para que as companhias não invistam nos reassentamentos os valores estipulados por contrato mineiro no âmbito da execução do projecto de extracção.

No que concerne às manifestações, embora também mostrando certa ambiguidade, reage de forma diferente da sua colega Arlete, reconhecendo abertamente que aquelas criaram no governo a necessidade de legislar. *“Aquilo em Cateme não correu muito bem. Menos mal em Mualadzji mas também tem os seus problemas.”*¹⁰² Assim, criou-se o regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas, concretamente o Decreto 31/2012. Aponta o regulamento como sendo muito favorável para as comunidades mas custoso para as empresas, pois estas é que assumem totalmente as responsabilidades pelo deslocamento das populações. *“Este regulamento resulta do reconhecimento de que as primeiras experiências não foram... não foram boas.”*¹⁰³ No entanto, parece não aceitar que as manifestações sejam o resultado de erros cometidos. Convergindo com outros dos seus colegas entrevistados, refere que as ONG’s são pagas para incitar as comunidades através da inflação de expectativas. Entretanto, assume que os actuais problemas nos reassentamento poderiam ter sido evitados se, em vez dos políticos, na dianteira tivessem estado os técnicos dos diferentes ministérios envolvidos, pois só assim se teria lidado de forma mais real e objectiva com as expectativas das comunidades.

Na perspectiva dos *policy makers* do ministério, o efeito *trickle down* da extracção mineira para as comunidades será garantida através de instrumentos como o regulamento de reassentamento e a política de responsabilidade social empresarial para a indústria

¹⁰² Entrevista a Gonçalves, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

¹⁰³ Ibidem.

extractiva, resolução nº 21/2014, e o guião de implementação dos acordos de desenvolvimento comunitário, ora em elaboração. A lei de conteúdo local, também em preparação, é outro dos instrumentos no qual se deposita grande esperança, sobretudo para a resolução dos problemas de emprego e (através do) fornecimento de bens e serviços, incluindo capacitação das empresas locais. É neste quadro em que os pacotes de desenvolvimento social providenciados pelas empresas são vistos como fontes efectivas de sustento, com forte potencial para melhorar a vida das pessoas, tornando os benefícios da mineração sustentáveis. Deste modo, em todo o processo é importante recuperar a confiança pública, sobretudo do lado das comunidades. A reversão no sentido positivo da confiança pública e a monitoria constituem os grandes desafios.

“O Estado tem de estar mais presente no terreno. Muitas vezes o administrador não tem carro, os técnicos não têm carro, é uma série de instrumentos de trabalho...é um problema. Este é um assunto muito sério e a solução disto é gradual. É um problema de dinheiro. É complexo. As empresas vieram para fazer dinheiro não distribuir bens. E é tudo isto que explica a timidez da política de responsabilidade social. Com os consultores chegamos à conclusão de que devíamos actuar de forma cautelosa. Nossa ideia é daqui a 3 anos rever tudo isto. Isto é experimental mas não se diz que é experimental. E nós ainda estamos na fase de atrair investimento.”¹⁰⁴

É interessante notar que dentro do próprio ministério há uma distinção de abordagens relativamente à responsabilidade social das empresas mineiras e as de hidrocarbonetos. No sector do petróleo e gás é o Instituto Nacional de Petróleos (INP) que implementa os pacotes de desenvolvimento social. Nesta instituição, devido à sua autonomia financeira, as questões de recursos, pelo menos ao nível central, não são colocados com a mesma veemência que se verifica na direcção dos recursos minerais. De facto, as empresas petrolíferas são obrigadas por contrato a contribuir para um fundo de capacitação institucional que o instituto usa para cobrir todas as suas necessidades. No entanto, apesar destas importantes diferenças os resultados são os mesmos no que concerne ao padrão de investimento em actividades de desenvolvimento social e, sobretudo, sua concentração

¹⁰⁴ Entrevista a Gonçalves, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

geográfica. Aqui também, projectos como a avicultura, activos em Cabo Delgado, enfrentam os mesmos problemas identificados em Tete e Nampula: logística e incerteza em relação ao futuro.

E, por outro lado, pelo que a nossa pesquisa exploratória permitiu apurar, se as empresas mineiras não financiam o governo por julgarem que este “*não vai fazer as coisas acontecerem*”¹⁰⁵, essa suspeição parece também confirmada pelas empresas de hidrocarbonetos que percebem como controverso o processo que envolve tal contribuição devido à ausência de uma entidade que possa fiscalizar o INP na aplicação destes recursos. Contudo, no INP encontramos sinais de maior clareza sobre a sua missão e, especialmente, sobre o investimento que realiza na área de responsabilidade social. Assim, os fundos destinados ao desenvolvimento social são distintos dos afectados à capacitação institucional, sendo que os projectos sociais são geridos por uma comissão tripartida, nomeadamente o MIREME, o INP e o Ministério da Economia e Finanças. Os projectos são propostos pelas direcções provinciais, que por sua vez os recebem dos distritos, e são aprovados em Maputo.

Apesar de alguma da liderança do instituto referir que a componente de financiamento externo é residual, o facto é que, à semelhança do MIREME¹⁰⁶, a existência do INP é fortemente condicionada pelo comportamento das matérias-primas para garantir a sua autonomia. Aqui nota-se com maior clareza o alinhamento preconizado pela política de responsabilidade social na medida em que grande parte do investimento em desenvolvimento social está concentrada na expansão da rede escolar e abertura de poços de água. É igualmente evidente – tanto no sector de recursos minerais quanto no de

¹⁰⁵ Entrevista a Gonçalves, em Maputo, a 31 de Março de 2015.

¹⁰⁶ Muito dependente da expertise e financiamento externos, reproduzindo as dinâmicas de dependência de ajuda verificada ao nível de estruturação de políticas como o PARP.

hidrocarbonetos - dinâmicas de “ajuda ligada” associada à contratação de empresas de países que financiam estudos ou capacitações. Assim, observam-se dois tipos de dependência que coexistem no mesmo sector: o sector dos recursos minerais mais ligado ao modelo que historicamente estrutura a economia política do país e o sector de hidrocarbonetos resultante do actual *boom* dos recursos naturais. Apesar do carácter dependente dos dois sectores, o INP parece constituir uma bolsa de eficiência no sector energético nacional, perfil que já não é assim tão evidente na direcção de geologia e minas.

No MIREME como um todo, à semelhança de todo o aparato da função pública nacional que beneficia de projectos dos doadores internacionais, observa-se uma apropriação dos jargões da indústria do desenvolvimento e todas as suas metodologias. Aliás, a própria política de responsabilidade social empresarial está inserida nesse processo de cada vez maior emulação da narrativa da sabedoria convencional sobre o desenvolvimento. Os funcionários de topo do MIREME mostraram-se encantados com as metodologias de participação aplicadas pela empresa canadiana que conduziu o estudo de base para a política e referiram que vão reproduzi-las noutras áreas como por exemplo na concepção de uma política ambiental para a indústria extractiva. Esta tendência para a produção de micropolíticas sectoriais no sector energético nacional e a constante referência à necessidade de obtenção de apoio financeiro aos parceiros internacionais, sugere que a proliferação destes arranjos institucionais muito localizados poderá constituir uma forma de criação de rendas dentro do ministério cuja apropriação pelos funcionários é feita através de viagens, *per diems*¹⁰⁷, financiamentos para participarem em seminários e *workshops*, etc.

¹⁰⁷ Abono para despesas diárias.

A filosofia por detrás de políticas sectoriais como a de responsabilidade social empresarial, assente na ideia de incentivar a participação do sector privado na planificação, traz à tona reservas e coloca questões fundamentais como: (1) se essa inclusão não seria mais útil ao nível de instrumentos de política como é o caso do PARP, discutido nos centros de poder em Maputo, em vez de ser feita no distrito onde a capacidade dos organismos locais do Estado são demasiado fracas para conseguir interagir e impor as visões estratégicas do governo às multinacionais? (2) Qual é o interesse em incluir os grandes projectos na planificação, ignorando virtualmente as pequenas e médias empresas do país? A resposta a estas questões poderá indicar a existência de contradições flagrantes e irreconciliáveis no discurso dos *policy makers*, na medida em que a análise das lógicas subjacentes ao contexto de produção de políticas públicas no país, parece evidenciar o facto de nem todos os processos serem passíveis de uma abordagem *bottom up* como o MIREME pretende fazer passar. Com efeito, as multinacionais extractivas muitas vezes operam em locais que não coincidem nem com as principais praças financeiras dos países hospedeiras, nem com a esfera do debate público e nem pouco com os processos de tomada de decisão estratégica para o desenvolvimento.

Note-se que muitas das necessidades das multinacionais não encontram respostas nestas concertações para a planificação feitas ao nível local. Por exemplo, os problemas de logística com os quais as empresas têm de lidar, nomeadamente infra-estruturas de armazenamento, linhas férreas e portos, não são solucionadas por esta política e nem sequer estão sob tutela do MIREME mas sim sob a alçada do Ministério dos Transportes. A expectativa é de que a lei de conteúdo local venha satisfazer as questões de fornecimento de bens e serviços. Contudo, as autoridades governamentais depositam grande esperança na política de responsabilidade social acreditando que esta pode fazer mais do que

harmonizar e incluir as grandes empresas na planificação, passando inclusive a integrar as empresas nas comunidades através da obtenção da licença das comunidades para poderem operar. A questão que se coloca é: afinal a quem está reservado o papel de obtenção dessa licença para operar? As empresas transnacionais do sector extractivo têm um departamento de relações com as comunidades que visa essencialmente garantir um ambiente são entre empresas e as comunidades locais (Hilson 2012, Prno e Slocombe 2012, Slack 2012). Assim, o caso de Moçambique deve, provavelmente, ser o único no mundo em que se produz uma política com tal objectivo.

No entanto, o entusiasmo que estes agentes do Estado mostram ao argumentar a favor dos arranjos institucionais recentemente revistos e criados (leis n.ºs 20/2014, 21/2014, 27/2014 e 28/2014), além da política de responsabilidade social empresarial (resolução n.º 21/2014) e o regulamento de reassentamento (decreto n.º 3272012), constitui no nosso entender um indicativo para a necessidade de alguma cautela ao se proceder à análise do papel do Estado na gestão dos recursos naturais em Moçambique. A literatura produzida sobre a matéria tende a reproduzir rótulos acabados, difundido a imagem de incapacidade, fraqueza, comportamento de procura de renda e falta de vontade política. Mas uma análise das motivações dos agentes estatais, apesar de confirmar questões como falta de recursos e algumas lógicas rendeiças, mostra também a presença de conflitos dentro do aparelho do Estado, com influência nas políticas propostas, e sobretudo comprometimento por parte das direcções intermédias. E o caso do MIREME parece ser consistente com a assunção de Chang (2012) segundo a qual os agentes do Estado podem, adoptar políticas ineficientes mas isso não significa que há uma atitude deliberada com o objectivo de ganhar (ou manter) benefícios.

É interessante verificar que, contrariamente ao panorama anterior, as recentes actualizações nos dispositivos legais mostram forte diálogo no concernente às questões de desenvolvimento das comunidades. Com efeito, a política e estratégia de recursos minerais encoraja as empresas extractivas a usarem os seus pacotes de responsabilidade social para aumentar as oportunidades de emprego e habitação local, formação de operadores e atribuição de benefícios especiais às comunidades (Resolução n° 89/2013). Estes aspectos relacionados com o desenvolvimento local são retomados pela lei de minas n° 20/2014 que torna impositiva, por via dos contratos mineiros, a inclusão de conteúdo local mínimo, emprego e formação técnico-profissional, realização de acções de responsabilidade social, produção de memorandos de entendimento entre as comunidades, governo e empresas (Lei de Minas n°20/2014, artigo 8, alíneas b, c, e, f e g). Com esta lei, uma das competências do governo passa a ser a protecção das comunidades hospedeiras sob o ponto de vista de desenvolvimento socioeconómico. O artigo 20 da lei dedica três pontos ao desenvolvimento local, sendo que este será assegurado pela devolução, às comunidades hospedeiras, de uma parte das receitas geradas pelos grandes projectos. A lei preocupa-se também em tornar claras as questões da justa indemnização (artigos 30 e 31) e a necessidade de envolver as comunidades nos processos decisórios (artigo 32). Importa referir ainda que grande parte destes assuntos acima arrolados já tinha sido avançada no regulamento de reassentamento (Decreto n°31/2012) e receberam tratamento detalhado na política de responsabilidade social empresarial e espera-se que o seu guião de implementação seja muito mais específico e que oriente a operacionalização das questões de avaliação de desempenho das empresas na sua actuação social. Não obstante, todas estas alterações, a análise destes instrumentos deixa a impressão de serem cegos em relação ao desenvolvimento, no sentido de alteração da base produtiva. Todas as questões de desenvolvimento oscilam entre o comunitário e o sustentável, incidindo na alocação de recursos para a criação e melhoramento de políticas sectoriais (Resolução n° 89/2013). A

nossa intuição é confirmada por estudos como o de Hanlon e Nuvunga (2015) que previnem para o cuidado de não se deixar os aspectos de conteúdo local, processamento à jusante e subcontratação à mercê da boa vontade ou responsabilidade social de qualquer empresa subcontratada. Consistentemente, autores como Kirshner e Power (2015) referem que a actual lei de minas apresenta lacunas, fundamentalmente no que toca ao número de empregos a serem criados localmente pelas empresas.

De facto, no caso do MIREME e a política de responsabilidade social, parece haver por parte do regulador um interesse em mudar o padrão residual do investimento das empresas extractivas no desenvolvimento comunitário. No entanto, não fica clara a forma como o conjunto de intenções plasmadas na política poderá traduzir-se em resultados práticos na vida das populações. A partir da narrativa do regulador pode-se intuir que essa falta de clareza de objectivos constitui efeito reverberatório da dimensão macro de políticas públicas, concretamente do PARP e da estratégia nacional de desenvolvimento. O nosso argumento é confirmado pelo ónus que o Estado coloca nas empresas, através dos arranjos institucionais respeitantes aos aspectos sociais das dinâmicas extractivas, no que concerne ao desenvolvimento.

Neste sentido, a política de responsabilidades social e o regulamento de reassentamento legitimam a substituição de actores no financiamento da política de desenvolvimento. Assim, onde o Estado tem dificuldades em penetrar o provimento de infra-estruturas de apoio é feito pelas mineradoras e posteriormente estas são compensadas através da dedução na carga fiscal. Aliás, conforme expresso nas entrevistas efectuadas aos proponentes desta política, os funcionários do MIREME assumem explicitamente que a

responsabilidade social empresarial das indústrias extractivas constitui uma estratégia de terciarização das funções do Estado onde este não chega por causa das suas restrições orçamentárias, constituindo desse modo uma das várias fórmulas encontradas para a sua sobrevivência. Aliado a isto, parece pretender-se que a política de responsabilidade social, juntamente com a lei de conteúdo local ora em preparação, cubram a inconsistência temporal entre o momento em que os grandes projectos iniciam as suas operações e o tempo relativamente longo necessário para a visualização dos seus efeitos na vida das pessoas.

Tudo indica ser também nesse contexto em que o Ministério da Economia e Finanças aprovou a circular 1/MPD-MF/2013 cujo objectivo visa devolver 2.75% das receitas da extracção dos recursos naturais para o desenvolvimento das comunidades onde estes grandes projectos operam. Contudo, um estudo feito pelo Banco Mundial (2014) indica que, para além de o montante ser insignificante, as primeiras experiências sobre partilha de receitas da indústria extractiva ilustra até que ponto o padrão de despesas locais tende a ser inconsistente com os objectivos fixados pela circular. Outro aspecto que o documento levanta tem a ver com a dificuldade de as comunidade influenciarem os processos de tomada de decisão, o que poderá exacerbar os sentimentos de injustiça e levar a situações de conflito ou violência. Até ao presente momento beneficiaram deste mecanismo as províncias de Inhambane, Tete e Nampula. Os projectos são determinados pelas comunidades e aprovados pelos conselhos consultivos locais.

Assim, à semelhança do que acontece com este mecanismo de partilha de receitas, a política de responsabilidade social preconiza que sejam os conselhos consultivos locais a

operacionalizar os acordos de desenvolvimento local, definindo a selecção dos projectos de desenvolvimento e outros aspectos relevantes na comunidade. Não obstante, a concentração de atribuições respeitantes ao desenvolvimento comunitário a este órgão enferma de uma ameaça gravíssima pois estudos sobre os Conselhos Consultivos Distritais, no âmbito dos Sete Milhões, têm demonstrado uma grande politização destes a favor de membros do partido Frelimo, gerando exclusão de largos segmentos populacionais fora da sua base social (Forquilha e Orre 2011, Forquilha 2010 e 2008, Sande 2011).

Deste modo, em contraste com os objectivos (de investimento em infra-estruturas, promoção do crescimento económico e redução de pobreza) preconizados pela circular do Ministério da Economia e Finanças, 70% destes fundos são aplicados em projectos de produção de alimentos e criação de frangos, usando-se os mesmo critérios do fundo para o desenvolvimento do distrito (Sete Milhões), pois as autoridades locais tendem a perseguir objectivos de programas preexistentes com os quais já estão familiarizados. No caso de Moatize, em Tete, os líderes do distrito referem que nem todas as comunidades afectadas pela indústria extractiva estão a beneficiar destes recursos (World Bank Mozambique 2014). Com efeito, nos locais por onde passamos nenhum dos nossos entrevistados ou inquiridos tinha conhecimento da existência de tal fundo, incluindo os líderes comunitários.

Portanto, parece-nos que os fundamentos por detrás da ideia de desenvolvimento que impera entre os agentes do Estado moçambicano de topo toma como adquiridas uma série de factores, ou seja, assume-se *à priori* que as populações rurais querem ser urbanizadas, passando a viver em casas de alvenaria nas vilas criadas no contexto do reassentamento; toma-se como adquirida a ideia de *spillover effect* que a construção de uma estrada e a

electrificação dessas vilas podem gerar ao nível de florescimento de pequenos negócios com impacto nas vidas das famílias. No entanto, como o testemunho de um dos oleiros claramente o elucida, estas dinâmicas extractivas no actual formato parecem fazer tábua rasa das trajectórias de vida destas pessoas, situação que está na origem dos protestos.

Por outro lado, embora não haja consenso entre as autoridades sobre as causas das manifestações – havendo uma leitura ambígua que vai desde o reconhecimento da demasiada centralização inicial do processo, influência de interesses económicos de altas figuras do Estado e agitação feita por elementos externos às comunidades deslocadas, esta última interpretação merece um pequeno reparo. A ideia das manifestações centrada basicamente em motivações externas à própria governação, entra em contradição com a realidade local pois se essa compreensão do problema estivesse correcta a tensão étnico-regional latente deixaria de ser uma variável a ser considerada. Com efeito, não nos parece plausível que as pessoas de outros cantos do país empregadas nas mineradoras em Tete se fizessem passar por Nhúngues apenas com o deliberado objectivo de provocar danos à imagem pública das empresas em que trabalham. Portanto, o argumento enraizado na ideia das manifestações como o resultado de agitação poderá ser vista como uma das várias formas de desculpabilização¹⁰⁸ muito comuns nas autoridades nacionais.

¹⁰⁸ Esta atitude não constitui novidade entre o executivo moçambicano, senão vejamos: até ao presente momento a *guerra dos 16 anos* continua a ser vista pela Frelimo apenas como resultado da desestabilização externa (Rodésia de Ian Smith e posteriormente a África do Sul da era do apartheid), escamoteando as dinâmicas de apropriação da guerra pelas populações que contestavam as políticas de modernização coerciva, o que permitiu a expansão da Renamo por todo o país. Outro elemento que demonstra a tendência para a desculpabilização é a forma como a pobreza foi abordada na governação de Armando Guebuza, sempre vista como problema dos próprios pobres, amiúde percebidos como preguiçosos, e nunca resultado de políticas públicas.

7. A dimensão internacional na extracção de recursos naturais: a influência da capacitação institucional e das consultorias.

O governo do Canadá é um dos principais financiadores e parceiros do MIREME num dos vários programas de capacitação institucional que este organismo do Estado tem vindo a executar. E foi considerando a experiência deste país no sector extractivo que o Governo de Moçambique (GdM) solicitou um apoio formal à embaixada do Canadá para capacitação institucional na área de responsabilidade social, ao qual, após aceitação das autoridades canadianas, seguiu-se um concurso internacional para a contratação de um consultor que implementasse o estudo de base. A realização do concurso foi possível com a ajuda de um especialista da *Natural Resources Canadá*, na altura, baseado em Pretória, que orientou o MIREME na elaboração dos termos de referência, tendo participado na revisão, avaliação das candidaturas, das quais foram seleccionadas uma empresa canadiana denominada *Interpraxis* e outra moçambicana designada *Do It* para trabalharem em parceria. Depois do estudo de base, estas duas empresas de consultoria continuaram a apoiar o MIREME na elaboração do guião para a implementação da política, ora em finalização.

Quando confrontado com a coincidência entre o financiamento concedido pelo governo do Canadá ao MIREME e o facto de ter sido seleccionada uma empresa desse país para efectuar o estudo de base, uma das técnicas em desenvolvimento da embaixada informou-nos que a ajuda ao desenvolvimento do Canadá era “100% *untied aid*”¹⁰⁹ e, em contradição com a trajectória dessa consultoria, desde os procedimentos de contratação à implementação, referiu-se à rigidez que caracterizou o processo e a liderança do MIREME. No entanto, reconhece o carácter transversal da política e revela-nos que mais fundos de capacitação institucional serão concedidos ao ministério para garantir a sua implementação.

¹⁰⁹ Entrevista a Verónica, em Maputo, a 2 de Abril de 2015.

“Agora estamos numa fase de planificação para ver como é que vamos avançar com uma implementação, porque esta política é muito... como é que vou dizer...é muito cross-cutting, toca várias coisas e tem muitos stakeholders diferentes. Então, nós estamos a ver como o apoio à implementação havia de ser porque há uma parte que seria continuando a apoiar o MIREME em termos de capacitação, formação em volta da política, negociações com a comunidade, esse tipo de...se calhar ainda há a necessidade de criar mais ferramentas que possam ajudar na implementação.”¹¹⁰

Ainda no âmbito da implementação, presentemente a embaixada está a ponderar entre capacitar directamente o MIREME, ao abrigo dos projectos de capacitação institucional já existentes, ou criar um novo projecto que vise formar as comunidades nos processos de negociação em assuntos de desenvolvimento comunitário. Existe também uma possibilidade de a embaixada actuar nos dois sentidos, em simultâneo. Mas se prevalecer apenas a capacitação das comunidades o projecto será implementado por uma organização da sociedade civil seleccionada por concurso, transformando esta num pólo de ligação entre o MIREME e as comunidades. No entanto, a nossa informante reconhece que a política foi divulgada de forma limitada, apenas nos centros intelectuais e de negócios em Maputo, quando ela deverá ser implementada pela sociedade civil e as comunidades hospedeiras.

Para Verónica, a política de responsabilidade social define que os investimentos da empresa na área social devem ser feitos com base nos planos de desenvolvimento locais e isso permite estruturar melhor a planificação do sector privado e governo, de um lado, e reforça o poder das comunidades, por outro. Como forma de garantir a monitoria e avaliação as empresas são chamadas a apresentar relatórios anuais para permitir um maior acesso de informação do lado do governo e dos cidadãos em geral.

¹¹⁰ Ibidem.

Sobre capacitação institucional e consultoria ouvimos também um assessor de uma agência alemã de desenvolvimento afecto ao MIREME. Martin coordena um projecto de capacitação institucional com 4 pilares nomeadamente: capacitação do ministério em *networking* e políticas, suporte às administrações dos distritos no uso da percentagem de *royalties*¹¹¹ devolvidos às comunidades de extracção, Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva e finalmente diálogo público-privado. Sobre a política em análise neste texto o nosso interlocutor afirma que, não obstante ser fundamental que o país tenha uma política sobre responsabilidade social empresarial, não deve ser necessariamente o governo a regular a responsabilidade social das empresas, este deve preocupar-se com a monitoria.

“Para efeitos de regulação eu sou de opinião que se crie uma câmara de minas bem estruturada no país ou um conglomerado de empresas, funcional, que faça a auto-regulação do sector privado nessa área. Em Tete você tem a Vale e a Rio Tinto, agora ICVL, como as duas maiores companhias do local. Se existisse um fórum auto-regulador eles não duplicariam o trabalho porque trocariam ideias. No local você tem de ter um diálogo tripartido. Nas funções de monitoria os principais seriam a direcção provincial de recursos minerais e energia e a direcção provincial de finanças. E tem a sociedade civil para garantir que tudo o que está a ser feito corresponde às necessidades locais.”¹¹²

A ideia de concentrar a acção do governo apenas na monitoria é explicada pelo facto deste, não tendo capacidade nas duas, passar a limitar os esforços e investimento apenas numa área. Assim, o governo deve deixar de concentrar tudo. É nesta óptica que Martin argumenta ter grandes reservas no tocante à qualidade da política, dado o seu carácter bastante geral.

Portanto, talvez por causa das excessivas e desordenadas capacitações institucionais, a política negligencia as questões de orçamentação e até mesmo as questões de participação comunitária não são satisfatórias, faltando uma cadeia de efeito bem orientada. Por outro lado, Martin considera relevante que se clarifique o carácter desta política, se obrigatório ou

¹¹¹ Veja-se a secção anterior.

¹¹² Entrevista a Martin, em Maputo, a 1 de Março de 2015.

voluntário. A distinção inequívoca entre “investimento social” e “investimento local” constitui outro dos aspectos cruciais. Contudo, reconhece que esta confusão não ocorre só em Moçambique, trata-se de um problema global.

No seu entender, os problemas observados em Tete são complexos e têm raízes na fase da auscultação que avalia como tendo sido péssima, pois as empresas só falavam com os líderes informalmente, sem o acompanhamento do governo. E uma das possíveis soluções para futuros investimentos é apostar-se naquilo que chama de *treinamento para a coordenação social*. Ou seja, se uma empresa quer deslocar populações tem de primeiro educa-las sobre a nova organização à qual se terão de submeter. O histórico da empresa é outro dos factores determinantes na forma como lida com as comunidades em Tete. A Vale começou por ser uma empresa estatal e só há aproximadamente 20 anos é que deixou de sê-lo. Essa herança poderá estar a influenciar negativamente o modelo de gestão da empresa.

A descrição acima apresentada permite perceber que o mais recente *boom* dos recursos naturais reajustou os interesses e fluxos da ajuda dos doadores para este sector, colocando à disposição rendas providenciadas em forma de capacitação institucional para a indústria extractiva, incluindo a política de responsabilidade social empresarial. Não obstante, há o reconhecimento, por parte dos actores envolvidos, de que este instrumento está aquém do desejável e, sobretudo, suscita dúvidas sobre o seu potencial em resolver os problemas gerados pelas dinâmicas extractivas.

Com efeito, a proliferação de acções de capacitação para área da indústria extractiva sugere que o discurso da harmonização entre os doadores continua uma utopia, dado prevalecer

ainda o padrão de financiamento a projectos através dos quais cada actor externo quer exercer influência sobre o sector. Todo este panorama é confirmado pela análise de Andrews (2013) sobre a pouca eficácia das reformas institucionais em África. No caso de Moçambique o debate é muito mais antigo e uma das questões que desde os anos 1980 passou a dominar o debate sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento é a condicionalidade que caracteriza a relação entre doadores e receptores. A política de condicionalidade pode ser vista de duas maneiras: “hard core” e “pro forma”. A primeira pode ser definida como mudanças de política estipuladas como pré-requisito para a aprovação de, ou contínuo acesso a, financiamento ou assistência. Nesta óptica, o governo receptor não desenvolve voluntariamente as mudanças necessárias. A segunda refere-se a uma situação em que há acordos mútuos entre os doadores e receptores relativamente ao programa de ajuda. Em termos gerais, pode dizer-se que a condicionalidade é caracterizada pelo uso da influência financeira para a promoção dos objectivos do doador (Killick 1997).

Visto sob esta vertente, o autor acima citado coloca o problema de se saber até que ponto o doador pode desenhar contratos que incorporem gratificações consentâneas com o interesse dos governos receptores para concretizar os objectivos do doador. Acrescenta que a habilidade do doador em transformar suas intenções em realidade será determinada pela avaliação que o governo receptor fizer dos seus próprios interesses, onde serão pesados os custos e benefícios de executar uma agenda política emanada do exterior (Ibid.).

No caso do Governo de Moçambique tudo indica que estamos perante o conceito de condicionalidade “hard core”. Assim, a liderança olha como benefício a maximização e manutenção dos fluxos da ajuda. A questão que pode ser colocada aqui tem a ver com o fim último do uso dessa ajuda. Castel-Branco afirma que esta preferência pela maximização *“faz sentido como estratégia de sobrevivência política num contexto de pobreza generalizada e de*

acumulação primitiva de capital. [...] Para maximizar os fluxos de ajuda externa, o governo opta por mostrar liderança económica mas ocultar o ownership no debate e desenho de opções e políticas públicas ” (Castel-Branco 2011:19-20).

Esta “demissão” do GoM em discutir, confrontar e até questionar as políticas que os seus doadores julgam convenientes para o país, poderá estar relacionada com o argumento de Hodges e Tibana¹¹³, citados por De Renzio e Hanlon (2007), segundo o qual o reduzido sector privado, juntamente com práticas de patrocínio como ferramenta de sobrevivência política, resulta numa altamente concentrada e politicamente conectada elite, com pouco interesse em desenvolver e articular políticas alternativas. Neste caso, o executivo não aparece inspirado por uma real visão de desenvolvimento ou mesmo por objectivos estratégicos e prioridades enunciadas em documentos como o PARP(A).

A percepção destes autores remete-nos para a ideia de que em Moçambique a dependência da ajuda é desejável e que muitas das exigências e políticas dos doadores – condicionalismos – são recebidas e implementadas de forma acrítica, dado que o objectivo último não é transformar a estrutura e resolver os problemas de pobreza mas sim o uso da ajuda como forma de capitalizar oportunidades económicas internas e externas, associadas ao capital estrangeiro.

O parágrafo anterior é reforçado por Nuvunga (2008: 45) quando afirma que *“a ajuda externa representa uma potencial fonte de renda para os que controlam o governo, com efeitos adversos na*

¹¹³ Hodges, A e Roberto J. Tibana (2004) *Political Economy of the Budget in Mozambique*, mimeo, Oxford Policy Management (posteriormente publicado em português sob o título *A Economia Política do Orçamento em Moçambique, Princípios*, Maputo 2005).

*qualidade do sector público e na incidência da corrupção.” Este autor cita Knack¹¹⁴ referindo que *um sector privado fraco faz uma insignificante pressão no governo para estabelecer procedimentos e instituições transparentes. À medida que crescem as rendas para aqueles que controlam o governo, crescem também os recursos para a obtenção de influências políticas (Ibid.).**

Por outro lado, De Renzio e Halon (2007) sublinham que a natureza da relação ente o GoM e doadores é caracterizada por um ambiente em que a alta dependência da ajuda está relacionada com limitada pressão para responsabilidade por parte da sociedade civil, parlamento ou os *media*, por não terem força e capacidade técnica e, também, por serem recompensados por alinhar com as exigências dos doadores. Numa situação destas existem poucos incentivos para que a liderança política tome posições fortes contra as políticas dos doadores. Estes autores acrescentam que Moçambique perdeu qualquer interesse em questionar o paradigma de desenvolvimento predominante e está satisfeito em exercer o controlo de certas áreas marginais de gestão do processo de ajuda.

Para além da atmosfera em que a relação do GoM e seus parceiros de cooperação ocorre, outro aspecto relevante é a existência da ideia de que o programa da ajuda tem sido incapaz de confrontar um dos principais constrangimentos estruturais na provisão da ajuda, nomeadamente os diferentes níveis de eficiência institucional que os dois lados da parceria trazem consigo para a relação. Dito por outras palavras, os doadores e suas agências trabalham dentro de um contexto institucional bem equipado, enraizado e funcional que permite ao seu pessoal ser eficiente ao lidar com o GoM. Este último, continua a lutar para conseguir alcançar altos níveis de eficiência e, conseqüentemente, as dificuldades que o seu pessoal enfrenta para responder pronta e adequadamente às exigências da sua contraparte

¹¹⁴ Knack, S. 2000. *Aid Dependency and the Quality of Governance: a Cross-Country Empirical Analysis*. Washington DC: The World Bank.

poderão ser interpretadas como sinais de falta de comprometimento da sua parte (Macamo 2006).

Os conflitos e dificuldades acima referenciados poderão constituir alguns dos vários factores que explicam a percepção largamente generalizada de que Moçambique não possui um objectivo de desenvolvimento claro, à semelhança do que aconteceu nos primeiros anos da independência. Sobre esta questão, De Renzio e Halon (2007) afirmam que desde a adopção do modelo de mercado-livre, o país não conseguiu construir e levar avante o que se poderia chamar de projecto nacional, uma estratégia compreensiva baseada numa forte visão de futuras necessidades e prioridades políticas não ditadas por forças externas.

Ainda a respeito da ausência de uma agenda nacional, Nuvunga (2008) sublinha que *“a mentalidade de dependência de ajuda externa é tão elevada em Moçambique que acabou criando uma atitude de ‘deixa andar’ em relação à orientação política. Como resultado, as instituições domésticas oficiais governamentais não acreditam que eles podem mudar políticas fundamentais mesmo se o desejassem. O argumento é de que as instituições domésticas e os oficiais governamentais estão possivelmente a sentir que não têm alternativa nem tempo ou capacidade de desenvolver uma alternativa política bastante sólida para salvaguardar os contínuos fluxos de ajuda externa”* (Nuvunga, 2008: 51).

Esta aparente fraqueza da liderança moçambicana remete-nos para a noção de que *“Moçambique é altamente dependente da ajuda internacional de forma multidimensional, estrutural e dinâmica, nomeadamente no tocante às finanças, escolhas políticas, construção institucional, cultura de serviços cívicos e organizações da sociedade civil e mesmo no tocante ao desenvolvimento e dinâmicas das instituições políticas e da economia”* (Castel-Branco 2011b: 18).

No caso concreto da indústria extractiva Augé (2014) sugere a existência de uma disputa entre dois modelos de apoio ao MIREME. O primeiro é o modelo norueguês que incentiva a maximização das receitas da extracção dos recursos naturais através do *enforcement* das leis. O segundo modelo é o do Banco Mundial (BM) que em Março de 2013 aprovou um empréstimo de \$50 milhões para sete anos (em adição aos \$8.15 milhões do Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional) cujo objectivo prende-se com a acessoria ao GdM em todas as questões relacionadas com o sector mineiro e de hidrocarbonetos. Desse montante, \$11.5 milhões destinam-se exclusivamente ao desenvolvimento de capacidades ao nível do MIREME e empresas nacionais no sector do gás. Este financiamento do BM, o qual Moçambique só terá de pagar depois de várias décadas, promove uma ideologia muito diferente daquela introduzida pela Noruega, pois dá origem a diferentes versões de *expertise* no mesmo assunto. E acrescentando a isto, os noruegueses vêem as políticas do BM como promotoras dos interesses das companhias. Portanto, o Estado moçambicano terá de escolher entre um modelo que favorece o sector privado ou outro que defende a maximização das receitas do Estado.

Finalmente, dois aspectos podem ser ressaltados sobre a arquitectura da ajuda externa e a extracção mineira. A primeira prende-se com a evidência segundo a qual alguns doadores se encontram numa posição dúbia pois, se por um lado financiam capacitações institucionais e concedem empréstimo aos grandes projectos, por outro acabam por incorrer em conflitos de interesse quando esses mesmos países ou organizações estabelecem normas internacionais sobre a actuação dessas empresas. O segundo aspecto é reportado por Augé (2014) ao referir que os parceiros internacionais culpam o governo pelo desiderato do sector extractivo nacional, apontando as várias descoordenações sectoriais e as contradições que daí advêm. Os doadores reclamam que a informação não circula e os resultados de explorações são maliciosamente guardados por agentes públicas

empenhados em transformá-los em tesouros escondidos de modo a fazerem de si pessoas indispensáveis, o que atrasa a tomada de decisão tempestiva.

8. Conclusão da secção A.

A presente análise permitiu demonstrar que, por detrás do sentimento de abandono vivido pelas comunidades directamente afectadas pelos grandes projectos, existe o reconhecimento de que os agentes públicos se esforçam para resolver os problemas da população. Esta constatação sublinha a pertinência de conduzir uma investigação que opere a desagregação das estruturas de poder e dos órgãos do Estado, permitindo dessa forma evidenciar as interacções existentes entre indivíduos concretos e as populações. Acreditamos que só assim será possível chegar a uma maior compreensão sobre o funcionamento do Estado em contexto africano. Este é, alias, o argumento sustentado pela antropologia do Estado e pela literatura africana consagrada às burocracias de interface, segundo as quais, no processo de *edificação* do Estado, as pessoas constroem suas próprias imagens e símbolos que podem não convergir com as representações propostas pelas autoridades governantes.

Por outro lado, no que concerne à interacção entre as comunidades reassentadas e as empresas extractivas, o estudo revela que, apesar destas companhias seguirem os padrões internacionais na sua actuação social, as medidas implementadas não satisfazem as expectativas das populações, verificando-se um desfasamento entre as práticas internacionais e os contextos locais (Langa e Massingue 2014, Gilberthorpe e Banks 2012). É neste sentido que se explica a recorrência dos protestos populares em Cateme. Se, por um lado, tal contestação revela uma rejeição do modelo de extracção mineira adoptado em Moçambique, por outro, conduz ao reajustamento das formas de actuação das instituições que estruturam o sector extractivo, sem no entanto alterar o padrão de acumulação primitiva da elite capitalista nacional.

Ao prosseguir em sentido contrário aos seus objectivos a política de responsabilidade social acaba por desresponsabilizar as autoridades governamentais, colocando o ónus do desenvolvimento nas mãos destas empresas de capital global. Assim, a nossa pesquisa indica que até mesmo as acções sociais constituem uma forma de incentivo fiscal, na medida em que os encargos com a implementação dos planos de reassentamento, de desenvolvimento social e de gestão ambiental são dedutíveis para efeitos do cálculo da matéria colectável das empresas.

A resposta das autoridades locais e centrais aos problemas prevaletentes em Tete é reveladora de uma liderança hesitante e atravessada por contradições por parte do Estado. Com efeito, ainda que se observe um esforço no sentido da criação de plataformas de concertação entre as empresas e as autoridades distritais, o poder das companhias acaba por influenciar os processos de tomada de decisão. Na realidade são elas que determinam onde alocar os recursos consagrados às acções de responsabilidade social, apesar de limitadas pelos planos de desenvolvimento do distrito com os quais, supostamente, essas actividades devem estar em consonância. A governação central acredita que a acção política permite harmonizar a intervenção social da indústria extractiva, integrando-a na planificação do desenvolvimento do país. Com efeito, tudo passaria por fazer depender a garantia de licença de operar, a conceder às empresas, da satisfação dos interesses das comunidades hospedeiras. No entanto, os funcionários de topo reconhecem que tais pretensões se inserem num processo experimental a ser revisto num futuro próximo.

As conclusões reveladas na presente secção aconselham-nos a sugerir cautela na adopção de grelhas interpretativas pré-estabelecidas quando se analisa e qualifica o sector extractivo

e o Estado em Moçambique. De facto, muito para além de se associar a gestão estatal à ideia de fraqueza, de incapacidade e à manifestação de lógicas rendeiças, recorrentemente utilizadas na literatura, importa quanto a nós atender às contradições próprias ao processo de concepção de políticas públicas, à complexidade das lutas inter e intra-sectoriais e ainda à natureza do comprometimento e das motivações dos agentes do Estado.

Portanto, a adopção de políticas ineficientes poderá não significar necessariamente um compromisso deliberado no sentido da maximização de vantagens individuais ou de grupo. O crescente aumento de rendas no MIREME, disponibilizadas através do financiamento de acções de capacitação institucional por parte de doadores externos e apropriadas pelos funcionários deste sector através de *per diems*, constitui um factor conjuntural na medida em que os parceiros internacionais do país estão a reajustar os seus interesses para um maior enfoque no sector extractivo. As narrativas de falhanço e incapacidade coexistem com a emergência de experiências interessantes e relativamente bem-sucedidas de gestão do sector extractivo. O Instituto Nacional de Petróleos é um desses exemplos ilustrativos, indicando sinais de representar um caso de bolsa de eficiência.

A análise de conteúdo permite concluir que as manifestações de Cateme representam um dos vectores explicativos da criação da política de responsabilidade social empresarial, da promulgação do regulamento de reassentamento e das várias revisões operadas nos principais arranjos institucionais de gestão da indústria extractiva no país. Teoricamente, os diversos protestos populares em Moatize constituíram simultaneamente palco (ou *table*) e recurso negocial cujo efeito reverberatório acabou por gerar mudanças incrementais nos dispositivos legais do sector dos recursos naturais. A coincidência temporal e circunstancial

entre o momento posterior ao grande protesto de 10 de Janeiro de 2012 e a criação do regulamento de reassentamento, representa forte evidência da relação entre os dois momentos. Ademais, o próprio legislador reconhece esta relação de causa-efeito. Assim, a contestação popular transformou-se numa questão de política pública, do lado do Estado, e num factor de revisão das políticas de responsabilidade social por parte de empresas como a Vale Moçambique e a Rio Tinto.

No entanto, conforme discutido na secção consagrada à revisão de literatura sobre RSE, a confusão entre o engajamento social das empresas mineiras nos locais de extracção e a responsabilidade do Estado poderá estar relacionada com o crescente número de dispositivos internacionais criados com o objectivo de reduzir potenciais comportamentos *free rider* de empresas a operarem em contextos de Estados com limitadas capacidades financeiras e de infra-estruturas. No caso de Moçambique, a análise mostra que o Estado tende a empurrar as suas responsabilidades para as empresas em vez de, através do *enforcement* das leis fiscais, captar o máximo de receitas que permitam aumentar a sua capacidade de resposta aos problemas de economia política existentes. Assim, a política de responsabilidade social empresarial constitui uma duplicação do *espírito* de grande parte dos artigos consagrados no regulamento de reassentamento, questionando-se assim a sua pertinência sob o ponto de vista de desenvolvimento económico, no sentido de transformação estrutural.

Por conseguinte, e contrastando com a abordagem de Macamo (2011) que atribui uma influência limitada das manifestações no desenvolvimento, Bertelsen (2014) afirma que estas constituem uma forma de interagir com o Estado em situações de bloqueio ou

deficiente comunicação. Alguma literatura enquadra o fenómeno no surgimento de uma dinâmica de acção colectiva no país, enraizada na expressão da “frustração relativa” (De Brito et al. 2015, Chaimite 2014). Neste sentido, atendendo à longa história de resistência dos povos do Alto Zambeze¹¹⁵ e tomando de empréstimo duas expressões centrais na análise institucionalista histórica, os protestos de Cateme poderão significar uma *critical juncture*¹¹⁶, ou ponto de viragem, não sendo ainda clara a sua capacidade de gerar *positive feedbacks*¹¹⁷ a médio e longo prazos em termos de desenvolvimento alargado do país. Neste sentido, os protestos populares de Cateme não só geraram políticas públicas como também têm conquistado espaço como uma nova forma de diálogo político.

¹¹⁵ Veja-se neste capítulo a secção Tete, Província do Alto Zambeze, 2007-2014: a pertinência da leitura do contexto actual à luz de uma história de abertura, conflito e resistência de longa duração, página 69.

¹¹⁶ Pierson (1993, 2004).

¹¹⁷ Ibidem.

B. ANÁLISE COM BASE NO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Metodologias

Na presente secção procedemos com a análise estatística e confrontamos os seus resultados com a discussão apresentada na secção anterior, referente à análise de conteúdo. Para o efeito foi administrado nos reassentamentos de Cateme, Mualadzi e bairro 25 de Setembro, em Tete, um inquérito por questionário. A produção deste instrumento de colecta de dados foi realizada depois de uma aturada observação directa e leitura exploratória de diversos documentos e jornais que versam sobre a indústria extractiva em Moçambique. No entanto, o contexto caracterizado pela recente tensão político-militar entre as forças governamentais e as da Renamo, incluindo constante perseguição e violência policial sobre membros das comunidades que participam regularmente em protestos populares, tem gerado forte stresse na região de Moatize. Este factor determinou que optássemos por um questionário directo, abdicando da intensidade proporcionada por métodos como, por exemplo, a escala de likert.

Foram inquiridas 400 famílias, de um universo de aproximadamente 2044, mas apenas 306 observações foram validadas. Para a colecta de dados recorreu-se à amostragem aleatória que consistiu em, a partir da primeira casa identificada, deixar um intervalo de três residências até se encontrar a família seguinte, assim sucessivamente. Este procedimento garantiu a probabilidade de todas as famílias incluídas na amostra serem inquiridas, conforme atestam Frankfort-Nachmias e Nachmias (2008). Antes do inquérito foi ministrada uma formação de dois dias aos inquiridores e um teste piloto foi aplicado a 25 famílias, através do qual foi possível corrigir e acrescentar questões. Os dados foram submetidos a tratamento do tipo *Structural Equation Modeling* (SEM), concretamente na modalidade de análise factorial confirmatória (AFC), através do STATA 14. As variáveis

latentes são responsabilidade social empresarial (RSE), protestos populares, arranjos institucionais, inclusão social e desenvolvimento local. De acordo com Acock (2013) o SEM oferece a possibilidade de utilizar indicadores múltiplos de cada variável latente e isolar medidas de erro, o que garante o seu poder preditivo.

Por conseguinte, a aplicação de variáveis binárias ao SEM resulta num modelo restritivo, cuja operacionalização está enquadrada no conceito de *threshold*. De facto, por detrás desta noção subjaz a ideia de que se houver uma variável contínua não observada que determina o valor da variável binária observada, então a variável contínua pode ser considerada uma propensão para a qual o valor observado poderá ser igual a 1, se certo valor na variável contínua foi excedido. Apesar de muitas variáveis binárias poderem ser vistas desta forma, a variável contínua subjacente não precisa de ser teorizada para ser aplicada no modelo estatístico. A ideia de *threshold* constitui apenas uma ferramenta conceptual. Trata-se de uma ferramenta muitas vezes usada para explicar regressões probit e modelos lineares generalizados mas também pode ser vista de forma análoga para regressões logísticas. Assim, o conceito é também usado em análise de correlações, sendo que a dicotomização de variáveis contínuas resulta na atenuação do coeficiente de correlação em comparação com um valor obtido de uma variável que não tenha sofrido dicotomização (Newsom 2015).

Contudo, na aplicação de variáveis binárias ou ordinais ao SEM não é apropriado utilizar o método de estimação regular *Maximum Likelihood* (ML), normalmente utilizado para variáveis contínuas, o que requer uma forma de estimação especial. Existem, portanto, duas abordagens comumente utilizadas para variáveis binárias, nomeadamente a *Marginal*

Maximum Likelihood (MML) e *Weighted Least Squares* (WLS). O primeiro método (MML) assenta na função de ligação logit e tem sido muitas vezes utilizado em estudos de testes e medição no contexto da abordagem *Item Response Theory* (ITR) do que em abordagens gerais do SEM. O segundo método (WLS), na literatura do SEM também conhecido por *Asymptotic Distribution Free* (ADF) ou *Arbitrary Generalized Least Squares* (AGLS), pesa de forma diferente os resíduos derivados das matrizes de covariâncias obtidas. Uma das grandes vantagens desta estratégia de estimação é que oferece melhor informação sobre o erro, qui-quadrado e disponibilidade de vários índices de ajuste (Ibidem). É considerando as vantagens referidas que o SEM aqui proposto foi estimado com base neste segundo método, ADF.

De facto, a utilização do SEM¹¹⁸ nas análises sobre responsabilidades social empresarial das indústrias extractivas tem vindo a ganhar grande importância. Por exemplo, Moffat e Zhang (2014), através de uma *path analyses*, demonstram que a construção de confiança com as comunidades locais tem sido crucial para que as companhias mineiras australianas obtenham, e mantenham, a sua licença para operar. Outro estudo interessante produzido com recurso aos instrumentos de mensuração do SEM é o de Martín et al. (2014) que usa análise factorial confirmatória para desenvolver uma medida que capta a imagem das empresas do sector mineiro junto da sociedade. Com a produção desta escala os autores pretendem resolver os problemas de comunicação que acabam por danificar a imagem das empresas. No entanto, o presente trabalho apresenta-se como pioneiro na aplicação de variáveis binárias ao SEM, para a análise da actuação social de companhias extractivas.

¹¹⁸ Sobre a aplicação do SEM noutras áreas, incluindo aspectos metodológicos, veja-se Rakos et al. (2015), Garcia et al. (2011), Iacobucci (2010), Ullman (2006), Peacher (2006).

2. Definição de conceitos (variáveis latentes)

- Protestos populares ou manifestações podem ser vistos como contestação e uma forma de crítica social (Macamo 2011) através da qual grupos de pessoas ou comunidades expressam o seu descontentamento perante resultados negativos de políticas públicas ou actuação do executivo no geral. De acordo com Bertelsen (2014), os protestos populares podem ganhar a forma de greves e estratégias multisêmicas. Os protestos populares contra o sector mineiro são caracterizados por marchas nas quais os manifestantes podem até exigir a suspensão das actividades mineiras (Warnaars 2012), revoltas e distúrbios, incluindo confrontação com as forças policiais (Gardner 2012). Em Tete os protestos tomaram a forma de bloqueios: colocação de troncos e pedregulhos para impedir a circulação dos comboios das empresas mineiras, bloqueio à entrada dos escritórios das empresas mineradoras (com foi o caso da Carbomoc, onde funciona a Vale Moçambique) e das vias de acesso às minas, motins nos reassentamentos de Cateme e Mualadzi. Portanto, para a variável latente protestos populares são considerados os seguintes indicadores: participação em manifestações, percepção sobre os resultados socioeconómicos desses protestos e propensão para participar em futuras manifestações.
- Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é largamente definida como um método de gestão empresarial no qual estão integradas, como estratégia de harmonização de lucratividade, (forma tradicional de olhar para o negócio) os aspectos sociais e acção ambiental [visão sustentável do desenvolvimento] ” (Vintro e Comajuncosa 2010, 32), implementado como resposta às exigências dos principais actores envolvidos (Warnaars 2012). Blowfield e Frynas (2005) referem que o conceito de RSE não é homogéneo nem coerente tendo a sua utilização se tornado tão lata ao ponto de permitir que as pessoas a interpretem e adoptem para muitos e deferentes propósitos. Esta ambiguidade restringe a sua utilidade tanto analítica quanto como guia para decisores políticos. No entanto, Luning (2012) refere que RSE pode, por exemplo, ser definida como consistindo em projectos de construção de escolas ou melhoramento de modos de vida. Por seu turno, Crowson (2009) define-a como a capacidade de uma companhia comportar-se de forma ética, minimizando o seu impacto ambiental, definido da forma mais alargada possível, e

tendo em conta os interesses de longo prazo e o bem-estar dos seus trabalhadores, compradores e a comunidade em geral na qual opera. Em Moçambique a intervenção social das empresas mineradoras é norteada pela política de responsabilidade social empresarial para a indústria extractiva (Resolução nº 21/2014), lançada pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia. A política ancora na ISO 26000 da Organização Internacional de Normalização. Para medir a presente variável latente são utilizados três indicadores de responsabilidade social, nomeadamente emprego, formação profissional e acesso a programas de desenvolvimento social.

- Arranjos Institucionais – são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos idealizados que estruturam a interacção humana. Os arranjos institucionais são enquadrados pela ordem constitucional e estabelecidos através da interacção humana ou colectiva, constituindo os instrumentos que governam as relações numa sociedade. As instituições são compostas por normas formais e informais (North 1990). Portanto, para medir a eficácia dos arranjos institucionais do sector mineiro são considerados também três indicadores: percepção sobre o impacto das leis do sector mineiro no desenvolvimento comunitário, a influência das políticas do sector mineiro na vida das pessoas afectadas e o conhecimento sobre transferências de parte das receitas da mineração para o desenvolvimento comunitário.
- Desenvolvimento Local ou comunitário é definido pelas companhias mineiras como actividades estratégicas concebidas para melhorar as condições sociais e económicas das comunidades hospedeiras. Estas acções vão desde o provimento do acesso à saúde e nutrição, educação, desporto e cultura e actividades de geração de rendimento, incluindo serviços agrários, infra-estruturas de marketing e desenvolvimento da pecuária (KPMG 2010, Vale Moçambique 2013). Deste modo, cinco indicadores compõem a nossa variável latente: (1) percepção sobre a influência das actividades das empresas no desenvolvimento da comunidade, (2) situação socioeconómica: pobre, (3) situação socioeconómica: melhor do que antes, (4) percepção sobre a influência da actividade mineiro nos membros individuais da

comunidade, e (5) percepção acerca da riqueza impulsionada pela actividade mineira na comunidade.

- Inclusão Social é pelo Banco Mundial (2013) definido como o processo de melhoramento das condições individuais e de grupo para que estas tomem parte da sociedade. Através dos programas e políticas que visam aumentar a inclusão social procura-se conferir poder às pessoas pobres e marginalizadas para que estas tirem vantagens das oportunidades disponíveis a nível global. Assegura-se que as pessoas tenham uma voz nas decisões que afectam as suas vidas e que beneficiem igualmente do acesso aos mercados, serviços e espaços físicos sociais e políticos. Pelo que os indicadores que reflectem a inclusão social nesta variável latente são: (1) acesso a escola, postos de saúde e policial, (2) percepção sobre a disponibilidade de canais de comunicação, (3) Conhecimento acerca de qualquer tipo de mecanismo de resolução de problemas na comunidade, e (4) a influência das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) na defesa dos interesses das comunidades afectadas.

3. Hipótese testada

A extracção mineira em Tete tem sido acompanhada por um persistente empobrecimento, a médio prazo, das famílias directamente afectadas. Diante de tal desiderato, e devido às lógicas *top-down* do governo e das empresas, as comunidades reassentadas vêm-se na contingência de recorrer a protestos populares como forma de negociar melhores condições de vida. Estas manifestações, cujos intentos prendem-se com a satisfação de necessidades básicas humanas, acabam por gerar reajustes ao nível das políticas do sector mineiro.

4. Frequências das variáveis

4.1. Percepções sobre o deslocamento

PERCEPÇÕES SOBRE O DESLOCAMENTO (REASSENTAMENTO)					
Nome da Variável	Frequência		Porcentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Gosta do novo local?	59	247	19.3	80.7	306
Está contente com a casa?	69	237	22.5	77.5	306
Acesso fácil ao posto de saúde, policial e escola	23	283	7.5	92.5	306
Recebi uma casa melhor	3	303	1.0	99.0	306
Estou longe das instituições do Estado	3	303	1.0	99.0	306
Estou longe dos mercados	45	261	14.7	85.3	306
Sou obrigado a aprender nova forma de ganhar a vida	96	210	31.4	68.6	306
Minha situação financeira ficou pior	193	113	63.1	36.9	306
A casa que me deram é pior que a antiga	24	282	7.8	92.2	306
Já usou o posto de saúde local?	291	15	95.1	4.9	306
Já usou o posto policial local?	65	241	21.2	78.8	306
Usa ou já usou a escola local?	210	96	68.6	38.4	306

4.2. Abrangência dos programas de desenvolvimento social

ABRANGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
Nome da Variável	Frequência		Porcentagem		Total de Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Beneficia de algum programa?	37	269	12.1	87.9	306
Avicultura	33	273	10.8	89.2	306
Hortícolas	1	305	0.3	99.7	306
Fomento Pecuário	-	306	-	100	306
Fruteiras	2	304	0.7	99.3	306
IMPACTO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
Nome da Variável	Frequência		Porcentagem		Total de Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Estes projectos melhoram a vida?	38	268	12.4	87.6	306
As actividades das empresas ajudam a desenvolver a comunidade?	29	277	9.5	90.5	306

4.3. Formações e emprego nas comunidades locais

FORMAÇÕES E EMPREGO NAS COMUNIDADES LOCAIS					
Nome da Variável	Frequência		Percentagem		Total de Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Beneficiou de alguma formação	9	297	2.9	97.1	306
Operador de máquinas	6	300	2.0	98.0	306
Corte e costura	2	304	0.7	99.3	306
Possui emprego em alguma mineradora local?	17	289	5.6	94.4	306
Possui algum familiar que trabalha em alguma mineradora local?	26	280	8.5	91.5	306

4.4. Canais de comunicação a nível local

CANAIS DE COMUNICAÇÃO A NÍVEL LOCAL					
Nome da Variável	Frequência		Percentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Há canais de comunicação para resolução dos problemas da comunidade?	91	215	29.7	70.3	306
Conhece algum canal de comunicação da comunidade?	239	67	78.1	21.9	306
Mecanismo de Resolução de Conflitos (MRC): Tribunal comunitário	80	226	26.1	73.9	306
MRC: Polícia comunitária	67	239	21.9	78.1	306
MRC: Secretário do bairro	98	208	32.0	68.0	306
MRC: Assembleia de anciãos	6	300	2.0	98.0	306
MRC: Líder comunitário	4	302	1.3	98.7	306
Alguma vez recorreu a assistentes comunitários da Vale ou Rio Tinto?	78	228	25.5	74.5	306

4.5. Figuras mais interventivas

PERCEPÇÕES SOBRE FIGURAS INTERVENTIVAS E PARTICIPAÇÃO AO NÍVEL LOCAL					
Nome da Variável	Frequência		Percentagem		Total de Observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Administrador	65	241	21.2	78.8	306
Chefe de Localidade	33	273	10.8	89.2	306
Líder Comunitário	158	148	51.6	48.4	306
Secretário do Bairro	67	238	21.9	78.1	306

Governador	104	202	34.0	66.0	306
Dir. Prov. Recursos Minerais e Energia	4	302	1.3	98.7	306
ONG's Provinçiais	24	282	7.8	92.2	306
Já presenciou algum encontro dirigido por estas personalidades ou entidades?	155	151	50.7	49.3	306
Sente-se incluído no processo de tomada de decisão	19	287	6.2	93.8	306
Sente que o governo defende os interesses da comunidade?	14	292	4.6	95.4	306

4.6. Actuação do governo

PERCEPÇÃO SOBRE AS ACTUAÇÕES DO GOVERNO LOCAL E PROVINCIAL				
	Frequência		Percentagem	Total de observações
Péssimo	53		17.2	306
Medíocre	189		61.8	306
Suficiente	51		16.7	306
Bom	11		3.6	306
Excelente	2		0.7	306

4.7. Percepção sobre mineração e desenvolvimento

PERCEPÇÕES SOBRE MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO					
Nome da Variável	Frequência		Percentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Acha que a mineração ajuda a desenvolver o país?	66	240	21.6	78.4	306
Acha que o governo defende o país nas questões sobre a mineração?	41	265	13.4	86.6	306
Acha que o governo defende os interesses da comunidade em que vive?	14	292	4.6	95.4	306
Acha que a mineração cria riqueza na comunidade?	8	298	2.6	97.4	306
Acha que as políticas do sector da mineração estão a ajudar a melhorar a vida das comunidades?	5	301	1.6	98.4	306
Acha que as leis produzidas para a indústria extractiva acautelam as questões de desenvolvimento comunitário?	16	290	5.2	94.8	306
Sabia que por lei uma parte das receitas da	17	289	5.6	94.4	306

indústria extractiva devem ser canalizadas às comunidades hospedeiras					
Acha que essas receitas são aplicadas nessas comunidades?	-	306	-	100	306
Já ouvir falar de responsabilidade social empresarial das indústrias extractivas?	14	292	4.6	95.4	306

4.8. Percepções sobre actuais condições de vida

PERCEPÇÕES SOBRE ACTUAIS CONDIÇÕES DE VIDA					
Nome da Variável	Frequência		Percentagem		
Muito pobre	162		52.9		
Pobre	131		42.8		
Melhor do que antes	5		1.6		
Muito Melhor do que antes	1		0.3		
Outro	7		2.4		
Total de observações	306				
INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA					
Nome da variável	Frequência		Percentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Bicicletas ou motorizadas	164	142	53.6	46.4	306
Rádio	143	163	46.7	53.3	306
TV ou Geleira	93	213	30.4	69.6	306

4.9. Associativismo e formas locais de renegociação de condições de vida

ASSOCIATIVISMO					
Nome da variável	Frequência		Percentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Faz parte de alguma associação ou grupo	35	271	11.4	88.6	306
Grupo de poupança	8	298	2.6	97.4	306
Associação de camponeses	10	296	3.3	96.7	306
Associação de avicultores	6	300	2.0	98.0	306
Comissão de reassentamento	4	302	1.3	98.7	306
FORMAS LOCAIS DE RENEGOCIAÇÃO DE LIVELIHOODS					
Nome da variável	Frequência		Percentagem		Total de observações
	Sim	Não	Sim	Não	
Participo em alguma manifestação?	135	171	44.1	55.9	306
Depois da manifestação as condições de vida melhoraram?	34	272	11.1	88.9	306

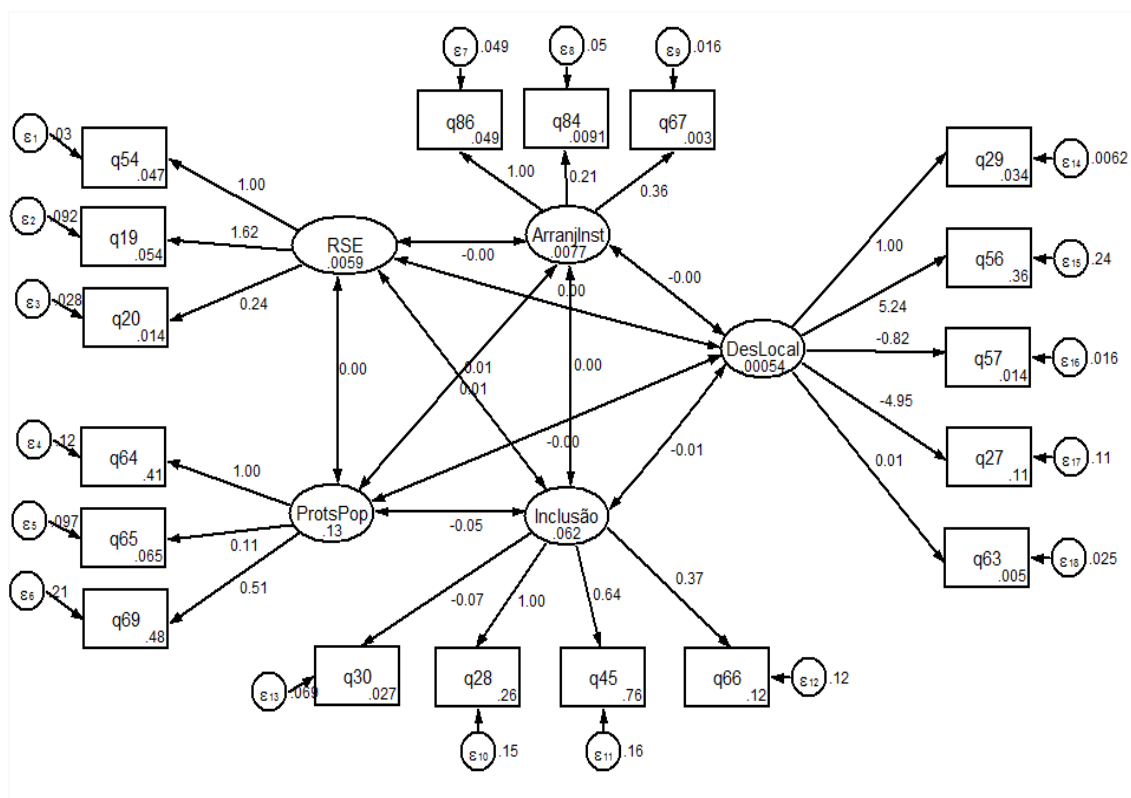
Se o convidarem a participar de uma manifestação vai aceitar?	151	155	49.3	50.7	306
---	-----	-----	------	------	-----

5. Primeiro Modelo: SEM (Análise Factorial Confirmatória)

5.1. Variáveis e suas designações

Variável	Designação
q19	Beneficia de algum tipo de projecto de desenvolvimento social oferecido pelas companhias mineiras (nomeadamente Vale Moçambique ou Rio Tinto)?
q20	Beneficiou de alguma formação realizada pela companhia que o reassentou?
q27	Acha que estes projectos ou programas melhoram a vida?
q28	Acha que existem canais de comunicação para a resolução dos problemas da comunidade?
q29	Acha que a actividade da empresa ajuda a comunidade a desenvolver?
q30	Passa a ter acesso fácil a escola, posto de saúde e polícia.
q45	Conhece algum mecanismo de resolução de conflitos na comunidade?
q54	Possui emprego em alguma mineradora?
q56	Situação socioeconómica: Pobre
q57	Situação socioeconómica: Melhor que antes
q63	Acha que a mineração ajuda a criar riqueza na comunidade?
q64	Participou em algum protesto popular?
q65	Depois dos protestos a vida melhorou?
q66	Acha que as OSC dão voz aos problemas dos reassentados?
q67	Acha que as políticas do sector mineiro estão a melhorar a vida das pessoas afectadas?
q69	Se o convidarem a participar de um protesto popular vai aceitar?
q84	Acha que as leis produzidas para a indústria extractiva acautelam as questões de desenvolvimento das comunidades?
q86	Sabia que por lei uma parte das receitas da indústria extractiva deve ser canalizada para o distrito onde a extracção ocorre?

5.2. O modelo (Análise Factorial Confirmatória)



5.3. Tabela de resultados (não standardizados)

Measurement	Coef.	Std. Err.	Z	P> z	[95% Conf. Interval]
q54 <- RSE	1(constrained)				
Const.	.0470239	.0104483	4.50	0.000	.0265457 .0675021
q19 <- RSE	1.6168	.9547373	1.69	0.090	-.2544504 3.488051
Const.	.0542665	.0132193	4.11	0.000	.0283572 .0801758
q20<- RSE	.2412986	.1767139	1.37	0.172	-.1050543 .5876514
Const.	.013849	.0072502	1.91	0.056	-.0003611 .028059
q64 <- Protestos Populares	1(constrained)				
Const.	.4099709	.0243448	16.84	0.000	.362256 .4576857
q65 <- Protestos Populares	.1147472	.058327	1.97	0.049	.0004284 .229066
Const.	.0650413	.0134936	4.82	0.000	.0385944 .0914882
q69 <-Protestos Populares	.5143566	.1725633	2.98	0.003	.1761388 .8525743
Const.	.4763686	.0246851	19.30	0.000	.4279867 .5247504
q28<-Inclusão	1(constrained)				
Const.	.2561462	.023929	10.70	0.000	.2092463 .3030461
q45<-Inclusão	.6444925	.1583679	4.07	0.000	.3340971 .9548878
Const.	.7572409	.0219709	34.47	0.000	.7141787 .8003032

q66<-Inclusão	.375	.0997458	3.76	0.000	.1795017	.5704983
Const.	.1212829	.0164866	7.36	0.000	.0889698	.153596
q30<-Inclusão	-.0693792	.0455057	-1.52	0.127	-.1585688	.0198104
Const.	.0271021	.0087873	3.08	0.002	.0098793	.044325
q86<- Arranjos Institucionais	1(constrained)					
Const.	.0494694	.0107189	4.62	0.000	.0284608	.070478
q84 <- Arranjos Institucionais	.2061387	.2148954	0.96	0.337	-.2150485	.6273258
Const.	.0090663	.0066156	1.37	0.171	-.0038999	.0220326
q67 <- Arranjos Institucionais	.3585573	.3119126	1.15	0.250	-.2527802	.9698949
Const.	.0029805	.0042316	0.70	0.481	-.0053132	.0112742
q29 <- Desenvolvimento Local	1(constrained)					
Const.	.0340047	.0106731	3.19	0.001	.0130859	.0549235
q56 <- Local Development	5.237652	2.704273	1.94	0.053	-.0626251	10.53793
Const.	.3638027	.025553	14.24	0.000	.3137198	.4138857
q57 <- Local Development	-.8247018	1.099697	-0.75	0.453	-2.980069	1.330665
Const.	.014422	.0049523	2.91	0.004	.0047156	.0241284
q27 <- Desenvolvimento Local	-4.945241	2.614711	-1.89	0.059	-10.06998	.1794995
Const.	.1074186	.0173782	6.18	0.000	.073358	.1414791
q63 <- Desenvolvimento Local	.0053303	.3359995	0.02	0.987	-.6532166	.6638773
Const.	.0049502	.0063444	0.78	0.435	-.0074845	.0173849
var(e.q54)	.0303019					
var(e.q19)	.0923163					
var(e.q20)	.0275017					
var(e.q64)	.1195205					
var(e.q65)	.0967322					
var(e.q69)	.2126469					
var(e.q28)	.1498952					
var(e.q45)	.164786					
var(e.q66)	.1221229					
var(e.q30)	.069189					
var(e.q86)	.049327					
var(e.q84)	.0495345					
var(e.q67)	.0159515					
var(e.q29)	.0061507					
var(e.q56)	.2407147					
var(e.q57)	.0156082					
var(e.q27)	.1084493					
var(e.q63)	.0251417					
var(RSE)	.0058633	.0050625			.0010794	.0318482
var(ProtsPop)	.1250157	.0405209			.0662319	.2359727
var(Inclusão)	.0618148	.0176562			.0353152	.1081987
Var(ArranjInst)	.0076694	.0130575			.0002726	.2157609
Var(DesLocal)	.0005358	.00059			.0000619	.0046376
cov(RSE,ProtsPop)	.002603	.0034961	0.74	0.457	-.0042492	.094552
cov(RSE,Inclusão)	.0071865	.0034272	2.10	0.036	.0004693	.0139038
cov(RSE,ArranjInst)	-.0018527	.0012246	-1.51	0.130	-.004253	.0005475
cov(RSE,DesLocal)	.00009	.0003605	0.25	0.803	-.0006165	.007965
cov(ProtsPop,Inclusão)	-.0450683	.0101899	-4.42	0.000	-.0650401	-.0250965
cov(ProtsPop, ArranjInst)	.0116684	.0053892	2.17	0.030	.0011058	.022231

cov(ProtsPop,DesLocal)	-.0004104	.0014436	-0.28	0.776	-.0032398	.0024189
cov(Inclusão,ArranjInst)	.0046617	.0026868	1.74	0.083	-.0006044	.0099279
cov(Inclusão,DesLocal)	-.0080189	.0042144	-1.90	0.057	-.016279	.0002413
cov(ArranjInst,DesLocal)	-.0013998	.000987	-1.42	0.156	-.0033344	.0005347
Structural Equation Modeling						
Number of Obs. = 306						
Estimation Method = ADF						
Discrepancy = .40529281						
chi2_bs(153) = 365.606, P > chi2 = 0.000						

5.4. Discussão dos resultados da análise factorial confirmatória

Os resultados do primeiro modelo (SEM) reforçam a centralidade da principal hipótese desta análise, mostrando covariância entre a responsabilidade social empresarial das empresas extractivas e os protestos populares (0.74). De facto, embora na fase de instalação as empresas tenham providenciado algum emprego ao nível local, actualmente verifica-se um desemprego generalizado nos reassentamentos e, em muitos casos, as formações profissionais oferecidas pela Vale Moçambique e Rio Tinto não se têm traduzido em absorção dessa força de trabalho pelas empresas nem em auto-emprego. A este elemento acresce-se a fraca presença de pequenas e médias empresas ligadas aos projectos e com capacidade de gerar efeitos multiplicadores (Massingue e Muianga 2013, Castel-Branco 2010 e 2015, Langa e Mandlate 2013). Por outro lado, as incertezas relativamente a projectos de desenvolvimento social como avicultura, fomento pecuário e horticultura e, sobretudo, a sua limitada abrangência propiciam a insatisfação das comunidades deslocadas, o que aumenta a sua propensão para protestar contra o que compreendem ser condições sociais sub-óptimas.

Curiosamente, o modelo mostra efeito de causalidade entre RSE e inclusão social (2.10), podendo tal significar que a actuação social das empresas aumenta o acesso a infra-estruturas de apoio como escola, posto de saúde e policial. Adicionalmente, a RSE parece incrementar o conhecimento e acesso aos mecanismos de resolução de conflitos na comunidade. Além disso, a RSE afecta positivamente as organizações da sociedade civil locais. Contudo, não deixaríamos de referir que este resultado é contra-intuitivo, dado o papel marginal das OSC's na gestão e monitoria dos projectos sociais das empresas extractivas. No que concerne ao acesso às infra-estruturas de educação, saúde e polícia, essa disponibilização não é acompanhada pelo equivalente serviço de qualidade, sendo que, com a excepção das escolas, os postos de saúde são por muitos apontados como não dispendo de medicamentos nem de pessoal técnico em número suficiente (Mosca e Selemene 2012,

Selemane 2009, 2013). O mesmo cenário observa-se no caso dos postos policiais pois estes não dispõem de meios para desenvolverem o seu trabalho, o que os obriga a recorrer ao limitado apoio de estruturas informais como a polícia comunitária, disponível apenas em algumas comunidades.

Todavia, os resultados do SEM indicam forte influência dos protestos populares nos arranjos institucionais do sector mineiro (2.17), o que confirma a hipótese central do presente trabalho. Através da análise de conteúdo oferecida na secção anterior demonstramos como os protestos populares não só permitiram melhorias relativas, e numa extensão limitada, das condições de vida das famílias deslocadas pela Vale Moçambique e Rio Tinto, mas também geraram um intenso debate ao nível do executivo, culminando com revisões e criação de novos dispositivos legais e políticos. Surpreendentemente, e longe do que se podia esperar, tudo indica que os protestos populares não exercem nenhum efeito sobre a inclusão social (-4.42). Contudo, parte da resposta para esta falta de causalidade poderá ser explicada pelo facto de os indicadores de inclusão social não constituírem o objecto directo por detrás do descontentamento generalizado. Outra explicação possível poderá estar relacionada com o facto de muitos destes mecanismos de inclusão já estarem presente antes do *boom* dos recursos naturais e da chegada das mineradoras a Tete.

Não obstante, as variáveis latentes inclusão social e arranjos institucionais apresentam covariância (1.74), mostrando a relevância dos mecanismos de concertação social da comunidade na canalização do fluxo de informação passível de influenciar os processos de concepção e implementação de políticas públicas ao nível central. Apesar disso, e estranhamente, os resultados indicam que as fórmulas de inclusão social disponíveis na comunidade não exercem influência sobre as iniciativas de desenvolvimento local das empresas (1.90). O mesmo sucede com as variáveis latentes arranjos institucionais e desenvolvimento local pois estas não apresentam nenhuma relação de causalidade (-1.42). De facto, esta análise mostra o quão complexa são as dinâmicas de investimento social das empresas, políticas públicas e protestos populares, ressaltando-se o carácter emergente da gestão da extracção mineira no país.

Estes resultados são consistentes com a discussão relativa à eficácia das políticas públicas e desenvolvimento em Moçambique, na qual autores como Macuana (2012) argumentam não haver, por parte do executivo, acumulação de conhecimento através de redes de políticas

no âmbito do PARP. Este raciocínio é secundado por Castel-Branco e Mandlate (2012) ao enfatizarem o facto de o PARP não informar nem ser informado pelas dinâmicas extractivas nacionais. Assim, embora os arranjos institucionais do sector mineiro sejam afectados pelos protestos, no entanto, porque desligados de outros instrumentos de planificação e governação, acabam por ter impacto limitado (Muianga 2012) na produção de respostas efectivos em matérias de desenvolvimento alargado e de longo prazo.

Refira-se que a presente análise distancia-se da corrente de autores que defendem o carácter limitado das manifestações populares (Macamo 2011), ancorando no fundamento segundo o qual elas não representam uma forma efectiva de debate político na esfera pública e, consequentemente, sem influência no desenvolvimento da democracia. Efectivamente, esta não é a perspectiva defendida na presente tese, pois através do SEM foi plausivelmente demonstrada a primazia das manifestações no debate sobre políticas públicas sectoriais, confirmando-se inclusive intuições outrora levantadas por institucionalistas históricos como Pierson (2004). De facto, os nossos resultados indicam a existência de relações causais entre RSE, protestos populares e a criação de dispositivos legais como o regulamento de reassentamento (Decreto nº31/2012) e a política de responsabilidade social empresarial (Resolução nº 21/2014).

6. Segundo modelo: regressões bivariadas

6.1. Variáveis e suas designações

Variável	Designação
q4	Situação profissional
q11	Fonte de sustento: Pedreiro
q12	Fonte de Sustento: pequenos biscates
q16	Assalariado
q36	A casa que me foi atribuída é pior que a antiga.
q37	Acha que a mineração ajuda a desenvolver o país?
q38	Acha que o governo defende os interesses do país na mineração?
q39	Acha que o governo defende os interesses da comunidade em que vive?
q45	Conhece algum Mecanismo de Resolução de Conflitos (MRC) na comunidade?
q46	MRC: Tribunal comunitário
q47	MRC: Polícia comunitária
q48	MRC: Secretário do bairro
q49	MRC: Assembleia de anciãos
q52	Já usou o posto policial local?
q53	Já usou ou usa a escola local?
q64	Participou em algum protesto popular?
q68	Já ouviu falar de responsabilidade social das empresas extractivas?
q69	Se o convidarem a participar de uma manifestação vai aceitar?
q72	Desempenho do governo: Suficiente.
q75	Alguma vez recorreu a um assistente comunitário da Vale ou rio Tinto?
q76	Autoridade pública mais interventiva: Administrador.
q79	Reuniões com autoridades locais : Secretário do bairro.
q80	Autoridade pública mais interventiva: Governador.
q85	Possui algum familiar que trabalha na Vale Moçambique ou Rio Tinto.

6.2. Estatística descritiva

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
q4	306	.0555556	.2294366	0	1
q11	306	.0196078	.1388755	0	1
q12	306	.1013072	.3022293	0	1
q16	306	.0620915	.241717	0	1
q36	306	.0784314	.2692896	0	1
q37	306	.2156863	.4119713	0	1
q38	306	.1339869	.3411962	0	1
q39	306	.0457516	.2092882	0	1
q45	306	.7810458	.4142149	0	1
q46	306	.2614379	.4401377	0	1
q47	306	.2189542	.4142149	0	1
q48	306	.3202614	.4673412	0	1
q49	306	.0196078	.1388755	0	1
q52	306	.2124183	.4096892	0	1
q53	306	.6862745	.4647663	0	1
q64	306	.4411765	.497341	0	1
q68	306	.0457516	.2092882	0	1

q69	306	.4934641	.5007762	0	1
q72	306	.1732026	.3790422	0	1
q75	306	.254902	.4365199	0	1
q76	306	.2124183	.4096892	0	1
q79	306	.2189542	.4142149	0	1
q80	306	.3398693	.4744405	0	1
q85	306	.0849673	.2792898	0	1

6.3. Regressões bivariadas

VARIÁVEIS	RESULTADOS (q69)	RESULTADOS (q38)
q4	5.863472 (0.01)	.9151591 (0.20)
q11	.4186342 (0.64)	-.9485017 (-1.14)
q12	.0798313 (0.28)	-2.336405 (-2.96)
q16	-5.077177 (-0.01)	-.2662341 (-0.06)
q36	-.1124329 (-0.33)	1.36681 (2.34)
q37	-.171956 (-0.77)	1.620345 (4.67)
q39	-.4514615 (-0.97)	3.10204 (4.18)
q45	-.796291 (-2.51)	-.8615664 (-1.55)
q46	-.0174083 (-0.07)	-.0373615 (-0.06)
q48	.693292 (2.29)	.6497082 (1.12)
q52	-.1794778 (-0.85)	.3708005 (0.90)
q47	.5477599 (2.25)	-1.51541 (-1.67)
q49	.2290489 (0.39)	2.576887 (2.06)
q53	.1120394 (0.56)	.4807414 (1.11)
q64	.4489832 (2.63)	-.0904298 (-0.25)
q68	1.092484 (2.39)	-1.1485 (-0.69)
q72	.327487 (1.36)	.2553131 (0.63)
q75	.1795877 (0.88)	.4709224 (1.26)
q76	.369508 (1.67)	.6309919 (1.72)
q79	.4355103 (1.84)	-1.404095 (-1.66)
q80	-.1584877 (-0.82)	-.4488563 (-0.93)
q85	.6375216 (2.12)	.5171859 (1.08)
Constante	-2.2789001 (-0.96)	-2.199655 (-3.57)
Athrho		-.0576874 (-0.27)

Bivariate Probit Regression	
Número de Observações = 306	
LR test of rho=0: chi2(1) = .075449	Prob > chi2 = 0.7836

6.4. Discussão dos resultados das regressões bivariadas

O segundo modelo apresentado nesta tese é composto por regressões bivariadas, sendo as variáveis endógenas a propensão para aderir a futuras manifestações (q69) e a percepção referente ao comprometimento do governo na defesa dos interesses do país nos acordos que estabelece com as grandes companhias extractivas (q38). Os resultados destas regressões apontam para ineficácia dos mecanismos de base de resolução de conflitos, sendo que o fraco desempenho dos secretários de bairro (q48=2.29) e da polícia comunitária (q45=2.25) estão positivamente correlacionados com a possibilidade de participação em futuros protestos populares. Os resultados confirmam a ideia de que a experiência de participação em manifestações anteriores constitui forte determinante para a eclosão de protestos no futuro [q64=2.63] (Bertelsen 2014). Note-se que a quase ausência de conhecimento sobre responsabilidade social entre os reassentados (q68=2.39) e o sentimento de que as oportunidades de emprego são todas *capturadas* pelos *changanas* do sul do país (q85=2.12) revelam-se indicativos de forte probabilidade de as pessoas aderirem a esta fórmula de renegociação das suas condições de vida (Lillywhite et al. 2015, Kirshner e Power 2015).

No concernente ao impacto das dinâmicas extractivas nas instituições, os resultados parecem indicar para a importância de arranjos informais próprias destas comunidades, tal é o caso da inclusão de órgãos como a Assembleia de Anciãos nos processos de tomada de decisão e resolução de conflitos, podendo por esta via observar-se uma melhoria nas fórmulas de obtenção de consensos ao nível local, com influência considerável no

comprometimento do governo nas questões ligadas à redistribuição ($q49=2.06$). Isto é consistente com a noção de *twilight institutions* avançada por Lund (2006), indicando para a natureza sempre em construção dos Estados e a necessidade do reconhecimento das instituições tradicionais. Em Moçambique a legislação integra os chefes tradicionais e as análises científicas focadas nestas formas de autoridade começam a contrariar o discurso oficial que outrora difundira a imagem de chefias tradicionais corrompidas pelo sistema colonial e por isso a serem vistas com suspeição (Buur e Kyed 2006).

Assim, a garantia de criação de um ciclo virtuoso entre a exploração mineral e o melhoramento das instituições parece residir numa cada vez maior inclusão das comunidades afectadas, e suas estruturas de poder, nos benefícios gerados por estas empresas transnacionais ($q39=4.18$). Esta variável sobre os benefícios na comunidade é das que forte correlação apresenta com o engajamento do executivo na criação de benefícios étnica e regionalmente balanceados, latos e de longa duração. Portanto, os resultados indicam que o padrão de actividades sociais das empresas tendentes a reproduzir as lógicas informais da economia nacional deve ser alterado ($q12=-2.96$), passando-se a apostar em projectos de desenvolvimento capazes de modificar a estrutura produtiva do país, com possibilidades de gerar instituições económicas e políticas inclusivas (Acemoglu e Robinson 2012).

Contudo, a experiência das consultas públicas para o reassentamento em Palma¹¹⁹, Cabo Delgado, indica que apesar do esforço em aprender com os casos de Moatize, em Tete, tanto as empresas quanto o governo ainda não acumularam conhecimento, nem institucional e tão pouco das práticas locais, para evitar situações de “frustração relativa”

¹¹⁹ Reassentamento para dar lugar à construção da planta de processamento do gás (gás natural liquefeito).

(Chaimite 2014) que despoletam os protestos populares. Com efeito, o ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural referiu recentemente à imprensa que para a minimização dos descontentamentos o governo acordou com as empresas petrolíferas, interessadas na implantação da estrutura para a produção de gás natural liquefeito, o aumento dos valores correspondentes às actividades de geração de rendimento e subsistência (Mozambique News Reports & Clipping 2015).

CONCLUSÃO

A presente análise permitiu enquadrar historicamente os protestos populares recorrentes em Tete e demonstrar a sua interacção dinâmica com a actuação social das principais empresas extractivas a operarem em Tete, nomeadamente a Vale Moçambique e Rio Tinto, e os arranjos institucionais do sector mineiro. Contrariamente ao retrato que certas propostas teóricas oferecem sobre os Estados africanos, o caso de Moçambique, aqui discutido, revela que embora os agentes do Estado se apropriem de rendas – como as que se encontram disponíveis no sector extractivo em épocas de *boom* – suas lógicas de trabalho não se centram apenas nessas práticas rendeiças, havendo uma preocupação genuína de servir as populações afectadas por estes grandes projectos. Neste contexto, os *policy makers* do sector são confrontados com lutas, dentro do próprio aparelho do Estado, pela gestão dos expedientes relativos à extracção de recursos naturais, o que poderá reflectir-se nas escolhas de políticas públicas.

Assim, os argumentos focalizados nas fraquezas institucionais, práticas de *rent seeking* e concentração de interesses empresariais em torno de pequenos grupos ligados ao partido hegemónico no país não explicam adequadamente os problemas na origem da espécie de “sonegação” de desenvolvimento que países como Moçambique parecem estar a experimentar. Efectivamente, uma das principais preocupações da nossa análise consiste em sublinhar, partindo da evidência moçambicana, e à imagem do consagrado pelos contributos da recente antropologia política, a necessidade de se proceder a uma desagregação das estruturas de poder e do Estado. Será esta a melhor a forma de captar o sentimento das populações sobre os seus governantes e as instituições que as regem e,

deste modo, reforçar a democraticidade, pois nem o Estado constitui uma entidade homogénea nem suas práticas conhecem uma trajectória linear ao longo do tempo.

Todavia, a dependência do caminho condena o governo da Frelimo no sentido da mesma trajectória e escolha de políticas que oscilam entre a fidelidade ao antigo projecto de socialização do campo e a submissão à armadilha da captação de rendas, seja da ajuda externa seja dos recursos naturais em épocas de *boom*, como ocorre no presente. Com efeito, tudo indica que essa trajectória de modernização se inspira na experiência das zonas libertadas, no tempo da luta de libertação nacional, passando mais tarde pela fase socialista de modernização coerciva, consubstanciada na instauração de aldeias comunais, cooperativas de consumo e machambas estatais. Mas, tratava-se sobretudo de prosseguir a missão teleológica de criar um *Homem Novo*, cujas matrizes assentavam, conscientemente ou não, no projecto assimilacionista do período colonial. Por outras palavras, independentemente das fontes de financiamento do orçamento do Estado e dos processos em curso de acumulação primitiva de capital, o que importa hoje, tal como dantes, continua a ser pensar grande e integrar a população nesse projecto, mesmo que para o efeito isso implique fazer tábua rasa das suas aspirações e das condições objectivas do país. É assim que se consagra a aliança entre as autoridades governantes e as empresas extractivas, algo que ocorre numa réplica clara de um outro modelo que tem caracterizado a dependência da ajuda, sem no entanto afectar os processos de acumulação primitiva de capital, e por certo, sem garantir a promoção da transformação estrutural da economia do país.

No entanto, o trabalho evidencia que os arranjos institucionais, tais como a política de responsabilidade social empresarial e o regulamento sobre o reassentamento resultante de

actividades extractivas – incluindo todas as revisões operadas noutros dispositivos legais de gestão da indústria extractiva – surgem enquanto resposta aos protestos populares, motivados pela ineficácia dos programas de desenvolvimento local das empresas mineiras e pela acção titubeante do Estado. Porém, essas manifestações parecem não representar apenas uma rejeição das opções de políticas apresentadas. Com efeito, a avaliar pela dimensão internacional que assume a contestação, é bem possível que os protestos simbolizem uma recusa do próprio modelo neoliberal de governação que assenta na promoção do investimento directo estrangeiro como condição para que haja desenvolvimento.

De facto, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se promover quer o fortalecimento de arranjos institucionais informais de base, como por exemplo ao nível da *Assembleia de Anciãos*, quer o investimento humano e material ao nível das estruturas já legalmente reconhecidas. Tal constituiria um passo importante no ajustamento das práticas internacionais das empresas aos contextos locais das comunidades hospedeiras. É neste mesmo sentido que esta pesquisa demonstra que os programas de desenvolvimento local, ao reproduzirem o padrão informal de grande parte da economia nacional, não propiciam um processo de transformação estrutural, ancorado em torno de políticas públicas consistentes e coerentes com o potencial do país.

Portanto, esta tese confirma, qualitativa e estatisticamente, uma das hipóteses formuladas pela corrente teórica adepta do *negotiating statehood*, segundo a qual, em contextos onde as políticas e normas formais são relativamente lentas na satisfação das necessidades populares, grupos de pessoas ou organizações recorrem a plataformas negociais, que se

situam fora dos quadros legais e normativos, por forma a vincarem suas posições perante as autoridades detentoras do poder político. Neste sentido, os protestos populares em Tete representam um quadro negocial cujos objectivos se prendem com a satisfação de questões imediatas, ligadas à sobrevivência das pessoas directamente afectadas pela indústria extractiva, mas cujos efeitos a médio prazo permanecem reféns do percurso dos experimentalismos levados a cabo pelo MIREM em matérias de política pública.

Por conseguinte, a capitalização do *boom* dos recursos naturais como uma oportunidade para melhorar a qualidade do activismo estatal só seria possível através da adopção, por parte dos organismos que gerem a extracção mineira no país, do modelo implementado pelo INP. Assim, em contraste com a tendência para delegar as responsabilidades económico-sociais às multinacionais que pouco conhecem do contexto nacional, um maior engajamento do Estado garantiria uma melhor definição das prioridades do investimento social ao nível das comunidades de extracção, com o benefício de uma maior integração dos arranjos e órgãos institucionais informais nos processos de tomada de decisão. No entanto, tudo indica que o papel histórico do Instituto Nacional de Geologia e Minas na liderança do sector extractivo nacional poderá limitar as possibilidades acima indicadas pois parece ser desta última que emanam as iniciativas de lei.

Apesar deste esforço analítico, reconhecemos que o estudo de outras dimensões da actual realidade extractiva de Moçambique, como é por exemplo o caso das *areias pesadas de Moma*, na Província de Nampula, seria de considerável valor heurístico para avaliação do descontentamento da população. Note-se que, em Nampula, a natureza de enclave da empresa *Kenmare* é muito mais expressiva e a grande distância entre esta e os centros de

poder distrital poderá constituir um dos factores que demove as comunidades reassentadas, e outras beneficiárias dos pacotes sociais, de utilizarem protestos populares como mecanismos de pressão. Aqui, o conceito de *remotness*, muito comum na área da geografia económica, seria fundamental para compreendermos as dinâmicas prevalecentes pois, contrariamente a Tete, em Nampula a possibilidade de exposição pública de imagem da empresa é muito reduzida, não havendo elementos de pressão geradores de ajustamentos positivos das práticas tanto do governo distrital quanto das indústrias extractivas.

Ainda inserida nesta análise, outro aspecto fundamental a considerar seria a discussão, numa perspectiva de longa duração, em torno dos mais explícitos mecanismos causais que actuam na intersecção entre as lógicas e práticas extractivas do período colonial, as que caracterizaram o período imediatamente após independência e, por último, as prevalecentes actualmente em Tete. Neste quadro, seria por certo da maior valia uma análise que permitisse reavaliar a trajectória da presente elite política e económica dominante no país. Tal permitiria não apenas descrever qual o padrão de ligação que estabelecem com a indústria extractiva mas também verificar o potencial dessas empresas gerarem desenvolvimento alargado e sustentável a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamsson**, H., A Nilsson. 1995. *Mozambique: the troubled transition*: Zed Press.
- Ackai-Baidoo**, Abigail. 2012. “Enclave Development and ‘Offshore Corporate Social Responsibility’: Implications for Oil-rich sub-Saharan Africa”. *Resources Policy*, 37, 152-159.
- Acock**, Alan C. 2013. *Discovering Structural Equation Modeling Using Stata*. EUA: Stata Press.
- Acemoglu**, Daron, James Robinson. 2012. *Why Nations Fail. The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Londres: Profile Books.
- Acemoglu**, Daron; Simon Johnson; James A. Robinson. 2003. “An African Success Story: Botswana”; in: D. Rodrik (ed.) *In Search of Prosperity: Analytical Narratives on Economic Growth*. Princeton: Princeton University Press. 80-122.
- Adeniyi**, Adesoji. 2014. “Resource Governance and the Challenge of Community Development in the Nigerian Bitumen Belt”. *Resources Policy*, 40, 43-47.
- Alstine**, James Van, Ralf Barkemeyer. 2014. “Business and development: Changing Discourses in the Extractive Industries”. *Resources Policy*, 40, 4-16.
- Alstine**, James Van, Jacob Manyindo, Laura Smith, Jami Dixon, Ivan Amaniga Ruhanga. 2014. “Resource Governance dynamics: the Challenge of ‘New Oil’ in Uganda”. *Resources Policy*, 40, 48-58.
- Andrews**, Matt. 2013. *The Limits of Institutional reform in Development. Changing Rules for Realistic Solutions*. Nova Yorque: Cambridge University Press.
- Ayelazuno**, Jasper. 2014. “Oil Wealth and the Well-being of the Subaltern Class in Sub-Saharan Africa: A Critical Analysis of the Resource Curse in Ghana”. *Resources Policy*, 40, 66-73.

Auty, R. M. 1997. “Natural Resource Endowment, the State and Development Strategy”. *Journal of International Development*, 9, 651-663.

Augé, Benjamin. 2014. *Gas in Mozambique, a High-risk Economic Revolution*. Note de L’Ifri. Sub-Saharan Africa Program.

Articulação Internacional dos Atingidos Pela Vale. 2012. *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*. www.atingidospelavale.wordpress.com

Azarvan, Amir. 2010. “Terror, Oil and Repression in Algeria”. *The Journal of North African Studies*, 15:2, 231-253.

Bach, Daniel C. 2011. “Patrimonialism and Neopatrimonialism: Comparative Trajectories and Readings”. *Commonwealth & Comparative Politics*, 48:3, 275-294.

_____2012. “Patrimonialism and Neopatrimonialism, Comparative Receptions and Transcriptions.” In *Neopatrimonialism in Africa and Beyond*, In Daniel C. Bach e Mamoudou Gazibo, eds. Nova Yorque: Routledge, 25-45.

_____2013. “Africa in International Relations: The Frontier as Concept and Metaphor.” *South African Journal of International Relations*, Vol.20, N°1, 1-22.

Bardin, Laurence. 2013 (1977). *Análise Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Chivangue, Andes. *Crony Capitalism in Mozambique: Evidence from Networks of Politicians and Businessmen*. Working Paper 135/2015. Lisboa: CEsa CSG.

Chivangue, Andes, Edson Cortez. *An Analysis of Mozambique’s Political and Economic Networks*. Working Paper 136/2015. Lisboa: CEsa CSG.

Basedau, Mathias. 2005. *Context Matters – Rethinking the Resource Curse in Sub-Saharan Africa*. German Overseas Institute. Working Papers, Global and Areas Studies.

Bebbington, Anthony, Leonith Hinojosa, Denise Humphreys Bebbington, Maria Luisa Burneo and Ximena Warnaars. 2008. "Contention and ambiguity; Mining and the Possibilities of Development". *Development and Change*, 39 (6): 887-914.

Bergamaschi, Isaline. 2014. "Building State Capacities? The Case of Poverty Reduction Unit in Mali". In Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Oliver de Sardan, eds. *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 271-299.

Bertelsen, Bjorn Enge. 2014. Effervescence and Ephemerality: Popular Urban Uprising in Mozambique. *Ethos, Journal of Anthropology*, pp. 1-28.

Bierschenk, Thomas. 2014. "Sedimentation, Fragmentation and Normative Double-Binds in (West) African Public Services. In Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Oliver de Sardan, eds. *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 221-245.

Bierschenk, Thomas, Jean-Pierre Oliver de Sardan, eds. 2014a. "Studying the Dynamics of African Bureaucracies. An Introduction to States at Work". In *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 3-33.

_____. 2014b. "Ethnographies of Public Services in Africa: An Emerging Research Paradigm". In *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 35-65.

Biggs, Tyler. 2012. *Mozambique's Coming Natural Resources Boom. Expectations, Vulnerabilities, and Policies for successful Management*. USAID - From the American People/ SPEED – For a Better Business Environment. Draft.

Bond, Patrick. 2007. "Primitive Accumulation, Enclivity, Rural Marginalisation & Articulation". *Review of African Political Economy*, 34:111, 29-37.

Bucuane, Aurélio, Peter Mulder. 2007. *Exploring Natural Resources in Mozambique, Will it be a Blessing or a Curse?* Conference Paper N° 04, Maputo: IESE.

Bulte, Erwin H., Richard Damania, Robert T. Deacon. 2005. “Resource Intensity, Institutions and Development”. *World Development*, Vol. 33, N° 7, 1029-1044.

Buur, Lars, Carlota Mondlane e Obede Baloi. 2011. “Strategic Privatisation: Rehabilitating the Mozambican Sugar Industry.” *Review of African Political Economy*, 38: 128, 235-256.

Buur, Lars, Helene Maria Kyed. 2006. “Contested Sources of Authority: Re-claiming state Sovereignty by Formalizing Traditional Authority in Mozambique.” *Development and Change*, 37 (4): 847-869.

Blowfield, Michael, Jedrzej George Frynas. 2005. “Setting New agendas: Critical Perspectives on Corporate social Responsibility”. *International Affairs*, 81, 3,499-513.

Bratton, Michael, Nicolas Van de Walle. 1994. “Neopatrimonial Regime and Political Transitions in Africa.” *World Politics*, Vol. 46 N° 4, 453-489.

Brynildsen, Øygunn SundsbØ, Dionísio Nombora. 2013. *Mineração sem Desenvolvimento: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique*. Maputo: CIP e Eurodad.

Brunnschweiler, Christa N. 2008. “Cursing the Blessings? Natural Resource Abundance, Institutions, and Economic Growth”. *World Development*, Vol. 36, N° 3, 399-419.

Cahen, Michel. 1993. “Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism?” *Review of African Political Economy*, N° 57, 46-59.

_____. 2000. “Nationalism and Ethnicities: Lessons from Mozambique”. In Braathen, Einar, Morten Boas e Gjermund Saether, eds. *Ethnicity Kills? The Politics of War, Peace and Ethnicity in SubSaharan Africa*. EUA: Macmillan Press Ltd. 163-187.

_____. 2006. “Luta de Emancipação Anticolonial ou Movimento de Libertação Nacional? Processo Histórico e discurso Ideológico – o Caso das Colónias Portuguesas e de Moçambique”. *Africana Studia*, VIII, 39-67.

_____. 2010. Moçambique: O Fim da História”...Única. Trajectórias dos Anticolonialismo em Moçambique. *Africana Studia*, Nº 15, 349-394.

_____. 2011. *The Enemy as Model, Patronage as a Crisis Factor in Constructing Opposition in Mozambique*. Work in Progress. OXPO – Oxford Sciences Po Research Group.

_____. 2014. “A Boa Ventura Anti-lusotropicalista de uma Tese Moçambicana”. *Áfro-Ásia* (Março).

Campbell, Bonnie. 2012. “Corporate Social Responsibility and Development in Africa: Redefining the Roles and Responsibilities of Public and Private Actors in the Mining Sector”. *Resources Policy*, 37, 138-143.

Capela, José. 2002. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Ed Afrontamento.

Castel-Branco, Carlos Nuno. 2010. *Economia Extractiva e desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE Nº 1. Maputo: IESE.

_____. 2011a. *O que é que a ITIE faz bem e o que é que não faz? Uma proposta de agenda de trabalho sobre os recursos naturais em Moçambique*. Maputo: IESE.

_____. 2011b. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. Cadernos IESE Nº 7. Maputo: IESE.

_____. 2012. “PARP 2011-2014: Contradições, Tensões e Dilemas”.. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. 105-116.

Castel-Branco, Carlos Nuno, Oksana Mandlate. 2012. “Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O Que Pode o PARP Utilizar da análise do Modo de Acumulação em Moçambique?” In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*, Maputo: IESE. 117-144.

_____ 2015. “Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains”. *Review of African Political Economy*.

Centro de Integridade Pública. 2013. *Exportações de Gás de Pande Temane para a África do Sul: primeiros grandes projectos do sector extractivo frustram as expectativas dos moçambicanos*. Maputo.

_____ 2015. *Terceira Ronda de Consultas Públicas em Palma: Não há Transparência, Comunidades Mal Informadas e Governo Apático*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Chabal, Patrick, Jean-Pascal Daloz. 1999. *Africa Works, Disorder as Political Instrument*. African Issues.

Chaimite, Egídio. 2014. “Das Revoltas às Marchas: Emergência de Reportório de Acção Colectiva em Moçambique”. In *Desafios Para Moçambique 2014*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE.83-98.

Chang, Ha-Joon. 2012. *Industrial Policy: Can Africa Do It?* Paper presented at IEA/World Bank Roundtable on Industrial Policy in Africa, Pretoria, South – Africa.

Christensen, John, Richard Murphy. 2004. “The social Irresponsibility of Corporate Tax Avoidance: Taking CSR to Bottom Line”. *Development*, 47 (3), 37-44.

- Collier, P., A. Hoeffler.** 2005. “Resource Rents, Governance, and Conflict”. *Journal of Conflict Resolution*, 49, 625-633.
- Coelho, João Paulo Borges.** 1988. “State Resettlement Policies in Post-colonial Rural Mozambique: the impact of communal village programme on Tete province, 1977-1982”. *Journal of Southern African Studies*, 24:1,61-91.
- Cunguara, Benedito, Joseph Hanlon.** 2010. *Poverty is not Being Reduced in Mozambique*. Working Paper n° 74. Crisis states Working Papers Series N°2.
- Curry, George N.** 2003. “Moving Beyond Postdevelopment: Facilitating Indigenous Alternatives for Development.” *Economic Geography* 79 (4): 405-423.
- Curtin, Philip, Steven Feierman, Leonard Thompson e Jan Vansina.** 1992. “A Century of Ironies in East Africa 1780-1890” in *African History*. Nova Iorque: Longman. 391-418.
- De Brito, Luis.** 1988. “Une Relecture Nécessaire: La Genèse du Parti-État FRELIMO”. *Politique Africaine*, N° 29. 15-27.
- _____2012. “Pobreza, ‘Parpas’ e Governação”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. 25-42.
- De Brito, Luís, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michel Sambo e Alex Shankland.** 2015. *Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)*. Cadernos IESE N° 14P/2015. Maputo: IESE.
- DeGrassi, Aaron.** 2008. “Neopatrimonialism and Agricultural Development in Africa: Contributions and Limitations of a Contested Concept”. *African Studies Review*, Vol. 51, N° 3, 107-133.
- De Oliveira, Soares.** 2007. *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*. Londres: Hurst and Company.

De Renzio, Paolo, Joseph Hanlon. 2007. *Contested Sovereignty in Mozambique: The Dilemmas of Aid Dependency*. Global Economic Governance Programme. University of Oxford.

Désilier, Margaret. 2004. “Capacity Building and Oil Exploitation in the Gulf of Guinea”. In: *Oil Policy in the Gulf of Guinea*, ed. Friedrich-Erbert-Stiftung. 189-202.

Dinerman, Alice. 2006. *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The Case of Mozambique, 1975-1994*. EUA: Routledge.

Doornbos, Martin. 2011. “Researching African Statehood: Negotiability and its Limits”. In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 200-221.

Dos Santos, João Afonso, Carlos Adrião Rodrigues, António Pereira Leite, Williem Gerard Pott. 1973. *O Julgamento dos Padres do Macúti*. Colecção Bezerro D’ouro. Porto: Afrontamento.

Engel, Jakob e Susan Nicolai. 2012. *Using Case Study to Untangle Complexity and Learn from Progress*. Development Progress. Project Note 02. ODI, 1-04.

Erdmann, Gero, Ulf Engel. 2007. “Neopatrimonialism Reconsidered: Critical Review and elaboration of an Elusive Concept”. *Commonwealth & Comparative Politics*, 45:1, 95-119.

Erdmann, Gero. 2012. Neopatrimonialism: “Problems of a Catch-all Concept?” In Stewart, Susan, Margarete Klein, Andrea Schmitz and Hans-Henning Schroder, eds. *Presidents, Oligarchs and Bureaucrats. Forms of Rule in the Post-Soviet Space*. Inglaterra: Ashgate. 43-59.

Escobar, Arturo. 1991. “Anthropology and Development Encounter: The Making and Marketing of Development Anthropology.” *American Ethnologist*, Vol. 18, N°4, 658-682.

_____. 2007. “Post-development” as a Concept and Social Practice. In Aram Ziai, ed., *Exploring Post-development. Theory and Practice, Problems and Perspective*. Nova Iorque: Routledge. 19-31.

Ferguson, James. 2005. “Seeing Like an Oil Company: space, security, and Global Capital in Neoliberal Africa”. *American Anthropological Association*. Vol. 107, Nº 3, 377-382.

Francisco, António. 2010. “Moçambique: Protecção Social no Contexto de Um Estado Falido mas não Falhado”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências Para Moçambique*. Maputo: IESE. 37-95.

Frynes, Jędrzej George. 2005. “The False Developmental Promise of Corporate social Responsibility: Evidence from Multinational Oil Companies”. *International Affairs* 81,3, 581-598.

Forquilha, Salvador Cadete. 2008. “‘Remendo Novo em Pano Velho’: O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo de Governação Local em Moçambique”. In *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE. 71-89.

_____. 2010. “Reformas de Descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neopatrimonial. Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*, Maputo: IESE. 19-47.

Forquilha, Salvador Cadete, Aslak Orre. 2011. “‘Transformações sem Mudanças?’ Os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização da Democracia em Moçambique”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafio para Moçambique 2011*. Maputo: IESE. 35-53.

Fumo, Carlos. 2005. *Corporate Social Responsibility in Southern Africa: The Case Study on Mozambique*. S/E.

Frankfort-Nachmias, Chava, David Nachmias. 2008. *Research Methods in the Social Sciences*. 7a edição. EUA: Worth Publishers.

Gardner, Katy, Zahir Ahmed, Fatema Bashir, Masud Rana. 2012. “Elusive Partnerships: Gas Extraction and CSR in Bangladesh”. *Resources Policy*, 37, 168-174.

Garcia, Maria Teresa Medeiros, Carlos Pestana Barros, António Silvestre. 2011. “Saving Behaviour: Evidence from Portugal.” *International Review of Applied Economics*, 25:2, 225 - 238.

Geffrey, Christian. 1990. *La Cause des Armes au Mozambique. Antropologie d'une Guerre Civil*. Paris: Editions Karthala.

Gilberthorpe, Emma, Glenn Banks. 2012. “Development on Whose Terms?: CSR discourse and social Realities in Papua New Guinea’s extractive Industries Sector”. *Resources Policy*, 37, 185-193.

Haber, Stephen, Victor Menaldo. 2011. “Do Natural Resources Fuel Authoritarianism? A Reappraisal of the Resource Curse”. *American Political Science Review*, February, 1-26.

Hangmann, Tobias, Didier Péclard, eds. 2011. *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 1-23.

Hanlon, Joseph. 2004. ‘Do Donors Promote Corruption?: The Case of Mozambique’. *Third World Quarterly*, 25, 4, 747–763.

Hanlon, Joseph, Adriano Nuvunga. 2015. *Gás para Desenvolvimento ou apenas Dinheiro*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

Hilson, Gavin. 2012. “Corporate social Responsibility in the Extractive Industries: Experiences from Developing World”. *Resources Policy*, 37, 131-137.

_____ 2014. “The Extractive Industries and Development in sub-Saharan Africa: An Introduction”. *Resources Policy*, 40, 1-3.

Hofmann, Katharina, Adrian de Sousa Martins. 2012. *Descoberta de Recursos Naturais em Moçambique. Riqueza para todos ou um meio de sair da pobreza?* Perspectiva. Friedrich Ebert Stiftung.

Hofmann, Katharina. 2013. *Economic Transformation in Mozambique. Implications for Human Security*. International Policy Analysis. Friedrich Ebert Stiftung.

Holterman, Devin. 2014. “The Biopolitical War for Life: Extractivism and the Ugandan Oil State”. *Resources Policy*, 1, 28-37.

Hond, Frank Den, Frank G. A. de Bakker, Peter Neergaard. 2007. “Introduction to Managing Corporate Social Responsibility in Action: Talking, doing and Measuring”. In Hond, Frank den, Frank G. A. de Bakker, Peter Neergaard, eds. *Managing Corporate Social Responsibility in Action; Talking, Doing and Measuring*. Inglaterra: Ashgate. 1-14.

Human Rights Watch. 2013. “O que é uma casa se comida?” *O Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento*. EUA. www.hrw.org

Idemudia, Uwafiokun. 2007. “Community Perceptions and Expectations: Reinventing the Wheels of Corporate Social Responsibility Practices in the Nigerian Oil Industry”. *Business and Society Review*, 112:3, 369-405.

Iacobucci, Dawn. 2010. “Structural Equation Modeling: Fit Índices, Sample Size, and Advanced Topics”. *Journal of Consumer Psychology*, 20, 90-98.

Interpraxis. 2012. *Enquadramento de Política de RSE. Recomendações para Política de RSE para os Sectores Extractivos em Moçambique.* Relatório Final. Maputo.

Isaacman, Allan F. 1972. *Mozambique. The Africanization of a e European Institution. The Zambezi Praços 1750-1902,* University of Wisconsin Press.

Isaacman, Allen, Barbara Isaacman. 1983. *Mozambique – from Colonialism to Revolution, 1900-1982.* Inglaterra: Westview Press.

_____ 1984. “The Role of Woman in the Liberation of Mozambique”. *Ufabamu: A Journal of African Studies*, 13 (2-3).

Jenik, Rodon. 2012. *Comment Letter on the Revision of the Petroleum Legislation of Mozambique.* Maputo: Observatório Moçambicano da Governação.

Jenkins, Rhys. 2005. “Globalization, Corporate Social Responsibility and Poverty”. *International Affairs*, 81, 3, 525-540.

Jenkins, Rhys, Peter Newell. 2013. “CSR, Tax and Development.” *Third World Quarterly*, 34:3, 378-396.

Jubilee Debt Campaign. 2012. *Desenvolvimento de Quem? A Fundação de Alumínio da Mozal em Moçambique.* 3-23.

Kabemba, Claude, Camilo Nhancale. 2012. *Coal Versus Communities: Exposing Poor Practices by Vale and Rio Tinto in Mozambique.* Open Policy. Southern Africa Resource Watch.

Kapelus, Paul. 2002. “Mining, Corporate Social Responsibility and the ‘Community’: The Case of Rio Tinto, Richards Bay Minerals and the Mbonambi”. *Journal of Business Ethics*, 39: 275-296.

Karl, T. L. 1997. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-states.* University of California Press.

Kelsall, Tim. 2013. *Business, Politics, and the State in Africa. Challenging the Orthodoxies on Growth and Transformation*. Londres: Zed Books.

Kefale, Asnake. 2011. “Federal Restructuring in Ethiopia: Renegotiating Identity and Borders along the Oromo-Somali Ethnic Frontiers”. In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 74-94.

Kemp, Deanna, John R. Owen. 2013. “Community Relations and Mining: Core to Business but not ‘Core Business’”. *Resources Policy*, 38, 523-531.

Killick, T., Castel-Branco, C. N., & Gerster, R. (1997). *Perfect partners?: the performance of Programme Aid Partners in Mozambique, 2004*; A Report to the Programme Aid Partners and government of Mozambique.

Kirshner, Joshua. Marcus Power. 2015. “Mining and Extractive Urbanism: postdevelopment in Mozambican boomtown”. *Geoforum*, 61: 67-78.

Klueh, Ulrich, Gonzalo Pastor, Alonso Segura, Walter Zarate. 2007. *Inter-sectorial Linkages and Local Content in Extractive Industries and Beyond – The Case of São Tomé and Príncipe*. IMF Working Paper.

Langa, Epifânia, Oksana Mandlate. 2013. “Questões à Volta de Ligações a Montante com a Mozal.” In *Desafios para Moçambique 2013*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 175-210.

Langa, Epifânia, Nelsa Massingue. 2014. “Indústria Extractiva e Desenvolvimento Local: O Papel da Responsabilidade Social Empresarial”. In *Desafios Para Moçambique 2014*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 229-245.

Langa, Epifânia. 2015. “Ligações Minadas. O Caso dos Fornecedores Nacionais da Vale e da Rio Tinto em Moçambique”. In *Desafios Para Moçambique 2015*, De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, eds. Maputo: IESE. 223-245.

Lillywhite, S., D. Kemp e K. Sturman. 2015. *Mining, resettlement and lost livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzji, Mozambique*. Melbourne: Oxfam.

Lourenço, Ivo. 2007. “Ambiente para a Prática de Negócios Socialmente Responsáveis em Moçambique.” *100 Maiores Empresas de Moçambique*. Maputo: KPMG.

Lund, Christian. 2006. “Twilight Institutions: Public Authority and Local Politics in Africa.” *Development and Change* 37 (4): 685-705.

Luning, Sabine. 2012. “Corporate social Responsibility (CSR) for exploration: Consultants, companies and Communities in Processes of engagements”. *Resources Policy*, 37, 205-211.

Macagno, Lorenzo. 2009. “Fragmentos de Uma Imaginação Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, N°70.

Macamo, Elísio. 2006. *Political Governance in Mozambique*. Final Report. DFID – Mozambique.

_____ 2011. “Social Criticism and Contestation: Reflections on the Politics of Anger and Outrage”. *Stichproben. Wiener Zeitschrift für Kristische Afrikastudien* Nr. 20/2011, 11. Jp., 45-68.

Mainguy, Claire. 2011. “Natural resources and Development: the Gold Sector in Mali”. *Resources Policy*, 36, 123-131.

Marshall, Judith. 2012. *Mega-projectos de mineração e trabalho: trabalhar para a Vale “a pior empresa do mundo”*: casos do Canadá, Brasil e Moçambique. Conference Paper n° 21. III Conferência Internacional do IESE.

Martín, António Ruiz, Manuel Rodriguez Díaz, José António Ruíz San Román. 2014. “Measure of the Mining Image.” *Resources Policy*, 41, 23-30.

Matti, Stephanie. 2010. “Resources and Rent Seeking in the Democratic Republic of the Congo”. *Third World Quarterly*, 31:3, 401-413.

Mavoungou, Abbé Félicien, Jean-Aimé Brice Mackosso. 2004. “Les Compagnies Pétrolières Devraient-Elles Financer Directment les Projects de Développement Destinés aux Communautés Locales? Les cas du Congo-Brazzaville.” In: Friedrich-Ebert- Stiftung, ed. *Oil Policy in the Gulf of Guinea*. 156-161.

M’bokolo, E. 2007. *Africa Negra : História e Civilizações, Do século XIX aos nossos dias*, Tomo II : Lisboa: Colibri.

Meyns, Peter. 1981. “Liberation Ideology and National Development Strategy in Mozambique”. *Review of African Political Economy*, N° 22, 42-64.

Newsom, James. 2015. *Longitudinal Structural Equation Modeling: A Comprehensive introduction*. Portland State University.

Metsola, Lalli. 2011. “The Struggle Continues? The Spectre of Liberation, Memory Politics and ‘War Veterans’ in Namibia”. In In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. UK: Wiley-Blackwell. 49-73.

Mkandawire, Thandika. 2001. “Thinking about developmental State in Africa”. *Cambridge Journal of Economics*, 25, 289-313.

_____ 2013. *Neopatrimonialism and the Political Economy of economic Performance in Africa: Critical Reflections*. Institute for Futures Studies.

Moffat, Kieren, Airong Zhang. 2014. “The Paths to Social Licence to Operate: An Integrative Model Explaining Community Acceptance of Mining.” *Resources Policy*, 39, 61-70.

Mosca, João, Tomás Selemene. 2012. Mega-Projectos no Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza: o Caso de Tete. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*, Maputo: IESE. 231-256.

_____. 2011. *El Dorado Tete: Os Mega Projectos de Mineração*. Maputo: CIP.

Mosca, João. 2012. *Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. CEsA WP 114/2012.

Mozambique News Reports & Clipping, 296, 13 de Agosto, 2015.

Muianga, Carlos. 2012. “Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um Olhar a Partir do PARP 2011-2014”. In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2012*. Maputo: IESE. 213-220.

Newitt, Malyn. 1995. *História de Moçambique*. Europa-América: Lisboa

North, Douglass C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Nuvunga, Adriano. 2008. “Dependência de Ajuda Externa e Governação em Moçambique.” In Awortwi, N. e Adriano Nuvunga, eds. *Ajuda Externa, Governação e Desenvolvimento Institucional em Moçambique*. Maputo.

_____. 2013. *Megaprojectos têm Muitos Excessivos Incentivos Fiscais*. Newsletter 17. Maputo: CIP.

Nustad, Knut G. 2001. "Development: The Devil we Know?" *Third World Quarterly*, 22:4, 479-489.

O'Laughlin, Brigdet. 2000. "Class and the Customery: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique". *African Affairs*, 99, 5-42.

Nielsen, Morten. 2007. "Filling in the Blanks: the potency of Fragmented Imageries of the State". *Review of African Political Economy*, 34:114, 695-708.

Opello Jr., Walter C. 1975. "Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s". *Journal of Southern African Studies*, Vol. 2, N° 1, 66-82.

Oppenheimer, Jochen. 2006. *Moçambique na Era do ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza*. Lisboa: IPADE.

Orihuela, José Carlos. 2013. "How do 'Mineral-States' Learn? Path Dependency, Networks, and Policy change in the Development of Economic Institutions". *World Development*, Vol. 43, pp. 138-148.

Ovadia, Jesse Salah. 2012a. "The Dual Nature of Local Content in Angola's Oil and Gas Industry: Development vs. Elite Accumulation". *Journal of Contemporary African Studies*, 30:3, 395-417.

Ovadia, Jesse Salah. 2012b. "The Making of Oil-backed Indigenous Capitalism in Nigeria". *New Political Economy*, 18:2, 258-283.

Ovadia, Jesse Salah. 2013. "The Reinvention of Elite Accumulation in the Angolan Oil Sector: emergent Capitalism in a Rentier Economy". *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, Várias Recensões.

- Panzer**, Michael G. 2009. "The Pedagogy of revolution: Youth, Generational Conflict, and Education in the Development of Mozambican Nationalism and the state, 1962-1970". *Journal of Southern African Studies*, 35:4, 803-820.
- Peet**, Richard. 2009. *Geografia do Poder*. Caiscais: Sururu Produções Culturais.
- Pélissier**, René. 2000. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira-Leite**, Joana. 2000. "A Formação da Economia Colonial em Moçambique. Pacto Colonial e Industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil 1930-74." *Estudos de Desenvolvimento. África em Transição*. Lisboa: CEsa. 39-52.
- Pierson**, Paul. 1993. "When Effect Becomes Cause. Policy Feedback and Political Change". *World Politics*, Vol. 45, Nº 4, 595-628.
- _____. 2004. *Politics in Time. Historical Institutionalism and Social Analysis*. Reino Unido: Princeton University Press.
- Pieterse**, Jan Nederveen. 1998. "My Paradigm or Yours? Alternative Development, Post-Development, Reflexive Development." *Development and Change*, Vol. 29, 343-373.
- _____. 2000. "After Pos-development." *Third World Quarterly*, 21:2, 175-191.
- Pitcher**, Anne M. 2003. "Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique". *Análise Social*, Vol. XXXVIII, 168, 793-820.
- _____. 2012. *Party Politics and Economic Reform in Africa's Democracy*. EUA: Cambridge University Press.
- Pineda**, José, Francisco Rodrigues. 2010. *Curse or Blessing? Natural Resources and Human Development*. UNDP. Research Paper 2010/04.

Poteete, Amy R. 2009. "Is development path dependence or political? A Reinterpretation of Mineral-dependent Development in Botswana". *Journal of Development Studies*, 45:4, 544-571.

Preacher, J. Kristopher. 2006. Quantifying Parsimony in Structural Equation modeling. *Multivariate Behavioral Research*, 41 (3), 227-259.

Prno, Jason, D. Scott Slocombe. 2012. "Exploring the Origins of 'Social License' to Operate in the Mining Sector: Perspectives from Governance and Sustainability Theories". *Resources Policy*, 37, 346-357.

Raeymaekers, Timothy. 2011. "Protection for Sale? War and the transformation of Regulation on the Congo – Ugandan Border". In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 24-48.

Rakos, Athanasios, Alexandros Theodoridis, Christos Batzios. 2015. "Public Awareness Concerning the Multifunctionality of Cypriot." *Agriculture and Agricultural Sciences Procedia*, 4, 147-157.

Reis, Bruno C., Pedro A. Oliveira. 2012. "Cutting Heads or Winning Hearts: Late Colonial Portuguese Counterinsurgency and the Wiriyaamu Massacre of 1972". *Civil Wars*, 14:1, 80-103.

Ribeiro, Ana. 2014. *Tete: Historical Meeting Place for Brazilian and Mozambican Developmentalist Elites?* Presented at IESE IV International Conference, "Estado, Recursos Naturais e Conflito: Actores e Dinâmicas", Maputo.

Rist, Gilbert. 2007. "Development as a Buzzword." *Development in Practice*, 17:4-5, 485-491.

_____. 2011. *The History of Development, From Western Origins to Global Faith*. 3ª Edição. Londres: Zed Books.

Robins, Steven. 2003. “Whose Modernity? Indigenous Modernities and Land Claims after Apartheid.” *Development and Change*, 34 (2): 265-285.

Rocha, Aurélio. 1989. “A Resistência em Moçambique: o caso dos Swahili, 1850-1913”, in *Actas da 1ª Reunião de História de África*, Lisboa: IICT/CEHCA. 581-612.

Roll, Michael. 2014. “The State that Works: A ‘Pockets of Effectiveness’ Perspective on Nigeria and Beyond”. In Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Oliver de Sardan, eds. *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 366-397.

Rodon, Jenik, Laixa Lizardo, Samira Nikaein, Christine Lio Capilauto, Dionísio Nombora, Alexandra Miller. 2012. *Comment Letter on the Revision of the Petroleum Legislation of Mozambique*. Maputo: Observatório Moçambicano da Governação.

Ross, M. L. 1999. “The Political Economy of the Resource Curse”. *World Politics*, 51, 297-322.

_____. 2001. “Does Oil Hinder Democracy?” *World Politics*, 53, 325-361.

_____. 2006. “A Closer Look at Oil, diamonds, and Civil War”. *Annual Review of Political Sciences*, 9:265-300.

Royal Norwegian Embassy. 2009. *Corporate Social Responsibility. Country Profile*. Maputo, Mozambique.

Ruigrok, Inge. 2011. “Facing Up to the Centre: Emergence of Regional Elite Associations in Angola’s Political Transition Process”. In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 95-113.

Saad-Filho, Alfredo, John Weeks. 2013. "Curses, Diseases and Other Resource Confusions". *Third World Quarterly*, 34:1, 1-21.

Sachs, J. A. M. Warner. 1995. *Natural resource Abundance and Economic Growth*. NBER Working Paper.

_____. 2001. "Natural Resources and Economic Development. The Curse of Natural Resources." *European Economic Review*, 45, 827-838.

Sande, Zaqueu. 2011. "7 Milhões". Revisão do debate e Desafios Para Diversificação da Base Produtiva". In De Brito, Luís, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco, eds. *Desafios Para Moçambique 2011*. Maputo: IESE. 207-228.

Standing, André. 2014. "Ghana's Extractive Industries and Community Benefit Sharing: The Case for Cash Transfers." *Resources Policy*, 40, 74-82.

Selemane, Tomás. 2009. *Alguns Desafios da Indústria Extractiva. Em Moçambique*. Maputo: CIP.

Selemane, Thomas. 2013. *Com Enormes Reservas, Insuficientes Vias de escoamento e Sem Estradas Moçambique Tenta entrar na Lista dos Maiores Produtores de Carvão e Gás*. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique, Nº 53 (15 de Fevereiro), Maputo: AWEPA-CIP.

Sen, Amartya. 1999. *O Desenvolvimento como Liberdade*. Trajectos, Lisboa: Gradiva.

Söderbaum, Fredrik. 2007. "Blocking human potential: how formal policies block the informal economy in the Maputo corridor". In *Linking the formal and informal economy, concepts and policies*, ed. Guha-Khasnobis, Basuded, Ravi Kanbur e Elionor Ostrom, 163-178. Nova Iorque: Oxford University Press

Slack, Keith. 2012. "Mission Impossible?: Adopting a CSR-based business Model for Extractive Industries in Developing Countries". *Resources Policy*, 37, 179-184.

Shell Petroleum Development Company of Nigeria Limited. “Should Oil Companies Finance Development Projects for Local Communities? The Case of Shell-Nigeria”. In: Friedrich-Erbert-Stiftung, ed. *Oil Policy in the Gulf of Guinea*. 143-152.

Sonne-Schmidt, Christoffer, Channing Arndt, Mónica Magaua. 2009. *Contribution of Mega-Projects to GDP in Mozambique*. II Conference of IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique. Maputo: IESE. 1-13.

Stiglitz, Joseph E. 2005. “Making natural resources into a blessing rather than a curse”. In Tsalik, Svetlana; Anya Schiffrin, eds. *Covering Oil. A reporter's guide to energy and development*. Revenue Watch. Nova Iorque: Open society Institute.

Sumich, Jason, João Honwana. 2007. *Strong Party, Weak state? Frelimo and State Survival Through the Mozambican Civil War: An Analytical Narrative on State Making*. Crisis States Research Centre Working Papers N° 2, LSD.

Sumich, Jason. 2008. “Politics after the Time of Hunger in Mozambique: A Critique of Neo-Patrimonial Interpretation of African Elites”. *Journal of Southern African Studies*. 34:1, 111-125.

_____. 2011. “The Party and the State: Frelimo and Social Stratification in Post-socialist Mozambique”. In Hagmann e Péclard, eds. *Negotiating Statehood. Dynamics of Power and Domination in Africa*. Reino Unido: Wiley-Blackwell. 134-153.

Taylor, Scott. 2012. *Globalization and the Cultures of Business in Africa. From Patrimonialism to Profit*. EUA: Indiana University Press.

Torvik, R. 2002. “Natural Resources, Rent Seeking and Welfare”. *Journal of Development Economics*, 67, 455-470.

- Therkildsen**, Ole. 2014. “Working in Neopatrimonial Settings: Public Sector Staff Perceptions in Tanzania and Uganda”. In Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Oliver de Sardan, eds. *States at Work, Dynamics of African Bureaucracies*. EUA: Brill. 113-144.
- Thompson**, Drew A. 2013. “Visualizing FRELIMO’s Liberated Zones in Mozambique, 1962-1974”. *Social Dynamics: A Journal of African Studies*, 39:1, 24-50.
- Ullman**, Jodie B. 2006. “Structural Equation Modeling: Reviewing the Basics and Moving Forward.” *Journal of Personality Assessment*, 87 (1), 35-50.
- Vintro**, Carla e Josep Comajuncosa. 2010. “Corporate Social Responsibility in the Mining Industry: Criteria and Indicators”. *Dyna* 77, 161, 31-41.
- Warnaars**, Ximena S. 2012. “Why be Poor When We Can Be Rich? Constructing Responsible Mining in El Pangui, Ecuador”. *Resources Policy*, 37, 223-232.
- World Bank Mozambique**. 2014. *Sharing Natural Resource Revenues with Affected Communities: Policy Options for Mozambique*. Policy Note. Maputo: The World Bank.
- Vale**. 2010. *Relatório de Sustentabilidade*.
- Vale**. 2011. *Relatório de Sustentabilidade*.
- Vale**. 2012. *Relatório de Sustentabilidade*.
- Vale Moçambique**. 2013. *Relatório de sustentabilidade*.
- Ziai**, Aram. 2007. “The Ambivalence of Post-development. Between Reactionary Populism and Radical Democracy.” In Aram Ziai, ed., *Exploring Post-development. Theory and Practice, Problems and Perspective*. Nova Iorque: Routledge. 111-128.

JORNAIS:

Savana. 2015. “Comunidades Abandonadas e Enclausuradas em Zonas de Mineração em Tete.” Iracema Maiópue Bila, 06.02.2015.

Expresso. 2011. “O Massacre das Minas de Moatize. Testemunhos da Explosão e da Chacina em Moçambique, 35 Anos Depois.” José Pedro Castanheira, 2022, 30 Junho.

Canal de Moçambique. 2014. “Oleiros de Moatize Voltaram a Manifestar-se Contra a Vale.” José Pantie, Ano 6, Número 1293, 16 de Setembro, 3af, Maputo.

Mulambe. 2015. “No distrito de Moatize agentes da polícia voltam a usar armas para impedir manifestações”. Sexta-feira, 20 de Novembro de 2015, Ano 1 - N^o 11

LEGISLAÇÃO:

Resolução nº 82/2013 – Política e Estratégia dos Recursos Minerais.

Lei nº 20/2014 – Lei de Minas.

Decreto nº 31/2012 – Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas.

Resolução nº 21/2014 – Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais.

Lei nº 27/2014 – Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas.

Lei nº 28/2014 – Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais da Actividade Mineira.

CONTRATOS MINEIROS:

- Contrato Mineiro Relativo a Concessão Mineira da Mina de Carvão de Moatize entre Governo da república de Moçambique e Rio Doce Moçambique, Limitada. 26 de Junho de 2007.
- Contrato Mineiro entre Governo da República de Moçambique e Riversdale Moçambique Limitada. Maputo, Maio de 2009.
- Contrato Mineiro entre República de Moçambique e Rio Tinto Zambeze Limitada para Exploração de Carvão no distrito de Tete, Província. Maputo, 03 de Outubro de 2013.

APÊNDICES

1. QUESTIONÁRIO

Meu nome é Andes Adriano Chivangue. Sou estudante do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa. Estou a fazer doutoramento em Estudos de Desenvolvimento. Este inquérito tem como objectivo principal fazer o levantamento de informação para a elaboração da minha tese cujo título é “Indústrias Extractivas, Protestos Populares e Desenvolvimento em Moçambique”. A sua opinião é muito importante para a realização do trabalho e asseguro desde já a confidencialidade da informação que me fornecer. O preenchimento deste questionário poderá levar cerca de quinze minutos. Agradeço desde já a sua colaboração. Todas as respostas aplicáveis deverão ser assinaladas com “X”.

Nome do Inquiridor _____ Local _____ Data ___/___/2015

A. Identificação pessoal e perfil sociológico

1. Idade: _____ 2. Género: M F

3. Estado Civil: Solteiro Casado Vive Maritalmente Viúvo (a) Outro

4. Profissão: _____

5. Qualificações Académicas: _____

6. Situação Profissional:

- a) Emprego (formal)
 b) Sem emprego
 c) Outro Indique _____

7. Número de pessoas sob seu encargo (Família):

1 a 5 Pessoas 5 a 10 Pessoas Mais de 10 Pessoas

8. Proveniência _____

9. Qual era a sua fonte de sustento antes de ser reassentado:

- a) Olaria
 b) Machamba
 c) Brita
 d) Carpintaria
 e) Serralharia
 f) Pedreiro
 g) Pequenos biscates
 h) Nada

i) Outro Indique _____

10. Qual é a sua fonte de sustento hoje?

- a) Venda de galinhas e seus derivados
- b) Venda hortícolas
- c) Venda de carne de vaca ou de cabrito
- d) Brita
- e) Carpintaria
- f) Serralharia
- g) Pedreiro
- Pequenos biscates
- h) Nada
- i) Outro Indique _____

11. Gosta deste local em que vive agora?

- 1. Sim
- 2. Não

12. Está contente com a casa que recebeu no âmbito do reassentamento?

- 1. Sim
- 2. Não

B. Beneficia de algum programa de desenvolvimento social da empresa que o reassentou?

- 1. Sim
 - a) Avicultura (criação de frangos)
 - b) Produção de hortícolas
 - c) Fomento Pecuário
 - d) Programa de fruteiras
 - e) Culturas de rendimento
 - f) Outro Especifique _____
- 2. Não

C. Beneficiou de alguma formação proporcionada pela companhia que o reassentou?

- 1. Sim

Qual das seguintes opções:

 - a) Operador de máquinas
 - b) Serralharia
 - c) Carpintaria
 - d) Corte e costura
 - e) Culinária

f) Microfinanças

g) Outro Especifique _____

2. Não

D. Acha que estes projectos melhoram a vidas dos seus beneficiários?

1. Sim

2. Não

E. Acha que estão disponíveis canais de comunicação para que possam ser canalizados os problemas da comunidade?

1. Sim

2. Não

F. Acha que a actividade da empresa que o reassentou ajuda a desenvolver a comunidade?

1. Sim

a) Porque passamos a ter acesso fácil a escola, posto de saúde e polícia

b) Porque recebi uma casa melhor

c) Porque consigo mais dinheiro

d) Tenho acesso fácil à comida

e) Outro Especifique _____

2. Não

a) Porque agora estou longe das instituições do Estado

b) Porque agora estou longe dos mercados

c) Porque sou obrigado a aprender nova forma de ganhar a vida

d) Porque minha situação financeira ficou pior

e) Porque a casa que me deram é pior que a que eu tinha na minha zona de origem

f) Outro Especifique _____

G. Acha que a actividade da mineração ajuda a desenvolver o país?

1. Sim

2. Não

H. Acha que o governo defende os interesses do país no que toca à mineração?

1. Sim

2. Não

I. Acha que o governo defende os interesses da comunidade em que vive?

1. Sim

2. Não

J. Faz parte de algum grupo ou associação?

1. Sim
- a) Grupo de poupança
- b) Associação de camponeses
- c) Associação de avicultores
- d) Comissão de reassentamento
- e) Outro Especifique _____
2. Não

K. Conhece algum mecanismo local (em funcionamento) de resolução de conflitos na comunidade?

1. Sim
- a) Tribunal comunitário
- b) Polícia comunitária
- c) Assembleia de anciãos
- d) Outro Especifique _____
2. Não

L. Já usou o posto de saúde local (inclui familiares mais próximos)?

1. Sim
2. Não

M. Já usou o posto policial local (inclui familiares mais próximos)?

1. Sim
2. Não

N. Usa ou já usou a escola local (inclui familiares mais próximos)?

1. Sim
2. Não

O. Possui emprego em alguma das empresas mineradoras que operam na região?

1. Sim
2. Não

P. Como você define a sua condição social hoje?

- a) Sou muito pobre
- b) Sou pobre
- c) Estou Melhor que antes
- d) Estou muito melhor que antes

4. Outra Especifique_____

Q. Adquiriu algum dos seguintes meios de transporte desde 2010?

- a) Bicicleta
b) Motorizada
c) Carro
d) Outro Especifique_____
-

R. Adquiriu algum dos seguintes electrodomésticos desde 2010?

- a) Rádio
b) TV
c) Computador
d) Geleira
e) Outro Especifique_____
-

S. Acha que a mineração ajuda a criar riqueza na comunidade?

- A) Sim
b) Não
-

T. Participou em alguma manifestação desde 2010?

- a) Sim
b) Não
-

U. Depois das manifestações as condições de vida melhoraram?

- a) Sim
b) Não
-

V. Acha que as organizações da sociedade civil em Tete dão voz aos problemas das comunidades reassentadas pelas empresas extractivas?

- a) Sim
b) Não
-

W. Acha que as políticas do sector da mineração melhoram a vida das pessoas afectadas?

- a) Sim
b) Não
-

X. Já ouviu falar em responsabilidade social das empresas extractivas?

- a) Sim
b) Não

Z. Se o convidarem para participar de uma manifestação nos próximos tempos vai aceitar?

- a) Sim
b) Não
-

A.A. Numa escala de 1 a 5, em que 1 representa péssimo e 5 excelente, classifique o desempenho do governo local na mediação dos interesses das comunidades hospedeiras das empresas extractivas.

1. Péssimo 2. Suficiente 3. Bom 4. Muito bom 5. Excelente
-

A.B. Sente que está a ser incluído no processo de tomada de decisão sobre as questões de extracção mineira em Tete?

- a) Sim
a) Não
-

A.C. Alguma vez recorreu aos assistentes comunitários da Vale Moçambique (ou Rio Tinto) para resolver algum problema relativo ao reassentamento ou aos projectos sociais?

- a) Sim
a) Não
-

A.D. Qual destas figuras você acha que tem sido mais interventiva na resolução dos problemas das pessoas afectadas pelas mineradoras?

1. Nível distrital:

- a) O administrador do distrito
b) O Secretário Permanente
c) O Chefe da Localidade
d) O Líder Comunitário
e) Outro Indique _____

2. Nível provincial:

- a) O Governador da Província
b) O Director Provincial dos Recursos Minerais
c) O Chefe da Secretaria Provincial
d) Director Provincial do Plano e Finanças
e) ONG's Provinciais
f) Outro Indique _____

A.E. Já esteve em algum encontro dirigido por, ou no qual estivesse presente, uma das figuras acima indicadas?

- a) Sim
b) Não
-

A.F. Acha que as leis produzidas para gerir a extracção dos recursos naturais acautelam as questões de desenvolvimento das comunidades afectadas?

- a) Sim
b) Não
-

A.G. Possui algum familiar que trabalha na Vale Moçambique ou na Rio Tinto?

- a) Sim
b) Não
-

A.H. Sabia que por lei uma percentagem das receitas da actividade mineira deve ser canalizada para o distrito onde a extracção ocorre?

- a) Sim
b) Não

Se Sim, acha que esse dinheiro está a ser investido na sua comunidade?

- a) Sim
b) Não
-

A.I Na história da governação de Moçambique pós-independência que aspectos julga terem transitado da governação de Samora para Chissano e deste para Guebuza?

1. O que transitou de Samora a Chissano foi:

- a) O autoritarismo dos oficiais governamentais
b) Abertura política dos líderes
c) A pobreza
d) As boas condições de vida que as pessoas tinham
e) O fácil acesso à informação sobre políticas públicas
f) O difícil acesso à informação sobre políticas públicas

2. O que transitou de Chissano para Guebuza foi:

- a) O autoritarismo dos oficiais governamentais
b) Abertura política dos líderes
c) A pobreza
d) As boas condições de vida que as pessoas tinham
e) O fácil acesso à informação sobre políticas públicas
f) O difícil acesso à informação sobre políticas públicas
-

FIM

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

2. Fotografias



Casas modelo, em Cateme



Casa de um reassentado em Cateme.



Chefe de Localidade (responsável por Mualadzi e Cateme)



Líder comunitário de 1º escalão.



Anexos construídos pelos reassentados da Vale.



Reassentadas a caminho da máquina de moer milho.



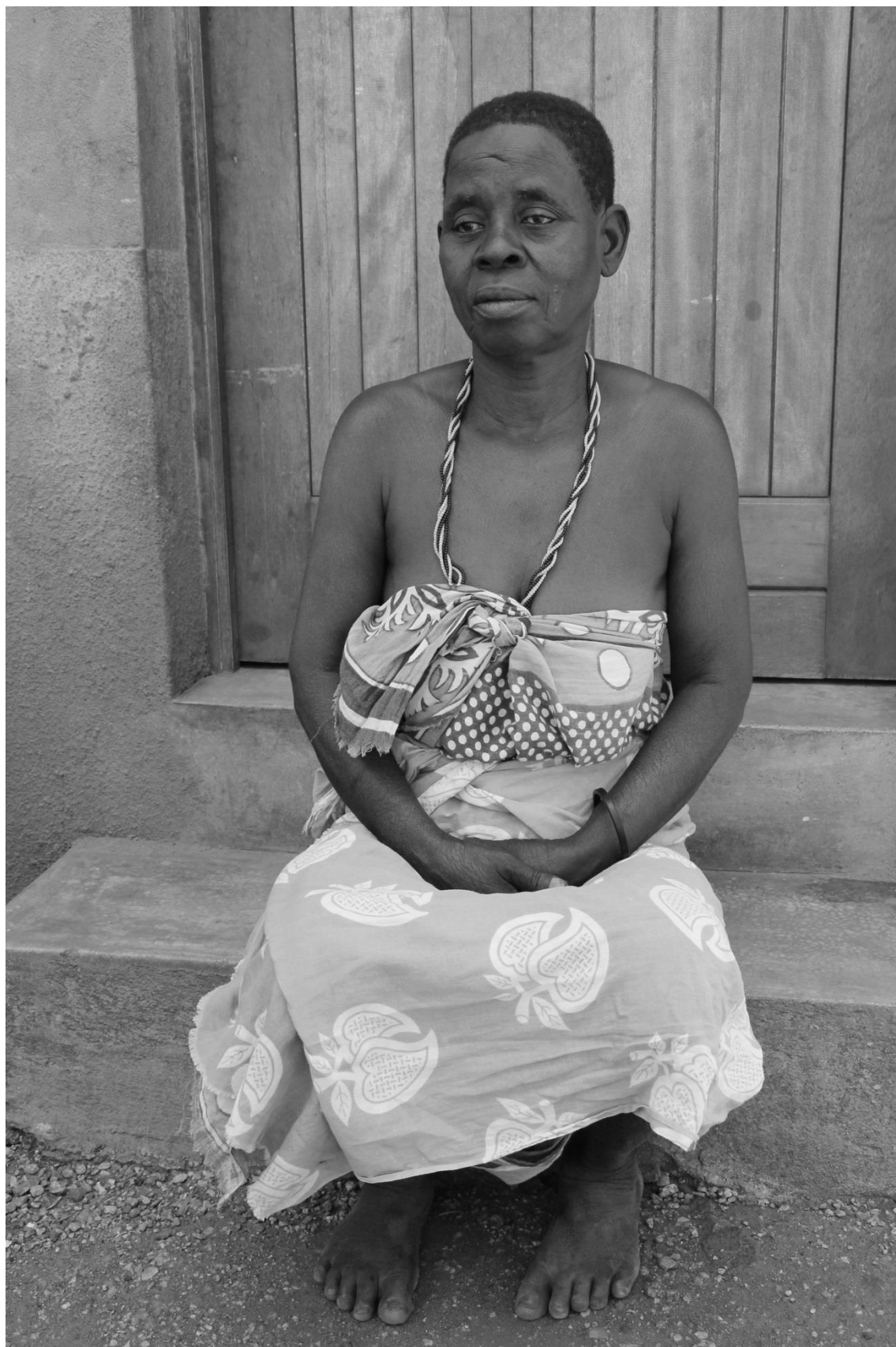
Fontanário do reassentamento de Cateme.



Algumas das crianças de Cateme.



Casas oferecidas pela Rio Tinto aos reassentados em Mualadzi.



Viúva reassentada em Mualadzi.



Líder comunitário do Bairro 25 de Setembro rodeada pelos seus netos.



Ex trabalhador da Odebrecht.



Ex combatentes da “guerra dos 16 anos” construir um muro no reassentamento do Bairro 25 de Setembro.



Mercado do Bairro 25 de Setembro em Moatize.



Filha de um empregado da Vale come *xima* (massa de milho) e rato do mato como acompanhamento.

ANEXOS

1. Mapa de Moçambique



In Human Rights Watch (2013)

2. Documentação sobre o investimento social da Rio Tinto

Rio Tinto

Coal Mozambique
Bairro Comunal de Matundo
Estrada Nacional 7, Parcela nº 1049
Tete - Moçambique
T +258 25220110
F +258 25220110

Tete, 24 de Março de 2014

N/Ref. 019/RTCM/CR/03/14

Exma Sra Elsa da Barca
Administradora do Distrito de Moatize
Moatize

Assunto: Relatório de implementação do Plano de Desenvolvimento Social de Benga – 1º Trimestre de 2014

Exma. Srª Administradora,

No âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Projecto de Carvão Benga aprovado por V.Excia, queira por favor encontrar em anexo o relatório de implementação do referido Plano referente ao 1º trimestre de 2014.

Neste momento todos os esforços estão sendo feitos para dar maior celeridade aos processos e solicitamos o apoio do Governo do distrito de Moatize para concretização desse objectivo.

Melhores cumprimentos,

Ivo Lourenço
Director geral de relações com comunidade e desempenho Social

Anexo – relatório do 1º trimestre de 2014 da implementação do Plano de Desenvolvimento Social de Benga.

Pilar	Projecto	Ponto Situação	Comentários
Apoio Institucional	Zoneamento económico e ecológico da vila de Benga.	Proposta de Termos de Referência preparados pela Rio Tinto para discussão pelo Comité de Implementação e posterior aprovação do Governo do distrito de Moatize.	Os Termos de Referência inicialmente elaborados eram para a preparação de um Plano de Pormenor da Vila de Benga. Contudo, posteriormente, as equipas técnicas da Rio Tinto e do Governo concluíram que devia-se elaborar um Zoneamento Económico e Ecológico da vila.
	Aquisição de equipamento informático para o Governo Distrital de Moatize.	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Realizado 1º encontro com o Governo do distrito em 19 de Março de 2014 A Rio Tinto aguarda os Termos de Referência a ser preparado pelo Governo Distrital.
	Construção e apetrechamento de uma esquadra policial na vila de Benga	O Projecto foi submetido pelo Comando Provincial da PRM a Rio Tinto em 12/03/2014; Decorre neste momento o processo de análise e revisão do Projecto, conjuntamente com o Governo Provincial e Distrital	
Saúde e Nutrição	Aquisição de um aparelho para a testagem CD4 para o centro de saúde de Moatize	Em processo de aquisição	Fornecedor já indicado pelo Governo de Moatize. Aguarda-se o fabrico e envio por parte do fornecedor.
	Aquisição de uma câmara para a conservação de vacinas para o centro de saúde de Moatize	Em processo de aquisição	Fornecedor indicado pelo Governo de Moatize. Apenas existe um fornecedor e detém o monopólio do mercado. Este fornece o produto de acordo com a disponibilidade.
	Aquisição de um gerador para o centro de saúde de Moatize	Em processo de concurso público.	O prazo do concurso teve que ser prolongado para que mais empresas fossem contactadas e pudessem submeter propostas visto que as 4 empresas que inicialmente apresentaram propostas não possuíam um Gerador com especificações solicitadas pela Direcção distrital de Saúde nos TdR.
	Aquisição de uma ambulância para o centro de saúde de Moatize	Ambulância já foi adquirida e encontra-se em fase de despacho alfandegário	A Ambulância foi adquirida na África do Sul. Neste momento está em curso o processo de exportação desta para Moçambique.

Pilar	Projecto	Ponto Situação	Comentários
	Desenvolvimento de um programa de HIV e SIDA	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Discussão inicial com o Governo do distrito de Moatize agendada para 27 de Março para definição de actividades e cronograma de implementação
Água e Saneamento	Promoção de latrinas melhoradas, gestão de água e campanhas de sensibilização sobre higiene e saneamento do meio	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Realizado o 1º encontro entre o Governo distrital e Rio Tinto em 18 de Fevereiro de 2014 A Rio Tinto aguarda os Termos de Referência a ser preparado pelo Governo Distrital.
	Construção de 2 sistemas de abastecimento de água as comunidades do Bairro 1º de Maio	Em fase de definição dos Termos de Referência.	O primeiro encontro entre os técnicos do Governo Distrital de Moatize e da Rio Tinto agendando para semana de 24 a 28 de Março.
Agricultura	Apoio ao programa de extensão rural no distrito de Moatize (aquisição de 6 motorizadas)	Adquiridas e disponíveis para entrega	
	Beneficiação do escritório do SDAE-Moatize	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Realizado o 1º encontro entre o Governo distrital e a Rio Tinto em 12 Março de 2014 A Rio Tinto aguarda, para implementação, pelo projecto e Termos de Referência a ser preparado pelo Governo Distrital.
	Reabilitação e ampliação do armazém insumos agrícolas do distrito de Moatize	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Realizado o 1º encontro entre o Governo distrital e Rio Tinto em 12 Março de 2014 A Rio Tinto aguarda, para implementação, pelo projecto e Termos de Referência a ser preparado pelo Governo Distrital.
Desenvolvimento de pequenos negócios de geração de renda	Desenvolvimento de projectos de geração de renda em Mualadzi e Benga	Em fase de definição dos Termos de Referência.	Solicitação feita pela Rio Tinto ao Governo Distrital de Moatize no dia 27/02/2014 para apresentação dos projectos em carteira

Responsabilidade Social da Empresa Rio Tinto

Projecto	Ano	Local	Orcamento (USD)
Promoção da saúde pública (promoção da saúde e prevenção de doenças)	2014	Moatize	75.000,00
Elaboração do plano de estrutura para a vila de Benga	2014	Benga Sede	50.000,00
Construção e apetrechamento de uma esquadra policial na vila de Benga	2014	Benga Sede	100.000,00
Desenvolvimento de um programa de nutrição	2014	Distrito de Moatize	30.000,00
Promoção do desporto	2014	Benga Sede, Nhambualalo, Muualadzi	25.000,00
Promoção da alfabetização e educação de adultos	2014	Distrito de Moatize	25.000,00
	2014	Benga Sede and Muualadzi	100.000,00
Desenvolvimento de um programa de HIV e SIDA	2014	Muualadzi	82.400,00
Promoção de pequenos sistemas de irrigação	2014	Benga Sede	50.000,00
Criação de um campo de multiplicação de material vegetativo	2014	Muualadzi	60.000,00
Construção de um tanque carracida	2014	Benga Sede	25.000,00
Estabelecimento de um viveiro escolar	2014	Muualadzi e Benga Sede	70.000,00
Melhoramento genético das espécies de bovinos e caprinos	2014	Benga sede e Muualadzi	75.000,00
Promoção de latrinas melhoradas, gestão de água e campanhas de sensibilização sobre higiene e saneamento do meio	2014	Distrito de Moatize	200.000,00
Construção de 2 sistemas de abastecimento de água as comunidades	2014	Distrito de Moatize	25.000,00
Beneficiação do escritório do SDAE	2014	Distrito de Moatize	25.000,00
Reabilitação e ampliação do armazém distrital de insumos agrícolas	2014	Benga Sede e Muualadzi	200.000,00
Desenvolvimento de pequenos negócios para geração de renda	2014		1.217.400,00

RioTinto

Spend to date – summary

Project	Spend (US\$)
Benga Coal Project	1.120.106
Zambeze Coal Project	2.183.973
Sponsorship and donations	2.837.166
Total spend (US\$)	6.141.246

Spend to date – Benga SDP

Projects	Location	Start	End	Spend (US\$)
Water supply and sanitation program	Benga	dez-10	jun-11	133.536,00
Education program	Capanga	fev-11	dez-11	5.192,00
Construction of a soccer field and provision of football equipment	Benga	jan-11	abr-11	9.201,00
Mobile clinic program	Benga e Mualadzi	jan-11	jun-13	493.857,00
Malaria and HIV&AIDS Awareness Campaign	Benga e Mualadzi	abr-11	jun-12	46.135,00
Promotion of drought tolerant crops	Benga e Mualadzi	jan-11	abr-11	16.076,83
Newcastle vaccination campaign and improvement of animal husbandry practices	Mualadzi	jan-12	dez-12	18.000,00
Road safety awareness campaign to children at school, in partnership with INATER	Moatize e Benga	jul-12	jul-13	59.350,00
Development of broilers production project	Mualadzi	jan-12	dez-12	56.111,65
Development of pigs production project	Mualadzi	jan-12	dez-12	59.333,33
Development of goat production project	Mualadzi	mar-13	dez-13	78.166,70
Girl Education – strengthen the ability to life (school council, basic adult education)	Mualadzi	set-12	set-14	119.980,00
Development of community nursery	Mualadzi	abr-10	jun-11	17.000,00
Training to local associations on start up and management of small businesses	Mualadzi	abr-10	jun-11	8.166,67
		Total spend (US\$)		1.120.106
		SDP budget (US\$)		3.474.919
		Balance at June/2013 (US\$)		2.354.813

RioTinto

Spend to date – Zambeze SDP

Project	Location	start	End	Spend (US\$)
Construction of additional classrooms at Nyanzire primary school	Tete municipality	abr-11	ago-11	12.415,00
Regional Faire of Education in Tete	Tete municipality	set-11	set-11	4.000,00
Mobile Clinic Project	Tete municipality	jan-11	jul-13	861.765,00
Promotion of drought tolerant crops and Newcastle vaccination campaigns	Tete municipality	set-11	dez-11	11.111,00
Rehabilitation of the irrigation systems in the Female prison in Tete	Tete municipality	set-11	set-11	10.791,00
Capacity building to Tailor Association of Matundo	Tete municipality	abr-11	mai-11	3.845,00
Rehabilitation of CETA Road in Matema ward	Tete municipality	abr-11	jun-11	61.423,00
Rehabilitation of Tete Municipality Assembly Hall	Tete municipality	abr-11	dez-12	275.731,00
Construction of the Municipal Market of Tete	Tete municipality			30.000,00
Urban Plan for Tete City and Detailed Urban Plan for M'paduè	Tete municipality			912.892,48
		Total spend (US\$)		2.183.973
		SDP budget (US\$)		5.000.000
		Balance at June/2013 (US\$)		2.816.027

RioTinto

Spend to date – Sponsorship and donations

Sponsorships and donations	Location	Spend (US\$)
Good deed days	Moatize district	120.000,00
First geology conference	Maputo	18.000,00
Participation of Mozambican female basketball team in 2012 African games	Maputo	8.000,00
Participation of Mozambican Judo team in Judo African games	Maputo	8.000,00
Sponsorship of African games held in Maputo	Maputo	20.000,00
Provision of football equipment to a provincial football team in Quelimane	Zambézia (Quelimane)	2.461,54
Construction of community ramp in Marromeu	Sofala (Marromeu)	17.346,15
Rehabilitation of Maritime Administration Offices in Chinde	Zambezia (Chinde)	31.660,96
Projecto Cure	Nacional	2.500.000,00
Sponsorship of School Games held in Tete	Tete Province	11.500,00
Support for flood relief	Nacional	70.000,00
Donations for the celebration of 54th anniversary of Tete city	Tete municipality	3.975,00
Donations for the celebration of 50th anniversary of Moatize town	Moatize district	15.522,20
Support to the Tete directorate of trade and commerce in the preparation of the Trade Fair in Tete	Tete Province	5.350,00
Support to the Provincial Government of Tete in the preparation of the trade fair (FACIM) in Maputo	Tete Province	5.350,00
	Total spend (US\$)	2.837.165,85

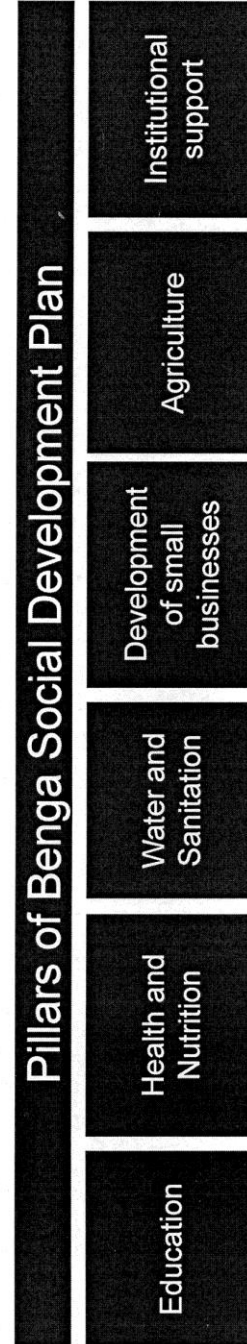
Revised Benga SDP

The Benga SDP was revised together with, and approved in Aug 2013 by, the Government of Moatize District and covers the period 2013 – 2015, with additional amount of US\$ 525,687.00

1. Revised Benga SDP

Period	2013 – 2015
Budget of original SDP	US\$ 3,474,919.00
Spend at June 2013	US\$ 1,120,106.00
Revised SDP budget 2013-2015	US\$ 2,880,500.00
Addition	+ US\$ 525,687.00

2. The SDP has the following pillars:



RioTinto

Revised Benga SDP – 2013 and 2014 projects

Project	Year	Location	Budget (USD)	Status
Acquisition of an Ambulance for Moatize district	2013	Moatize district	95.000,00	Order placed
CD4 and other HIV/AIDS testing equipment	2013	Moatize district	50.000,00	Order placed
Freezer for the preservation of vaccines, blood and test samples	2013	Moatize district	7.500,00	Order placed
Gen set for Moatize health post	2013	Moatize district	30.000,00	Rescoping
Support to acquire IT systems for the Government of Moatize district	2013	Moatize district	25.000,00	Order placed
Support to agriculture extension programs in Moatize district	2013	Moatize district	45.600,00	Delivered
		Total (USD)	253.100,00	
Promotion of public health campaigns	2014	Moatize district	75.000,00	
Land use plan for Benga village	2014	Benga	50.000,00	
Construction of police station in Benga village	2014	Benga	100.000,00	
Development of a nutrition program for Moatize district	2014	Moatize district	30.000,00	
Sports promotion	2014	Benga and Mualadzi	25.000,00	
Adult and girls education campaigns	2014	Moatize district	25.000,00	
Community HIV/AIDS program	2014	Benga and Mualadzi	100.000,00	
Promotion of small irrigation systems	2014	Moatize district	82.400,00	
Establishment of a system for multiplication of planting material	2014	Benga	50.000,00	
Construction of a tank for animal treatment in Mualadzi	2014	Mualadzi	60.000,00	
Establishment of a nursery in Benga school	2014	Benga	25.000,00	
Livestock improvement programs	2014	Benga and Mualadzi	70.000,00	
Awareness campaigns for promotion of improved latrines, water management and sanitation	2014	Benga and Mualadzi	75.000,00	
Construction of communities water supply systems in Moatize	2014	Distrito de Moatize	200.000,00	
Rehabilitation of Moatize agriculture department offices	2014	Distrito de Moatize	25.000,00	
Rehabilitation and expansion of the agriculture warehouse in Moatize	2014	Distrito de Moatize	25.000,00	
Development of small businesses for income generation	2014	Benga e Mualadzi	200.000,00	
		Total (USD)	1.470.500,00	

Revised Benga SDP – 2015 projects

Project	Year	Location	Budget (USD)
Construction and equipping of a Government office the Administrative Post of Benga	2015	Benga	75.000,00
Electrification of Benga village	2015	Benga	165.000,00
Expansion and equipping of health center Benga	2015	Benga	175.000,00
Construction of 3 residences for staff health in Benga	2015	Benga	100.000,00
Construction of 1 residence for the chief Doctor for Moatize district	2015	Moatize district	50.000,00
Promotion of public health campaigns (health promotion and disease prevention)	2015	Moatize district	75.000,00
Construction of waiting house for pregnant woman in the Moatize health centre	2015	Moatize district	45.000,00
Construction of operations bloc in the Moatize health centre	2015	Moatize district	100.000,00
Awareness campaigns for promotion of latrines, water management and sanitation	2015	Benga e Muiladzi	75.000,00
Construction of communities water supply systems in Moatize	2015	Moatize district	150.000,00
Acquisition of medical equipment (XR, ultrasound system, blood count, biochemistry)	2015	Moatize district	150.000,00
Sports promotion	2015	Benga e Muiladzi	25.000,00
Adult and girls education campaigns	2015	Moatize district	25.000,00
Development of small businesses for income generation in Benga and Muiladzi	2015	Benga e Muiladzi	200.000,00
		Total (USD)	1.410.000,00

3. Carta reivindicativa dos oleiros do Bairro 25 de Setembro

(2)

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE TETE

TETE

Excelência

Associação dos Oleiros do Ex – Bairro Chipanga, sedcada na Vila Mineira de Moatize, representada pelos senhores: Eduardo Ernesto, Evaristo José Malinganiza e Castro Amoda Camulio, moçambicanos, melhores identificados na Associação acima citada; vem por este meio em conformidade ao direito que confere da Associação com base do Memorando de Entendimento do dia 28.09.2010, apresentar a queixa com fundamentos seguintes:

Depois de paralisação de várias actividades económicas da Associação durante um ano, apareceu um Memorando de Entendimento acima referido. A empresa Vale Moçambique prontificou em pagar todas as despesas e outras obrigações de igual modo para todos, como compensação pela actividade perdida, no âmbito do reassentamento.

Quando chegou o momento da verdade, não fomos pagos de acordo com prometido conforme o nº 2 do Memorando de Entendimento, isto é, o Governo do Distrito de Moatize impediu o pagamento correcto.

A Associação de Oleiros é composta por 288 membros se caso não esteja resolvida a questão levantada poderá realizar uma orquestração contra a empresa Vale Moçambique. Cada membro da Associação tinha muitos trabalhadores que se encontram neste momento desempregados devido paralisação das actividades dos projectos que viola seus direitos à privacidade nos nºs 1 e 2 do artigo 5 da Lei nº 23/2007 de 01 de Agosto.

As alegações invocadas pelo Governo do Distrito de Moatize neste processo não foram legalmente provadas, pois, para a Associação não constituíram verdades.

O nº 2 do Memorando do Entendimento está claro, diz que devia pagar o valor não inferior de 100.000,00Mt ou não superior de 120.000,00Mt, mas em prática nós fomos pagos por 60.000,00Mt inferior de 100.000,00Mt como pode observar que há uma injustiça em anexos 1, 2 até 289 que ilustram os pagamentos de 60.000,00Mt.

Pelas razões acima aduzidas e vários dispositivos no processo em anexo a Associação em conformidade ao nº 2 do Memorando de Entendimento e a Lei nº 23/2007 de 01 de Agosto, vem

por este meio manter a sua decisão para tal que lhe seja retribuída o direito de pagamento de 100.000,00Mt a 120.000,00Mt do consenso das três partes.

Moatize, aos 02 dias de Abril de 2011

Representantes dos Oleiros

Assinam: _____

Com conhecimento:

- **Governo do Distrito de Moatize**
- **Vale Moçambique**

4. Resposta da Vale Moçambique a reclamação de um reassentado



Ao
Sr.
Edgar Rendição

Moatize, 30 de Abril de 2010

Ref.: Olaria cadastrada na unidade 01 de Chipanga

Informamos que a empresa está fazendo todos os estudos necessários para fazer a indenização das olarias existentes na área do projeto.

A sua olaria identificada em 08 de Fevereiro de 2010, totaliza um estoque de 85.000 tijolos (Oitenta e Cinco Mil tijolos). Será indenizada pela empresa assim que os estudos estiverem concluídos.

Atenciosamente,

p/ Maria Alice Henne da Silva

Maria Alice Henne
Gerente do Reassentamento

5. Notícias sobre impactos negativos da mineração em Moatize

15

Setembro 06-02-2015

NO CENTRO DO FURACÃO

Setembro 06-02-2015

Comunidades abandonadas e enclausuradas em zonas de mineração em Tete

Por: Inacemba Maláique Bila*

Em diferentes localidades dos distritos de Moatize e Maratiz, na Província de Tete, centenas de famílias humanas deslocadas vivem em condições precárias, com níveis mínimos de dignidade humana. Apesar de as populações não serem diretamente afetadas por mineração, os meios de subsistência, os meios de exploração de mineração e de extração.

Falta de água potável e o comprometimento da saúde
Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

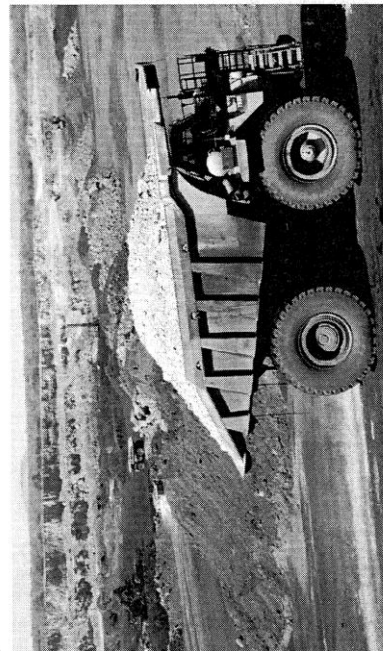
De acordo com testemunhas no local, a comunidade de Vila Sida de Chipungo para Cate, deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate, não possui serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

Um quadro geral de abandono e sofrimento
Entra-se às principais contradições de uma população abandonada, isolada e enclausurada em zonas de mineração. O quadro de abandono e sofrimento é evidente em Vila Sida de Chipungo para Cate, onde as famílias humanas vivem em condições precárias, com níveis mínimos de dignidade humana. Apesar de as populações não serem diretamente afetadas por mineração, os meios de subsistência, os meios de exploração de mineração e de extração.

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

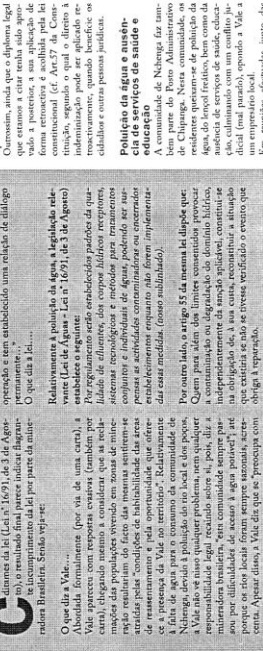


Comunidade de Vila Sida de Chipungo para Cate, abandonada e enclausurada em zonas de mineração em Moatize.



de mineração e de extração de minerais, não apenas para as comunidades locais, mas também para as comunidades locais. O quadro de abandono e sofrimento é evidente em Vila Sida de Chipungo para Cate, onde as famílias humanas vivem em condições precárias, com níveis mínimos de dignidade humana. Apesar de as populações não serem diretamente afetadas por mineração, os meios de subsistência, os meios de exploração de mineração e de extração.

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,



Encontros efectuados junto das comunidades locais em Moatize.

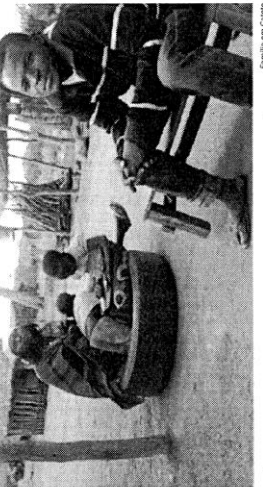
de ter sido removida. Suporta esta situação o facto de a comunidade de Vila Sida de Chipungo para Cate ter sido deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,

Originalmente, a comunidade de Cate, pertencente ao distrito de Moatize, na Província de Tete, foi deslocada para a zona de mineração de Vila Sida de Chipungo para Cate no final do conflito armado de 16 anos de duração. Nesta comunidade, não existem serviços de saúde, nem escolas, nem centros comunitários, nem locais de recreação. O Conselho Municipal de Moatize, através do seu presidente da República, Américo de Gusmão, em Agosto de 2013,



Família em Cate

Plano de Gestão Ambiental já prevê impacto negativo

O Plano de Gestão Ambiental já prevê este impacto negativo para a fase operacional da mineração. Este impacto é, aliás, previsto no documento que prevê a avaliação de impacto ambiental da mina de Vila Sida de Chipungo para Cate. O documento prevê a avaliação de impacto ambiental da mina de Vila Sida de Chipungo para Cate, onde as famílias humanas vivem em condições precárias, com níveis mínimos de dignidade humana. Apesar de as populações não serem diretamente afetadas por mineração, os meios de subsistência, os meios de exploração de mineração e de extração.



Família em Cate

A Lei e a Vale

Confrontados os argumentos da Vale com os direitos da Lei (Lei 16/91, de 3 de Agosto), o resultado não parece indicar qualquer vantagem para a comunidade local. O que se vê é...

Relativamente à poluição da água, a legislação nacional (Lei de Águas - Lei 16/91, de 3 de Agosto) obriga a Vale a garantir a qualidade da água potável e a garantir a qualidade da água para a agricultura e a pecuária. No entanto, a Vale não garante a qualidade da água potável e a qualidade da água para a agricultura e a pecuária. O resultado não parece indicar qualquer vantagem para a comunidade local. O que se vê é...

VALE "compra" terras às comunidades

Quando abordadas sobre as razões da permanência de aglomerados populacionais em áreas de mineração da Vale, nomeadamente em Catete e Nchenga, as autoridades distritais expressam-se de forma insegura e pouco esclarecedora. O Secretário Permanente Distrital, Tomás Paulo da Graça, disse que pouco domínio tinha dos "dossiers" em causa, pois tinha sido nomeado há relativamente pouco tempo, mas confirmou um crescendo de conflitos de terra na região carbonífera de Moatize, que se prolongam desde o ano 2000. "Desde essa altura, quer a população, quer as áreas de mineração da Vale, têm vindo a aumentar continuamente", disse.

Segundo confirmam as autoridades distritais, durante longo período de tempo, a Vale "negociava" directamente com as comunidades, para a ocupação das suas terras, atribuindo aos camponeses determinados valores monetários, segundo critérios desconhecidos, e fora de qualquer mediação estatal ou mecanismo de garantia da legalidade ou justiça de tais transacções.

Uma vez que estas transacções eram efectuadas sem qualquer documentação comprovativa, quando os camponeses reclamam que a Vale não está pagando os valores acordados, esta alega ter honrado os compromissos assumidos, acusando os camponeses de desonestidade. "Muitas vezes é nesta fase que o governo do distrito toma conhecimento" da ocorrência desses negócios de terra, afirma o Secretário Permanente do Distrito de Moatize. Por isso, continua o Secretário Permanente Distrital, nos anos passados, a VALE chegou a pagar cerca de 500 Meticais por terreno, o que cria conflitos com os camponeses, ao notarem que actualmente há camponeses que recebem milhares de Meticais.

Os valores de compensação são estabelecidos em sede de uma Comissão Multisectorial que examina e faz a uniformização e valorização dos bens no âmbito da expropriação para prevenir conflitos e situações de injustiça. Contudo, tem sido difícil esta estrutura resolver conflitos originados em processos anteriores, em que a Vale "negociou" directa e individualmente com os camponeses.

Segundo foi apurado no local, esta prática de "negociação directa" estendeu-se a outras empresas mineiras em Tete, incluindo a Rio Tinto: alguns camponeses da região que tinham recebido promessas de compensação pelas suas terras ocupadas pela Rio Tinto, manifestam-se agora apreensivas e inseguras, ao

saberem que a empresa australiana abandonou recentemente o projecto, tendo vendido os seus activos à empresa India Coal Ventures Ltd. (ICVL).

Estes factos levantam a hipótese de que, abandonadas e enclausuradas dentro do perímetro de exploração carbonífera, as comunidades de Catete e Nchenga tomaram-se "presas fáceis" das empresas mineiras, que lhes usurparam as terras e lhes deixaram sem acesso à água potável e a serviços básicos de saúde e de educação; sem no entanto assumirem a responsabilidade de as reassentarem em novas regiões, aonde deveriam garantir-lhes condições dignas de vida, conforme estabelecem os diplomas legais atinentes a esta matéria.

Entretanto, o Secretário Permanente disse recar que os conflitos de terra venham a continuar por muito tempo, "talvez entre 10, 15 ou mesmo 20 anos". Disse ter conhecimento de que as próprias instalações da Administração do Distrito devem ser removidas donde se encontram presentemente e "reassentadas" em novo local, ainda desconhecido.

Gado tresmalhado e processo judicial contra a Vale

Em Nchenga existem manadas de gado que tem andado tresmalhado através da selva há anos, tendo-se tornado rebelde, destruindo machambas da comunidade. As acções destes animais descomandados têm provocado avultadas perdas de culturas, quer de consumo, quer de rendimento. O gado, calculado entre 70 a 80 cabeças, é propriedade de um jovem empresário local, de nome Milton Fernando Baute. Antes dos reassentamentos de Catete e Bairro 25 de Setembro, em 2010, o jovem empresário também possuía uma pequena Indústria Moageira e uma pocilga, herdadas do pai, que tinha acabado de morrer.

Quando em 2010 as populações locais foram deslocadas, na sua maioria para Catete, havendo também algumas indemnizações, a Vale propôs-se a pagar a Milton Baute a quantia de 64.000,00 (sessenta e quatro mil meticais, ou seja, cerca de dois mil dólares americanos), de indemnização pelas infra-estruturas perdidas, nomeadamente pela moageira e pocilgas. O empresário não concordou com esta proposta, já que precisaria de terra e outros recursos para transferir o seu gado e iniciar uma nova vida, numa outra região. Mas a Vale manteve-se irredutível. Entretanto, com a população local evacuada para Catete, o negócio da moageira faliu, por falta de clientela. Por seu lado, os pastores do gado, deixados sem terra para cultivar para

o seu sustento, abandonaram os animais, demandando outras regiões. Em 2011 a Vale volta a contactar Baute, propondo-lhe agora uma indemnização no valor de 265 mil meticais. Nessa altura o empresário já calculava os danos e perdas acumulados na ordem de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil meticais), com a paralisação da moageira, destruição da pocilga e perda de gado, cujos pastores o tinham abandonado. Mas a Vale "torceu o nariz" e não mais voltaria ao diálogo, desde então (2011).

Entretanto, o gado tresmalhado, tendo-se tornado selvagem, vinha atormentando a comunidade local e destruindo suas machambas. É neste momento que os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), baseado-se numa notificação dos Serviços Provinciais de Pecuária de Tete, ordenam ao proprietário a proceder ao abate imediato do gado, alegadamente para prevenir o surgimento de doenças junto dos animais. De contrário, o governo distrital iria confiscar-lhe os animais e abatê-los! O empresário estranhou o surgimento desta ordem, na ocorrência do seu litígio com a Vale, e que era do pleno conhecimento das autoridades. "Estranhamos muito esta decisão do governo, porque estávamos à espera que o governo nos apoiasse no nosso litígio com a Vale", diz um parente próximo do empresário. Para este, a ordem do governo acarretaria perdas ainda maiores: por isso não a acatou.

Na sequência, em Março de 2014 o empresário intentou uma acção judicial contra a Vale, junto do tribunal judicial distrital de Moatize, pedindo uma indemnização à mineradora brasileira, por perdas e danos, no valor de 820.000 (oitocentos e vinte mil meticais), resultantes da perda de 82 cabeças de gado, vendidas ao preço de 10.000,00 (dez mil meticais) por unidade.

Não tendo a Vale apresentado qualquer contestação nos prazos estabelecidos pela lei, a mineradora foi, em Junho de 2014, condenada no valor da indemnização pedido. Contudo, a empresa recorreu da sentença, alegando nunca ter sido citada no processo do pedido da indemnização. "Eles lançaram mão de muito expediente estranho, manobras dilatórias", afirma uma fonte próxima do processo. Assim, em Dezembro de 2014, o processo ainda corria os seus trâmites, já ao nível do tribunal judicial provincial, na Cidade de Tete. Enquanto isso, o empresário, sem qualquer apoio do Estado, sem as suas terras, gado e infra-estruturas (moageira e pocilgas) vai acumulando prejuízos, desde 2010.

Comunidade de Cassoca enclausurada em vedação da Jhindal

A entrada da concessão da empresa indiana Jhindal, no Distrito de Marara, o clima é bastante intimidante: é apenas permitida a entrada de quem vai visitar parentes. É também proibido tirar fotografias bem como entrevistar trabalhadores ou quaisquer membros da comunidade local. Organizações da sociedade civil locais, como a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAJC) afirmam que, quando qualquer informante local é encontrado a prestar declarações a pessoas "estranhas", é severamente punido, em acção coordenada entre o líder da aldeia e a Jhindal. A punição pode incluir arrancar o telemóvel do "infractor" ou despedi-lo da empresa, se for trabalhador da mesma.

Um informante que aceitou prestar declarações aos pesquisadores pediu para falar escondido dentro da vatura. Um outro informante que conseguiu ludibriar a vigilância prestou declarações rápidas e desapareceu. Ambos referiram que vivem numa "prisão ao ar livre"; privados de levar uma vida social normal e vigiados como se fossem pessoas estranhas "no estrangeiro". Disseram ter ouvido dizer que vão ser deslocados dali e reassentados na localidade de Nhamatua. Contudo, não sabem mais nada a respeito do assunto: nem quando serão consultados nem para quando podem esperar pelo início de tal processo. Dizem ter recebido promessas de que ser-lhes-ão atribuídas casas e os que têm gado vão receber currais.

Como parte de uma nova divisão

administrativa do país, o distrito de Marara foi criado em 2013, resultando da elevação do posto administrativo do mesmo nome, que fazia parte do distrito de Changara. Na opinião do Administrador do novo distrito, grande parte dos desmandos cometidos pela mineradora indiana eram devidos à distância física que separava a mina da sede distrital de Changara. Com a presente proximidade física do novo distrito ao local da mineração, incluindo um comando distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) tais práticas abusivas deverão diminuir, refere o administrador.

Entretanto, indagado sobre as condições de licenciamento da Jhindal, tais que permitiriam a mineradora iniciar as suas actividades antes do reassentamento da população em local seguro, o Administrador distrital preferiu não se pronunciar. Mas afirma que já existe um plano para a evacuação da população daquela região, prevendo-se o seu reassentamento numa zona distante, em Xirodzi. Mas não tem qualquer informação factual sobre o processo, incluindo datas prováveis.

No tocante à poluição ambiental, os informantes referiram que o carvão extraído das minas era lavado em reservatórios da mineradora, não havendo escoamento da água para o rio Zambeze, e que até agora não havia indícios de contaminação do lençol freático. Nas condições de limitação ao acesso na zona, não foi possível à equipa de pesquisa confrontar esta informação com outras fontes independentes.

*Pesquisadora do SEKELEKANI



Matrículas para 2015

A Escola Comunitária Luís Cabral-ECLC informa aos pais, encarregados de educação e ao público em geral, que ainda tem vagas para matricular alunos das 6^a, 7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a e 12^a classes por 350,00 meticais. Podendo obter mais informações na secretaria daquela escola sítio na sede do bairro Luís Cabral, entrada a partir da Junta ou Maquinague ou pelo telefone: 847700298.

QUERES IR RÁPIDO E LONGE?
CHEGOU O LETZGÔ.



MAPUTO → BEIRA
Apenas 4.699MT

(Preço único de ida, com taxas incluídas)

6. Notícias sobre protestos populares em Moatize

Sexta-feira, 20 de Novembro de 2015 | N.º 11 | 3

DESTAQUES

Evocação da Lei de Amnistia

Os agentes evocam ainda a Lei de Amnistia dos crimes contra a segurança do Estado que foram cometidos por cidadãos nacionais no período do conflito armado. Os agentes ora expulsos entendem que deviam ter beneficiado da mesma lei e assim não ser expulsos da corporação.

“Entrou em vigor a Lei da Amnistia, que beneficiou pessoas acusadas de terem morto seus semelhantes, nesses tiroteios que se verificaram na altura. Será que o não termos entrado nos autocarros para Gorongosa constitui um crime tão irreparável que não merece beneficiar de perdão?”, indaga um dos agentes.

Estes e outros argumentos estão a ser preparados por este grupo de antigos membros da Polícia da Guarda Fronteiras, que se diz ter paciência suficiente para acompanhar a tramitação do seu dossier, até que se convençam de que nada mais há a fazer, num caso que, certamente, promete deixar correr muita tinta. **(Redacção)**

NO DISTRITO DE MOATIZE

Agentes da Polícia voltam a usar armas para impedir manifestação

Tete (Mulambe) - Quatro agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), no distrito de Moatize, munidos de armas de fogo, reprimiram uma manifestação popular no povoado de Kankhope. A população protestava contra a proibição de trânsito por uma rodovia que dá acesso à vila-sede do distrito

A manifestação acontecia na manhã de ontem quando agentes da PRM foram despachados para o local. Chegados lá, puseram-se a disparar armas de guerra, como forma de dispersar os manifestantes, que se manifestavam pacificamente.

Mesmo com tiros de armas de fogo, a população não recuou. Antes pelo contrário, os disparos tiveram um efeito catalisador, chegando ao ponto de elevar os ânimos. No entanto, a situação viria a ser apaziguada pelo chefe distrital das Operações da PRM, que se fez ao local para acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos.

Importa referir que esta é a segunda vez, em menos de duas semanas, que elementos da PRM no distrito de Moatize usam armas para reprimir manifestação popular pacífica. Na semana passada foram os residentes do povoado de Capanga que viram dois dos seus vizinhos a serem feridos e outros tantos detidos, por se terem manifestado contra o atraso no seu reassentamento da parte da mineradora ICVL, que

adquiriu a mina da Rio Tinto, em Benga.

No caso de ontem, o protesto era contra a Vale. O caso tem a ver com o facto desta mineradora ter mandado fechar a via de acesso (estrada) tradicional que leva até à vila sede de Moatize. Uma vez fechada a rodovia que a população diz ser sua preferida, por ser de um percurso mais curto, esta resolveu barricar a estrada.

Ana Maria Armando, residente naquele povoado, disse à nossa Reportagem que a Vale Moçambique declinou responsabilidades sobre o fecho da rodovia, uma vez que aquela população reside na área concessionada à Rio Tinto, que viria a vender as suas acções à ICVL. Portanto, nada pode fazer por aquele povoado.

No entanto e de acordo com a nossa interlocutora, sabe-se que “a Vale Moçambique reconhece as suas obrigações em relação à estrada, pelo que está em processo o capítulo das indemnizações. O problema aqui reside no facto de a estrada que utilizamos para a vila de Moatize significar apenas

Cont. →

REPORTAGEM

cinco quilómetros de caminhada, enquanto pela nova, construída pela Vale, são 60 quilómetros. Se querem que usemos esta última, que nos disponibilizem um meio de transporte!”.

Por seu turno, Pangaia Crisocho Pangaia, também residente do mesmo povoado, diz que a mineradora Vale Moçambique “montou um sistema de tubagem para drenar água usada na lavagem do carvão e outros fins. Este sistema de condutas está obsoleto e deixa escapar produtos tóxicos que acabam por prejudicar os solos, uma vez que são drenados para o rio, cujas águas, por fim, invadem as nossas machambas, com consequências trágicas para a produção agrícola”.

Água poluída por minérios

Os residentes do povoado de Kankhope não dispõem de fonte local de abastecimento de água potável porque os lençóis freáticos estão poluídos. A água potável abastecida a esta povoação vem de Moatize, através de tanques.

Esta situação é resultado da poluição originada pela invasão das regiões de captação por produtos tóxicos expelidos pela tubagem obsoleta da mineradora Vale Moçambique. Antes da implantação dos mega-projectos, a população servia-se das zonas baixas para abrir poços, mas que agora estão a ser invadidas por águas contaminadas.

A propósito, Borges Arriscado Cathema, líder comunitário daquele povoado, disse que o Governo Distrital tem conhecimento do problema, mas em nenhum momento se mostrou prestável para o resolver. “Não sabemos porquê, mas a verdade é que as autoridades são sempre informadas da situação, mas nunca intervieram”.

Segundo Cathema, a Vale prometeu indemnizar a população, num valor ainda não especificado, pelos danos causados nas suas machambas e que estes poderiam ficar calmos e tratarem os seus documentos de identificação para poderem ter direito à prometida compensação. “O que estamos a ver agora é que a empresa está a dar dois mil meticais a cada agregado familiar, como forma de aguentar, enquanto as indemnizações não aparecem. E, como a população não tinha nada para comer, algumas famílias aceitaram estas migalhas”, disse aquele líder.

Entretanto, o Mulambe sabe que uma organização da sociedade civil, a Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades, já esteve no local e orientou os residentes para não receberem qualquer valor monetário, porque ainda não se sabe a quanto é que cada família tem direito.

A referida organização, que prometeu seguir o problema a par e passo, diz acreditar que as indemnizações pelas machambas poluídas podem chegar a cem mil meticais para cada família (Redacção).





Canalmoz
diário digital

www.canalmoz.co.mz | ano 6 | numero 1293 | Maputo, Terça-Feira 16 de Setembro de 2014

Director: Fernando Veloso | Propriedade da Canal 1, lda

Sede: Av. Samora Machel n.º 11 - Prédio Fonte Azul, 2º Andar, Porta 4, Maputo | Registo: 18/GABINFO-DEC/2009

e-mail: veloso.f2@gmail.com | graficocanalmoz@gmail.com | Telefones: 823672025 - 842120415 - 828405012

Oleiros de Moatize voltaram a manifestar-se contra a “Vale”

“Vale” manda chamar a Polícia da República de Moçambique, que realiza espancamentos

Tete (Canalmoz) – Centenas de oleiros da vila de Moatize, na província de Tete, voltaram a manifestar-se na manhã do passado domingo junto às instalações da multinacional brasileira “Vale”. Os manifestantes bloquearam as duas vias que dão acesso à empresa, exigindo celeridade no cumprimento do acordo alcançado entre a mineradora “Vale” e os oleiros, que basicamente se resume em compensações.

Segundo o líder dos oleiros de Moatize, Refo Agostinho, tudo o que foi alcançado nas negociações que tiveram não está a ser cumprido pela “Vale”. “A ‘Vale’ recusou-se a pagar as indemnizações. No entanto, chegámos ao

acordo para nos financiarem em equipamentos de fabrico de blocos e todo o material”, conta Refo Agostinho.

Segundo Agostinho, depois do acordo, a ‘Vale’ prometeu que dentro de dois meses podia começar a financiar. “Mas, de lá para cá, passam quatro meses, nada foi cumprido. Não faz sentido que, depois de acordarmos tudo, ficamos tanto tempo à espera. Nós estamos a ficar prejudicados, a empresa continua a tirar o carvão”, disse Refo Agostinho ao “Canalmoz”.

PRM espanca os manifestantes

A Polícia da República de Mo-

çambique foi chamada para o local. Como sempre, a Polícia voltou a usar da força contra pessoas indefesas. Usando cassetetes, e sendo portadores de armas de guerra AKM, os agentes da Polícia espancaram os manifestantes. “Não provocámos ninguém, estamos a exigir os nossos direitos, mas a Polícia bate-nos sem motivo. Que tipo de Polícia é essa, que semeia medo e terrorismo no povo?”, desabafou Refo Agostinho.

Desde 2009, os oleiros vêm travando uma luta para que os seus direitos sejam reconhecidos. Desde então, já houve uma série de manifestações. (José Pantie)

Deserções na Frelimo no distrito de Boane

Membros da OMM filiam-se no MDM na província de Maputo

E acusam Armando Guebuza de ter recebido duas cabeças de bois e um cabrito e ter prometido água e energia, mas não cumpriu nenhuma das promessas

Maputo (Canalmoz) – Vinte e seis membros do braço feminino da Frelimo, a Organização da Mulher

Moçambicana (OMM), acabam de desertar e filiar-se no Movimento Democrático de Moçambique

(MDM). O acto aconteceu na localidade Beluluane, posto administrativo de Matola-Rio, distrito

7. Acta de encontro entre a Kenmare e uma das comunidades de Topuito



Kenmare Moma Mining (Mauritius) Limited
Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited

DTOS Ltd, 4th Floor, IB1 House, Caudan, Port Louis, Mauritius
Chatham House, Chatham St., Dublin 2, Ireland.
Rua de Chuindi No.67, R/C, Maputo, Mozambique.
Website: www.kenmareresources.com

Tel: +353 1 671 0411
Tel: +258 21 499 701
Dublin Email: info@kenmareresources.com

Fax: +353 1 671 0810
Fax: +258 21 499 731



*Assinatura
Andes*

Reunião Ordinária da Comunidade Data: 23 de Outubro de 2014 Hora: 09:00 Horas Sítio: Campo de Exploração (Antigo acampamento) Agenda: ❖ Relatório sobre os projectos de geração de rendimento ❖ Estágio actual da Escola Técnica de Topuito ❖ Festival de Cultura na localidade de Topuito ❖ Gestão dos 12 hectares entregues ao Governo ❖ Diversos	Presidida por: Francisco Holofate Minuta: Abdul Simba
	Presenças: Kenmare 1. Francisco Holofate (FH) - Kenmare 2. Abdul Simba (AS) - Kenmare 3. Eduardo Massinga (EM) - Kenmare 4. Antonio Mulicote (AM) - KMAD 5. Raju Nuro Awaze (RA) - Kenmare Governo 1. Cândido F. Ualuto (CA) - Director do SDAE do Distrito de Larde 2. Antonio B. Camelo (AB) - Director do SDEJ do Distrito de Larde 3. Miranda Manuel Pariri - Representante do Chefe da Localidade Líderes Locais (lista em anexo)
Ausentes: ❖ Secretário e 1º Secretário do Bairro de Tibane ❖ Chefe da Localidade de Topuito	
Acta do Encontro Comunitário realizado no dia 05 de Março, 2014	

ITEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
1	SAUDAÇÃO E APRESENTAÇÃO		
1.1	A reunião foi presidida pelo Sr. Francisco Holofate (FH), que começou por saudar todos os presentes na sala e em seguida pediu para que todos os presentes se apresentassem. Feitas as apresentações, o Sr. FH fez a leitura dos pontos de agenda que estariam em discussão durante o encontro.		
2	ACTAS ANTIGAS		
	Não foram entregues e nem foram assinadas actas antigas porque a distribuição das mesmas aconteceu no mês anterior.		
3	DISCUSSÕES		
3.	Para iniciar com a abordagem dos temas FH pediu para que o Sr. Antonio Mulicote (AM) explica-se qual o ponto de situação actual dos projectos de geração de rendimento.		
3.1	Relatório sobre Projectos de geração de rendimento: O Sr. AM, começou por explicar qual o ponto de situação dos projectos para os últimos dois meses, uma vez que houve um encontro há dois meses em que teve a oportunidade de trazer a lista dos projectos que tinham sido fechados. Referiu-se que no Bairro de Naholoco perdemos um projecto de criação de galinhas (frangos), isto porque um dos membros aproveitou-se do dinheiro financiado, cerca de setenta e seis mil meticais, e desapareceu daquele bairro. No mesmo		

ITEM	TEMA	Acção ou comentário	Até dat
	<p>bairro perdemos mais um projecto de Peixaria, pois, quando um dos membros foi a Nampula vender o peixe, um dos restantes membros vendeu o material (congelador) na vila de Larde, mas felizmente mais tarde conseguiu-se recuperar o material com ajuda do secretário do Bairro e da polícia. Tendo restado cerca de oito mil e quinhentos meticais na poupança do grupo, a KMAD voltou a financiar vinte mil meticais e revitalizou o projecto. No entanto passando um mês de funcionamento, novamente um dos membros que fazia viagens frequentes a Nampula para vender o peixe não voltou mais e foi impossível contacta-lo telefonicamente e muito menos localiza-lo localmente. Neste momento o projecto encontra-se fechado e comunicamos a polícia para nos ajudar a localizar o indiciado.</p> <p>No bairro de Topuito havia um projecto de venda disel, com líderes influentes em frente do projecto, mas infelizmente foi a falência. Também foram a falência os projectos de venda de material de construção, de lanchonete, padaria, construção de latrinas melhoradas. Este último, o Sr. Mathiela estava em frente do projecto e apoderou-se de cerca de cinquenta e tal mil meticais e desapareceu da zona. No bairro de Tibane, havia projecto de Peixaria mas um dos membros levou o dinheiro alegando que ia comprar carapau em Nampula e nunca mais voltou.</p> <p>No bairro de Cabula, o Sr. AM disse ainda que está em funcionamento o projecto de costura (venda de <i>sacos</i>), mas este ultimo enfrenta algumas dificuldades, porque alguns membros mudaram-se para outros bairros levando consigo as máquinas e isso pode levar o grupo a falência tal como aconteceu com outros projectos.</p> <p>Para terminar a explicação sobre o ponto de situação dos projectos de geração de rendimentos, o Sr. AM fez saber que em Nathaka, Nathuko e Mpaco existem projectos de produção de vegetais cujo os membros possuem crachás, mais actualmente os membros entregam os crachás a indivíduos que compram estes produtos em Nampula para revenderem na IFS (empresa que garante alimentação para os trabalhadores da Kenmare) em troca disso recebe uma parte do dinheiro.</p> <p>Terminada a explicação do Sr. AM, o Sr. FH interveio, dizendo o seguinte, para os grupos de vegetais a empresa teve de contratar um agrónomo para dar formação a estes grupos durante dois anos, ensinando técnicas de como podem produzir, cuidar e vender os vegetais. Com isso esperava-se que estes grupos locais tivessem capacidade de produzir quantidades enormes para vender a cozinha da IFS e para a comunidade local ou mesmo noutros distritos da província e não eles trazer da cidade de Nampula para cá. Entretanto, importa referir que a cozinha tem capacidade de comprar estes produtos de Nampula e até da Europa ou da Africa do Sul, mas o faz em quantidades ínfimas contando que o resto dos produtos devem ser comprados localmente como forma de ajudar as comunidades locais a se desenvolver tal como foi concebido no plano estratégico no que se refere ao desenvolvimento comunitário.</p> <p>O Sr. FH aproveitou da palavra para pedir aos Directores do SDAE e SDEJT do distrito de Larde para apoiarem de modo a inverter o cenário dos projectos que</p>		

MEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>estão sempre a fracassar, pois, trata-se de uma situação preocupante. Por sua vez o Director do SDAE, o Sr. CA (Candido F. Ualuto), pediu para que os líderes explicassem o que está a acontecer realmente.</p> <p>O Sr. Ali Massonia (AM), disse que ele e os seus membros produziam vegetais mas mais tarde foi notar que não lhe davam nenhum rendimento e decidiram abandonar esta actividade.</p> <p>O Sr. Ossufo Mucussete (OM), 1º secretário do Bairro de Nathuko, disse que abandonaram a produção de vegetais porque falaram com a KMAD para ajudar a criar um sistema de abastecimento de água para garantir a produção em todas as épocas mas não lhes forneceram. E como os membros precisam de dinheiro para sustentar as suas famílias eles virão-se obrigados a adquirir estes produtos a partir da cidade de Nampula.</p> <p>O Sr. SS reafirma que realmente este problema no fracasso dos projectos é uma realidade no seu bairro, mesmo com o fundo de 7 milhões do Governo ninguém fez algo visível, todos gastaram o dinheiro e até aqui ninguém consegue desenvolver. Sendo assim ele sugere que agora o dinheiro para projectos de rendimento seja entregue a indivíduos que tem experiência na gestão de negócios apesar de que a filosofia do Estado e da KMAD é beneficiar pessoas mais carenciadas, mas infelizmente são estas pessoas que não conseguem desenvolver algum negócio e gastam dinheiro para necessidades da família.</p> <p>Terminadas as explicações dos líderes, o Director do SDEJT disse que ficou satisfeito com a intervenção do responsável na gestão projectos quando mencionou que existem vários projectos ligados a geração de rendimentos, mas no final ficou desapontado ao saber que alguns desses projectos estão encerrados. Fez saber que já teve oportunidade de estar em contacto com a população dos diferentes bairros desta localidade e em quase todas comunidades queixa-se que a Kenmare não ajuda as pessoas da localidade de Topuito e só apoia pessoas que surgem de outras regiões do país, entretanto, acabou de aperceber-se que há vários projectos mas todos terminaram em fracasso, estes projectos todos estão na mesma localidade de Topuito onde dizem que a Kenmare não está a ajudar. O dinheiro que a empresa disponibiliza é para produzirmos mais para podermos devolver para que as outras pessoas possam se beneficiar do mesmo dinheiro, sendo assim apela-se aos líderes para puder encontrar uma forma simples para juntos identificarem pessoas honestas para se beneficiarem desse dinheiro.</p> <p>O Director do SDAE por sua vez disse que está triste pelo fenómeno que está a acontecer com os projectos e fica preocupado, pois em vez de se aumentar a renda familiar das famílias de Topuito estamos a diminuir, sendo assim, como as pessoas que recebem o dinheiro fogem este sugere que se crie um comité na altura de atribuição do dinheiro para que não seja apenas o secretário a identificar as supostas pessoas honestas. Mas acrescentou ainda o governo irá sentar com os líderes para discutir as estratégias para gestão desses projectos.</p>		
3.2	<p><u>Festival da Cultura</u></p> <p>Sobre o festival da cultura, FH começou por explicar que será a primeira vez que a Kenmare decide apoiar a realização de um evento similar, isto porque pensou-</p>		

TEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>se seja muito importante que as nossas culturas prevaleçam e sejam mantidas. Portanto referiu que o evento irá decorrer no dia 8 de Novembro do corrente ano na sede da localidade de Topuito. E para melhor esclarecimento deste assunto, o Sr. FH convidou o seu colega o Sr. Eduardo Massinga (EM) que explicou que a iniciativa de organizar um festival da cultura na localidade de Topuito partiu do contacto que o departamento tem com a comunidade nos diferentes bairros. Portanto este festival contempla danças tradicionais, todo tipo de artes, como é o caso de pessoas que saibam fazer esteiras, sextos, esculturas, painéis de barros e que saibam cozinhar (culinária). Fez saber que decorrerá um concurso onde se irá premiar em valores monetários os melhores nas diferentes categorias.</p> <p>O Director do SDAE questionou se este festival e os grupos que vão participar serão apenas da localidade de Topuito. Sr. EM, disse que nesta fase inicial será apenas nesta localidade, evitando-se estender para outras zonas sem que se tenha experiência uma vez que será a primeira vez, mas a previsão é de estender para todo Distrito de Larde nos próximos anos.</p>		
3.3	<p><u>O Estágio da Escola Técnica</u></p> <p>O Sr. FH introduziu este assunto começando por lembrar que as culturas presentes na área onde será construída a Escola Técnica não serão compensadas quando iniciar com a construção conforme o acordo tido anteriormente, alertando que o tempo para as pessoas tirarem as suas culturas já chegou, pois, a intenção é de se iniciar com as obras ainda este ano.</p> <p>FH fez saber que abriu-se um concurso público no jornal em todo Moçambique e escolheu-se um empreiteiro, tratando-se dum projecto muito grande a empresa não podia acompanhar este processo sozinha, sendo assim, a empresa convidou o governo para estar a par do processo. Dito isto, convidou o Director do SDEJT para explicar em que fase encontra-se o processo de construção da Escola Técnica.</p> <p>Por sua vez, o Sr. Antonio Basilio (AB) tomou da palavra, e lembrou aos presentes que o Distrito de Larde é um novo distrito no nosso País, e para nova Direcção do Distrito foi uma grande surpresa ouvir dessa grande construção da Escola Técnica, mas mesmo assim a nova equipa encarregou-se de dar seguimento a este projecto. Feito o concurso público concorreram cinco empresas, dentre os cinco concorrentes e foi apurada apenas uma empresa de nome BLM. Esta empresa já foi notificada oficialmente como vencedora deste concurso, neste momento falta chamar um representante da empresa para vir visitar o local onde vamos construir a Escola e assinar o contrato para iniciar com as obras.</p> <p>O Director dos SDEJT aproveitou a oportunidade para endereçar aos presentes votos de agradecimento pelo facto do Distrito de Larde beneficiar-se duma Escola Técnica desta natureza, uma vez que dos cento e cinquenta e oito Distritos existentes actualmente no país, a maioria não possui uma Escola Técnica desta natureza, que não se limita apenas a formar o Homem a saber escrever, também para poder saber fazer. Apelou também para recebermos a Escola com as duas mãos, pois o nosso distrito e em particular a nossa localidade irá mudar com a vinda desta Escola.</p> <p>O Director dos SDEJT disse também que o Governo do distrito irá influenciar o</p>		

TEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>empreiteiro para que alguma parte da mão-de-obra, como por exemplo, alguns pedreiros, guardas, carpinteiros por recrutar para construção sejam pessoas desta localidade.</p> <p>O secretário do Bairro de Topuito o Sr. SS, pediu a palavra e informou que os indivíduos que têm machambas que estão na zona da escola técnica já estão conformadas por não terem nenhuma compensação, pois, estão satisfeitas por terem uma escola técnica na sua localidade. Nessa óptica de ideia, aproveitou para pedir ao governo do distrito de Larde para que negocie com os empreiteiros de modo a que os secretários possam ajudar no recrutamento de assistentes que forem seleccionados para trabalhar na obra.</p> <p>Sobre o pedido feito pelo secretário de Topuito ao Governo do distrito, o Director da SDEJT, respondeu dando exemplo ao critério usado para a selecção do empreiteiro que irá construir a Escola Técnica, onde foi seleccionado o melhor empreiteiro com base nos requisitos. Nesta ordem de ideia quando a empresa estiver a fazer a selecção da mão-de-obra irá fazer com base nos requisitos e nas competências que estes têm, o Governo irá exigir para o empreiteiro incluir a comunidade local durante o processo de selecção.</p>		
3.4	<p><u>Gestão dos Doze Hectares Entregues ao Governo</u></p> <p>FH disse que colocamos este tema na agenda dessa reunião porque existem pessoas que têm questionado a Kenmare se eles podem usar ou não a área de doze hectares, e a resposta que temos dado é que a área está entregue ao Governo, e cabe a estes e/ou liderança local decidir quando e a quem pode ser dado para usar esta área. Informar que existe um grupo de agricultores que está a ser treinado em práticas relacionadas com agricultura de conservação que já mostrou interesse junto a empresa em usar esta área para o projecto de agricultura de conservação para evitar carregar o seu composto para as suas machambas que se encontram mais distantes. Mas a nossa resposta foi a mesma de que não cabe a nós decidir sobre essa área somente o governo e os líderes da zona.</p> <p>Dito isto, o Sr. FH deu a palavra ao governo para abordar sobre este tema, no qual o Sr. Candido Ualuto, Director do SDAE, tomou a palavra e disse que o Governo já recebeu os documentos que falam da reabilitação e devolução da Terra à comunidade. Portanto, o Governo pediu para que a empresa mostre onde estão os doze hectares reabilitados para ter a confirmação uma vez que todos eles são novos e não estavam presentes no acto de entrega. O Governo também pediu para que a empresa desse a sua opinião, apesar de não ter essa decisão e em resposta, o Sr. FH disse que para além do grupo mencionado, existem velhos, senhoras solteiras e viúvas que estão a cuidar de crianças e famílias, mas que pode não ter lugar para fazer machambas ou que não são capazes de deslocar para locais distantes; mas tudo cabe ao governo e os líderes do bairro escolher os beneficiários da área reabilitada. Em fim, o Governo disse que vai analisar a questão e depois vai dizer o que for a decidir, mas antes de terminar, o Sr. Director perguntou aos líderes comunitários locais a quem eles acham que pode-se dar aquela Terra.</p> <p>Indo ao encontro da pergunta do Director do SDAE, o Sr. Gabriel Vateva (GV), primeiro secretário de Topuito, disse que comparando com o número de</p>		

ITEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>habitantes que existem no bairro de Topuito e o tamanho da área reabilitada fica difícil para eles atribuir o terreno para todos os cidadãos, por isso preferiu passar esta responsabilidade ao Governo. Dada a dificuldade da liderança em ajudar na identificação das pessoas para atribuir a área, o Director do SDAE informou que a sua equipa de trabalho virá a Topuito, no dia em que vem ver os doze hectares entregues ao Governo e irá sentar com os secretários de Topuito para juntos definir o grupo de pessoas que podem beneficiar da área reabilitada. O Director aproveitou da palavra para informar que o Governo pretende distribuir estacas de mandiocas e outras variedades de sementes, por conhecer que nesta localidade há défices de estacas de mandioca.</p> <p>O secretário SS, de Topuito, quiz saber o tipo de culturas que se pode semear naquela área reabilitada e entregue a comunidade, pois ele não acredita que aquele terreno possa produzir mandioca e nem amendoim, talvez a única cultura que pode desenvolver seria feijão bóer (cute).</p> <p>O Sr. FH perguntou ao Sr. SS se este já experimentou fazer alguma machamba naquela área após a reabilitação e o Sr. SS respondeu que não. Portanto, o Sr. FH continuou dizendo que é importante distribuir a área para pudermos ver as culturas que vão desenvolver bem, da mesma forma como acontece nas outras áreas onde a mina não passou nem tudo dá boa colheita. O Director do SDAE sugeriu que primeira a área deveria ser atribuída a pessoas interessadas e o governo vai potenciar a esses agricultores com estacas de mandioca e outras sementes, porque pode-se dar o caso das pessoas terem o espaço e não terem estacas para plantar nesta área. Para além disso o Governo vai receber outras variedades de sementes agrícolas os quais tenciona distribuir para a população nesta próxima campanha. O Director do SDAE sugeriu ainda aos líderes desta localidade para se empenharem no cultivo da cultura de caju, pois, tem alto rendimento e o tipo de solos desta zona também corresponde esta e muitas outras culturas.</p> <p>O Regulo Matapa lembrou que o Sr. Mulicote já tentou introduzir produtos como ramas de batata-doce, estacas de mandioca e ananas, mas uma parte dessas culturas já não existem. Portanto, a população irá receber com as duas mãos todas as culturas que o Governo vai trazer, mas caberá a população escolher os locais onde cada tipo de cultura pode ser plantado.</p>		
4.	DIVERSOS		
4.1	<p>Informe Sobre o Mercado de Mutiticoma</p> <p>O Sr. FH começou por explicar porque é que se decidiu construir um mercado no bairro de Mutiticoma, uma vez que surgiam vozes que diziam que este mercado era para ser construído em Topuito. Por isso, sublinhou que o mercado que se vai construir em Mutiticoma está dentro do Programa de Reassentamento de Namalope que inclui a construção da Barraca do Sr. Amisse Daniel que era proprietário duma barraca no antigo mercado de Namalope. Portanto não se trata do mesmo mercado que outrora pretendia-se no Bairro de Topuito tal como algumas pessoas têm comentado sobre esse assunto. Durante o processo de reassentamento das famílias havia-se dado prioridade a construção das casas para habitação em primeiro lugar e em seguida foi a questão de parcelas a Kenmare só fez a entrega no ano passado e o mercado marcará o fim do</p>		

TEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>processo de reassentamento. FH Informou que para o alpendre (mercado de Mutiticoma) já está seleccionado um empreiteiro que irá construir e se tudo correr bem gostaríamos que a construção iniciasse ainda este ano.</p> <p>O Sr. SS, secretário de Topuito questionou porque vamos construir um alpendre e não um mercado sofisticado e porque a selecção do empreiteiro para construir este mercado não obedeceu as regras que se seguiram para seleccionar o empreiteiro que vai construir a Escola Técnica.</p> <p>Para responder a questão do Sr. SS, o Sr. Antonio Mulicote, respondeu dizendo que este alpendre que o Sr. FH explicou não é um alpendre como o Sr. SS esteve a dizer, mas é um mercado sofisticado com estrutura consistente. De referir que qualquer obra que uma empresa pretende fazer no âmbito da responsabilidade social faz-se em coordenação com o Governo e este é que dita qual o modelo a seguir para determinada infra-estrutura. Portanto, apesar de se referir que o mercado será construído por um empreiteiro local não significa que é uma simples infra-estrutura, pois trata-se de um empreiteiro com experiencia e reconhecido pelo Governo.</p>		
4.2	<p>Programa de Bolsas de Estudo</p> <p>Ainda nos diversos, o Sr. FH aproveitou para lembrar ao Director SDEJT, o Sr. Antonio Camelo, que que a KMAD têm dado bolsas de estudo aos graduados da sétima classe da localidade de Topuito. Neste momento já andamos nas Escolas para termos ideia de quantos alunos da sétima estão a estudar, em seguida vamos identificar dos presentes na lista produzida quais são locais ou são naturais dos bairros circunvizinhos da mina e que possuem notas satisfatórias para ser escolhidos para puder fazer exame de admissão donde sairão bolseiros que vão ao Centro de Carapira e a Moma. Para caso de Carapira há rumores que haverá mudança de curriculum nas Escolas técnicas, pensa-se em cancelar o ensino básico, passando haver apenas o ensino médio. No entanto, esta informação não é oficial, mas caso seja publicada voltaremos a partilhar esta informação com os líderes e daí veremos o que vamos fazer com os nossos potenciais bolseiros.</p>		
4.3	<p>Reuniões na Comunidade</p> <p>O Sr. FH aproveitou apelar aos secretários para partilhar a informação que são discutidas nestas reuniões, apesar de saber que estes têm reunido nos seus bairros com a população. Pediu ainda para que a informação seja transmitida da mesma forma que foi transmitida aqui na reunião. Durante a última reunião comunitária o Director do SDAE aqui presente informou que seria realizado um censo na localidade de Topuito que visava fazer o registo de infra-estruturas e saber o número de habitantes na nossa localidade, mas infelizmente a informação não chegou até a população, a prova disso foram inúmeras chamadas que o pessoal que trabalha no departamento de relações comunitárias recebia dia e noite de populares a querer saber o que estava a acontecer, isto obrigou-nos a reunirmos em alguns bairros para dar esclarecimentos sobre o censo. No entanto se nós líderes aqui presentes tivéssemos-nos reunido com a população no mercado ou na mesquita não receberíamos estas chamadas.</p> <p>Sobre isso o Sr. Safar Silvano disse que eles entendem a posição da empresa, mas referiu que as pessoas foram comunicadas mas poucas vezes acreditam no que são ditos por eles. E quando convocar uma reunião que não vai se abordar sobre</p>		

ITEM	TEMA	Acção ou comentário	Até data
	<p>dinheiro a população não aparecem, mas se for uma reunião como essa sobre o censo em que Kenmare faz-se presente, ou sobre os projectos de geração de rendimento a população aparece em massa.</p> <p>Sr. FH disse que entende o argumento dos líderes, mas pediu para que não deixem de partilhar a informação com a nossa população a quem representamos.</p>		
4.4	<p>Rádio comunitária</p> <p>O Sr. Director do SDAE (CA) pediu a palavra para falar desse assunto que não estava na agenda, referindo-se que em coordenação com a empresa, o governo está a pensar em estabelecer uma rádio comunitária na vila sede de Larde, similar á rádio que existe na vila de Moma e em Angoche. Neste momento esta em curso um estudo de como vai ser gerido este projecto, mas pensa-se em criar uma associação dentro da comunidade para se encarregar na gestão deste projecto e na próxima semana virá uma equipa para trabalhar com as comunidades, no sentido de preparara-las para que possam gerir uma rádio.</p> <p>O Sr. Candido Ualuto disse ainda que a introdução duma rádio comunitária irá facilitar o trabalho dos secretários, uma vez que os assuntos discutidos em reuniões como está podem ser abordados na rádio para todas as comunidades.</p>		
4.	ENCERRAMENTO		
	<p>Para terminar a reunião, o Sr. FH agradeceu pelas contribuições de todos os presentes e pediu para que esta informação aqui discutida seja partilhada com a população nos nossos bairros. Não havendo mas nada a discutir, quando eram aproximadamente 12:45 deu-se por encerrada a reunião.</p>		

Aprovada por:



Governo do Distrito de Larde representado pelo:



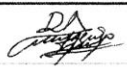



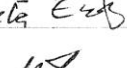





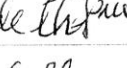
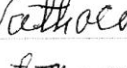

Topuito, 23 de Outubro de 2014

KENMARE

Kenmare Moma Mining (Mauritius) Limited
Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited

Lista de presenças

Data: 23 / 10 / 2014

Reunião da Comunidade			
No	Nome	Cargo e Proveniência	Assinatura
1	Rafael André Anjos	Comunidade Aristat	
2	MUORO AMARÉ	chefe da Paroquia, M.T.	
3	Eduardo Manuel Maninga	Kenmare / Comunidade	
4	Carlito José Narciso	secretário do Bairro Kulimam	
5	Faria Chal	secretário do Bairro Isboa	
6	Elvário Adelino	secretário da Célula X'amiceta	
7	Muhinli Oran	Chefe da Associação de Itipane	
8	Marcília Assente	O.M.M. Vale Boas	
9	Ali Passorinha	1º Secretário Nathaco	
10	Tataluna Selemara	O.M.M. Toputo	Não Ass.
11	João Romão António	sect. 7º org. toputo	
12	Safar Assane	sect. do Bairro Nahaco	
13	Safar Silvano	secretário do Bairro de Itipane	
14	Gabriel Terito	Secretário do Bairro de Nathaco	
15	Alberto Abetalo	Secretário do Bairro de Metelicama	
16	Assane Muzedel	chefe do povoação Itipane	
17	Eugenio Mualama	Secretário do Bairro de Itipane	
18	Gabriel A. Vetez	1º Secretário Itipane	
19	Lusinda Atimane	O.M.M. Itipane	
20			



Kenmare Moma Mining (Mauritius) Limited
Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited

Lista de presenças

Data: 23 / 10 / 2014

Reunião da Comunidade			
No	Nome	Cargo e Proveniência	Assinatura
1	Francisco Hofate	Rel. Comunitárias - Kenmare	<i>F. Hofate</i>
2	Rodrigues Zamael	Nathaca	<i>R. Zamael</i>
3	Miranda Manuel Barro	Director Adj. Pedagogico	<i>M. Barro</i>
4	António Barbo Cabral	Director dos SDEJT	<i>A. Cabral</i>
5	Cândido F. Valuto	Director SDAE - Lardé	<i>C. Valuto</i>
6	Abdul Remane B. Simbe	Oficial R.C - Comunidade	<i>A. Simbe</i>
7	Abriano Nazuite	1º Sect - Nhamitanga A11	
8	Alberto Gomes Guaculi	presidente do Conselho de J. R.N.	
9	Ossufo Mucurrete	1º Secretário de Nathaca	<i>O. Mucurrete</i>
10	Maria Serás	O.M.M de Nathaca	
11	Amima Salimo	O.M.M de Gapula	
12	Agiru Chamte	O.M.M de Namicutá	
13	António Melicote	Oficial da KMA - projectos	
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			